

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Caroline Rodrigues da Silva

**Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro:
o paradigma dos comuns como alternativa à democracia
liberal e ao domínio da racionalidade neoliberal**

Doutorado em Serviço Social

**São Paulo
2021**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Caroline Rodrigues da Silva

Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro:
o paradigma dos comuns como alternativa à democracia
liberal e ao domínio da racionalidade neoliberal

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
como requisito parcial para obtenção do título de
Doutora, pelo Programa de Estudos Pós-
Graduados em Serviço Social, sob orientação da
Prof.^a Dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz.

São Paulo
2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Caroline Rodrigues da Silva

Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro: o paradigma dos comuns como alternativa à democracia liberal e ao domínio da racionalidade neoliberal/ Caroline Rodrigues da Silva. – São Paulo, 2021

1. Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro. I. Paz, Rosangela D. O. da. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. III. Faculdade de Ciências Sociais. IV. Título

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil, código de financiamento: 88887.165175/2018-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brazil, funding code: 88887.165175/2018-00.

Este trabalho também recebeu apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil, código de financiamento: 141133/2018-0.

This study also received support from the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brazil, funding code: 141133/2018-0.

A todos que se levantam diante das injustiças sociais.

AGRADECIMENTOS

Esta tese não seria possível sem a generosidade dos sujeitos coletivos que participaram da pesquisa compartilhando parte de suas experiências e saberes. Aos entrevistados Bruno Lopes Lima, Roberta de Souza Campos, Rudson Amorim, Michelle Tinoco Xavier, Thays Lorena dos Reis, Gabriel Pinheiro de Siqueira Gomes, Adriano Moreira Araújo, Sônia Ferreira Marins, Lorene Maia, Ary Gabriel Girota de Souza e Cleonice de Souza, declaro minha admiração e agradeço imensamente o tempo despendido para o diálogo.

Agradeço à querida Rosangela Dias Oliveira da Paz, a “Rô”, que dividiu comigo seu conhecimento e amizade. *Gracias* por abrir as portas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) quando eu ainda nem era aluna, por me aceitar como orientanda, por me dizer que eu era capaz de fazer intercâmbio quando eu me achava incapaz, por encarar o desafio de uma pesquisa “com os sujeitos” em tempos de pandemia e por sempre me tranquilizar dizendo “faça a tese possível”. Admiro muito a forma coletiva como conduz o Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais (Nemos/PUC-SP); isso faz dele um espaço nosso, onde nos sentimos parte e não queremos ir embora.

Ao amigo Aécio Barbosa de Oliveira agradeço as muitas sementes plantadas na minha cabeça. Sua companhia cotidiana, nossas longas chamadas de telefone, a indicação de boas leituras, a revisão de parte desta tese, as infinitas provocações teóricas e o estímulo constante foram determinantes para esta pesquisa. Sua paixão pelo conhecimento e seu compromisso com o universalismo me estimularam a todo tempo. Contigo aprendi que não há limites para a curiosidade humana. Esta tese lhe deve mérito.

Agradecimento especial ao querido amigo e professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, também coordenador do Núcleo de Estudos sobre Teoria Social e América Latina (Netsal-Iesp-Uerj), Breno Bringel, que conheci em 2018 por meio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e que, posteriormente, possibilitou que eu realizasse um intercâmbio na Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Complutense de Madri (UCM) sob a supervisão do Prof. Dr. Heriberto Cairo, no período entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020. Muito obrigada pela oportunidade de conhecer o mundo para além do meu lugar.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cuja bolsa de estudos tornou possível minha participação no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP e garantiu minha dedicação a esta tese.

Aos professores e funcionários do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, todo apoio recebido durante o curso, especialmente à Andreia Fazekas Canchetti, que sempre me atendeu com carinho, e às professoras, Mariângela Belfiore, Raquel Raichelis, Carola Arregui e Maria Carmelita Yazbek, com quem pude aprender tanto.

Agradecimento especial à Prof.^a Dra. Dirce Koga, que influenciou a escolha do tema desta tese ao estimular minha “imaginação sociológica” nas disciplinas Processo de Construção do Conhecimento e Serviço Social I (2018/1) e na atividade/programa *Construção de conhecimentos a partir da periferia: sujeitos coletivos, territorialidades e experiências* (2020/1).

Agradeço também à Prof.^a Eblin Farage do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), com quem pude fazer estágio de docência em 2018/1 e que me possibilitou conhecer de perto a rotina do trabalho docente.

Agradeço aos companheiros do Nemos/PUC-SP todas as tardes de terça-feira juntos, momentos em que semeamos ideias e compartilhamos inquietações teóricas sem nunca perdermos o carinho uns pelos outros. O Núcleo é a prova de que a universidade pode e deve servir à sociedade, fazendo dessa experiência um aprendizado coletivo. Obrigada, Clenivalda França, Genilce Gomes, Cleonice Dias, Aline Fogaça, Marisa Blanco, Tânia Diniz, Tânia Elias, Joelma Libório, Cintia Fidelis, Marta Círrera, Paloma Azevedo, Sabrina Melo, Aline Paes, Núria Pardillos, Ivaloo Gusmão, Carlos Rogério, Natalina Ribeiro, Cleci Elisa, Cristina Baltazar e Douglas Alves.

Aos companheiros da Fase agradeço a oportunidade de trabalharmos juntos em prol dos Direitos Humanos num momento tão adverso deste país. Com vocês não me sinto só na construção de outro mundo. Sou grata ainda pelas condições de trabalho e flexibilidade que me foram propiciadas para que esta tese fosse concluída. Obrigada, Rachel Barros, Bruno França, Mônica Pontes, Taciana Gouvea, Letícia Tura, Maureen Santos, Magali Lessa, Zileia Reznik e Rosimery Nery.

Agradeço aos companheiros do Netsal-Iesp-Uerj, Luiz Otávio Ribas, Lara Sartório, Raul Nunes, Renata Versiani e Mariane Reghim, que participaram intensamente do levantamento participativo da Fase, realizado em 2018, que deu origem a esta tese. Foi muito bom conhecer todos vocês!

Agradeço às mulheres da minha vida, que desde a graduação me dão suporte para seguir meus estudos acadêmicos, cada uma delas verdadeiras companheiras de choro e de alegrias. Obrigada, Diana Cardinot, Olívia Silva, Débora Gouvea, Helena Quintanilha, Daniela de Pádua, Gabriele Herculano e Maria Gorete.

Agradeço à Silvia Arantes, a Silvinha do Nemos-PUC, minha querida amiga de Cruz das Almas, Bahia, com quem pude dividir noites e noites a fio nessa cidade de São Paulo que não nos pertence, mas que a gente ama!

Agradeço aos amigos e seus pequenos filhos que alegraram meus dias de tormento. A convivência com vocês e com as crianças foi um refúgio das telas que me acalmou quando precisei. Obrigada, Maria Siqueira, Fábio Bueno, Rosinha, Aurorinha, Kleber Dias, Vivian Separovik e Raulzito.

À Ingrid Laqampu e ao pequeno Liwin sou muitíssimo grata por terem me acolhido em Madri. Longe do Brasil vocês foram minha família! Aos amigos espanhóis agradeço a paciência com *mi español terrible* quando cheguei. Um salve especial à querida Camila Zamora, amiga chilena com quem dividi muitas *copas de vino*, e ao amigo brasileiro Daniel Porcel, o único a brindar o dia do “Lula livre”.

Agradeço à Andréia Brandão, que fez a revisão textual deste trabalho. Obrigada pela dedicação, pela paciência e pela sabedoria compartilhada.

Por fim, agradeço à família os valores ensinados. À minha mãe, Creusa Santos, à minha irmã, Simone Rodrigues, e ao meu pai Gilberto Rodrigues: obrigada por todo suporte dado ao longo dos anos. A minha sogra, Elisabete da Silva, e meu sogro, Carlos César Pereira, agradeço a alegria com que sempre me recebem.

Ao meu companheiro, Cristopher Pereira, agradeço por cuidar de mim e de nossa casa, por me dar suporte de todo tipo ao longo desses anos e por sempre me incentivar a caminhar.

RESUMO

SILVA, C. R. da. **Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro: o paradigma dos comuns como alternativa à democracia liberal e ao domínio da racionalidade neoliberal**. 2021. 264 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

Esta tese se situa no campo dos estudos sobre movimentos sociais que problematizam a relação sujeito-objeto e que consideram esses sujeitos como detentores de saberes políticos relevantes. Teve por objetivo investigar de que forma os sujeitos coletivos das lutas urbanas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro percebem e reagem à crise da democracia liberal e à racionalidade neoliberal dominante. Em termos teóricos, a tese referenciou-se no debate sobre os comuns como um princípio político, como um horizonte político a ser produzido e como uma alternativa histórica ao Estado e ao mercado nas vertentes teóricas que analisam a normatização da vida econômica, política e social pela racionalidade neoliberal e no campo de estudos sobre os sujeitos coletivos na contemporaneidade. Em relação à metodologia, foram realizadas pesquisa bibliográfica e pesquisa documental a partir de fontes públicas, de fontes dos próprios sujeitos da pesquisa e de fontes da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Também foi realizada uma pesquisa qualitativa com quatro sujeitos coletivos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a saber: Instituto de Formação Humana e Educação Popular; Brigadas Populares; Fórum Grita Baixada; e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de Niterói e Região. Os resultados da pesquisa indicam que os sujeitos coletivos das lutas urbanas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro são plurais e contraditórios, já que organizam suas ações coletivas ora reproduzindo os princípios estruturadores da racionalidade neoliberal, ora contribuindo para a transformação da cultura política autoritária e do próprio sistema democrático por meio da produção de políticas do comum.

Palavras-chave: Sujeitos coletivos. Comuns. Democracia liberal. Racionalidade neoliberal.

ABSTRACT

SILVA, CR. **Collective subjects of the urban struggles in Rio de Janeiro**: the paradigm of the commons as an alternative to liberal democracy and the domain of neoliberal rationality. 2021. 264 p. Thesis (Doctorate in Social Service Worker) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

This thesis is in the field of social movements studies that problematizes the subject-object relationship and considers these subjects as holders of relevant political knowledge. It aimed to investigate the way the collective subjects of urban struggles from the metropolitan area of Rio de Janeiro perceive and react to the crisis of liberal democracy and the dominant neoliberal rationality. In theoretical terms, the thesis was referenced in the debate about the commons as a political principle, a political horizon and as a historical alternative to the State and the market. It is also anchored in theoretical strands that analyze the normalization of economic, political, and social life by neoliberal rationality and in the field of studies on collective subjects in contemporaneity. Regarding the methodology, bibliographical and documentary research were carried out from public sources, from the research subjects themselves and from the Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. A qualitative research was also carried out with four collective subjects from the metropolitan area of Rio de Janeiro, namely: Instituto de Formação Humana e Educação Popular; Brigadas Populares; Fórum Grita Baixada; e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de Niterói e Região. The research results indicate that the collective subjects of urban struggles in the metropolitan area of Rio de Janeiro are diverse and contradictory. They organize their collective actions, sometimes reproducing the structuring principles of neoliberal rationality, sometimes contributing to the transformation of authoritarian political culture and the democratic system itself through the production of policies of the common.

Keywords: Collective subjects. Commons. Liberal democracy. Neoliberal rationality.

LISTA DE SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
Alerj	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AP5	Área Programática 5
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Capina	Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
CDHNI	Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu
Ceasm	Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré
Cedac	Centro de Ação Comunitária
Cedae	Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro
Cheifa	Central Humana de Educação, Ideias e Formação Alternativa
Covid-19	Coronavirus Disease 2019
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DEM	Democratas
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
Fapemig	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FGB	Fórum Grita Baixada
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Gaeco	Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
IASC	Associação Internacional para o Estudo dos Comuns
Ibeu	Índice de Bem-Estar Urbano Local
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSyH/BUAP	Instituto de Ciencias Sociales Y Humanidades “Alfonso Vélaz Pliego” de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla
IFHEP	Instituto de Formação Humana e Educação Popular
LGBTQT+	Lésbicas, <i>gays</i> , bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, <i>queer</i> e outros grupos
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MIC	Mídia Independente Coletiva
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores

MPL	Movimento Passe Livre de Niterói
MPS	Movimento Pró-Saneamento e Meio Ambiente da Região do Parque Araruama
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
Nasf	Núcleos de Atenção à Saúde da Família
NAV	Núcleo de Atenção à Violência
Nemos	Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais
Netsal	Núcleo de Estudos sobre Teoria Social e América Latina
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSS	Organizações Sociais de Saúde
PDUI-RMRJ	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana no Rio de Janeiro
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PED	Programa Estadual de Desestatização
PEMP	Pré-Ensino Médio Popular
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PO	Pastoral Operária
PRB	Partido Republicano Brasileiro
Propar	Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas
PSC	Partido Social Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PVP	Pré-Vestibular Popular
Rebea	Rede Brasileira de Educação Ambiental
Renap	Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Sefaz-RJ	Secretaria Estadual de Fazenda

Sepe	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
Sindágua-RJ	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de Niterói e Região
STF	Superior Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE-RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TSE-RJ	Tribunal Superior Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro
UCM	Universidad Complutense de Madrid
Uerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNEafro	União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora
UPP	Unidades de Polícia Pacificadora

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cartaz da oficina	28
Figura 2 – Participantes da oficina	28
Figura 3 – Mapa do levantamento participativo	30
Figura 4 – Participantes do levantamento participativo	30
Figura 5 – Taxa de crescimento urbano na RMRJ	120
Figura 6 – Divisão das Áreas Programáticas e Regiões Administrativas da cidade do Rio de Janeiro	121
Figura 7 – Localização dos empreendimentos do PMCMV	122
Figura 8 – Evolução dos indicadores de endividamento do estado	127
Figura 9 – Mapa de contágio, óbitos e letalidade por Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro	132
Figura 10 – Controle territorial das facções e da milícia na RMRJ	140
Figura 11 – Gráfico do número de homicídios no Rio de Janeiro por 100 mil habitantes	142
Figura 12 – Material sobre a Horta Comunitária: ganhos pessoais	210
Figura 13 – Material sobre a Horta Comunitária: ganhos coletivos	211
Figura 14 – Visão panorâmica da Horta Comunitária	212
Figura 15 – Horta Comunitária e seus atores	212
Figura 16 – Cartaz 1 da distribuição de alimentos	214
Figura 17 – Cartaz 2 da distribuição de alimentos	215
Figura 18 – Equipe na distribuição de alimentos na sede do IFHEP em novembro de 2020	216
Figura 19 – Registro da distribuição de alimentos na sede do IFHEP em dezembro de 2020	216

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista dos sujeitos coletivos entrevistados na pesquisa.....	35
Tabela 2 – Unidades habitacionais do PMCMV em análise ou licenciadas em abril de 2010	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 PARADIGMA DOS COMUNS	45
1.1 CONHECENDO OS COMUNS	46
1.1.1 Por Suas Definições	46
1.1.2 Por Suas Origens no Norte Global.....	50
1.1.3 Por Suas Origens no Sul Global	54
1.2 ALGUMAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DOS COMUNS	58
1.2.1 A Noção de Bem Comum a Partir do Cristianismo	58
1.2.2 Os Comuns Desde as Teorias Feministas.....	60
1.2.3 Os Comuns Desde a Sociologia Francesa	63
1.3 O PARADIGMA DOS COMUNS COMO ALTERNATIVA	66
2 SUJEITOS E DEMOCRACIA	69
2.1 PASSAGEM DO SUJEITO DE INTERESSE AO SUJEITO DE DIREITO .	70
2.2 A CRISE DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS	76
2.3 A DESTRUIÇÃO DO SUJEITO DE DIREITOS PELA ASCENSÃO DO SUJEITO NEOLIBERAL	85
2.4 A DEMOCRACIA LIBERAL À BRASILEIRA E OS SUJEITOS SEM DIREITOS	97
3 RETRATO DO RIO DE JANEIRO METROPOLITANO	113
3.1 MARCAS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO RIO DE JANEIRO...	114
3.2 RETRATO DO RIO DE JANEIRO METROPOLITANO.....	119
3.2.1 Impactos da Racionalidade Neoliberal na Gestão Pública	129
3.3 A MILITARIZAÇÃO DA CIDADE COMO POLÍTICA DE ESTADO.....	137
3.4 O PAPEL DOS SUJEITOS COLETIVOS NO ENFRENTAMENTO À MILITARIZAÇÃO DA CIDADE COMO POLÍTICA DE ESTADO.....	152
4 A SALVAGUARDA DOS DIREITOS PELOS SUJEITOS COLETIVOS ...	160
4.1 A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS SOBRE A DEMOCRACIA.....	161
4.2 A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS SOBRE AS REDES SOCIAIS.....	169
4.3 A HETEROGENEIDADE DOS SUJEITOS E O PROTAGONISMO DOS SUJEITOS PERIFÉRICOS	177
4.3.1 O Sentido da Democracia a partir do Território.....	183
4.3.2 Pluralidade e Direito à Diferença	188

4.3.3 O Orgulho Periférico como Marcador dos Sujeitos	194
4.4 AS TROCAS GERACIONAIS E O PROTAGONISMO DA JUVENTUDE NA DEFESA DA DEMOCRACIA	196
4.5 O PAPEL DOS SUJEITOS COLETIVOS NA SALVAGUARDA DOS DIREITOS E NA TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA.....	203
4.5.1 A Luta por Direitos se Faz com Organização.....	203
4.5.2 A Politização da Solidariedade e a Produção do Comum.....	206
5 CONCLUSÕES.....	218
REFERÊNCIAS	231
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	248
APÊNDICE B – LISTA DAS FONTES PÚBLICAS CONSULTADAS PARA PESQUISA DOCUMENTAL	249
APÊNDICE C – LISTA DE FONTES DOS PRÓPRIOS SUJEITOS DA PESQUISA CONSULTADOS PARA PESQUISA DOCUMENTAL	250
APÊNDICE D – DOCUMENTO RESUMO DA PESQUISA ENVIADO AOS ENTREVISTADOS	253
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ENVIADO AOS ENTREVISTADOS	255
ANEXO A – QUESTIONÁRIO DE PERGUNTAS ORIENTADORAS DO LEVANTAMENTO PARTICIPATIVO DA FASE.....	257
ANEXO B – LISTA DOS 90 SUJEITOS POLÍTICOS MAPEADOS PELO LEVANTAMENTO PARTICIPATIVO DA FASE.....	259

INTRODUÇÃO

Esta tese busca analisar a percepção dos sujeitos coletivos das lutas urbanas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro sobre a democracia e sobre o neoliberalismo.

Pelo menos desde o ciclo de protestos de junho de 2013 e o fim dos governos progressistas no Brasil (2003-2016), vivemos um momento de crise da institucionalidade democrática brasileira e de profunda captura das utopias urbanas pela lógica neoliberal, que normatiza não só a vida econômica e política, mas também a própria vida social.

Considerando esse período histórico, a tese tem como objetivo investigar de que forma os sujeitos coletivos das lutas urbanas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro percebem e reagem à crise da democracia liberal e à racionalidade neoliberal dominante. Trata-se de uma análise que se situa no campo dos estudos sobre movimentos sociais que problematizam a relação sujeito-objeto e que consideram esses sujeitos como detentores de saberes políticos relevantes.

Como objetivos específicos definimos: i) buscar elementos teóricos sobre a crise da democracia liberal e sobre o avanço da racionalidade neoliberal na sociedade contemporânea; ii) conhecer a dinâmica dos sujeitos coletivos atuantes no Rio de Janeiro, especialmente aqueles que atuam no âmbito do urbano; iii) compreender de que forma a crise democrática vivida no Brasil é percebida pelos sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro; iv) investigar como a racionalidade neoliberal da competição, do individualismo, do empreendedor de si mesmo faz ou não parte das práticas dos sujeitos das lutas urbanas no Rio de Janeiro; v) relacionar o paradigma dos comuns com o paradigma neoliberal, buscando chaves de análise para questão urbana.

Para atingir esses objetivos escolhemos dialogar com o debate teórico sobre os comuns (DARDOT; LAVAL, 2016; 2017a; AGUILAR, 2017; 2019; FEDERICI, 2017; 2019). A escolha por esse caminho foi feita porque temos a impressão de que a potência política dos comuns ainda não foi suficientemente explorada e incorporada aos debates do campo da esquerda brasileira e, menos ainda, por parte dos sujeitos políticos das lutas urbanas do Rio de Janeiro. As razões dessa não incorporação são diversas e complexas; por ora, pontuamos algumas:

- a) no atual estágio de acumulação do capital as cidades foram transformadas em mercadoria (HARVEY, 2004; MARICATO, 2000; VAINER, 2000) e a cultura urbana passou a ser orientada pelo consumo de mercadorias (GAGO, 2015), portanto qualquer alternativa que se oponha à lógica mercantil é logo taxada de utópica, idealista, comunista, impraticável;
- b) no meio urbano a relação orgânica entre homem e natureza está cada vez mais cindida, as pessoas mal se perguntam de onde vem a comida que elas comem, a água que elas bebem, a energia elétrica que consomem. A própria dificuldade de articulação entre as lutas do campo e da cidade é uma expressão desse rompimento entre homem e natureza. Outra expressão é a dificuldade de politização da esfera da reprodução social que, embora indispensável para transformação social, não se encontra no centro das formas de fazer política hegemônicas (AGUILAR, 2017; FEDERICI, 2017);
- c) a lógica da propriedade privada individual parece ser cada vez mais insuperável. A teoria liberal de Thomas Hobbes (1979), John Locke (1978) e Adam Smith (1988), mesmo já contestada por John Keynes (1983) e depois por Karl Polanyi (2012), segue orientando o apetite voraz do capital por novos territórios e frentes de expansão da acumulação. O imperativo da gestão do mercado financeiro reorganiza os espaços urbanos sob os interesses do capital imobiliário e reposiciona a lógica produtiva dos grandes projetos no sentido de aumentar as taxas de exploração (da natureza e do trabalho) e diminuir os custos (ambientais e sociais), bem como de estender à lógica do mercado esferas da vida que se encontravam fora dele.

Portanto, ao elegermos os comuns como princípio político (DARDOT; LAVAL, 2016; 2017a), como um horizonte político a ser produzido (AGUILAR, 2017; 2019) e como uma alternativa histórica ao Estado e ao mercado (FEDERICI, 2017; 2019), pretendemos pautar a necessária autocrítica do campo político das esquerdas e dos movimentos sociais progressistas no sentido de construirmos novas estratégias de ação política que possam fortalecer a nossa democracia e colocar em xeque a racionalidade neoliberal.

Para tratar do debate sobre a crise da democracia liberal estabelecemos diálogo teórico com Castells (2018), Rancière (2014), Mounk (2019), Borón (2007), Dardot & Laval (2017a), Brown (2019) e Chauí (2019). Considerando que a tese investiga a ação de sujeitos coletivos que se forjaram a partir da experiência de

democracia brasileira – que tem como marco a Constituição de 1988 –, foi necessário nos apropriarmos do pensamento teórico de autores que são referência no tema, como Chaui (2000; 2011), Coutinho (1980), Carvalho (2015), Telles (1998), Avritzer (2016), Schwarcz, (1993; 2019), Martins (1978; 2007).

Com base nesses autores, partimos da premissa que, desde a Proclamação da República (1889), a democracia liberal no Brasil foi sempre um arremedo aos persistentes períodos de autoritarismo que marcam nossa história. A instituição do Estado Novo por Getúlio Vargas (1937-1945) e a instauração da ditadura pelos militares (1964-1985) são exemplos de como as elites políticas do país historicamente responderam aos tensionamentos sociais da sociedade.

Assim, embora tenhamos construído uma concepção minimalista de democracia após a Constituição de 1988 e, nas três décadas seguintes, tenhamos tido importantes experiências de democracia participativa,¹ a prática política do autoritarismo voltou à baila com o golpe civil-parlamentar de 2016.²

Esse revés histórico colocou enormes desafios para a sociedade civil e, em especial, para os sujeitos coletivos das lutas urbanas que tanto vivenciam a crise democrática como sofrem suas consequências, portanto os sujeitos coletivos nunca estão fora do contexto nem alheios à conjuntura política. Por isso, esta tese busca investigar qual a percepção dos sujeitos coletivos em relação à crise democrática.

Por fim, para dar conta do debate sobre como as práticas políticas dos sujeitos coletivos são atravessadas pela racionalidade neoliberal do individualismo, da competição e do empreendedorismo de si mesmo, dialogaremos com autores como Dardot & Laval (2016; 2017), Foucault (2008), Brown (2019), Gago (2015), Pleyers (2018) e Araujo & Martuccelli (2020).

Importante frisar que a racionalidade neoliberal é a principal contribuição de Dardot & Laval (2016; 2017) ao debate teórico do neoliberalismo. A partir de lentes foucaultianas os autores mostram que o neoliberalismo dos anos 1980-1990 não se deu a partir da simples implementação da doutrina elaborada nos anos 1930. Antes,

¹Para além da democracia representativa, nas últimas três décadas houve experiências de democracia participativa no Brasil e na América Latina que incluíram iniciativas como os Orçamentos Participativos, os Conselhos de Políticas Públicas, os Conselhos Gestores, os referendos e as consultas públicas. Tais iniciativas se desenvolveram nos níveis municipal, estadual e nacional. Para maiores informações consultar Teixeira *et al.* (2020).

²Desde 31 de agosto de 2016, a presidenta Dilma Rousseff foi impedida de continuar o mandato para o qual foi eleita por 54,5 milhões de brasileiros, que representavam 51,6% dos votos válidos na época (TSE, 2014). Denominamos “golpe civil-parlamentar” porque foi feito um arranjo institucional e jurídico para seu afastamento.

foi o resultado de uma “multiplicidade de processos heterogêneos”, que resultam nisso que os autores denominam de “nova *racionalidade* governamental”.

Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa, essas são as etapas pelas quais se realiza a extensão da racionalidade mercantil a todas as esferas da existência humana e que fazem da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379).

Portanto, sendo uma *nova razão do mundo*, e não apenas uma doutrina econômica, a racionalidade neoliberal adquire uma dimensão totalizadora da qual nada nem ninguém escapa, a qual estabelece o princípio da concorrência como lógica normativa generalizadora que atinge desde o Estado até todas as esferas da existência humana.

Em geral as implicações da *nova razão do mundo* sobre o Estado são conhecidas: privatizações, concessões, terceirizações do patrimônio público; desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas; disponibilização de ativos do Estado para o mercado via apropriação dos fundos públicos; expropriação da natureza e do meio ambiente; expropriação da terra pública; gestão dos equipamentos de infraestrutura e dos serviços de interesse público a partir da lógica de mercado; mudança nos padrões de consumo, entre outras.

No entanto, embora menos consideradas, as implicações da *nova razão do mundo* sobre a sociedade e os indivíduos será enorme. Exatamente por trazer importantes contribuições nesse âmbito é que nos apoiamos nesse conceito, trabalhado por Dardot & Laval (2016; 2017), Foucault (2008) e Brown (2019).

Ao impor o princípio da concorrência como regra normatizadora das relações sociais, a *nova razão do mundo* faz com que a solidariedade perca seu sentido coletivo e transformador, assim a responsabilização individual como princípio de justiça social exige que os indivíduos e a sociedade busquem valorizar seu “capital humano” e aproveitem “as oportunidades para serem bem-sucedidos”.

A grande questão da racionalidade neoliberal, que é a *nova razão do mundo*, cria uma técnica de governo dos homens supostamente neutra do ponto de vista ideológico.

O neoliberalismo é muito mais do que uma ideologia partidária. Aliás, em geral, as autoridades políticas que adotam as práticas neoliberais recusam-se a admitir qualquer ideologia. O neoliberalismo, quando inspira políticas concretas, nega-se como ideologia, porque ele é a própria *razão*. Assim, políticas muito semelhantes podem moldar-se nas mais diversas retóricas (conservadoras, tradicionais, modernistas, republicanas, conforme a situação e o caso). Manifestando desse modo sua extrema plasticidade. Dito de outra maneira, a dogmática neoliberal apresenta-se como uma *pragmática geral*, indiferente às origens partidárias [...]. Em resumo, a grande vitória ideológica do neoliberalismo consiste em “desideologizar” as políticas seguidas, a ponto de não serem objeto de debate (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 242-3).

Sendo essa “neutralidade” uma pragmática geral da sociedade capitalista contemporânea, esta tese buscará refletir sobre como a *nova razão do mundo* se faz presente na ação coletiva dos sujeitos políticos das lutas urbanas do Rio de Janeiro e quais os desafios para o campo dos direitos sociais.

Isso posto, partimos do pressuposto que o sujeito coletivo universal já não existe desde maio de 1968, na França, quando os jovens já anunciavam um descontentamento generalizado com o projeto de sociedade moderna surgido após a Segunda Guerra Mundial, assim como questionavam as instituições disciplinares criadas para controle social à época.

Nesse mesmo período os movimentos feministas denunciavam que, por trás desse universalismo aparente, havia um homem ocidental, branco, cristão e proprietário. Já na década de 1990, o movimento zapatista também sinalizou uma crise das referências tradicionais de luta da esquerda após a Queda do Muro de Berlim (1989) e apontou para novos imaginários de resistência. Assim, no século XXI esse sujeito universal transformou-se em um sujeito plural, cujo horizonte político passa por afirmar a diferença e denunciar as desigualdades provocadas pelo espraiamento do neoliberalismo nos sistemas políticos.

Importante destacar que a passagem do sujeito coletivo universal para o sujeito coletivo plural não se deu de forma evolutiva, tampouco significou a substituição de um pelo outro. O processo histórico de transformação dos sujeitos coletivos foi marcado: i) pelo movimento mais amplo do capital, que levou à crise do modo de produção fordista-keynesiano e à criação de uma nova forma de regulação das relações sociais de produção por meio do regime de acumulação flexível (HARVEY, 1993); ii) pela difusão do neoliberalismo como uma “nova forma de governamentalidade” (FOUCAULT, 2008) a partir dos anos 1970, quando os governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e o golpe de estado de Augusto Pinochet, no Chile, colocaram em prática uma nova forma

de governar os indivíduos e a sociedade não mais pelas instituições disciplinares nem pelo biopoder estatal, mas por novos dispositivos que têm como referência o modelo empresarial e a concorrência como regra.

A resposta especificamente neoliberal à crise da governamentalidade dos anos 1970 consiste em colocar no centro de uma “política social” completamente redefinida a regra do mercado. A sociedade deve ser definida e regulada pelo jogo da concorrência – concorrência externa entre economias nacionais, concorrência interna entre empresas e indivíduos (LAVAL, 2020, p. 136).

No caso do Brasil, os sujeitos coletivos das lutas do século XXI já não lutam contra a ditadura militar dos anos 1960 a 1980, mas lutam contra um governo eleito que se vale das mesmas referências autoritárias de outrora. Tais referências estão presentes na criação de um inimigo responsável pelos problemas do país; no estímulo do ódio ao outro; no uso do militarismo como forma de gestão; na defesa da meritocracia e no ataque aos Direitos Humanos; na desvalorização da ciência, das artes e da cultura; no ataque aos meios de comunicação e no uso da religião como parâmetro das decisões políticas.

Sendo Brasil o país que é, esse é mais um capítulo da nossa história cuja cultura política democrática nunca foi capaz de se sobrepôr à cultura política autoritária (CHAUI, 2000).

CAMINHO METODOLÓGICO

Os dilemas concernentes à produção científica não são uma especificidade do Brasil nem da pesquisa social. Historicamente a produção de conhecimento foi marcada pela hierarquia e assimetria entre os diferentes saberes, pelo não reconhecimento do “outro” como “sujeito” do conhecimento e pela apartação entre “sujeito e objeto”, típica da perspectiva positivista.³

³Um dos principais expoentes do pensamento conservador foi o filósofo irlandês Edmund Burke (1729-1797). A sociedade para ele era um organismo sistêmico que carregava seu passado no presente. Defendia a recristianização da sociedade para combater as “ideias iluministas”; era adepto da objetividade e avesso a idealizações, portanto propunha o enfrentamento do “mal menor” ao risco do “caos social”. Seu pensamento propunha ainda a defesa da propriedade privada e, por isso, foi muito criticado por Marx. Posteriormente, inspirados pela Revolução Francesa (1789), os filósofos Condorcet (1743-1794) e Saint-Simon (1760-1825) passam a defender um novo tipo de pensamento conservador tido como revolucionário no fim do século XVIII. Embora propusessem o estudo da ciência dos homens a partir do mesmo método das ciências naturais, e ainda fossem próximos dos fisiocratas, o caráter revolucionário das ideias estava no fato de que buscavam subverter o domínio

O próprio nascimento da ciência moderna no século XVII acabou estabelecendo critérios de validação do conhecimento pautados na neutralidade, objetividade e imparcialidade, assim como, desde então, foram se cristalizando os modelos binários de compreensão da realidade na sociedade, como os que são pesquisados e os que pesquisam; os que são de dentro e os que são de fora; o atrasado e o moderno; o urbano e o rural. Pouco a pouco tais modelos contribuíram para o avanço da ciência social.

A pesquisa em questão não desconsiderou esses dilemas que atravessam a história da produção do conhecimento, bem como não fechou os olhos para a dificuldade de desenvolver um estudo com e sobre os sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro no atual contexto político.

Assim, por mais que esta pesquisa com e sobre os sujeitos tenha seu mérito por sistematizar as práticas e o conhecimento daqueles que normalmente não são considerados como tal, também teve limites metodológicos consideráveis, a saber: i) há diferentes compreensões sobre o objeto de estudo por parte dos sujeitos – tais compreensões foram identificadas ao longo do processo de pesquisa e, na medida do possível, as dúvidas esclarecidas; ii) há um forte vínculo dos sujeitos com o presente – o que dificultou uma análise mais ampla e de mais longo prazo dos fenômenos estudados; iii) há diversidade no tecido associativo – ao escolhermos apenas alguns sujeitos em meio a toda essa diversidade de forma alguma essa pesquisa buscou tomar a parte pelo todo, mas contribuir para que parte deste todo seja compreendida.

No que se refere aos procedimentos metodológicos da pesquisa, adotamos os seguintes:

- a) pesquisa bibliográfica que trata dos temas democracia, neoliberalismo, movimentos sociais, sujeitos coletivos, comuns e produção do espaço;

feudal por meio do desenvolvimento do conhecimento científico que, até então, era ocultado pela igreja. Propunham uma ciência livre de julgamento de valores e defendiam que as ciências da sociedade deveriam limitar-se a observação e explicação causal dos fenômenos. No decorrer da história outro filósofo francês se destacará como o fundador do pensamento positivista: Augusto Comte (1798-1857). Ficará assim conhecido por romper com a doutrina absolutista, característica da dimensão utópica crítica presente no pensamento de Condorcet e Saint-Simon, e propor a defesa de uma nova ordem, a ordem industrial burguesa. A ciência social, a partir de então, se desenvolverá ao lado da indústria. Para o estudo dos fenômenos sociais Comte parte da física social, isto é, “um estado fixo e homogêneo no qual as ciências do homem e as da natureza não passam de ramos de um mesmo tronco” (LOWY, 2009, p. 24). Portanto, Comte defenderá que os homens estão sujeitos às leis naturais e invariáveis que, apesar de criarem condições desiguais de acesso à riqueza, não podem ser alteradas. Exatamente por ter construído um pensamento científico que naturalizou as desigualdades entre os homens é que o positivismo de Comte será um dos pilares para a consolidação do capitalismo.

- b) pesquisa documental a partir de fontes públicas disponíveis em jornais, *blogs* e redes sociais, referentes ao período entre 2018 e 2021, com ênfase no Rio de Janeiro e nas questões urbanas;⁴
- c) pesquisa documental a partir de documentos dos próprios sujeitos políticos envolvidos na pesquisa;⁵
- d) pesquisa documental a partir de materiais da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), relativos a um levantamento participativo sobre/com os sujeitos políticos do Rio de Janeiro realizado em 2018, sistematizado no livro *A luta urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direito nas cidades* (FASE, 2018);
- e) pesquisa qualitativa a partir de roteiro de entrevista semiestruturada,⁶ com sujeitos escolhidos previamente.

Para além desses procedimentos metodológicos, mantivemos diálogo permanente com outros pesquisadores da área de serviço social, sociologia, ciência política, geografia e planejamento urbano; participamos de congressos, seminários e eventos acadêmicos que tratam da temática pesquisada; e atuamos, como observadora participante, de rodas de conversa, oficinas, reuniões, eventos, mobilizações, comemorações e atividades vinculadas aos sujeitos políticos das lutas urbanas do Rio de Janeiro no período entre 2016 e 2021. Ainda participamos, como observadora participante, dos protestos de rua que ocorreram no período na cidade do Rio de Janeiro. De todas as participações, três contribuíram sobremaneira para a definição dos rumos desta pesquisa.

Entre 2016 e 2019, participei do curso de *Introdução à viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos populares*, realizado pela organização não governamental (ONG) Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (Capina)⁷ com vários grupos da economia popular do Rio de Janeiro e de Santa Catarina. Tendo vivido essa experiência tanto como participante quanto como parte da equipe da Capina, aprendi uma lição e a trouxe para pesquisa: na vida, vale mais o processo que o resultado.

⁴Ver apêndice B.

⁵Ver apêndice C.

⁶Ver apêndice A.

⁷Este curso foi realizado em parceria com a Fundação Luterana de Diaconia e com a Pão Para o Mundo.

Sem desconsiderar que, *a priori*, o exercício da pesquisa e o da educação popular possuem naturezas distintas e sem desconsiderar ainda que a tese resultante desta pesquisa não estará sob o controle de quem a produziu – haja vista que os efeitos e os usos de uma pesquisa estão muito além do seu tempo histórico e dos interesses que a criaram –, a lição aprendida nesse curso me ajudou a escolher o “artesanato intelectual” (MILLS, 1982) como método.

Entre 2019 e 2020 realizei uma instância como pesquisadora convidada da Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia, da Universidade Complutense de Madri (UCM), com sede na Espanha.⁸ A instância teve como objetivo conhecer a dinâmica da sociedade civil organizada de Madri, especialmente aquela que atua no âmbito do urbano; assim como buscar elementos teóricos para o entendimento da crise da democracia liberal no mundo e sua relação com o neoliberalismo.

A experiência de estar fora do Brasil e, ao mesmo tempo, me aproximar de outras realidades sociais ampliaram meu olhar sobre as características da ação coletiva contemporânea, não apenas devido aos estudos acadêmicos, mas também devido à aproximação de processos de resistência social de Madri como os centros sociais, as praças e hortas comunitárias, as escolas populares e a Cúpula Social do Clima.

A convivência com sujeitos políticos organizados nesses espaços me possibilitou perceber que, em toda parte do mundo, a quebra da confiança entre governantes e governados e a voracidade da agenda neoliberal faz surgir resistências sociais que lutam por outro paradigma societário, diferente do capitalista e da democracia representativa. Nesse sentido, pude conhecer experiências coletivas que se organizam desde a perspectiva dos comuns como La Ingobernable,⁹ El

⁸O interesse pelos estudos desenvolvidos na Espanha surgiu em função da minha aproximação com o Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (Netsal), do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Esse Núcleo é coordenado pelo Prof. Dr. Breno Bringel, que também é professor-titular interino da Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da UCM.

⁹Para maiores informações consultar:

https://www.facebook.com/CSIngobernable/?ref=page_internal. Acesso em: 28 maio 2021.

Laboratório,¹⁰ Esta es una Plaza,¹¹ Recetas Urbanas,¹² La OSA – Supermercado Cooperativo,¹³ Los Madriles – Atlas de iniciativas Vecinales.¹⁴

No primeiro semestre de 2018 participei da disciplina Processo de Construção do Conhecimento e Serviço Social I, a qual trouxe aportes para escolha desse método. Ministrada pela Prof.^a Dra. Dirce Koga, a disciplina contribuiu para reflexão sobre desafios metodológicos da pesquisa social e complexificou a relação sujeito-objeto da pesquisa.

A partir dela, conheci Wright Mills,¹⁵ seu “artesanato intelectual” e, desde então, o caminho da pesquisa foi traçado com mais clareza. Resgatei meus blocos de anotações de seminários, as anotações de rodas de conversa, oficinas, atividades que eu já possuía. Também passei a registrar mais meu trabalho desde então.

Outra contribuição do autor foi à minha própria imaginação sociológica que, aos poucos, foi sendo estimulada de duas formas: tanto pelo exercício de reformulação e formulação das minhas questões de investigação, sempre num movimento de observar quais eram suas categorias-chave, seus possíveis sinônimos e sentidos; quanto pelo exercício de construção de uma linha do tempo dos principais fatos que marcaram o contexto político da sociedade civil e do Estado no Brasil, de 2016 até 2021, com ênfase no Rio de Janeiro e nas questões urbanas. A sistematização dessa linha do tempo será apresentada no capítulo 3.

O artesanato intelectual é mais do que a mera técnica de obtenção de dados. Não é uma técnica, é uma troca. Não há como utilizar o artesanato sem dar algo em troca do que se recebe. No artesanato, o observador é observado, o decifrador é decifrado. Sem o que não há interação. Sem interação não há como compreender; situar-se e compreender o outro (MARTINS, 2014, p. 34).

¹⁰Para maiores informações consultar <hacerlaboratorio.net>. Acesso em: 28 maio 2021.

¹¹Para maiores informações consultar:

http://estaesunaplaza.blogspot.com/?fbclid=IwAR3gBwsMT8qliYjU8gDwDOYPr8sL7WXMh9pGold4Q_rywkJMJPbXz3cvnhw. Acesso em: 28 maio 2021.

¹²Para maiores informações consultar: <http://www.recetasurbanas.net/>. Acesso em: 28 maio 2021.

¹³Para maiores informações: <http://cooperativaosa.com/la-osa/>. Acesso em 28 maio 2021.

¹⁴Para maiores informações consultar: <https://losmadriles.org/los-madriles/>. Acesso em: 28 maio 2021.

¹⁵Mills é um renomado sociólogo americano que tem como referência teórica Max Weber. Sua produção intelectual deu-se nos anos 1940-1950. Questiona a sociologia mais dura, critica o distanciamento entre sujeito e objeto, distanciamento que tinha como base a busca pela neutralidade do pesquisar. Ao longo de sua trajetória, foi uma voz que destoou dos demais sociólogos. Entende que o pesquisador deve registrar, escrever, usar outras linguagens, de modo que não deixe escapar ideais que se relacionam com o seu objeto de pesquisa; assim como deve se comunicar e fazer trocas com outros pesquisadores. No Brasil, Octavio Ianni é um dos principais seguidores das produções de Mills. Além dele, José de Souza Martins e Antônio Cândido também usam Mills como referência. Na Europa, E. Thompson ao longo da sua trajetória – marcada pela inseparabilidade entre vida, militância e produção intelectual, hoje tão necessária – é um autor que se aproxima de Wright Mills.

Portanto, a escolha do “artesanato intelectual” deu-se em meio ao processo de descoberta da autora como pesquisadora social que não sabe tudo, mas que parte de algumas concepções teóricas e experiências políticas para se reinventar no processo. Assim, essa tese foi sendo escrita na medida em que passei a “aprender a usar a experiência da sua [minha] vida no seu [meu] trabalho continuamente” e a entender que “estamos pessoalmente envolvidos em todo produto intelectual que nos ocupa” (MILLS, 1982, p. 212).

Em 2018, como assistente social e educadora popular da Fase, participei da coordenação de um ciclo de oficinas com diferentes sujeitos políticos das lutas urbanas do Rio de Janeiro, que também aconteceu em Pernambuco¹⁶ e no Pará¹⁷ e teve o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo. No Rio de Janeiro o ciclo de oficinas foi realizado em parceria com pesquisadores do Netsal-Iesp-Uerj.¹⁸ Durante as oficinas, os principais temas debatidos foram democracia, crise da institucionalidade, ciclo de manifestações de junho de 2013, bens comuns e formas de produção de conhecimento. No que se refere à metodologia, as oficinas foram planejadas, organizadas e executadas coletivamente, com a participação dos próprios sujeitos do processo.

A proposta inicial era fazer um levantamento sobre/com os sujeitos políticos das lutas urbanas do Rio de Janeiro a partir de um longo questionário de perguntas divididas nos eixos, atores, práticas e gramáticas políticas.¹⁹

Para responder às perguntas escolhemos como método a consulta prévia em materiais públicos dos sujeitos, disponíveis em sítios eletrônicos ou em seus materiais institucionais e, posteriormente, a coleta de informações durante as oficinas participativas. Também foi levantado um conjunto de bibliografias²⁰ para subsidiar as reflexões do levantamento.

¹⁶Foi parceira da Fase a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por meio do Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

¹⁷Foram parceiros da Fase a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), por meio da Faculdade de Direito, e a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

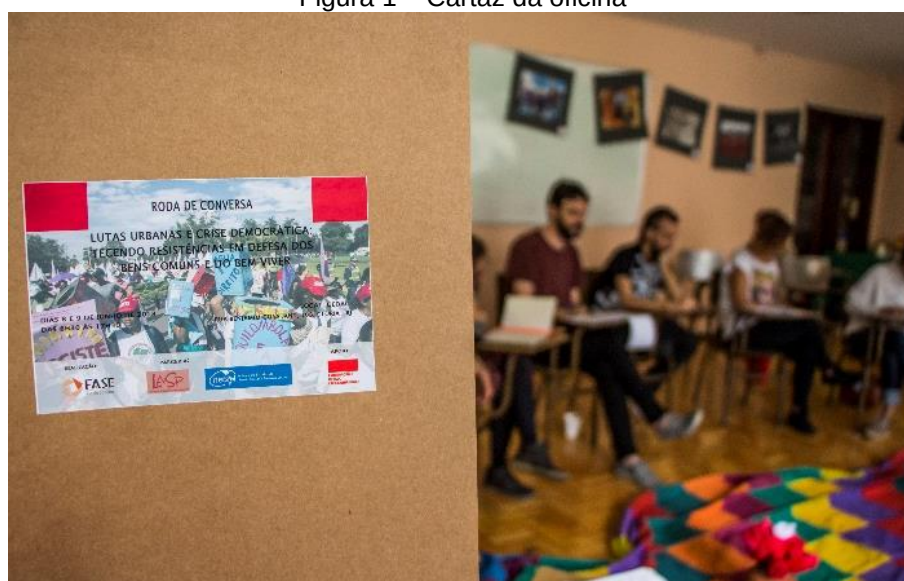
¹⁸Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pelo Dr. Breno Bringel. Além do coordenador, participaram das oficinas os seguintes pesquisadores: Luiz Otávio Ribas, Lara Sartório Gonçalves, Raul Nunes e Renata Versiani Scott Varela.

¹⁹Ver anexo A.

²⁰Os temas principais dessas bibliografias foram: i) histórico dos estudos sobre movimentos sociais; ii) balanço das concepções teóricas de movimentos sociais dentro da teoria marxista; iii) formas de

No que se refere à lista de sujeitos políticos atuantes no tecido associativo do Rio de Janeiro, feita a partir da relação da Fase e do Netsal-Iesp-Uerj e durante as oficinas, foi se transformando numa cartografia social inicial. Quando fomos para a etapa das oficinas participativas o questionário foi logo posto de lado. Incompreensível para alguns e rechaçado por outros, as perguntas transformaram-se em eixos de debate.

Figura 1 – Cartaz da oficina



Fonte: Acervo Fase (2018)

Figura 2 – Participantes da oficina



Fonte: Acervo Fase (2018)

organização dos movimentos sociais; iv) formas de ação dos movimentos sociais; v) democracia e movimentos sociais; e vi) bens comuns e bens comuns urbanos.

O resultado desse levantamento participativo foi sistematizado no livro *A luta urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direito nas cidades* (FASE, 2018), editado pela Fase no fim de 2018. Elaborado junto aos sujeitos políticos dos três estados onde os ciclos de oficinas aconteceram, o livro buscou integrar conhecimentos e aprendizados das lutas políticas de diferentes territórios, conforme consta na apresentação da publicação:

A perspectiva assumida de ser um levantamento em muito se aproximaria das dinâmicas de educação popular presentes em nossas práticas de formação, como também abria o espaço de reflexão a diferentes visões e acúmulos igualmente presentes na diversidade mobilizada de organizações, coletivos e militantes populares urbanos nos estados do Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro... Desde o início, a aposta no levantamento foi a de trabalhar com sentidos e compartilhamentos mútuos sobre “tendências” que poderiam ser observadas desde as lutas concretas nos territórios, desde os conflitos nas cidades e, em si, sobre os sujeitos sociais envolvidos nessas dinâmicas societárias urbanas (FASE, 2018, p. 6-7).

Conforme já mencionado, a participação nesse levantamento participativo como educadora popular influenciou os rumos desta pesquisa na medida em que contribuiu para o entendimento da complexidade e amplitude do tecido associativo do urbano do Rio de Janeiro e, mais do que isso, para o entendimento de que fazer um mapeamento de sujeitos, por mais que busque ser geral, terá sempre lacunas. Esse aprendizado ficou evidente porque inicialmente a Fase e o Netsal identificaram 60 sujeitos políticos atuantes nas lutas urbanas do Rio de Janeiro. Ao longo das oficinas, esse mapeamento foi adensado pelos 30 sujeitos²¹ que participaram das oficinas, de forma que nosso universo passou para 90 sujeitos políticos.²² Sabemos ainda que se fossem outros os participantes esse mapeamento poderia ter um resultado bem diferente.

²¹Brigadas Populares; Consulta Popular; Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM); Centro de Ação Comunitária (Cedac); Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social da UFRJ Dona Ivone Lara; Comitê pela Liberdade de Rafael Braga; Conexão G; Escola de Ativismo; Espaço Para que e Para quem Servem as Pesquisas sobre Favela; Fórum Grita Baixada; Fórum de Manguinhos; GT de Pesquisa Militante em Saúde da Fiocruz; Instituto de Formação Humana e Formação Popular (IFHEP); Levante Popular da Juventude; Marcha Mundial das Mulheres; Mídia Independente Coletiva (MIC); Mídia Kaps Digital de São João de Meriti; Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Movimento Passe Livre de Niterói (MPL); Militiva; Movimento Pró-Saneamento e Meio Ambiente da Região do Parque Araruama (MPS); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Museu da Maré; Núcleo de Desconstrução de Gênero da Psicologia da Uerj; Projeto Brasil Cidades; Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência; Rolé dos Favelados; Sindicato de Saneamento de Niterói; Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea); Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap).

²²Ver anexo B.

[...] O levantamento apontou imensos desafios, a saber: a importância de articular essa diversidade de mobilizações e sujeitos políticos em torno de agendas comuns; dimensionar qual o grau de importância que a pressão sobre o Estado terá dentro da estratégia dos movimentos sociais; quais novas estratégias precisam ser construídas em um cenário de constante violência estatal e criminalização dos movimentos sociais; como efetivar a aliança entre movimentos e coletivos, que assumem agendas no espaço urbano de modo muito diversificado, que transcendem a tradicional agenda do direito à cidade, com movimentos com estruturas hierarquizadas, com acúmulo de experiências, sem perda de suas identidades e protagonismos; como articular as lutas locais com lutas internacionais e/ou globais; como seguir com a interação entre a produção de conhecimento acadêmico, dos movimentos sociais e organizações de educação popular (FASE, 2018, p. 17-8).

Portanto, o trabalho como educadora popular no levantamento participativo da Fase foi determinante para os rumos desta pesquisa na medida em que contribuiu para identificação de que não havia déficit de organização política no Rio de Janeiro, pelo contrário, como demonstrado inúmeras resistências estavam sendo construídas nos territórios, por dentro ou por fora da institucionalidade democrática.

Por outro lado, o documento mostrou que a dificuldade de articulação entre a diversidade de sujeitos envolvidos nesses processos é parte do achatamento da imaginação social em relação ao futuro da democracia e parte da cegueira coletiva quanto às formas de fazer política não hegemônicas. Na busca por entender melhor esses impasses é que nos debruçamos sobre o estudo não só da crise democrática, mas também do neoliberalismo enquanto uma racionalidade do capitalismo contemporâneo (FOUCAULT, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016; 2017a; LAVAL, 2020; BROWN, 2019), sem o qual não nos parece possível compreender a ação coletiva dos sujeitos das lutas urbanas.

Pesquisa Qualitativa

Para estabelecer uma relação sujeito-sujeito justa para ambas as partes, partimos de algumas premissas: i) os sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro demandam uma postura ética e um compromisso político do pesquisador, tanto que é necessário haver uma negociação sobre o que será pesquisado, de que forma, para quê, como será divulgado; ii) muitos desses sujeitos também são pesquisadores, vinculados a universidades ou não, os quais não aceitam o “discurso competente” (CHAUI, 2011) e reivindicam o direito de contarem suas próprias narrativas da resistência popular; iii) reconhecemos que a produção de conhecimento é complexa, atravessada pelas relações de poder e contradições constitutivas do ser

social, além de ser sempre limitada – pela própria perspectiva teórica de análise, pelo espaço e pelo tempo em que é produzido.

Considerando essas premissas, elaboramos um roteiro de entrevista semiestruturado²³ para orientar a pesquisa qualitativa. Ao todo 13 perguntas foram definidas de acordo com os objetivos desta tese e organizadas em três eixos, a saber: apresentação do entrevistado; sujeitos políticos e democracia; sujeitos políticos e neoliberalismo.

O projeto de pesquisa e os instrumentos de coleta de dados foram submetidos à Plataforma Brasil e aprovados pelo Comitê de Ética de Pesquisa da PUC-SP.

No que se refere à mobilização dos sujeitos para realização das entrevistas, entramos em contato por telefone ou pelo WhatsApp²⁴ para explicar os objetivos da pesquisa e perguntar se havia interesse em participar. Ainda no processo de mobilização, enviamos um documento²⁵ com o resumo dos objetivos da pesquisa e o modelo do Termo de Livre Consentimento²⁶ para que os convidados compartilhassem esse material com os demais integrantes da sua organização e avaliassem qual o sentido político de participarem da pesquisa. Em geral, após uma ou duas semanas os sujeitos coletivos responderam positivamente ao convite e, daí em diante, passamos a agendar as entrevistas que foram realizadas entre julho e novembro de 2020.

Vale salientar que a pandemia de Covid-19 e o trabalho remoto impossibilitaram a realização de entrevistas presenciais, o que do nosso ponto de vista não diminuiu a qualidade dos dados coletados, mas trouxe outros desafios na medida em que impediu a experiência do encontro, do olho no olho, da observação do corpo e tudo mais que o contato pessoal propicia.

Praticamente no fim de todas as entrevistas os sujeitos coletivos sinalizaram interesse em ver o resultado desta pesquisa, bem como colocaram outras demandas que dialogam com esses resultados. Com todos os sujeitos foram alinhavados compromissos coletivos de devolução e construção de agendas comuns futuras.

Avaliamos que a pesquisa qualitativa foi o momento mais rico do processo de investigação, em que as premissas da relação sujeito-sujeito anunciadas

²³Ver apêndice A.

²⁴WhatsApp é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para *smartphones*.

²⁵Ver apêndice D.

²⁶Ver apêndice E.

anteriormente foram colocadas à prova, os dilemas que atravessam a produção de conhecimento foram revisitados e as certezas foram postas em questão.

Critério de Escolha dos Sujeitos da Pesquisa

Em relação à quantidade de sujeitos da pesquisa qualitativa, pretendíamos entrevistar inicialmente nove (10%) dos 90 sujeitos coletivos do tecido associativo do Rio de Janeiro já identificados pelo trabalho da Fase, sendo uma única entrevista com cada sujeito escolhido. No entanto, no momento da qualificação, a banca avaliadora indicou que fosse reduzido o número de sujeitos coletivos da pesquisa, assim como o número de questões da entrevista. Ambas as sugestões foram dadas no sentido de possibilitar maior aprofundamento da análise, tendo em vista a natureza da pesquisa e o cronograma. As sugestões foram acolhidas e a proposta final foi realizar entrevistas com cinco sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro.

Quanto ao número de entrevistas com cada sujeito coletivo, não foi pré-estabelecido; coube à pesquisadora avaliar a necessidade de entrevistar mais de uma pessoa a depender da dinâmica do próprio grupo e da qualidade das informações coletadas. Ao fim, participaram da pesquisa qualitativa apenas quatro sujeitos coletivos, com os quais realizamos no mínimo duas entrevistas, sendo o total de 11 entrevistas.

A justificativa para a não realização da entrevista com o quinto sujeito foi a necessidade de realizar duas ou três entrevistas com cada sujeito coletivo, o que demandou envolvimento e tempo da pesquisadora. Dado o volume de material coletado e o cronograma da pesquisa, não foi possível incluir mais um sujeito.

A escolha por aprofundar os temas investigados foi uma descoberta do próprio processo de pesquisa, a partir do qual percebemos que era necessário comparar as respostas, usar as informações já coletadas na entrevista seguinte, fazer com que os entrevistados dialogassem entre si etc.

Em média, as entrevistas duraram entre uma hora e uma hora e meia. Quanto ao trabalho de transcrição, 70% foi feito pela própria pesquisadora e 30% por profissionais contratados, o que resultou num material extenso de cerca de 13 a 15 páginas por entrevista.

O vínculo profissional da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa antecede essa investigação; assim, a escolha dos quatro sujeitos para entrevista foi feita levando em consideração as relações de confiança construídas ao longo dos anos e a aproximação atual como educadora popular. Outro fator determinante desta escolha foi a diversidade entre os sujeitos e a diversidade territorial:

- a) *diversidade entre os sujeitos*, ou seja, há tanto sujeitos coletivos que têm mais de 20 anos de atuação política como sujeitos que se organizaram há menos de 2 anos e têm uma história de vida política curta, há sujeitos com maior grau de institucionalidade e outros mais autonomistas, há sujeitos comprometidos com as lutas do mundo do trabalho e outros com as lutas pelas identidades. Diante dessa diversidade nos interessa investigar se a composição etária de cada sujeito coletivo influencia na sua percepção e reação à crise democrática e à racionalidade neoliberal, se o maior ou menor grau de institucionalidade influencia na percepção da crise democrática e da racionalidade neoliberal e como esses diferentes sujeitos lidam com a fragmentação política e a necessidade de articulação;
- b) *diversidade territorial* entre os sujeitos, isto é, há sujeitos tanto do centro como da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sujeitos que têm diferentes experiências com a desigualdade urbana e leituras sobre o que é o direito à cidade. Nos interessa investigar como a atuação política desde esses diferentes lugares sociais influencia na percepção da crise democrática e da racionalidade neoliberal.

Assim, os quatro sujeitos coletivos escolhidos foram os seguintes: Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP); Brigadas Populares; Fórum Grita Baixada; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de Niterói e Região (Sindágua-RJ).

APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A seguir apresentamos uma breve caracterização dos sujeitos coletivos entrevistados na pesquisa.

Tabela 1 – Lista dos sujeitos coletivos entrevistados na pesquisa

N.	ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	DATA DA ENTREVISTA	IDENTIFICAÇÃO	RAÇA/COR	SEXO	IDADE
1	Instituto de Formação Humana e Educação Popular	10/7/2020	Entrevistado A	branco	masculino	23 anos
2	Instituto de Formação Humana e Educação Popular	10/7/2020	Entrevistada B	branca	feminino	33 anos
3	Instituto de Formação Humana e Educação Popular	24/7/2020	Entrevistado C	negro	masculino	21 anos
4	Brigadas Populares	21/7/2020	Entrevistada D	negra	feminino	27 anos
5	Brigadas Populares	21/7/2020	Entrevistada E	negra	feminino	26 anos
6	Brigadas Populares	7/8/2020	Entrevistado F	negro	masculino	32 anos
7	Fórum Grita Baixada	9/9/2020	Entrevistado G	branco	masculino	53 anos
8	Fórum Grita Baixada	11/9/2020	Entrevistada H	negra	feminino	57 anos
9	Fórum Grita Baixada	3/10/2020	Entrevistada I	branca	feminino	30 anos
10	Sindágua-RJ	1º/11/2020	Entrevistado J	pardo	masculino	55 anos
11	Sindágua-RJ	4/11/2020	Entrevistada K	negra	feminino	55 anos

Fonte: Elaboração da própria autora (2020)

Instituto de Formação Humana e Educação Popular – IFHEP

De acordo com texto autoral do IFHEP²⁷ produzido para o livro *A luta urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direito nas cidades*



(FASE, 2018), o IFHEP é oriundo da união entre duas experiências de pré-vestibulares populares que já existiam no bairro de Campo Grande da cidade do Rio de Janeiro na década de 2000: o Pré-Vestibular Popular do Centro de Apoio ao Movimento Popular da Zona Oeste e o Pré-vestibular Popular Inovares do Saber do Núcleo de Estudos Urbanos da Fundação Educacional Unificada Campo Grandense.

²⁷Não possui site oficial. Comunica-se apenas por meio de uma página do Facebook: <https://www.facebook.com/IFHEP>. Acesso em: 1º ago. 2019.

Tais iniciativas estiveram historicamente vinculadas ao Núcleo Socialista de Campo Grande, um espaço que tem origens ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e às Pastorais Sociais da Igreja Católica, mas que perde o vínculo com o partido a partir de 2002 e passa a se organizar de forma mais autônoma, com reuniões de formação política e manifestações no calçadão de Campo Grande.

Ao longo dos anos seguintes os militantes desse Núcleo, muitos dos quais também eram professores dos pré-vestibulares populares, chegam ao entendimento coletivo de que era necessário expandir a ação do Núcleo no bairro e que, para isso, era preciso ter um espaço físico que acolhesse os pré-vestibulares, mas também possibilitasse a realização de outras atividades. Assim nasce o IFHEP, em 2010, com uma estreita relação com o Núcleo Socialista de Campo Grande (VIEIRA, 2015).

Atualmente o IFHEP possui um espaço físico alugado onde desenvolve suas ações. As três atividades principais seguem a linha do projeto de educação popular e se organizam em três eixos: Pré-Vestibular Popular (PVP), Pré-Ensino Médio Popular (PEMP) e Cine-Sarau do IFHEP.

Através de uma perspectiva intercultural, o IFHEP promove o encontro das manifestações culturais de coletivos, antes silenciados pela configuração excludente da cidade. A troca afetiva entre os grupos promove uma educação pautada no respeito e na valorização da diversidade, colaborando com o fortalecimento de ações afirmativas de combate ao racismo, ao machismo e à homofobia, através de atividades diversas como rodas de conversa, exibição de filmes, saraus de poesia, rodas de dança, música e atos públicos (Relatório Anual do IFHEP, 2019).

Denomina-se como uma organização informal, que tem a autogestão como princípio, as relações interpessoais horizontais como prática, as relações societárias solidárias não racistas, não machistas e não LGBTfóbicas como horizonte. Também faz parte da sua missão a inserção nas lutas centrais à classe trabalhadora e à região da Zona Oeste.

Em termos de organização interna, entende que é preciso ter autonomia na gestão, no espaço e independência financeira, portanto todos seus projetos são sem fins lucrativos, realizados a partir da contribuição financeira do grupo que integra o IFHEP, assim como dos Amigos e Amigas do IFHEP, através de contribuição mensal de cotas e de editais para pequenos projetos. Toda a coordenação geral do instituto e a gestão das atividades permanentes é realizada por pessoas que doam o seu

tempo e trabalho na perspectiva de construir um espaço de reflexão, transformação e construção de uma nova sociabilidade.

No IFHEP a gente sempre debate a ideia de que a gente não é a mesma coisa, mas a gente pelo menos tem que partir do mesmo lugar. O IFHEP é uma casa que é construída por trabalhadores e trabalhadoras, oriundos da Zona Oeste, que pensam a educação como uma forma de revolução, esse é o princípio da construção do IFHEP. Acreditamos na educação como uma resposta revolucionária. E aí a gente pauta as questões a partir dessa concepção que a gente tem do IFHEP. Todas as pessoas que chegam no IFHEP, que compõem a coordenação, que são convidadas a compor a coordenação, são pessoas que acreditam nessa concepção e defendem esses princípios. Então, por exemplo, nas reuniões a gente tem discussões extensas sobre várias coisas que levam o dia inteiro debatendo, mas a gente pensa o que o IFHEP historicamente tem construído? O que ele defende? O que ele acredita? E nós, enquanto IFHEP, o que a gente pensa? (Sujeito C, IFHEP, entrevistado em 24/7/2020.)

Brigadas Populares

De acordo com *site* oficial das Brigadas Populares,²⁸ trata-se de uma organização urbana, nascida em Belo Horizonte a partir da fusão com outras organizações políticas.²⁹ Identificam-se como uma organização militante, popular e de massas, socialista, classista, feminista, antirracista, anti-imperialista, antipunitivista e nacionalista-revolucionária, que atua em locais diversos como ocupações, periferias, bairros, organizações comunitárias, coletivos, sindicatos, escolas e universidades. Atualmente estão no Distrito Federal e em 11 estados, sendo um deles o Rio de Janeiro.



Denominam-se como uma ferramenta social e política que luta tanto para resolver os problemas mais imediatos do povo quanto para o desenvolver de uma “nova maioria” para o país. A construção dessa nova maioria visa derrotar a velha política e devolver para a mão dos brasileiros o controle do país.

Portanto, acreditam em uma “unidade aberta” formada por toda sociedade (coletivos, associações, movimentos, artistas), que será alcançada com o seguinte método: 1- sempre partir da realidade concreta; 2- inserir-se no cotidiano do povo; 3-

²⁸Site oficial: <https://brigadaspopulares.org.br/>; e página do Facebook oficial: <https://www.facebook.com/brigadasrio>. Acesso em: 1º ago. 2019.

²⁹Coletivo Autocrítica, Coletivo 21 de Junho (C21J) e Movimento Revolucionário Nacionalista – Círculos Bolivarianos (Morena-CB).

construir uma pauta de luta; 4- definir adversários e aliados; 5- planejar, executar e avaliar; 6- organizar, organizar e organizar.

O trabalho está assentado em quatro diretrizes: 1- auto-organização dos/as oprimidos/as; 2- democracia e participação popular; 3- ponto de partida na situação da vida do povo; 4- relação intrínseca entre lutas imediatas e lutas políticas.

Ainda como parte do método, as Brigadas Populares organizam-se a partir de estruturas de base conhecidas como “comunas”. As comunas são:

Unidades territoriais de organização social e política do povo, são um dispositivo político e físico implantado nos territórios com o objetivo de engajar a comunidade em atividades que elevem seu perfil de organização e seu comportamento político (OTONI, 2017, p. 2).

Nesse sentido, as comunas buscam responder às demandas mais imediatas do povo através do fortalecimento de uma identidade coletiva e da criação de uma estrutura de afeto e solidariedade no engajamento político. Logo, as comunas são dispositivos que possibilitam que “o sujeito social se crie por meio do seu protagonismo e de sua identificação com uma narrativa alternativa à dominante, que está pautada no individualismo e na fragmentação das demandas comuns” (OTONI, 2017).

Por meio das comunas, as Brigadas pretendem fazer frente aos desafios da conjuntura e desenvolver o que chamam de Resistência Popular Prolongada, ou seja, uma estratégia de longo prazo para enfrentar um quadro de assimetria de forças em conflito que é o caso brasileiro.

A Comuna seria uma ferramenta *pra* Resistência Popular Prolongada, porque teve uma experiência lá em Minas Gerais que as Brigadas ganharam o direito de permanecer na ocupação. A ocupação hoje é um bairro, mas as Brigadas perderam a influência política, perderam a capacidade de organizar aquele povo porque não tinham uma Comuna, então a partir do momento *que* a luta tá ganha as pessoas param de lutar, então precisa existir um espaço de formação, um espaço que de um pouco de sentido para as pessoas seguirem engajadas em tantas lutas que temos *pra* travar (Sujeita D, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

No Rio de Janeiro as Brigadas Populares organizam quatro ocupações urbanas: uma no bairro da Pavuna, que se chama Ocupação Povo Sem Medo; outra na Barreira do Vasco, que se chama Ocupação São Januário; outra no Centro, a Ocupação Moisés; e a última na Gamboa, Ocupação Gamboa. Além das ocupações,

também organizam o Só-Cria, pré-vestibular popular da favela da Rocinha, e uma horta comunitária próxima à Ocupação São Januário.

Desde 2018 vem se articulando uma Frente de Mulheres das Brigadas Populares do Rio de Janeiro que é formada tanto pelas mulheres que lideram as ocupações quanto por jovens mulheres militantes das Brigadas Populares. Segundo uma das entrevistadas, a Frente de Mulheres tem sido “um importante espaço de fortalecimento entre as mulheres, não só de acolhimento, mas de crescimento político dentro da organização, um espaço de conscientização, de formação, de politização” (Entrevistada E, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

Fórum Grita Baixada

De acordo com *site* oficial,³⁰ documentos autorais³¹ e entrevistas,³² o Fórum Grita Baixada é um movimento social, constituído por uma rede de organizações e pessoas da sociedade civil articuladas em prol de iniciativas voltadas aos Direitos Humanos, à justiça e a uma política de segurança pública cidadã para a Baixada Fluminense.



Constitui-se como um espaço de diálogo, formação e incentivo à organização, articulação e mobilização para a busca de soluções da sociedade civil para as problemáticas sociais e de Direitos Humanos na Baixada Fluminense, especialmente a questão da violência letal que dizima centenas de jovens todos os anos. Assim, o Fórum é um espaço de articulação política entre as forças vivas da Baixada Fluminense que buscam melhorar as condições de vida da população mais pobre.

O Fórum foi criado a partir da preocupação com o aumento dos índices de violência na Baixada Fluminense, sobretudo após o assassinato de 29 pessoas de Nova Iguaçu e Queimados por policiais no dia 31 de março de 2005, fato que é

³⁰Site oficial: <https://forumgritabaixada.org.br/sobrenos>; e página do Facebook oficial: <https://www.facebook.com/forumgritabaixada>. Acesso em 1º ago. 2019.

³¹O FGB possui diversos documentos autorais realizados de forma independente ou em parceria com membros da sociedade civil nos quais está registrado parte da sua história. Para esta pesquisa consultamos alguns. Ver apêndice B.

³²Frequentemente representantes do FGB participam de debates, entrevistas e atividades em geral. Para esta pesquisa acompanhamos algumas. Ver apêndice B.

conhecido como Chacina da Baixada. Desde lá, outras chacinas já aconteceram na região.³³

Devido à falta de resposta por parte das autoridades, os familiares das vítimas da Chacina da Baixada solicitaram uma reunião com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, à época sob a gestão de Sérgio Cabral, Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O então secretário de segurança pública do estado era Mariano Beltrame que, ao participar da reunião, fez um pronunciamento dizendo que nunca tinha ouvido a Baixada Fluminense gritar tão alto demandando políticas públicas no campo da segurança pública.

Justamente a partir dessa fala, surgiu a ideia de, junto com outras organizações da sociedade civil da Baixada, aglutinar organizações em torno de um fórum dedicado à segurança pública, dando o nome de Grita Baixada, no desejo de gritar em alto e bom tom que a Baixada Fluminense existe e não pode ser invisibilizada pelos próprios governantes.

Em 2005, quando a Chacina da Baixada aconteceu já tinha surgido um grupo chamado Reage Baixada, então, embora o Fórum Grita Baixada tenha surgido oficialmente apenas em 2012, a Baixada Fluminense já tinha feito um movimento anterior de mobilização e articulação chamado Reage Baixada e o os dois movimentos praticamente tinham a mesma inspiração, ou seja, juntar forças sociais da Baixada Fluminense que pudessem chamar a atenção do poder público sobre o que acontece na Baixada e que buscassem desenvolver ações intersetoriais que pudessem, a longo prazo, enfrentar a situação da violência. E aí essa questão intersetorial é importante porque embora o FGB tenha um foco voltado para a dimensão da segurança pública, nunca esteve ausente da nossa perspectiva a importância da cultura, do protagonismo da juventude negra, do enfrentamento ao racismo, do enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e territoriais da Baixada Fluminense (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

Atualmente o Fórum é formado por aproximadamente dez organizações que trabalham em rede e pensam um novo modo de vida para a Baixada Fluminense. As principais são: Casa Fluminense, Casa do Menor São Miguel Arcanjo, Central Humana de Educação, Ideias e Formação Alternativa (Cheifa), Centro de Direitos

³³Em 2012 houve a Chacina de Mesquita com nove mortos, em 2014 a Chacina de Duque de Caxias com cinco mortos e em 2017 a Chacina de Japeri, com cinco mortos. Essas são chacinas documentadas pelos registros oficiais, no entanto sabe-se que os dados estão subdimensionados. Segundo matéria do Intercept, realizada com base nos dados do Fogo Cruzado, entre 2016 e 2017 ocorreram 21 Chacinas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, das quais 6 foram em municípios da Baixada Fluminense (GONCALVES; OLLIVEIRA, 2017). Além das chacinas, a Baixada Fluminense ainda convive com sofisticadas estratégias e técnicas de desaparecimentos forçados. A ocultação e extinção de cadáveres também vem sendo usada especialmente por grupos milicianos a fim de dificultar as já inexpressivas investigações e responsabilizações por homicídios.

Humanos de Nova Iguaçu (CDHNI), Conselho Regional de Psicologia – Subsede Baixada Fluminense, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral Operária (PO), Núcleo de Atenção à Violência (NAV), Núcleo FGB Lagoinha – Nova Iguaçu, Núcleo FGB Queimados, Núcleo FGB Bom Pastor – Belford Roxo / Pré-Vestibular Bom Pastor – UNEafro.

Em termos operativos, o Fórum possui atualmente uma coordenação executiva formada por três pessoas:

A coordenação executiva do Fórum são três gerações diferentes, são três pessoas que estão contratadas *pra* tocar o dia a dia do Fórum. Então sou eu na coordenação, o [...] na comunicação e a [Sujeita I] na mobilização. Eu com 53 anos, o [...] com quase 40 e a [Sujeita I] com 27 anos. Enfim, são três gerações. Os três nasceram em Nova Iguaçu (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

Apesar de trabalhar com os temas de saúde, educação pública, mobilidade e cultura, a temática da segurança pública é a que concentra maior parte do trabalho do Fórum. Por entenderem que o direito à vida é o mais básico direito violado na Baixada Fluminense, tem-se constituído como um espaço de apoio a mães e familiares de vítimas da violência de Estado, seja por meio de atendimentos psicossociais, seja na luta por políticas públicas municipais, estaduais e federais de justiça, como o enfrentamento ao racismo e à violência de Estado e o apoio ao protagonismo da juventude periférica.

Tendo em vista a estratégia política do Fórum de manter viva a memória das vítimas da violência de Estado, em 2018 contribuíram para a realização do documentário *Nossos mortos têm voz* (SOUSA; BARBOSA, 2018), produzido em parceria com a Quiprocó Filmes, que constrói uma narrativa a partir do depoimento e do protagonismo das mães e familiares vítimas da violência de Estado da Baixada Fluminense e que possui como ponto de partida casos como a Chacina da Baixada (2005), os desaparecimentos forçados e mortes realizadas por milícias, sem se limitar, no entanto, à crueza da violência praticada nesses casos, mas destacando a luta e a incidência política pelo direito à memória a partir das histórias dessas mães e familiares que sobreviveram a essas perdas.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de Niterói e Região (Sindágua-RJ)

Segundo informações do *site* oficial³⁴ do sindicato, ele foi fundado em 1985 como entidade sindical, constituída para fins de representação, estudos, interesses econômicos, defesa, coordenação e representação legal da categoria profissional dos trabalhadores das indústrias de purificação e distribuição de água, serviços de saneamento básico e meio ambiente.



Em relação à estrutura organizacional, o Sindágua-RJ possui uma diretoria executiva com 15 membros, uma diretoria de base com 20 membros e um conselho fiscal com seis membros, sendo três efetivos e três suplentes.

Em relação ao processo eleitoral para esses cargos, o estatuto do Sindicato³⁵ estabelece que sejam realizados pleitos a cada cinco anos, sempre nos meses de outubro, podendo haver reeleição dos candidatos. A atual gestão iniciou o mandato pela primeira vez em outubro de 2019.

Sua base territorial abrange 29 municípios, sendo eles: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Rio Bonito, Tanguá, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro D'Aldeia, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Casemiro de Abreu, Magé, Mangaratiba, Guapimirim, Silva Jardim, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo, Bom Jardim, Cantagalo, Duas Barras, Cachoeira de Macacu, Sumidouro, Cordeiro, Paraty, Armação dos Búzios e Resende.

Tendo em vista que o serviço de saneamento de parte desses municípios é realizado pela Cedae e parte por empresas privadas, o sindicato é a base organizativa de trabalhadores com diferentes condições de trabalho e vínculos profissionais. Conforme depoimento abaixo, esses diferentes tipos de trabalhadores impõem desafios para mobilização.

Com relação ao público do sindicato eu posso dizer que eu tenho três públicos distintos divididos em duas categorias. As duas categorias são: os servidores da Cedae que são concursados e os trabalhadores das empresas privadas.

³⁴Site oficial: <http://www.stipdaenit.org.br/>; e página do Facebook: <https://www.facebook.com/sindaguarj>. Acesso em 5 ago. 2019.

³⁵Para maiores informações sobre a estrutura organizacional do Sindágua-RJ, consultar o estatuto em: <http://sindagua-rj.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ESTATUTO-STIPDAENIT-1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

Na Cedae em particular eu tenho o pessoal da velha-guarda, que é o pessoal da minha geração para trás, do concurso de 94 para trás, que tem uma média de idade aí de 55 anos, e tenho uma galera mais jovem do concurso de 2002 que está entre os 35 e os 45 anos. E na iniciativa privada eu tenho um público um pouco mais jovem que oscila aí entre os 25 e vai até os 45, 50 anos no máximo. Qual é a diferença? O pessoal da velha-guarda da Cedae é um pessoal imbuído da luta; se você chamar ele tende a participar porque ele foi forjado ali na luta. Eles sabem a importância, por exemplo, da gente ir para uma galeria da Alerj, lotar uma galeria da Alerj. O pessoal mais jovem da Cedae já não tem essa cultura, já não é uma coisa unificada. Tanto é que nas assembleias, principalmente nas virtuais que eu fiz agora recentemente a presença virtual dos jovens é incipiente. É ridícula! Entendeu? (Sujeito J, Sindágua-RJ, entrevistado em 1º/11/2020.)

Por fim, é necessário mencionar que o nome e a sigla do sindicato foram alterados pela atual gestão para fins de *marketing* de comunicação. Até 2019 utilizavam a sigla STIPDAENIT, que sempre foi pronunciada de forma incorreta por ter sido criada com a primeira letra do nome por extenso do sindicato na época da sua fundação, ou seja, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Águas e em Serviços de Esgotos e Similares de Niterói e Região.

Segundo informações coletadas nas entrevistas ocorreu de um parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) não conseguir pronunciar o nome e sugerir sua alteração. Esse fato foi um dos que motivou a mudança.

Eu precisava criar uma identidade para o sindicato porque eu via a dificuldade das pessoas. O que que é STIPDAENIT? Se você pegar o texto lá da década de 80, quando fundaram o sindicato, os caras pegaram a primeira letra de cada coisa e transformaram numa sigla, gente! Esse era o nível de política da galera. De visão. Então, eu peguei essa minha militância, rodando para lá e para cá: Pô cara, eu acho que Sindágua vai ser uma coisa legal! Aí submeti, fiz uma enquête, Sindágua, Sind-água, Sindae (que é na Bahia)... tem várias coisas no Brasil. Daí eu falei Sindágua. Aí o Sindágua ganhou! Aí eu mantive o acento no A *pra* dar uma diferença porque os outros não têm. E o RJ para identificar. Aí criei uma nova identidade. Foi só isso. Nada mais. O estatuto é o mesmo, é tudo o mesmo, só mudou o nome. Chamei um cara de *marketing* para me ajudar com a mídia, com a logo e tal. Fiz a proposta. Aprovei na diretoria. Fiz a enquête lá para os caras não ficarem ofendidos porque eu sou meio centralizador para essas coisas. Aí eu falei “Não, não! Se eu fizer centralizado os caras vão passar o trator porque eles usam o estatuto, né?” O regime é presidencialista, mas tem uma diretoria colegiada que discute. Submeti a ela. Ficou mais fácil, não ficou? (Sujeito J, Sindágua-RJ, entrevistado em 1º/11/2020.)

APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DA TESE

Concluindo esta introdução, esta tese está organizada da seguinte maneira: no capítulo **1 PARADIGMA DOS COMUNS**, buscaremos aproximar o leitor do debate sobre os comuns por meio de uma análise teórica; no capítulo **2 SUJEITOS E DEMOCRACIA** apresentaremos uma análise teórica e empírica sobre os impactos da racionalidade neoliberal sobre os sistemas políticos formais e sobre os sujeitos coletivos, considerando as particularidades da democracia no Brasil; no capítulo **3 RETRATO DO RIO DE JANEIRO METROPOLITANO** apresentaremos uma análise teórica e empírica sobre a dinâmica de produção do espaço urbano na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, dando ênfase à sua relação com a dinâmica neoliberal de gestão dos serviços urbanos e a militarização das cidades. Por fim, no capítulo **4 A SALVAGUARDA DOS DIREITOS PELOS SUJEITOS COLETIVOS**, apresentamos as percepções dos sujeitos desta pesquisa sobre suas próprias práticas políticas e concepções de mundo, as quais estão tensionadas pela racionalidade neoliberal, mas, ao mesmo tempo, desenvolvem ações coletivas para enfrentar esse cenário.

Esperamos que esta tese contribua para aprofundar os estudos teóricos sobre os comuns e sobre os movimentos sociais. Ao problematizar questões relativas às práticas políticas dos sujeitos coletivos no marco da racionalidade neoliberal, a expectativa é que a tese amplie a compreensão sobre as transformações do tecido associativo na contemporaneidade e ilumine os desafios postos à sociedade civil para a manutenção da democracia no país.

1 PARADIGMA DOS COMUNS

A queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da Guerra Fria (1991) representaram o encerramento de um ciclo de experiências socialistas. Desde então, vivemos num mundo cujo horizonte político parece estar reduzido a um único destino, o capitalismo neoliberal.

A desigualdade social sempre crescente, o aumento da violência constitutiva dos processos de expropriação, a expansão da lógica proprietária e mercantil sobre todas as riquezas socialmente produzidas e o aumento do endividamento de países e cidadãos evidenciam a falácia das promessas de integração desse sistema. É nesse contexto de total captura das utopias sociais que o paradigma dos comuns foi sendo recuperado, tanto no sul como no norte global.

Embora possa parecer um campo de estudos contemporâneo, as origens do debate sobre comuns são tão remotas quanto o Antigo Testamento da Bíblia, escrito entre 1500 a.C. e 450 a.C., quando a ideia de bem comum já aparecia. Trata-se também de um tema central para compreensão das transformações das relações sociais que levaram aos cercamentos na Inglaterra do século XIV ao XVIII. No século XXI, a recuperação do paradigma dos comuns está relacionada a uma série de lutas altermundalistas que, desde a década de 1990, já denunciavam a nefasta violação de direitos decorrentes da implementação das políticas neoliberais.

Considerando esse longo percurso histórico e as várias categorias teóricas contemporâneas existentes, este capítulo tem por objetivo apresentar algumas abordagens feitas desde o norte e o sul global sobre o tema, buscando historicizá-las e diferenciá-las, assim como analisar três perspectivas distintas que tratam dos comuns, a saber: a filosofia cristã, a teoria feminista latino-americana e a sociologia francesa. Por meio dessa reflexão, buscamos elementos teóricos para compreender de que forma a ação política dos sujeitos coletivos é instituída e, ao mesmo tempo institui, práticas políticas alternativas à racionalidade neoliberal.

Este capítulo é fruto de levantamento bibliográfico feito pela autora bem como da participação em dois espaços de debate sobre o tema: i) a roda de conversa *A construção do bem-viver e defesa dos bens comuns: práticas e ideias alternativas à mercantilização das cidades*, promovida em 2017 pela Fase no Brasil; e ii) o curso *Os*

saberes e as lutas: imaginação política, (co)investigação e produção de conhecimento,³⁶ oferecido em 2019 pela Fundación de los Comunes, na Espanha.

1.1 CONHECENDO OS COMUNS

Para aproximar o leitor do debate teórico sobre os comuns, apresentaremos a seguir três possíveis leituras sobre o tema.

Primeiramente, trataremos de alguns conceitos cunhados por autores que são referência no tema (SAID, 2014; HARVEY, 2014; CAFFENTZIS; FEDERICI, 2019; DARDOT; LAVAL, 2017a; BORÓN, 2009). Num segundo momento, interpretaremos os comuns desde o norte global (FEDERICI, 2017; BENSAID, 2017; HARVEY, 2014; MARX, 1996b). E, por fim, trataremos da leitura dos comuns desde o sul global (SVAMPA, 2019; ZIBECCHI, 2015; BORÓN, 2012).

1.1.1 Por Suas Definições

O que define um comum? A resposta dessa questão depende do tempo histórico em que se coloca e da perspectiva teórica adotada sobre os “comuns”, o “comum”, os “bens comuns” e o “bem-viver”. Said (2014) afirma que ainda não há consenso quanto ao uso dos termos.

A expressão “bens comuns” tem uma desvantagem importante: a de nos levar a considerar que os *recursos* são o núcleo central dessa temática – em detrimento dos atores envolvidos, e das práticas que desenvolvem; mais ainda, a palavra “bens” seria ideologicamente carregada: nos conduziria a tratar esses recursos com as mesmas categorias e formas de pensar que aplicamos às mercadorias – os “bens” por excelência no capitalismo. Do ponto de vista desse argumento, “comum” / “comuns” seriam alternativas melhores; a palavra no singular enfatizaria – como em Hardt & Negri – o caráter sistêmico, “multitudinal” desse comum; ao passo que o plural “comuns” nos chamaria a atenção para a diversidade dessas práticas, e para as especificidades dos territórios e comunidades específicas a que elas se vinculam (SAID, 2014, p. 10).

Harvey (2014), embora não mencione qual terminologia lhe parece mais pertinente, define da seguinte forma:

³⁶Para maiores informações consultar: <https://www.traficantes.net/nociones-comunes/los-saberes-y-las-luchas>. Acesso: 6 mai. 2020.

O comum não deve ser entendido como um tipo específico de coisa, de ativo ou mesmo de processo social, mas como uma relação social instável e maleável entre determinado grupo social autodeterminado e os aspectos já existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico, considerado crucial para sua vida e sobrevivência. Existe de fato uma prática da *comunalização*, prática que cria ou estabelece uma relação social com o comum cujos usos sejam tanto exclusivos de um grupo quanto parcial ou totalmente aberto a todos. No cerne dessa prática de *comunalização* encontra-se o princípio de que, a relação entre o grupo social e o aspecto do ambiente tratado como um comum será, tanto coletiva, quanto não mercantilizada (HARVEY, 2014, p. 145).

Já para Caffentzis & Federici (2019) os comuns têm a ver com um projeto político de transformação das nossas relações sociais e de criação de uma alternativa ao capitalismo, por isso a sua definição não se resume à gestão comunitária de recursos como a água, a terra, o ar, as florestas, as ruas, as praças, ou de serviços e sociais como os *softwares*, as bibliotecas, as línguas; tampouco se restringe às possibilidades políticas criadas pela lógica da propriedade privada, do Estado e do mercado. Para os autores, ao criar relações sociais baseadas na solidariedade e não na competição, os comuns podem nos ajudar a construir formas de transição social.

En resumen, no son senderos hacia un capitalismo con rostro humano. *Los comunes tienen que ser el medio para la creación de una sociedad igualitaria y cooperativa o se arriesgan a profundizar las divisiones sociales, creando paraísos para quienes se lo puedan permitir y que, por ende, puedan ignorar más fácilmente la miseria por la que se encuentran rodeados.* En este sentido, los comunes son anticapitalistas y deberían ser percibidos tanto como espacios autónomos desde donde reclamar las prerrogativas sobre las condiciones de reproducción de la vida, así como el núcleo desde las cuales contrarrestar los procesos de cercamiento a la reproducción de la vida y de esta manera desarticular de forma sostenida nuestra existencia del Estado y del mercado (CAFFENTZIS; FEDERICI, 2019, p. 56).

Como resultados deste trabalho foram identificados alguns autores-chave para a definição dos comuns, dos quais destacamos os seguintes:

- a) os americanos Garrett Hardin e Elinor Ostrom são referentes do debate contemporâneo. Em sua obra principal chamada *Governança dos comuns*, Ostrom (1990) desenvolveu uma metodologia de análise institucional para gestão dos comuns. A partir dela demonstrou que a gestão compartilhada de recursos naturais era possível e não um fracasso como o economista Hardin defendeu em seu artigo *A tragédia dos comuns*, publicado em 1968;

- b) orientado pela lógica econômica estrita, cujos homens sempre buscam a maximização de seu autointeresse, especialmente se estiverem enfrentando momentos de escassez de recursos naturais, Hardin defende que:

Bens comuns estariam sempre fadados ao fracasso, pois neles cada indivíduo recebe todos os ganhos obtidos ao sobre-explorar um recurso, mas apenas uma parcela das perdas caso ele se esgote; as únicas alternativas viáveis seriam o manejo via propriedade pública ou privada (HARDIN *apud* HARVEY, 2014, p. 135).

- c) com sua metodologia de análise institucional, Ostrom (1990) supera a lógica da propriedade privada *versus* a propriedade pública para gerir os comuns e, por isso, se destaca no campo da economia política. No entanto, a racionalidade individual que orienta sua análise, a ausência de proposta para gestão dos comuns na escala global, a dificuldade de pensar a gestão dos comuns fora da lógica do mercado e do Estado e a confiança de que relações de reciprocidade e autonomia teriam liberdade para desenvolver-se sem coerção institucional são pontos criticados em sua obra.

O que ocorre é que o postulado da diversidade institucional impede Ostrom de refletir sobre a possível constituição política do comum como racionalidade alternativa generalizável. *A fortiori*, ela ignora a questão de como poderíamos desenvolver outras instituições fundadoras a partir do comum, em resumo, de como poderíamos passar dos comuns para o comum. Na realidade, ela não propõe nenhum princípio generalizável de organização, aliás, recusa-se a propô-lo, promovendo uma “análise policêntrica” da realidade econômica (DARDOT; LAVAL, 2017a, p. 166).

Apesar desses limites teóricos, Ostrom foi a primeira mulher a receber o Prêmio Nobel de Economia, em 2009, e esteve durante sua vida (1933-2012) engajada em pesquisas interdisciplinares sobre bens comuns. Fundou um dos primeiros grupos de pesquisa do tema denominado Escola de Indiana, que colaborou para criação da Associação Internacional para o Estudo dos Comuns (IASC)³⁷ e para fundação de

³⁷Trata-se de uma organização sem fins lucrativos que reúne cerca de 200 membros entre pesquisadores, profissionais e formuladores de políticas multidisciplinares com o objetivo de melhorar a governança e o gerenciamento, promover o entendimento e criar soluções sustentáveis para bens comuns, recursos comuns ou qualquer outra forma de recurso compartilhado. Começou no ano de 1984 como Rede de Propriedade Comum. Somente em 2006, devido à evolução do próprio campo de estudos, torna-se a IASC. Produzem duas publicações periódicas, a *International Journal of the Commons* e *Commons Digest*. Para maiores informações consultar: <https://iasc-commons.org/>. Acesso: 6 mai. 2020.

uma das maiores bibliotecas digitais sobre bens comuns, a Digital Library Of the Commons.³⁸

Recentemente, outros autores investigam o tema: os franceses Pierre Dardot e Christian Laval escreveram os livros *A nova razão do mundo* (2016) e *Comum* (2017); o americano Michel Hardt e o italiano Antônio Negri escreveram a trilogia *Império* (2001), *Multidão* (2005) e *Bem-estar comum* (2016); o também americano David Harvey tratou dos bens comuns urbanos em seu livro *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana* (2014); a italiana Silvia Federici abordou os comuns a partir de uma perspectiva feminista nos livros *O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017), *Ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019), *Reencantar el mundo: el feminismo y la política de los comunes* (2020) e em outros artigos compilados na importante revista *The Commoner*.³⁹

Há também produções sobre bens comuns vindas de organizações da sociedade civil, como o livro espanhol de autoria coletiva *Nociones comunes: experiencias y ensayos entre investigación y militancia* (MALO, 2004), ou o livro do brasileiro Jean Pierre Leroy, *Mercado ou bens comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental* (LEROY, 2016). Há ainda a Biblioteca do Comum, desenvolvida a partir da fusão das bibliotecas do Instituto Intersaber e do Baixa Cultura entre 2010 e 2017, com o objetivo de se constituir como um grande bem comum de conhecimentos no Brasil,⁴⁰ e o Instituto Pro Comum,⁴¹ que desenvolve ações na Baixada Santista com objetivo de promover um mundo comum entre diferentes para transformar a sociedade.

³⁸Criada ao longo de muitos anos por Elinor Ostrom e seu marido Vincent Ostrom em seu departamento de pesquisas na Universidade de Indiana, a biblioteca fornece acesso gratuito e aberto a uma vasta produção sobre os comuns. Para maiores informações consultar: <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/>. Acesso: 29 jun. 2020.

³⁹A revista iniciou-se em 2001 e manteve-se ativa até 2012. Durante esse período foram produzidas 15 edições. De acordo com o site da revista, que possui um formato de *blog*, *The Commoners* apresenta-se como uma iniciativa coletiva que parte do princípio de que vivemos “em um mundo em que o fazer é separado da ação, em que essa separação se estende a um número cada vez maior de esferas da vida, e em um mundo em que as revoltas contra essa separação são onipresentes”. Para maiores informações consultar: <https://thecommoner.org/> ou <https://libcom.org/tags/commoner>. Acesso: 27 jun. 2020.

⁴⁰A Biblioteca do Comum foi desenvolvida a partir da plataforma livre Omeka e é uma iniciativa que integra o Open Access, movimento social que reúne cientistas, pesquisadores, entidades de todo o mundo em torno da luta pela democratização do conhecimento. Para maiores informações: <http://bibliotecadocomum.org/>. Acesso: 28 jun. 2020.

⁴¹O Instituto foi criado em 2016 com o objetivo de fortalecer, proteger e promover os bens comuns. Possui uma sede na Bacia do Mercado, na cidade de Santos, onde está localizado o Laboratório

Na América Latina a prática e a filosofia do bem-viver (*sumak kawsay*, na língua quíchua) destacam-se em relação ao bem comum. Há diversas referências teóricas e políticas⁴² para analisar o bem-viver, contudo, para fins desta tese, dialogaremos apenas com a produção do argentino Atílio Borón (2012) e com a produção da mexicana feminista Raquel Gutiérrez Aguilar, que escreveu o livro *Horizontes comunitario-populares: producción de lo comum más allá de las políticas estado-céntricas* (2017) e outros tantos artigos.

1.1.2 Por Suas Origens no Norte Global

Na Europa o marco de origem do debate sobre os comuns data do século XII ao XVI, quando os cercamentos irão promover a perda dos direitos tradicionais sobre uso de terras comuns. Para além de ser um tipo de uso da terra que incentivava a tomada de decisão coletiva e a cooperação no trabalho, “As terras comunais eram a base material sobre a qual podia crescer a solidariedade e a sociabilidade campesina. Todos os festivais, os jogos e as reuniões da comunidade camponesa eram realizados nas terras comunais (FEDERICI, 2017, p. 143).

A conturbada passagem do mundo feudal para o mundo moderno irá colocar o direito de propriedade privada no centro das relações sociais, fazendo com que as práticas consuetudinárias do direito de uso comum sejam submetidas pela lógica do contrato social de trabalho individual, que está na base da sociedade capitalista em formação.

Porque todos os direitos consuetudinários dos pobres baseavam-se no fato de que certo tipo de propriedade privada tinha um caráter incerto, que não a

Santista, uma iniciativa que articula diferentes experiências de inovação cidadã e autogestão. Para maiores informações: <https://www.procomum.org/#>. Acesso: 18 fev. 2021.

⁴²Há outros autores e iniciativas que tratam do tema do bem-viver na América Latina que não utilizamos nesta tese. Para maior aprofundamento no tema, destacamos a experiência equatoriana que incorporou a concepção do bem-viver à sua constituição, a luta do movimento indígena equatoriano que criou a Universidad de los Pueblos y Nacionalidades del Ecuador Amawtay Wasi (Casa de Sabedoria) a fim de produzir conhecimento a partir da cosmovisão indígena, a contribuição de Alberto Acosta no livro *O bem-viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos* (2019) e de Aníbal Quijano no texto *Bien vivir: entre el desarrollo y la descolonialidad del poder* (1992), assim como a contribuição boliviana sobre o tema do bem-viver e dos comuns, produzida por mulheres vinculadas ao feminismo comunitário, como as pensadoras Aymara Julieta Parede, membro do movimento Mujeres Creando Comunidad e autora dos livros *Hilando fino desde el feminismo comunitario* (2008) e *El desafío de la despatriarcalización* (2016), e Silvia Rivera Cusicanqui, membro da Colectivx Ch'ixi e professora de sociologia aposentada que organiza a Catedra da Sociologia da Imagem a partir da perspectiva decolonial que é também autora do livro *Um mundo Ch'ixi es posible: ensayos desde um presente em crisis* (2018).

definia em absoluto como propriedade privada, mas tampouco decididamente como propriedade comum. A suspensão brutal das “formações híbridas e incertas de propriedade” implica a supressão simultânea das obrigações dessa “propriedade dúbia” para com os pobres e dos privilégios públicos. Mas o novo direito, baseado no entendimento racional moderno, pretende ignorar que, “do ponto de vista do direito estritamente privado”, ele se encontra diante de um direito duplo, o do possuidor e o do não possuidor. Preocupado demais em dar um caráter civil à propriedade e garantir o direito dos proprietários, ele omite o fato de que: há certos objetos da propriedade, por sua natureza, jamais poderão adquirir caráter de propriedade privada pré-determinada, objetos que estão sujeitos ao direito de ocupação por sua essência elementar e por sua existência contingente, ficando sujeitos, portanto, ao direito de ocupação da classe que está excluída do direito de ocupação de qualquer outra propriedade que, na sociedade burguesa, assume a mesma posição que aqueles objetos da natureza. Em outras palavras, o novo direito pretende abolir o direito imprescritível dos pobres ao bem comum oferecido pela natureza (BENSAID, 2017, p. 21).

Portanto, nesse momento histórico a noção de comuns tinha forte relação com a natureza do objeto e com as características intrínsecas a ele, havia um certo essencialismo determinando o que poderia tornar-se propriedade privada e o que deveria manter-se como bem comum. Conforme se apresentará ao longo deste texto, esse entendimento dos comuns reduzido à natureza será contestado e, de certo modo, complexificado ao longo dos anos.

Segundo Federici (2017), o processo de cercamento de terras que deu origem à propriedade privada enfrentou grande resistência por parte dos camponeses, artesãos, trabalhadores livres e principalmente das mulheres. Contrária à ideia da transição linear do feudalismo para o capitalismo e crítica à imagem estamental que se cristalizou sobre a Idade Média, a autora nos mostra que houve grandes lutas sociais e verdadeiras rebeliões populares em meio às quais mulheres criaram modelos de vida comunal que se constituíram como uma alternativa tanto ao feudalismo decadente como ao capitalismo vindouro.

O que explica a força desse processo de resistência é que o cercamento das terras comunais e a desintegração dos vilarejos se deram a partir da ruptura da unidade entre produção e reprodução social que havia caracterizado todo período pré-capitalista, ou seja, houve uma desvalorização da economia de subsistência e uma valorização da economia para o mercado que fez com que todas as atividades ligadas à reprodução social deixassem de ser consideradas como trabalho.

Nesse bojo, as mulheres foram as que mais sofreram porque tinham mobilidade reduzida devido à gravidez e aos cuidados dos filhos, não se integravam facilmente ao trabalho migrante nem aos exércitos de soldados, ficavam facilmente expostas à

violência masculina e foram duramente prejudicadas pela introdução das relações monetárias na vida social. Não surpreende que tenham tomado a frente nas lutas e rebeliões como mostra o relato a seguir.

No entanto, as lutas contra os cercamentos continuaram na época de James I, com um evidente aumento da presença das mulheres. Durante seu reinado, em torno de 10% dos motins contra os cercamentos incluíram mulheres entre os rebeldes. Alguns protestos eram inteiramente femininos. Em 1607, por exemplo, 37 mulheres, lideradas por uma tal “Capitã Dorothy”, atacaram mineiros de carvão que trabalhavam naquilo que as mulheres reivindicavam como sendo os campos comuns do vilarejo de Thorpe Moor (Yorkshire). Quarenta mulheres foram “derrubar as cercas e as barreiras” de um cercamento em Waddingham (Lincolnshire) em 1608; e, em 1609, num feudo de Dunchurch (Warwickshire), “quinze mulheres, incluindo esposas, viúvas, solteironas, filhas solteiras e criadas, se reuniram por sua conta para desenterrar as cercas e tapar os canais”. Novamente, em York, em maio de 1624, as mulheres destruíram um cercamento e, por isso, foram para a prisão – dizia-se que “havia desfrutado do tabaco e da cerveja depois de sua façanha”. Mais tarde, em 1641, a multidão que irrompeu num pântano cercado em Buckden era formada fundamentalmente por mulheres, auxiliadas por meninos. Esses são apenas alguns exemplos de um tipo de confronto em que mulheres, portando forcados e foices, resistiram ao cercamento de terras ou à drenagem de pântanos quando seu modo de vida estava ameaçado (FEDERICI, 2017, p. 143).

Harvey (2014) também vai estudar essa questão da propriedade e dos bens comuns. A partir da teoria liberal de Thomas Hobbes (1979), John Locke (1978) e Adam Smith (1988), Harvey vai problematizar o lugar central que a propriedade privada individual ocupa na sociedade capitalista, destacando sua relação com o trabalho e com o Estado.

De acordo com a teoria liberal o Estado é forte e o mercado é livre e justo, sendo a propriedade privada acessível a todos – trabalhadores, aristocratas, burgueses, entre outros. Assim, para a teoria liberal é como se “Uma vez que os instintos empresariais intrínsecos aos pobres são liberados como uma força da natureza, dizem, tudo ficará bem, o problema da pobreza crônica deixará de existir e a riqueza comum se desenvolverá” (HARVEY, 2014, p. 148). Ou seja, é como se todos os trabalhadores tivessem as mesmas condições para socializar o valor criado pelo seu trabalho e trocá-lo por um valor equivalente. No entanto, sendo o trabalhador ele próprio uma mercadoria dotada de valor de uso e de troca, cujo trabalho é coletivamente organizado, essa socialização não se dá sob as mesmas condições (MARX, 1996b, p. 828-31).

Logo, a teoria do valor de John Locke segundo a qual “A propriedade individual é um direito natural que surge quando os indivíduos criam valor ao misturarem seu

trabalho com a terra e, portanto, os frutos de seu trabalho pertencem a eles e a ninguém mais” (HARVEY, 2014, p. 148) cai por terra quando este trabalho é coletivamente organizado pois “Se existe algum direito de propriedade que pode derivar dessa forma de trabalho, tratar-se-ia sem dúvida de um direito de propriedade coletiva ou associado, e não individual”. O comunismo deveria então surgir como base em “Uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção comuns e despendem suas numerosas forças de trabalho individuais e conscientemente como uma única força social de trabalho” (HARVEY, 2014, p. 150-1). Marx não defende a propriedade estatal, mas alguma forma de propriedade associada ao trabalhador coletivo que produza para o bem comum.

Em suma, as origens do debate dos comuns no norte global têm no seu centro a expropriação da terra dos camponeses europeus e a formação do trabalhador “livre” já que, ao ver-se privada da apropriação do valor de uso da terra e impedida de garantir sua reprodução social, uma enorme massa de camponeses é obrigada a vender sua força de trabalho a qualquer preço. Segundo Marx (1996b), esse processo expropriatório caracteriza a acumulação primitiva a partir da qual o capitalismo se desenvolve nos séculos seguintes.

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, o processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia os trabalhadores dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (MARX, 1996b, p. 830).

No debate sobre os comuns tomamos como referência tanto o conceito de acumulação primitiva desenvolvido por Marx (1996b) como o desenvolvido por Federici (2017). Esta autora retoma a perspectiva da acumulação primitiva não como um momento historicamente situado nas origens do capitalismo, ou como algo já superado, pelo contrário, mostra seu caráter sempre permanente e renovado, que no neoliberalismo se expressa por meio de novos tipos de cercamentos e de mercadorização da vida. Para compreender a leitura teórica dos comuns feita desde a perspectiva feminista, que será problematizada a seguir, essa é uma chave importante.

A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi *também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora*, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno (FEDERICI, 2017, p. 119, grifos do autor).

1.1.3 Por Suas Origens no Sul Global

Na América Latina o marco do debate dos comuns vem desde o século XVI com o processo de colonização pelos países europeus. A expropriação das terras, o saque dos recursos naturais, a imposição de uma única língua e a dizimação dos modos de vida dos povos originários da América Latina foram processos que garantiram a acumulação primitiva de capital tão cara ao nascimento do capitalismo europeu.

Longe de ter desaparecido, estudos contemporâneos demonstram que o capitalismo do século XXI segue utilizando renovadas formas de pilhagens, espoliações, expropriações e violência para expandir-se sem limites sobre esse mesmo território. Não por acaso, no início dos anos 1990 a luta do movimento zapatista⁴³ já denunciava a falácia da globalização e dos tratados de livre comércio implementados sobre essa região, assim como já sinalizava a crise dos referenciais de esquerda após a queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da Guerra Fria (1991).

Ao estudar o processo de desenvolvimento do capitalismo na América Latina, a socióloga argentina Maristella Svampa o descreve como um tipo de neoextrativismo:

El neoextractivismo contemporáneo puede ser caracterizado como un modelo de desarrollo basado en la sobre explotación de bienes naturales, cada vez más escasos, en gran parte no renovables, así como en la expansión de las fronteras de explotación hacia territorios antes considerados como improductivos desde el punto de vista del capital [...]. Definido de este

⁴³O movimento data de 1º de janeiro de 1994, quando o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) mobilizou um levantamento armado contra a implementação do Tratado de Livre Comércio na América do Norte que envolvia os países Canadá, Estados Unidos e México. Desde então, os zapatistas passaram a ser uma referência dos movimentos antissistêmicos e da luta política não estatal, defensores de princípios da autonomia, do autogoverno, da autogestão e da horizontalidade. Conforme Alcântara & Bringel (2020), embora o “ciclo zapatista de solidariedade europeia” tenha se esgotado após dez anos do início do movimento e tenha se reconfigurado como “ciclo de solidariedade indignada” após a crise econômica de 2008, os princípios zapatistas ainda alimentam o imaginário das resistências sociais do século XXI, o espírito zapatista ainda segue vivo nas práticas alternativas e na cultura política, principalmente na cidade de Barcelona que chega a ser conhecida como “embaixada de Chiapas na Europa”. Para maiores informações, consultar Alcântara & Bringel (2020).

modo, el neoextractivismo designa algo más que las actividades consideradas tradicionalmente como extractivas, pues incluye desde la megaminería a cielo abierto, la expansión de la frontera petrolera y energética, la construcción de grandes represas hidroeléctricas y otras obras de infraestructura – hidrovías, puertos, corredores bioceánicos, entre otros – , hasta la expansión de diferentes formas de monocultivos o monoproducción, a través de la generalización del modelo de agronegocios, la sobre explotación pesquera o los monocultivos forestales (SVAMPA, 2019, p. 21-2).

No entanto, ciclos de resistência popular se organizaram na América Latina nos últimos 30 anos para enfrentar esse neoextrativismo. Segundo Borón (2012), houve três ciclos de resistência: o primeiro, de 1994 a 2001, começa com o Levante Zapatista de 1994, passa pela Batalha de Seattle de 1999 e se consolida com o Fórum Social Mundial de Porto Alegre de 2001. Borón (2012), Svampa (2019) e Zibechi (2015) apontam que esse primeiro ciclo foi responsável por levar ao poder os diversos governos progressistas⁴⁴ da América Latina, no entanto Borón (2012) destaca que nesse mesmo período a implementação de legislações antiterroristas pelos EUA cresceu sobre os territórios latino-americanos, provocando a criminalização dos movimentos sociais e a sua classificação como “terroristas”, expandindo o poder coercitivo dos Estados por meio do endurecimento dos julgamentos e do crescimento das penas.

Já Zibechi (2015) pontua ainda que independentemente do processo de cada país, em todos se estabeleceram pontos de intersecção entre Estados e movimentos sociais que criaram novas governabilidades. Denominada pelo autor como “a arte de governar os movimentos”, essa nova governabilidade se apoiou num conjunto de medidas que vão desde modos disciplinares tradicionais até a adoção de políticas focadas na pobreza, estimuladas por organismos internacionais de cooperação para o desenvolvimento. Assim, o autor considera que a tática utilizada pelos governos não foi apenas de impedir as ações diretamente, mas de domesticá-las, colocando em jogo outros elementos que fizeram com que os próprios movimentos de anulassem. No entanto, a grande dificuldade encontrada pela *arte de governar* foi escolher as ferramentas para enfrentar os movimentos sociais que estão em constante

⁴⁴Como o caso do Brasil com Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016); da Argentina com Néstor (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015); do Uruguai com Tabaré Vasques (2005-2010) e Pepe Mujica (2011-2014); do Chile com Michele Bachelet (2006-2010); do Equador com Rafael Correa (2007-2017); da Bolívia com Evo Morales (2006-2019); e do Paraguai com Fernando Lugo (2008-2012).

movimento,⁴⁵ se levantando regularmente de diferentes lugares, se manifestando a partir de diferentes territórios. Ao adotarem a estratégia de territorialização das lutas, tais movimentos desenvolvem práticas comunitárias que não possuem o Estado como horizonte político, ou seja, mesmo interagindo com os mecanismos da *arte de governar* os movimentos que estão em constante movimento disputam o sentido da ação política construindo práticas comunitárias autônomas.

É fundamental que não se construa Estado e que se dependa o menos possível ou nada do Estado e que as instituições que são criadas para resolver conflitos ou para poder avançar não sejam réplicas do Estado, por isso falo em construir poderes não estatais (ZIBECHI, p. 1, 2020).

O segundo ciclo de resistência identificado por Borón (2012) foi mais curto, vai de 2005 até 2012 e é marcado pelo estancamento das lutas, quando não pelo retrocesso devido à crise econômica de 2008. Nesse momento ocorrem as primeiras tentativas de golpes contra os governos progressistas no Equador (2010), na Bolívia (2008), no Paraguai (2012) e Honduras (2009). Na resistência, destacam-se os movimentos estudantis do Chile e da Colômbia e os movimentos contra as grandes mineradoras instaladas na Cordilheira dos Andes, os quais passam a ter um papel de vanguarda.

No terceiro ciclo, de 2012 em diante, as mobilizações têm algumas características em comum: se opõem ao neoliberalismo e ao capitalismo. Segundo Borón (2012, p. 214-8), essa constatação se comprova pelas próprias pesquisas de opinião pública que dizem que apenas “pouco mais de um quarto da população se mostra satisfeito com a economia de mercado”, contudo a maioria insatisfeita não é capaz demover governos à mudança. Daí a necessidade de reinventar a democracia.

Mas allá de la fragilidad del entramado institucional, lo que estas rebeliones populares [...] comprueban es que este largo período de gobiernos neoliberales, con todo su bagaje de tensiones, rupturas, exclusiones y niveles crecientes de explotación y degradación social, creó las condiciones objetivas para la movilización política de grandes sectores de las sociedades

⁴⁵Ao entender movimento social como mover-se, fluir, circular, deslocar em um território, Zibechi (2015) nos ajuda a analisar o momento atual em que há uma enorme descrença nos sujeitos tradicionais como partidos, sindicatos, movimentos sociais e organizações que, por possuírem uma estrutura hierarquizada, centralizadora e por vezes corrupta, não parecem ser mais capazes de mediar o campo político, de produzir uma narrativa que contemple a heterogeneidade das lutas sociais nem de dialogar com os territórios periféricos. Nesses territórios se desenvolvem relações sociais diferentes das capitalistas hegemônicas. Assim, para Zibechi (2015) o território não é apenas um modo de produção, mas uma criação político-cultural onde relações sociais contra-hegemônicas se reproduzem.

latinoamericanas. Cabe pues preguntarse: ¿son estas revueltas plebeyas meros episodios aislados, gritos de rabia y furia popular, o reflejan una dialéctica histórica tendencialmente orientada hacia la reinvencción de la democracia, de “otra” democracia genuina y no simulacro con la que muchas veces se confunde en estos días? Una mirada sobria a la historia del período abierto a comienzos de los años ochenta revela que no existe nada accidental en la creciente movilización de las clases populares ni en final tumultuoso de tantos gobiernos democráticos en la región. Por eso que entre 1985 y 2009 diecinueve presidentes [...] tuvieron que apartarse del poder antes de la expiración de sus mandatos, depuestos por arrolladoras rebeliones populares (BORÓN, 2012, p. 213).

Contudo, Borón (2012) reconhece que as classes populares não conseguiram construir uma alternativa política propositiva que fosse capaz de superar o neoliberalismo. Os motivos desse fracasso são explicados pela convergência de três fenômenos intimamente ligados: a fragilidade organizativa; a falta de amadurecimento da consciência política; e o predomínio absoluto do espontaneísmo como modelo de intervenção política.

No caso específico do Brasil nos parece importante acrescentar um motivo que está relacionado com o fato de que o ciclo progressista iniciado em 2003 se desenvolveu sem tocar na desigualdade social e sem romper com o modelo neoliberal. Em entrevista concedida à Revista Poli em janeiro 2016 Raúl Zibechi analisa essa questão.

Eu concordo que uma parte da atitude dos governos progressistas de melhorar a vida dos mais pobres é importante. Eles puderam, pelos altos preços das *commodities*, melhorar a situação dos pobres sem tocar na desigualdade. Provavelmente agora, com a crise, a desigualdade no Brasil volte a crescer. A segunda questão é a forma como eles praticaram as políticas sociais, sem mobilização. É o “lulismo” de que fala André Singer. A despolitização, a desmobilização do povo tem consequências. A forma como foram implementadas as políticas sociais, pela inclusão financeira, é a nova face do neoliberalismo. Vivemos um crescimento radical do consumismo, que despolitiza, desorganiza. Isso é resultado dos governos progressistas do PT. No caso do Brasil, Argentina e Uruguai, dá-se um crescimento do consumo e um aprofundamento do capitalismo. A novidade de Lula e do PT é mais capitalismo, não menos. Esse, para mim, é o problema de fundo dos governos progressistas (ZIBECHI *apud* MATHIAS, 2016).

A prática e a filosofia do bem-viver (*sumak kawsay*) será gestada em meio a essas rebeliões populares. A partir do questionamento ao modelo de desenvolvimento capitalista predatório implementado pelo regime neoliberal e dos custos ambientais para a “Mãe Terra” decorrentes da expropriação da riqueza latino-americana, os povos originários da região vêm cunhando a filosofia do bem-viver.

Em relação ao seu significado, Borón (2012, p. 155) aponta que: i) não tem um único sentido; ii) defende valores e práticas que geralmente são transmitidos de geração para geração pela tradição oral; iii) redefine a relação dos homens e mulheres com a natureza; iv) redefine a relação dos homens entre si; v) defende uma cosmovisão que tem como princípio a igualdade entre os diferentes, o desejo de viver em uma sociedade diversa que busque a integração e a coesão social, a defesa dos direitos universais, a potência da capacidade humana, o estabelecimento de uma relação harmônica com a sociedade. Logo, o bem-viver é uma filosofia contemporânea que se baseia nas práticas ancestrais dos indígenas andinos e é utilizado em defesa da natureza e na afirmação de uma outra forma de vida, diferente forma capitalista.

1.2 ALGUMAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DOS COMUNS

Apresentaremos a seguir três perspectivas distintas que tratam dos comuns: a filosofia cristã, que é a mais antiga delas (CRISTÓVAM, 2019; PAPA FRANCISCO, 2020); a teoria feminista latino-americana, que ilumina os estudos sobre os comuns vinculados à dimensão da reprodução social (FEDERICI, 2017; 2019; AGUILAR, 2017; 2019); e a sociologia francesa, que traz aportes sobre a relação entre os comuns e a crise do sistema político-democrático (ANDRADE; OTA, 2015; DARDOT; LAVAL, 2016; 2017a).

1.2.1 A Noção de Bem Comum a Partir do Cristianismo

A partir da inspiração aristotélica, a filosofia cristã da Idade Média tratou da noção de bens comuns. A noção de “bem” remonta à idade antiga. A construção política e jurídica de Platão e Aristóteles já colocava o “bem” e a “justiça” como centrais para a vida em sociedade.

Santo Agostinho e São Tomás de Aquino são os principais expoentes dessa corrente filosófica, que ficou conhecida por estabelecer um modelo de raciocínio lógico para justificar os dogmas cristãos e regulamentou a fé cristã ao dar fundamento filosófico à teologia.

No que se refere à visão de homem e de sociedade proposta pela filosofia cristã medieval, o Estado deve respeitar a igreja, pois todo poder constituído vem de Deus,

assim como cada homem é único e indivisível, dotado de natureza racional inata, que só se realiza com outros homens. O bem comum nessa perspectiva é o bem de todos, que essencialmente é o próprio Deus único.

[...] A filosofia tomista concebe o homem como ser intelectual (ser subsistente na natureza racional), o mais perfeito dentre todos os que habitam a natureza criada, que somente atingirá sua finalidade última e suprema conhecendo e amando a Deus. O homem (na qualidade de ser racional) torna-se o único dentre todos os seres naturais dotado do poder de alcançar o “bem comum perfeito” (*bonum commune perfectum*), que é a felicidade ou beatitude. Porém, a noção tomista de bem comum não se encerra sob um modelo de felicidade exclusivamente temporal (bem comum relativamente perfeito), já que somente será possível a verdadeira felicidade (perfeita) ao homem que alcançar o bem comum por essência, que é Deus (CRISTÓVAM, 2019, p. 121).

No ano de 2015 o Papa Francisco divulgou a *Carta Laudato Si* em que pediu urgência para o “cuidado da casa comum”. Na Carta, convocou a sociedade a responsabilizar-se pelos efeitos das emissões de gases do efeito estufa sobre o meio ambiente e demonstrou-se preocupado com a fraqueza das negociações internacionais sobre as mudanças climáticas uma vez que “o interesse econômico chega a prevalecer sobre o bem comum e manipular a informação para não ver afetados os seus projetos” (PAPA FRANCISCO, 2020, p. 18). Desde essa perspectiva cristã moderna, a casa comum é o planeta Terra e “o clima é um bem comum, um bem de todos e para todos” (PAPA FRANCISCO, 2020, p. 8).

Cabe destacar que, assim como no caso das práticas consuetudinárias do direito de uso comum dos séculos XVIII ao XVI mencionadas anteriormente, a defesa do clima como bem comum também coloca em xeque o paradigma da propriedade privada capitalista ao denunciar que o espraio da expropriação sobre tudo que é material e imaterial nos levará ao esgotamento da natureza e ao aprofundamento das injustiças sociais.

Hoje, crentes e não crentes estão de acordo que a Terra é, essencialmente, uma herança comum, cujos frutos devem beneficiar a todos. Para os crentes, isto torna-se uma questão de fidelidade ao Criador, porque Deus criou o mundo para todos. Por conseguinte, toda a abordagem ecológica deve integrar uma perspectiva social que tenha em conta os direitos fundamentais dos mais desfavorecidos. O princípio da subordinação da propriedade privada ao destino universal dos bens e, consequentemente, o direito universal ao seu uso é uma “regra de ouro” do comportamento social e o “primeiro princípio de toda a ordem ético-social”. A tradição cristã nunca reconheceu como absoluto ou intocável o direito à propriedade privada, e salientou a função social de qualquer forma de propriedade privada. São João Paulo II lembrou esta doutrina, com grande ênfase, dizendo que “Deus deu a Terra a todo o

gênero humano, para que ela sustente todos os seus membros, sem excluir nem privilegiar ninguém”. São palavras densas e fortes. Insistiu que “não seria verdadeiramente digno do homem um tipo de desenvolvimento que não respeitasse e promovesse os Direitos Humanos, pessoais e sociais, econômicos e políticos, incluindo os direitos das nações e dos povos”. Com grande clareza, explicou que “a Igreja defende, sim, o legítimo direito à propriedade privada, mas ensina, com não menor clareza, que sobre toda a propriedade particular pesa sempre uma hipoteca social, para que os bens sirvam ao destino geral que Deus lhes deu”. Por isso, afirma que “não é segundo o desígnio de Deus gerir este dom de modo tal que os seus benefícios aproveitem só a alguns poucos”. Isto põe seriamente em discussão os hábitos injustos duma parte da humanidade (PAPA FRANCISCO, 2020, p. 30).

1.2.2 Os Comuns Desde as Teorias Feministas

As teorias feministas têm dado grande contribuição ao debate dos comuns. Tal aporte teórico não se dá por acaso, ao contrário, deve-se ao protagonismo de mulheres, sujeitas políticas dos processos de luta contra o capital em toda parte do mundo. Elas têm colocado seus corpos como barreira física à violência do Estado, têm utilizado suas vozes para denunciar os limites da natureza dado o alto grau de expropriação, questionado as relações patriarcais que sustentam o capitalismo e o Estado, politizado o trabalho doméstico e o lugar dos cuidados nessa sociedade. Também são elas que têm construído novas práticas comunitárias e alternativas antissistêmicas, as quais têm como base relações territoriais e laços de solidariedade.

Há um acúmulo político e teórico sobre os comuns na América Latina que merece ser destacado por ser conduzido por mulheres, com importante produção teórica e com fortes vínculos com as lutas sociais do continente. Uma dessas iniciativas é o Seminario de Investigación Permanente Entramados Comunitarios e Formas de lo Político,⁴⁶ organizado desde 2011 pela Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais e Humanidades da Benemérita Universidade Autónoma de Puebla (ICSyH/BUAP), no México. Parte do conhecimento acumulado por essa iniciativa está sistematizada no *blog* Horizontes Comunitarios – ¡Por um

⁴⁶O seminário é coordenado por Raquel Gutiérrez Aguilar, Mina Lorena Navarro y Lucia Linsalata. É um espaço de produção coletiva de pensamento que reúne estudantes e intelectuais do México e de outras partes do mundo que buscam gerar conhecimento situado e preocupado com a multiplicidade de formas políticas comunitárias que se praticam e se pensam na América Latina, registrando as lutas sociais desse território, refletindo sobre as possibilidades de sua transformação social, mas também considerando os limites, as dificuldades e as contradições desse processo.

sentido común de la disidencia!⁴⁷ que vale ser visitado por aquellos que buscan aprofundar-se teoricamente no tema.

Inspiradas pelo trabalho de Federici (2017; 2019), esse grupo de pesquisadoras desenvolveu uma reflexão que “coloca a reprodução da vida no centro de suas análises” e, ao fazê-lo, disputa sentido com outras análises que “colocam no centro a acumulação do capital e a política estadocêntrica que lhe é funcional”. Trata-se de um posicionamento teórico e político em relação à teoria marxista clássica que, historicamente, partiu da produção e não da reprodução social para interpretar a realidade.

Além de valorizarem a reprodução material e simbólica da vida social, se debruçam sobre o estudo das “formas do político-comunitário”, ou seja, consideram que as formas de produção que sustentam a vida comunitária são eminentemente formas políticas, em geral menosprezadas e invisibilizadas. É daí que nasce a proposição de “producir lo común en contra e más allá de las dinámicas capitalistas” (AGUILAR; TRUJILLO, 2019, p. 299-301). Importante frisar que essa é uma perspectiva de transformação social que parte do presente e das capacidades humanas para transformá-lo.

El prefijo “trans” etimológicamente hace referencia a un “más allá” o “al otro lado”, entonces *transformar* nos refiere a una *capacidad de producir forma* más allá o en contra y más allá de lo dado. La transformación social deviene así en el despliegue de la capacidad humana de producir y reproducir formas colectivas de habitar el mundo desde otro lugar que no es el de la dominación, la explotación y el despojo. Si la transformación social es concebida así, nuestra preocupación deja de estar centrada en la totalidad: lo fundamental no es ya la conversión de un orden social que percibimos como totalidad en otro orden social que también concebimos como totalidad, juzgando *a priori* que es mejor que el primero (AGUILAR; LOHMAN, 2019, p. 22).

Aguillar (2017) destaca-se por enfrentar o debate dos comuns buscando desvinculá-lo dos limites impostos pela propriedade privada e pelo Estado. Considera que a associação implícita entre os comuns e a propriedade gera problemas na medida em que a relação de pertencimento dos sujeitos é submetida à relação de domínio sobre os comuns, isto é, os comuns são colocados no lugar de objeto e a potência da ação coletiva dos sujeitos é colocada em segundo plano. Distanciando-se das amarras da propriedade, a autora pensa o comum não como algo dado a ser

⁴⁷Para maiores informações consultar: <https://horizontescomunitarios.wordpress.com/>. Acesso: 11 mai. 2020.

compartilhado, mas como um movimento de produção, apropriação e reapropriação do que existe e do que é feito pela articulação de homens e mulheres num dado território.

[...] Lo común es inmediatamente contrario a lo privado, entendido como lo apropiado por alguno em detrimento de lo que es poseído por varios. Aquí vale la pena recalcar el hecho de que entendemos *lo común* no como aquello que es “de ninguno y de todos”, lo cual señala, más bien, rasgos que se asocian a la comprensión contemporánea de “lo público”. Lo común, más bien, es lo poseído – o compartido – colectivamente por varios. Y esos “varios” que conforman el agrupamiento específico que posee, puede ser multiforme y enormemente heterogéneo, aunque en todo caso tienen *en común*, en tanto coparticipación en una calidad o circunstancia, el hecho de estar situados espacial y temporalmente. Es decir, los hombres y mujeres que comparten lo común conforman colectividades particulares y específicas que establecen, además, normas específicas para usufructuar y para transmitir tales derechos a las generaciones siguientes (AGUILAR, 2017, p. 74).

Em relação aos limites impostos pelo Estado, Aguilar (2017) é enfática ao apontar que o horizonte comunitário popular de produção do comum está para além da ocupação do Estado. Partindo do estudo das lutas sociais da Bolívia entre os anos 2000 e 2005, a autora nos mostra que a produção dos comuns, neste caso, se deu por meio da desmonopolização do direito de decidir sobre as riquezas materiais disponíveis – como água, gás natural, territórios. O fluxo das lutas sociais e o entramado comunitário mobilizado no período questionaram a política instituída e perturbaram a ordem social e, a partir desse movimento, produziram novas relações com o Estado.

Con sus acciones reconstruyeron una específica *forma de lo político* que no bebe ni directa ni únicamente de la herencia política más persistente de la modernidad-capitalista: la centralidad del estado en la organización de la *vida civil* – y pública – que asume como punto de partida la acumulación del capital. Más bien, alumbraron caminos de transformación social y política no centrados em la ocupación del aparato gubernamental, aun sin despreciar la eventual fuerza que tal extremo podría brindar a la propia empresa de transformación social. Entre lo más relevante de esta forma de lo político está el *protagonismo* de tales entramados comunitarios, dispuestos una y otra vez a no ceder, mediante reiteradas luchas, la capacidad de decidir y establecer los caminos a seguir (AGUILAR, 2017, p. 38).

Portanto, por mais que o sistema capitalista e a forma política do Estado que lhe dá sustentação se imponham como única forma de organização da sociedade, por mais que os vínculos mercantis e individualizados sejam a regra orientadora das relações sociais desta sociedade e que a noção de direitos e de cidadania estejam

sendo reduzidas ao consumo e ao voto, as teorias feministas e o debate dos comuns têm mostrado que há sempre exceções à essa regra, ou seja, há sempre formas de organização da sociedade que escapam à dominação do capital e ao processo de valorização do valor necessário à reprodução desse sistema, processo que inclusive nos permite “Alcanzar mayor poder sobre o capital y sobre o Estado, y prefigurar, aunque sea de modo embrionario, un nuevo modo de producción basado em el principio de la solidaridad colectiva y no em un principio competitivo” (FEDERICI, 2019, p. 56). Tais formas produzem o comum como condição para a reprodução da vida material que se encontra ameaçada pelo sistema capitalista, criam vínculos de novo tipo, reproduzem práticas sociais não mercantis e fortalecem experimentações para “cambiar el mundo” (AGUILAR, 2019, p. 90-3).

1.2.3 Os Comuns Desde a Sociologia Francesa

A sociologia francesa também tem somado ao debate dos comuns. Desde 2004 os franceses Pierre Dardot e Cristian Laval desenvolvem pesquisas com o objetivo de “produzir novas enunciações para produzir novos possíveis históricos a partir da crítica ao progressismo no pensamento de Marx” (ANDRADE; OTA, 2015, p. 276), isto é, se dedicam a desmistificar a crença do próprio marxismo de que as contradições do capitalismo o levariam à sua própria derrocada e assumem a indeterminação radical da história como condição mesma para superar o capitalismo.

Avaliam que a era dos grandes mestres iluminados e detentores do saber está em queda, defendem que entramos numa era na qual o campo da intelectualidade está se recompondo a partir da “Valorização das práticas interdisciplinares, fronteiriças e articuladas; a partir das quais se produz conhecimento nas bordas dos domínios consagrados” (ANDRADE; OTA, 2015, p. 280). Portanto, são pesquisadores *outsiders*, que não se vinculam à linha do produtivismo acadêmico e buscam dialogar com coletivos profissionais, movimentos sociais e sindicatos. Defendem que é preciso criar formas de pensamento conectadas com o real e, ao mesmo tempo, reinterrogar a tradição crítica sobre movimentos sociais. O utilitarista Jeremy Betham e o filósofo Michel Foucault são referências teóricas desses autores.

[...] Estamos em uma época em que não convém acentuar tanto a especificidade das lutas, mas a coordenação delas, até mesmo, sua “comunização” (*communisation*). Não que seja necessário construir uma

espécie de grande teoria geral, um novo “ismo” que apague as particularidades das lutas parciais: não precisamos mais de uma doutrina que funcione como uma máquina de produzir certezas em todos os domínios e para todos os casos. Precisamos, no entanto, de ideias claras sobre a lógica geral do poder, condição necessária para permitir tornar comuns as lutas parciais e as resistências locais (ANDRADE; OTA, 2015, p. 281).

Desse modo, ao se proporem a criar uma reflexão teórica sem descolar da história, os autores interpretam que o neoliberalismo não é apenas uma doutrina econômica, mas também fonte criadora de um tipo de sociedade em que a racionalidade capitalista orienta todas as atividades, todas as instituições, todas as relações sociais. E, para que o neoliberalismo crie essa “sociedade neoliberal”, ele não se apoia apenas nos dispositivos econômicos, ele cria relações capitalistas e modos de vida por meio de relações de poder, construções institucionais, formas jurídicas, isto é, ele cria uma racionalidade própria que governa os homens, que incide sobre a natureza ética e política constitutiva dos sujeitos. Logo, entendem que para combatermos a “subjetivação empresarial” típica da racionalidade neoliberal e construirmos “subjetivações alternativas” capazes de construir processos de resistência ao neoliberalismo será necessária uma “nova razão política para o mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016).

A essa nova razão política chamam “razão do comum”, que só pode ser constituída a partir de “situações do comum”, sobre as quais se trabalha coletivamente e se criam novas regras e normas (ANDRADE; OTA, 2015, p. 295).

Assim, desde a perspectiva francesa, o comum é um princípio político:

Para nós é um princípio político, o que nos leva a não nos satisfazermos com concepções técnicas, jurídicas e econômicas existentes, todas mais ou menos marcadas por uma marca reificadora e naturalista. O comum não depende da consideração de uma essência ou da natureza da coisa a pôr e a gerir em comum. Para nós, o comum não é uma coisa, não é um bem; é tudo o que, em um dado momento, uma coletividade decide compartilhar. Ele não deve ser buscado nem na condição humana, nem na natureza dos bens, nem em uma criação social espontânea ou econômica. O comum é uma questão de instituição. Ou, em outras palavras, ele não é um dado, ele é objeto da atividade política tal qual nós a entendemos. Não é *aquilo que é* naturalmente comum, mas o que fazemos com que seja comum por um ato político, por um ato instituinte (ANDRADE; OTA, 2015, p. 313).

Ao tomarem o “comum” enquanto princípio político, os autores problematizam como as mais diversas áreas da vida social, apesar de atravessadas pela racionalidade neoliberal, podem reagir encontrando uma “razão comum” que contribua para construção de um modelo alternativo ao capitalismo que até o momento não foi

capaz de detê-lo. Nesse sentido propõem: i) combate ao direito de propriedade; ii) recuperação da autonomia de organização dos trabalhadores; iii) desmercadorização das empresas; iv) transição para uma economia social; v) refundação de uma democracia social; vi) defesa dos serviços públicos como instituições públicas; vii) instituir comuns de escala mundial; viii) instituir federações internacionais para o governo dos comuns (DARDOT; LAVAL, 2017a, p. 493-604).

Destacamos ainda que a construção da “razão comum” não se dará fora do mundo capitalista dominado pela razão neoliberal, nem tampouco deixará de se confrontar com a lógica dominante e com as diferentes experiências temporais dos sujeitos. Contudo, o desafio imposto por essa perspectiva teórica dos comuns é o de construir práticas alternativas que não se limitem ao tempo presente, que não sejam apenas reativas ou alimentem a lógica do poder do Estado e do mercado, mas criem práticas de resistência ativas, propositivas e antissistêmicas, que sejam capazes de ir, paulatinamente, desconstruindo a divisão do trabalho, a lógica da propriedade privada, a alienação etc. Portanto, de forma alguma deve-se buscar a unificação, a paz ou a ausência dos conflitos sociais. As disparidades e as contradições dessa sociedade não deixarão de existir.

Vale destacar que a perspectiva dos comuns defendida por Dardot & Laval (2016; 2017) não prescinde do Estado, mas o reposiciona.

Hoje, o Estado social é atacado pelas forças conjuntas da direita e da esquerda “socialista”, que aderiram ao novo princípio da competitividade. A luta contra essas forças é uma oportunidade de apresentar de maneira diferente a exigência do comum no campo social. O princípio do comum não leva à mera defesa das conquistas do Estado social, porque envolve um sentido do social que é diferente do solidarismo de Estado. Por acaso se trata de consolidar um conjunto de dispositivos de seguridade, assistência ou mesmo beneficência queridos por técnicos estatais que distribuem bens individualizados? Ou se trata de compreender a “democracia social” – de forma mais fundamental do ponto de vista político e mais original sob o aspecto histórico – como um conjunto de instituições adotadas pelos membros de uma sociedade para repartir entre si uma parte do que produzem, em função das necessidades que consideram mais importantes? Isso pressupõe que eles sejam democraticamente seus governantes e tenham controle das grandes orientações estratégicas, assim como, num nível mais local e limitado, das questões relativas à gestão cotidiana dos serviços. É claro que a dimensão burocrática da gestão do social é uma parte inevitável. Cada grupo de assalariados não pode inventar de governar seu próprio “comum social”, no mínimo porque as técnicas securitárias pressupõem escalas imensas. Mas as instituições sociais não são necessariamente propriedades do Estado geridas por oligarquias dominantes subordinadas aos imperativos mundiais de “competitividade” [...] (DARDOT; LAVAL, 2017a, p. 542).

A necessidade desse reposicionamento deve-se à perda de legitimidade política dos governantes e à crise da democracia liberal na qual estamos imersos. Trataremos desse tema no próximo capítulo.

Sendo os comuns um princípio político, seu exercício não depende de profissionalização, competência ou poder aquisitivo; tampouco o que é comum em uma dada coletividade é o mais relevante para outra. O que importa mesmo são as práticas coletivas instituídas pela coletividade para conservá-los e governá-los. Logo, na perspectiva de Dardot & Laval (2017), os comuns são uma questão de instituição e governo, os quais podem contar ou não com a intervenção do Estado.

A questão é que o Estado deixa de ser centralizador da gestão pública e passa a compartilhá-la com os cidadãos, que deixam de ser meros consumidores de serviços e passam a ser cogestores.

Isso significa que esses serviços são lugares de tensão e luta, e que não podem ser vistos unilateralmente nem como “aparelhos de Estado” a serviço da dominação burguesa nem como órgão plenamente a serviço da sociedade. [...] A questão, portanto, é saber como transformar os serviços públicos para que eles passem a ser instituições do comum orientadas para os direitos de uso comum e governadas de forma democrática. Seria como conceber o Estado não mais como uma gigantesca administração centralizada, mas, ao contrário, como o sumo garantidor de direitos fundamentais dos cidadãos no que diz respeito à satisfação de necessidades consideradas coletivamente essenciais, enquanto a administração dos serviços seria entregue a órgãos dos quais fariam parte não só representantes do Estado, mas também trabalhadores e usuários-cidadãos (DARDOT; LAVAL, 2017a, p. 545-6).

No entanto, o enfrentamento da perda de legitimidade política e da crise democrática instituindo e governando os comuns não é hegemônica na sociedade. O próprio modo de acumulação capitalista já percebeu que a mercadorização de todas as esferas da vida social gera um nível de conflito social desestabilizador e autodestrutivo, portanto não são poucos os esforços do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas (ONU), para capturar os comuns para os interesses de mercado (FEDERICI, 2019, p. 306-9).

1.3 O PARADIGMA DOS COMUNS COMO ALTERNATIVA

A partir dos apontamentos teóricos feitos por este capítulo, é possível afirmar que não há um conceito único sobre o comum, os comuns e o bem-viver.

Cada abordagem teórica tratada aporta caminhos possíveis para interpretarmos o capitalismo no sul e no norte global que, com suas substanciais diferenças, estão diante do mesmo desafio: construir projetos políticos coerentes com os desafios impostos pela acumulação capitalista sem limites e pela generalização normativa da racionalidade neoliberal, que cada vez mais fragiliza os sistemas de governos democráticos e impõe aos indivíduos e à sociedade “nada de direitos se não houver contrapartidas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 381).

O conceito de comuns ofereceu uma alternativa lógica e histórica ao Estado e à propriedade privada, bem como ao Estado e ao mercado, permitindo rejeitar a ficção de que eles são mutuamente excludentes e esgotam nossas possibilidades políticas. Essa ideia também serviu a uma função ideológica, como um conceito unificador que prefigura a sociedade cooperativa que a esquerda radical está lutando para criar (FEDERICI, 2019, p. 305).

Embora o comum traga toda essa potência política emancipadora, ele ainda não é uma agenda política nem uma pauta unificadora das lutas urbanas. Também ainda é um conceito bastante ligado à pesquisa acadêmica e muito identificado à gestão e à governança de recursos naturais e pouco identificado com as práticas sociais instituintes.

Os comuns não devem ser confundidos com “bens comuns” porque não dependem da natureza da coisa, da substância, do objeto, da materialidade ou imaterialidade. Os comuns dependem dos princípios políticos que fundamentam as relações sociais de uma coletividade, portanto não se trata de um conceito que se autoexplica, mas de uma lente possível para compreender o mundo.

Assim, a partir das leituras, é possível enfrentarmos o incômodo de vivermos numa época de falências políticas generalizadas e de ausência de horizonte utópico, afinal ele diz respeito à forma como nós nos organizamos em benefício de nossas coletividades.

Para enfrentar esse desafio, tanto no sul como no norte global, nos parece que é necessária a apropriação da perspectiva dos comuns por parte dos sujeitos coletivos das lutas urbanas. Longe de ser um mandato a esses sujeitos, a apropriação que propomos é política e, por isso, abre a possibilidade de que os sujeitos alimentem as utopias urbanas perdidas, tomando para si o sentido anticapitalista dos princípios sistematizados por Dardot & Laval (2017) e construindo caminhos para produzir comuns na sociedade da razão neoliberal.

Tais princípios não são abstratos, pelo contrário, eles já estão presentes nas relações sociais que sustentam a reprodução social e nas práticas políticas comunitárias desconsideradas como políticas (ZIBECHI, 2020). Para construirmos estratégias de ação política que fortaleçam a democracia e coloquem em xeque o neoliberalismo, precisaremos adotar horizontes políticos que coloquem a vida no centro e que sejam capazes de “producir lo común en contra y más allá” (AGUILAR, 2017).

Precisaremos ainda resgatar o sentido de casa comum, que nos ensina o Papa Francisco, pois a naturalização da expropriação precisa ser enfrentada. Assim, a apropriação coletiva sobre o debate dos comuns nos ajudará na construção de horizontes comunitários populares, espaços autônomos e contra-hegemônicos.

O paradigma dos comuns é, portanto, defensivo e ofensivo, ou seja, ele pode nos ajudar na elaboração de estratégias coletivas de denúncia contra a expansão da lógica proprietária e mercantil neoliberal no âmbito do Estado e da sociedade e de anúncio de uma nova cultura política. Essa cultura “nos possibilitaria compreender que a riqueza não é criada apenas pelos donos do capital ou pelos *managers*, como reza a cartilha neoliberal universalmente compartilhada por governos de esquerda, mas também por comunidades ou sociedades cujos membros põem em comum saberes e competências a fim de criá-las (DARDOT; LAVAL, 2017a, p. 11).

No próximo capítulo apresentaremos uma análise sobre a crise de governabilidade presente nos sistemas político-democráticos na era da razão neoliberal dominante. Somada ao debate do paradigma dos comuns, a análise sobre a crise da democracia liberal iluminará o cenário mais amplo em que se conforma a ação política dos sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro.

2 SUJEITOS E DEMOCRACIA

A gramática dos direitos e dos valores humanos já não vale como há 30 anos. A social-democracia vem perdendo espaço para os regimes liberais e autoritários em todo o mundo. O neoliberalismo modificou não só o mundo do trabalho, mas também as formas de sociabilidade e organização da sociedade.

Além da ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores, vivemos um tempo em que se naturaliza as práticas do individualismo, da competição, do empreendedorismo de si mesmo e se impõe o modo de vida capitalista como único possível. Diante desse contexto, a solidariedade de classe e a ação coletiva já não são princípios inegociáveis por parte dos sujeitos coletivos atuantes na cena pública.

A fim de explicar esse tensionamento social que marca a formação dos sujeitos coletivos contemporâneos, apresentaremos neste capítulo uma análise teórica e empírica sobre os impactos da racionalidade neoliberal sobre os sistemas políticos formais e sobre os sujeitos coletivos, considerando as particularidades da democracia no Brasil.

Primeiramente será feita uma leitura teórica sobre a categoria sujeitos (FOUCAULT, 2008; BROWN, 2019; GAGO, 2015). Sendo uma categoria presente nos estudos sociais há muitos anos, forjou-se complementada por locuções e adjetivos como (sujeito) de interesse, (sujeito) de direito, (sujeito) neoliberal. Logo, a leitura teórica buscará demonstrar que no capitalismo essas adjetivações coexistem e atravessam a formação dos sujeitos coletivos.

Na sequência, apresentaremos uma análise sobre a crise das democracias liberais (CASTELLS, 2018; RANCIÈRE, 2014; 2021; MOUNK, 2019; BORÓN, 2007; DARDOT; LAVAL, 2017; BROWN, 2019; CHAUI, 2019), destacando as assimetrias de poder características dessa crise – entre os governantes e governados, entre o poder econômico e o poder do povo, ou ainda entre cidadão com direitos e cidadão sem direitos.

Essa constatação sobre a crise da democracia liberal será o pano de fundo dos sujeitos coletivos desta tese, sujeitos que são parte dessa falência e, ao mesmo tempo, carregam germes em suas práticas políticas que podem reinventar a democracia.

Na busca por entender como o princípio do comum (DARDOT; LAVAL, 2016; 2017a; AGUILAR, 2017; 2019; FEDERICI, 2017; 2019) sobrevive nas práticas

políticas dos sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, como são submetidos aos princípios orientadores da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016; 2017; FOUCAULT, 2008; BROWN, 2019; GAGO, 2015), apresentaremos também uma análise teórica, elaborada a partir do material empírico levantado entre junho e novembro de 2020, quando foram realizadas as entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

Por ora, problematizaremos apenas dados relativos à manifestação da racionalidade neoliberal nas práticas políticas dos sujeitos e, no item 4.5 do capítulo 4, abordaremos o tema da produção dos comuns pelos sujeitos.

Por fim, a partir de um breve resgate sobre história da cidadania no Brasil e do processo democrático brasileiro, passando pelo ciclo de protestos de junho de 2013 e pelo funcionamento atípico da democracia brasileira desde 2016 (CHAUI, 2000; 2009; COUTINHO, 1979; CARVALHO, 2015; TELLES, 1998; FASE, 2018; BRINGEL, 2017; 2018; AVRITZER, 2016; SCHWARCZ, 1993; 2019; MARTINS, 1978; 2007), apresentaremos uma análise teórica para demonstrar que a cultura política autoritária e o racismo estrutural são elementos sem os quais não se pode compreender a fragilidade da democracia no Brasil.

2.1 PASSAGEM DO SUJEITO DE INTERESSE AO SUJEITO DE DIREITO

A criação dos sujeitos de direitos é tema de estudos há no mínimo cinco séculos. Os contratualistas Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean Jacques Rousseau (1712-1778) formularam importantes análises sobre o tema que contribuíram para que o homem, que antes pertencia a Deus, passasse a ser proprietário de si mesmo e de suas capacidades. O contrato social será a forma pela qual, pela primeira vez, as relações sociais serão reguladas e a propriedade privada será garantida.⁴⁸

⁴⁸As principais obras de Thomas Hobbes foram *Leviatã* (1651) e *Do cidadão* (1651). Em *Leviatã*, explanou os seus pontos de vista sobre a natureza humana e sobre a necessidade de um governo e de uma sociedade fortes. Para ele, os homens formam sociedades através de um contrato social. A principal obra de John Locke foi *Dois tratados sobre governo* (1690). Considerado um precursor da democracia liberal, dada a importância que atribui à liberdade e à tolerância – essa última não aplicada às camadas menos abastadas –, a concepção de contrato social defendida por ele tinha como principal objetivo a proteção da propriedade e da comunidade e era, acima de tudo, um pacto de consentimento em formar a sociedade civil para consolidar e preservar ainda mais os direitos que tinham no estado de natureza que os homens concordam livremente. Um dos principais filósofos do iluminismo e precursor do romantismo, a principal obra de Jean Jacques Rousseau foi *Do contrato social* (1762). Nela, propõe que todos os homens façam um novo contrato

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a noção dos direitos individuais e de propriedade privada individual será regulada a partir da referência liberal.⁴⁹ De acordo com ela, o Estado é forte e o mercado é livre e justo, sendo a igualdade fictícia e a propriedade privada acessível a todos (trabalhadores, não trabalhadores, aristocratas, burgueses etc.). Desse modo, os liberais propunham que: “Uma vez que os instintos empresariais intrínsecos aos pobres são liberados como uma força da natureza, dizem, tudo ficará bem, o problema da pobreza crônica deixará de existir e a riqueza comum se desenvolverá” (HARVEY, 2014, p. 148).

Ou seja, o liberalismo vendia a ideia de que todos os sujeitos tinham as mesmas condições para socializar o valor criado pelo seu trabalho e trocá-lo por um valor equivalente no mercado. Contudo, Marx contestará essa ideia ao mostrar que, no capitalismo, o próprio trabalhador é uma mercadoria dotada de valor de uso e de troca, cujo trabalho é coletivamente organizado (MARX, 1996, p. 828-31).

Será apenas na passagem do século XVIII para o XIX que a noção liberal dos direitos individuais passará a confrontar a ação governamental, dadas as mutações organizacionais do capitalismo, os conflitos de classe que ameaçavam a propriedade privada e as disputas entre forças internacionais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 38).

Para fins desta tese, escolhemos dialogar com a obra de Michel Foucault (1926-1984) porque ela é contemporânea dos contratualistas e dos teóricos liberais, bem como está na base da reflexão de autores que temos por referência como Dardot & Laval (2016; 2017), Brown (2019) e Gago (2015).

Assim, na aula de 28 de março de 1978, Michel Foucault irá tratar do surgimento do *homo economicus*, o parceiro básico da nova razão governamental surgida no século XVIII. Para tanto, irá fazer uma reflexão sobre a passagem do sujeito de interesse ao sujeito de direito, tendo como base a filosofia de John Locke (1978), assim como a relação entre o sujeito econômico e o sujeito político. Com base nesses referentes, Michel Foucault vai definir sujeito da seguinte forma:

social em que se defenda a liberdade do homem baseada na experiência política das antigas civilizações, nas quais predominava o consenso, garantindo os direitos de todos os cidadãos.

⁴⁹Adam Smith e David Ricardo foram os principais economistas do liberalismo clássico. Defendiam um Estado liberal e o mercado como agente regulador das relações sociais. A principal tese propalada por eles era de que o bem-estar individual maximizaria o bem-estar coletivo. Ao Estado caberia apenas desenvolver atividades complementares ao mercado, garantindo a liberdade individual, a propriedade privada e o livre mercado, cuja “mão invisível” regularia as relações econômicas e sociais e proveria o bem comum. Para mais informação, consultar a obra *A riqueza das nações*, de Adam Smith (1988).

Um sujeito que não é definido nem pela sua liberdade, nem pela oposição entre alma e corpo, nem pela presença de um foco ou um núcleo de concupiscência mais ou menos marcado pela queda ou pelo pecado, mas um sujeito que aparece como sujeito das opções individuais ao mesmo tempo irredutíveis e intransmissíveis (FOUCAULT, 2008, p. 370-1).

Irredutível no sentido daquilo que não tem mais opção e intransmissível no sentido de preferência.

Em suma, o interesse aparece como um princípio empírico de contrato. É a vontade jurídica que se fomenta, o sujeito de direito que se constitui através do contrato e, no fundo, o sujeito do interesse, mas o sujeito de um interesse de certo modo depurado, que se tomou calculador, racionalizado etc. (FOUCAULT, 2008, p. 373).

Esse sujeito das opções individuais criado pela filosofia de John Locke (1978) estabelece o sujeito de interesse como princípio, o qual aparece pela primeira vez como forma de vontade, uma forma de vontade imediata e subjetiva.

A grande questão que atravessou os séculos XVII e XVIII era saber se seria possível conciliar essa forma de vontade com a vontade jurídica. A resposta encontrada é sim, tanto que nasce daí o princípio empírico do contrato social – o germe do sujeito de direito. Vale destacar que o contrato social não faz com que o sujeito de direito substitua o sujeito de interesse, haja vista que o interesse extrapola a esfera jurídica. O que o contrato faz é conciliar interesse e vontade.

O que caracteriza o sujeito de direito? É que ele tem de início direitos naturais, claro. Mas ele se torna sujeito de direito, num sistema positivo, quando aceita, pelo menos, o princípio de ceder esses direitos naturais, quando aceita pelo menos o princípio de renunciar a eles, quando subscreve a limitação desses direitos, quando aceita o princípio da transferência, ou seja, o sujeito de direito é por definição um sujeito que aceita a negatividade, que aceita a renúncia a si mesmo, que aceita, de certo modo, cindir-se e ser, num certo nível, detentor de um certo número de direitos naturais e imediatos e, em outro nível, aquele que aceita o princípio de renunciar a eles e vai com isso se constituir como um outro sujeito de direito superposto ao primeiro. A divisão do sujeito, a existência de uma transcendência do segundo sujeito em relação ao primeiro, uma relação de negatividade, de renúncia, de limitação entre um e outro, é isso que vai caracterizar a dialética ou a mecânica do sujeito de direito, e é aí, nesse movimento, que emergem a lei e a proibição (FOUCAULT, 2008, p. 374).

Ao longo do espraio do neoliberalismo pelo mundo, tentou-se transformar uma série de comportamentos, condutas e relações não necessariamente econômicas. De modo exaustivo, tentou-se tomar o modelo do *homo economicus* como referência única para os sujeitos sociais em geral.

O conhecido *slogan* “*There is no alternative*” disseminava precisamente que o capitalismo era o único sistema político e econômico viável e gerou problemas das seguintes ordens: a identificação entre todas as condutas racionais às condutas econômicas, como se toda conduta social fosse passível de análise econômica; a ideia de que a conduta econômica pode ser estendida e aplicada a condutas não racionais, como as condutas individuais.

[...] O *homo economicus*, isto é, aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio, esse *homo economicus* aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio. O *homo economicus* é aquele que é eminentemente governável. De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo economicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade⁵⁰ que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio (FOUCAULT, 2008, p. 369).

Utilizando-se do método da alegoria,⁵¹ Michel Foucault faz perguntas e as responde buscando entender as características desse *homo economicus*: “Será que, ao definir o *homo economicus*, se tratava de identificar qual zona será inacessível a toda a ação do governo?” (FOUCAULT, 2008, p. 369), “Ou será que o *homo economicus* já não era um certo tipo de sujeito que permitia justamente que uma arte de governar se regulasse de acordo com o princípio da economia?” (FOUCAULT, 2008, p. 370).

É importante entender que Michel Foucault está dialogando com Friedrich Hayek, que acreditava que o mercado e a moral eram organizados espontaneamente, transmitidos por meio da tradição e não por meio do poder político. Foucault desenvolve seus estudos mostrando que os princípios de mercado e a generalização do *homo economicus* se tornaram princípios de governo aplicados pelo Estado, assim

⁵⁰A governamentalidade é um conceito criado por Foucault para entender a relação que se estabeleceu entre governo, população e economia política a partir do século XVIII. Segundo este autor, a governamentalidade é a maneira como se conduz a conduta de si e dos outros, ou seja, “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 1979, p. 291-2).

⁵¹Método busca compreender de que forma os poderes ligam-se a determinados discursos a fim de produzir efeitos de verdade. Assim, o método parte das sínteses discursivas para mostrar que resultam de uma complexa trama de relações de poder que as permite aparecer dessa forma em determinado momento. A principal obra de Michel Foucault sobre o tema é *Arqueologia do saber*, escrita em 1969.

como passaram a orientar instituições e entidades de toda a sociedade, governando as mais diversas áreas da vida social.

Seguindo as análises teóricas de Michel Foucault, contemporaneamente, a filósofa americana Wendy Brown (2019) nos mostra que a racionalidade neoliberal preparou o terreno para legitimar forças ferozmente antidemocráticas na segunda metade do século XXI.

Partindo do argumento central de que “nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e valoração, e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo lugar, infletido lei e cultura e subjetividade política” (2019, p. 15-6), a autora propõe que compreendamos a ascensão da política antidemocrática no ocidente por meio da avaliação da cultura e da produção subjetiva neoliberais, e não somente pelas condições econômicas e pelo racismo persistente que os gera.

Um dos grandes méritos de Brown (2019) é nos mostrar que os intelectuais da Sociedade Mont Pèlerin de 1957, os quais deram origem ao neoliberalismo – Friedrich von Hayek, Milton Friedman e os ordoliberais –, buscaram colocar a política para fora dos mercados e os interesses econômicos para fora da elaboração das políticas, ou seja, o mérito dessa autora está em nos mostrar que entre os princípios de criação do neoliberalismo e a forma como ele se desenvolveu há falhas substantivas.

Para ela, existe enorme diferença entre o neoliberalismo projetado pelos intelectuais – aquele em que a esfera dos mercados e da moral funcionaria sem intervenção do Estado – e os efeitos do neoliberalismo contemporâneo (cuja imbricação entre Estado, mercado e moral é determinante das relações sociais). Assim, a autora estuda as características cruciais do que chamou de revolução neoliberal de Margaret Thatcher – Ronald Reagan, uma revolução que visou:

Habilitar o mercado e a moral para governar e disciplinar os indivíduos, ao mesmo tempo maximizando a liberdade, e assim o fez por meio da demonização do social e da versão democrática da vida política (BROWN, 2019, p. 21).

Para os fins desta tese nos interessa chamar a atenção para essas duas últimas dimensões, já que os sujeitos coletivos das lutas urbanas têm sido as salvaguardas dos direitos sociais e, por isso mesmo, os alvos dessa demonização.

No neoliberalismo, a demonização do social é uma consequência do que Brown caracterizou como o “desmantelamento da sociedade”. Partindo do entendimento de

que a democracia é um sistema de governo que tem em sua base a igualdade política, muito embora a sociedade esteja eivada de desigualdades sociais e econômicas, e de que “a sociedade é o local onde experimentamos um destino comum em meio às nossas diferenças e distâncias” (BROWN, 2019, p. 38), a autora mostra que o neoliberalismo “desmantela a sociedade ao gerar uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder desde cima” (BROWN, 2019, p. 39).

Essa cultura antidemocrática desde baixo é produzida exatamente pelo ataque aos sujeitos coletivos e pelo combate à proletarização. Soma-se a isso o incentivo do neoliberalismo à empreendedorização dos trabalhadores e trabalhadoras e a própria demonização das políticas sociais, como se elas roubassem a liberdade e atacassem a moralidade.

É sintomático que são precisamente a existência da sociedade e a ideia do social – sua inteligibilidade, seu refúgio de poderes estratificantes e, acima de tudo, sua adequação como local de justiça e de bem comum – o que o neoliberalismo se propôs a destruir conceitual, normativa e praticamente. Denunciada como um termo sem sentido por Hayek, e notoriamente declarada inexistente por Thatcher (“não existe tal coisa...”), a sociedade é um termo pejorativo para a direita hoje, que denuncia os guerreiros da justiça social por minar a liberdade de uma agenda tirânica de igualdade social, de direitos civis, de ação afirmativa e até mesmo de educação pública (BROWN, 2019, p. 38-9).

Portanto, ao dismantelar a sociedade e afirmar ao senso comum que ela não existe, a racionalidade política neoliberal faz com que: i) desapareça o poder social e se fortaleça o individualismo, ao mesmo tempo que a liberdade passa a ser usada como instrumento de poder; ii) a luta por igualdade e justiça feita pelos indivíduos na sociedade seja reduzida ou mal-interpretada como “a tirania do politicamente correto”; iii) as normas e desigualdades geradas pela escravidão, pelo colonialismo e pelo patriarcado se tornem insensíveis a esse mau legado; iv) a liberdade, valor tão caro à democracia, que possibilita a convivência com a diferença, passa a ser transformada em liberdade das normas morais, que se fia na liberdade de expressão e, em nome dela, reduz a lógica do direito social (BROWN, 2019, p. 54-5).

Logo, a racionalidade política do neoliberalismo exige que os sujeitos de direitos renunciem mais do que a seus direitos naturais, exige que eles se deixem governar pelos princípios do *homo economicus* e aceitem a própria “governamentalização do Estado” de que nos fala Foucault. Essa nova racionalidade

impõe aos sujeitos de direitos o desafio cotidiano de não sucumbirem aos interesses individuais, de não transformarem a luta pela igualdade em privilégio, de não condenarem o sistema democrático ao ostracismo, sem a devida mediação com as suas condições de existência no capitalismo e com a sua própria importância para superá-lo.

2.2 A CRISE DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS

A intensificação das manifestações sociais nos últimos dez anos demonstra o ocaso da democracia liberal, sobretudo o desprezo a uma de suas regras de ouro, o sistema de representação.

Muito se tem escrito sobre a crise das democracias liberais e há uma vasta literatura que analisa o distanciamento entre governantes e governados, a quebra dos vínculos entre eles e a consequente crise de legitimidade política (RANCIÈRE, 2018; CASTELLS, 2018; MOUNK, 2019; SANTOS, 2016; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Antes de analisarmos a crise das democracias liberais no século XXI, é preciso lembrar que ela tem origens na passagem do século XVIII para o século XIX, num momento em que a criação do Estado de direitos era condição para manutenção da acumulação capitalista.

Sendo uma realização particular e histórica da sociedade de classes – marcada pela separação entre relações de produção e relações políticas –, a democracia liberal reduziu-se em uma forma de governo político, ou seja, “na sociedade burguesa, o conceito de democracia se transforma passando de modo de existência ao estatuto de regime político no sentido restrito da palavra” (CHAUI, 2005, p. 209). Portanto, a democracia liberal em muito se difere da ideia de democracia grega e romana,⁵² cujos princípios são a igualdade e a liberdade.

A democracia é uma forma sociopolítica definida pelo princípio da *isonomia* (igualdade dos cidadãos perante a lei) e da *isegoria* (direito de todos de expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas), tendo como base a afirmação de que todos são iguais porque livres, isto é, ninguém está sob o poder de um outro porque todos obedecem às mesmas leis das quais todos são autores (autores diretamente, numa democracia participativa;

⁵²Tanto para os gregos, fundadores da noção de democracia, quanto para os romanos, fundadores da noção de república, os cidadãos devem participar da vida política e o exercício dos direitos depende do exercício dos deveres. Sendo sociedades estamentais, profundamente marcadas pelo regime de escravidão, a participação nas decisões públicas era feita apenas por um pequeno grupo de cidadãos que tinham posses, não eram escravos nem mulheres (CHAUI, 2011; 2020).

indiretamente, numa democracia representativa). Donde o maior problema da democracia numa sociedade de classes ser o da manutenção de seus princípios – igualdade e liberdade – sob os efeitos da desigualdade real (CHAUI, 2020, p. 11, grifos da autora).

Um dos principais teóricos da democracia liberal foi o economista austríaco Joseph Schumpeter (1883-1950). Considerava que o exercício da política implicava uma atitude de tipo profissional, logo, a população era vista como desqualificada e apática para tomar decisões políticas. Assim, entendia que a democracia é uma forma de organização política que substitui a ideia de “governo do povo” pela de “governo aprovado pelo povo”, em que apenas os diferentes setores das elites deveriam competir entre si em eleições periódicas e, uma vez ganhas as eleições, seguir competindo para manter-se no poder.

De acordo com o ponto de vista que adotamos, a democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos tradicionais das palavras povo e governo. A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão. Mas, uma vez que deve decidir isso de maneira inteiramente não democrática, devemos limitar nossa definição, acrescentando-lhe um outro critério para identificação do método democrático, isto é, a concorrência livre entre possíveis líderes pelo voto do eleitorado. Um dos aspectos dessa definição pode ser expressado se dizemos que a democracia é o governo dos políticos (SCHUMPETER, 1984, p. 339).

Outro expoente do pensamento liberal foi o francês Alexis Tocqueville (1809-1859), que, sendo um aristocrata, percebia a decadência dessa classe política como um sinal de que a evolução da “democracia individualista” nos levaria a uma “ditadura da maioria em nome da igualdade”. Preocupado em conter as tendências despóticas e tirânicas da democracia liberal, propõe como alternativa uma forma de democracia institucional, que seja capaz de garantir não apenas a igualdade de condições, mas assegurar a liberdade social.

Sendo um profundo estudioso da democracia liberal implementada nos Estados Unidos da América (EUA), país cuja desigualdade social e racial é histórica, defende que a igualdade de condições conduz a um equilíbrio do bem-estar entre os *iguais*, sem garantir que os diferentes possam disfrutar das vantagens desse sistema político.

A teoria tocquevilleana é ambivalente. Vê a possibilidade de um despotismo estender-se globalmente como uma forma de infecção a contaminar corpos sociais em todo o mundo; simultaneamente, porém, enxerga em algumas instituições americanas o antídoto para a cura da doença. Essa tensão, presente em quase toda *A democracia na América*, é fruto da situação

conflituosa em que se encontram os Estados Unidos à época. Fazia menos de 50 anos que a Constituição fora promulgada, e as sequelas não haviam desaparecido inteiramente. Tocqueville descreve, inclusive, as diferenças de características entre os habitantes do norte e do sul. O próprio sistema político equilibra-se entre formas de participação direta e indireta, e os interesses navegam entre o público e o privado, ainda que este predomine sobre aquele. A incerteza povoa o pensamento de Tocqueville. Prevalece, contudo, em suas análises, o temor de que uma nova linhagem de tiranos ocupe o espaço que a democracia não soube preencher. É para esse vazio a ser completado que se voltam as atenções de Tocqueville (MAGALHÃES, 2000, p. 145).

Assim, a democracia liberal reduz a democracia ao respeito de um número de regras formais e redefine a noção de igualdade e liberdade que estão nos fundamentos do conceito de democracia grega e romana a fim de que essas noções se adequem aos dogmas liberais. Em outras palavras, a igualdade é apenas política (no sentido de submissão às mesmas leis, e não social ou econômica), enquanto a liberdade é apenas de opinião e de voto.

Manuel Castells, em seu livro *Ruptura: a crise da democracia liberal* (2018) identifica que as “raízes da ira” contra a democracia liberal estão: i) na crise do Estado-Nação provocada pelo processo de globalização da economia e pelo desenvolvimento das tecnologias da informação a partir dos anos 1970, crise esta que deu lugar ao que o autor chamou “Estado-Rede”, ou seja, os Estados-Nação passaram a se articular institucionalmente numa rede supranacional cuja União Europeia é o exemplo mais forte; ii) no atual modelo de acumulação de capitais, sustentado por ciclos de especulação financeira e pela ideologia neoliberal, este padrão vem se reproduzindo à custa do desemprego de milhares de pessoas, do endividamento de famílias, da expropriação da natureza, da violação de Direitos Humanos etc.

Aponta ainda que a crise financeira de 2008-2010 está diretamente relacionada com o colapso do sistema político formal de diversos países, em especial dos Estados Unidos da América, onde, não por acaso, explode uma “onda de indignação”. Logo, o que Castells (2018) nos mostra nesse livro é a falácia da ideologia neoliberal, isto é, aquela que tenta nos convencer de que o Estado não deve intervir nos mercados, quando na realidade em todos os cantos da Europa o que se viu foi o alinhamento dos governos e da União Europeia ao mercado financeiro e à imposição de políticas de austeridade fiscal para sair da crise de 2008-2010.

Considerando o esgotamento do sistema político formal e a crise de legitimidade, os quais se manifestaram de diferentes formas nas democracias

estudadas, Castells (2018) identifica alguns pontos comuns subjacentes à ruptura da ordem político-liberal que contribuem para manter acesa a chama da esperança.

O primeiro ponto é que diante do rechaço aos partidos tradicionais e suas formas corruptas de fazer política há uma busca incessante pela legitimidade perdida. Tanto os grupos conservadores de direita – que defendem o patriarcado, a misoginia, o racismo, a xenofobia, o neonazismo e o antissemitismo – quanto os grupos de esquerda (que ameaçam o *establishment* político por proporem formas alternativas de fazer política) buscam impedir o colapso de uma ordem política e de suas instituições.

Castells (2018) nos mostra que a reconstrução da legitimidade social de um representante político pode ser feita pela oposição às instituições deslegitimadas, pelo distanciamento entre o candidato e o próprio partido político, pela imposição do medo – principalmente aos setores mais vulneráveis da sociedade –, pela promessa do retorno ao Estado como centro de decisão e não mais as redes globais e supranacionais, e pelo acionamento de valores que têm como base a família patriarcal, a religião e o ultranacionalismo. Esses traços caracterizam, por exemplo, a eleição de Donald Trump à presidência dos EUA no ano de 2017.

A nova legitimidade funciona por oposição. E se constrói em torno de um discurso que projeta uma rejeição geral ao estado das coisas, prometendo a salvação por meio da ruptura com essa ordem incrustada nas instituições e com essa cultura das elites cosmopolitas, suspeitas de dismantelar as últimas defesas da tribo ante a invasão do desconhecido (CASTELLS, 2018, p. 38).

Contudo, outro ponto comum da crise de legitimidade política é o que pode levar à emergência de novos atores políticos, que organizam suas práticas a partir de valores progressistas alternativos e reivindicam a democracia em suas próprias práticas.

Aqui é importante observar como o contexto social, político e econômico é determinante para a emergência dessa forma de ação política. Nesse sentido, a perda de direitos sociais pós-crise de 2008, as altas taxas de desemprego, a alta dos aluguéis, a convivência com a precariedade urbana e a insatisfação popular com as condições de vida em geral foram elementos mobilizadores desses novos atores no caso espanhol.

Ao construir outras práticas políticas, como ocupação de praças, assembleias deliberativas, debates públicos urbanos com interação constante no espaço público

digital e presença constante nas redes de internet, esses atores ameaçam o *establishment* político. Mais do que isso, se as instituições são o espelho da sociedade, ao propor outras práticas, questiona-se o que está instituído e acende-se a chama da esperança mencionada acima.

Assim, a partir da análise global da crise democrática, Castells (2018) demonstra que, para além das particularidades de cada sociedade, estamos diante do colapso gradual de um modelo de representação cujas consequências ainda não sabemos quais serão. Para ele, o principal perigo não vem das “ideologias neofacistas”, mas das alternativas assistêmicas. Lembremos que a dimensão ofensiva do paradigma dos comuns apresentado no capítulo 1, item 1.3, também caminha nesse sentido, na medida em que cria uma nova cultura política.

O perigo maior para manutenção da hegemonia dos globalizadores parece não ser a rebelião direta, mas a saída do sistema. O que se teme não é o desafio direto à democracia por parte de ideologias neofacistas deslegitimadoras da história (ao menos na Europa atual), mas a deserção de amplos setores da sociedade ante uma democracia que não nos representa, suscitando a possibilidade de uma busca incerta de novas formas de representação (CASTELLS, 2018, p. 78).

Segundo o filósofo Jaques Rancière, o “ódio à democracia” não é uma novidade. Ao refletir sobre os rumos do fazer político, do ser democrático e da organização social na modernidade, o autor constata que toda vez na história que se deu voz e vez para uma parcela maior da população, isso foi visto como desordem social, excesso de vitalidade democrática, excesso de vida política e social, enfim, como ameaça à ordem estabelecida.

O enfrentamento da vitalidade democrática assumia assim a forma de um *double bind* [duplo vínculo] simples de resumir: ou a vida democrática significava uma dupla participação popular na discussão dos negócios públicos, e isso era ruim, ou significava uma forma de vida social que direcionava as energias para as satisfações individuais, e isso também era ruim. A boa democracia deveria ser então uma forma de governo e de vida social capaz de controlar o duplo excesso à atividade coletiva ou de retração individual inerente à vida democrática (RANCIÈRE, 2014, p. 17).

A necessidade do controle da vida democrática deve-se ao “apetite insaciável dos oligarcas” (RANCIÈRE, 2014, p. 94), que desviam as paixões democráticas para os prazeres privados e as tornam insensíveis ao bem comum. Ou seja, quanto mais tornar evidente as tensões e conflitos sociais, mais a democracia será reprimida, pois

ela não é apenas uma forma de governo, ela é uma forma de ser na sociedade, uma forma de vida democrática que independe da esfera estatal. Portanto, a democracia tem uma concretude muito maior do que o ato de escolher quem irá nos representar, a democracia é por excelência participativa.

Em artigo escrito após uma multidão invadir a sede do Congresso dos Estados Unidos,⁵³ Rancière (2021) nos mostra que o acirramento do “ódio à democracia” e do desprezo social aos princípios de igualdade preconizados por este sistema político não podem ser explicados apenas pela disseminação de *fake news* via redes sociais, nem pela ingenuidade das pessoas que nelas creem, pelo contrário, o ato de acreditar ou não acreditar mostra que as pessoas são inteligentes. Para o autor é o mundo do pensamento racional e da democracia pacífica que pensávamos existir que está sob questão.

Assim como a negação teimosa não é uma marca de mentes atrasadas, e sim uma variante da racionalidade dominante, a cultura do ódio não é o produto de camadas sociais desprivilegiadas, mas do funcionamento de nossas instituições. É uma forma de “forjar pessoas”, uma forma de criar um povo pertencente à lógica da desigualdade. Quase 200 anos atrás, Joseph Jacotot, pensador da emancipação intelectual, mostrou como a loucura anti-igualitária era a base de uma sociedade em que todo inferior era capaz de encontrar alguém inferior a ele e desfrutar dessa superioridade. Da minha parte, há apenas um quarto de século, eu sugeria que a identificação da democracia com o consenso produzia, no lugar de um povo de divisão social, agora declarado arcaico, um povo ainda mais arcaico baseado apenas nos afetos do ódio e da exclusão (RANCIÈRE, 2021, p. 3).

Yascha Mounk, em seu livro *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la* (2019), defende que desde o fim da União Soviética e a queda do muro de Berlim, em 1989, passamos a acreditar na democracia como via de mão única, ou seja, uma vez estabelecidos os parâmetros fundamentais de uma democracia, ela continuaria estável para sempre. Outra crença dominante era no equilíbrio entre a proteção aos direitos individuais e à garantia da vontade popular. No entanto, o que o autor mostra é que a construção de uma democracia não é uma linha reta, ascendente, tampouco é possível manter constantemente o equilíbrio entre esses dois elementos fundamentais e contraditórios.

⁵³Em 6 de janeiro de 2021, data que o Congresso dos Estados Unidos da América confirmou a derrota eleitoral de Donald Trump (Partido Republicano) para Joe Biden (Partido Democrata), uma multidão invadiu o Capitólio após ser mobilizada pelo próprio ex-presidente via redes sociais. Desde 1778, ano da emancipação do EUA, essa é a primeira vez que o resultado eleitoral e as regras do jogo democrático foram tão veementemente questionadas.

Nas democracias do mundo todo, dois elementos aparentemente distintos estão ocorrendo. Por um lado, as preferências do povo são cada vez mais iliberais: os eleitores são cada vez mais impacientes com as instituições independentes e cada vez menos dispostos a tolerar os direitos das minorias étnicas e religiosas. Por outro lado, as elites vêm assumindo o controle do sistema político e tornando-o cada vez mais insensível: os poderosos estão cada vez menos dispostos a ceder às opiniões do povo. Como resultado, liberalismo e democracia, os dois elementos centrais de nosso sistema político, começam a entrar em conflito (MOUNK, 2019, p. 29).

A democracia está se decompondo, a democracia está se desmanchando, a democracia está se desmoronando, a democracia está se desvirtuando, a democracia está se desconsolidando. Todos esses ‘des’ aparecem reiteradas vezes no livro de Yascha Mounk, para quem esse processo levará a dois novos regimes: a *democracia iliberal*, ou a democracia sem direitos; e o *liberalismo antidemocrático*, ou o regime em que há direitos, mas não há democracia.

A partir do estudo sobre os regimes democráticos na América Latina, Borón (2007) explica que à categoria democracia sempre se agregaram adjetivos como: “democracia capitalista”, que transmite a ideia de que o modo de produção capitalismo é mero coadjuvante da cena política e não um elemento estrutural na sociedade; ou “democracia burguesa”, que atribui gratuitamente à burguesia uma conquista das lutas populares contra a aristocracia e a monarquia inicialmente e, posteriormente, contra o próprio sistema capitalista de produção.

Para o autor as adjetivações à categoria democracia “Sólo sirven para colocar un taparrabo que no logra ocultar el hecho de que el rey está desnudo” (BORÓN, 2007, p. 29), ou seja, os adjetivos não solucionam o problema essencial de que a forma política democrática, vista para além dos seus aspectos formais, se baseia na igualdade social, enquanto o sistema capitalista se baseia na desigualdade social. Partindo desse entendimento, nos mostra que o neoliberalismo aprofundará o desencantamento e a frustração social para com a forma política democrática.

Lejos de haber ayudado a consolidar las democracias incipientes, las políticas neoliberales las socavaron tal vez sin remedio y las consecuencias se sienten sensiblemente hoy día. La democracia ha llegado a ser esa “cáscara vacía” de la que tantas veces había hablado Nelson Mandela, donde un número cada vez más creciente de políticos corruptos e irresponsables administran los países con una indiferencia absoluta hacia el bien común y el bienestar de la gran mayoría de la población. Prueba de ello es la enorme desconfianza popular hacia los políticos, los partidos y los cuerpos legislativos, un fenómeno visto, con distintos grados de intensidad, en todos los países de América Latina (BORÓN, 2007, p. 31).

Esse desencantamento e frustração social que pesa sobre a forma política democrática em tempos neoliberais também foi analisada por Brown (2019). Além da demonização do social e do dismantelamento da sociedade que tratamos no início deste capítulo, a autora nos mostra que a “governamentalização do Estado”⁵⁴ na era neoliberal também demoniza, limita, contém, deslegitima e despolitiza o próprio sentido político da democracia, ou seja, o neoliberalismo desvincula a democracia da soberania popular e, ao fazê-lo, rebaixa a democracia a simples meio para transferência de poder, e não mais como fim para compartilhamento de poder.

Na medida em que essa “desdemocratização” (BROWN, 2019, p. 101) vai se intensificando, a racionalidade neoliberal vai se fortalecendo e os cidadãos vão sendo pacificados.

Gestão, lei e tecnocracia no lugar de deliberação, contestação e partilha democrática de poder: várias décadas dessa hostilidade multifacetada à vida política democrática geraram em populações neoliberalizadas, na melhor das hipóteses, uma desorientação generalizada quanto ao valor da democracia e, na pior, opróbrio em relação a ela (BROWN, 2019, p. 71).

Ao estudar o mesmo fenômeno, Chaui (2019) afirma que o neoliberalismo é “a nova forma do totalitarismo”⁵⁵ que privatiza os direitos ao transformar os princípios e valores republicano-democráticos em homogêneos aos princípios do mercado, logo direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público são eliminados ou transformados em serviços. No plano político, as consequências dessa “nova forma de totalitarismo neoliberal” serão drásticas:

(a) põe fim à social-democracia, com a privatização dos direitos sociais, o aumento da desigualdade e da exclusão; (b) põe fim à democracia liberal representativa, definindo a política como *gestão* e não mais como discussão e decisão públicas da vontade dos representados por seus representantes eleitos; os gestores criam a imagem de que são os representantes do verdadeiro povo, da maioria silenciosa com a qual se relacionam ininterruptamente e diretamente por meio do Twitter, de *blogs* e redes sociais

⁵⁴A governamentalização do Estado será a nova racionalidade governamental que passará a orientar os Estados após a generalização do *homo economicus*, ou seja, “Essa nova razão de Estado ou essa razão do Estado mínimo que encontra no mercado sua verificação de base e na utilidade sua jurisdição de fato” (FOUCAULT, 2008, p. 73). Isto é, o Estado passa a dar suporte político ao mercado e passa a se orientar pelos princípios de mercado.

⁵⁵Totalitário porque o neoliberalismo afirma uma sociedade homogênea e recusa a heterogeneidade social a tal ponto que nega a especificidade das instituições políticas e transforma todas em organizações regidas pela lógica de mercado; e novo porque em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, como acontecia nas formas totalitárias anteriores, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado (CHAUÍ, 2019).

– isto é, por meio do *digital party* –, operando sem mediação institucional, pondo em dúvida a validade dos parlamentos políticos e das instituições jurídicas, promovendo manifestações contra eles [...] (CHAUI, 2019, p. 4, grifos da autora).

Buscando uma saída para a reinvenção da democracia num momento em que o movimento do capital transforma tudo e todos em objetos para sua valorização, que a acumulação capitalista se dá, cada vez mais, por meio da violência e que o exercício autoritário do poder se manifesta nas democracias liberais mundo afora (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 377-402), Santos (2016) propõe “democratizar a democracia” (2016, p. 120) por meio da ampliação dos espaços para a participação direta da população nas decisões políticas.

Nesse sentido, propõe que legitimemos outras formas de deliberação democrática⁵⁶ que não se resumam ao que chama de “patologias da democracia liberal”, ou seja, patologias decorrentes da representação que não atende aos anseios sociais e da participação que se resume a votar. Santos (2018) defende que é preciso termos a articulação entre os diferentes tipos de democracia.

Contraditoriamente ao que se pretendeu em muitas das lutas sociais de períodos anteriores, não se trata agora de substituir a democracia representativa por outros tipos de democracia considerados mais genuínos (participativos ou comunitários), mas antes de construir uma democracia genuína com base na articulação entre todos os tipos disponíveis. É essa vastíssima experiência de lutas democráticas que nos permite hoje ampliar o cânone democrático e produzir teorias que vão muito além da teoria liberal (SANTOS, 2016, p. 126).

Partindo do entendimento que as instituições democráticas liberais não refletem os princípios da igualdade e da liberdade, Dardot & Laval (2017) propõem como alternativa a criação de práticas instituintes de autogoverno, as quais tenham a política do comum como referência – que não significa o mesmo que instituições de autogestão.

Cientes das reivindicações dos movimentos e lutas populares por mais democracia, os autores argumentam que “as mobilizações e insurreições contra as ditaduras e o capitalismo neoliberal somente terão alcance histórico duradouro se refundarem na intervenção de novas instituições, como aconteceu no fim do século

⁵⁶Para além da democracia representativa, nas últimas três décadas houve experiências de democracia participativa no Brasil e na América Latina que incluíram iniciativas como os Orçamentos Participativos, os Conselhos de Políticas Públicas, os Conselhos Gestores, os referendos e as consultas públicas. Tais iniciativas se desenvolveram no nível municipal, estadual e nacional. Para maiores informações, consultar Teixeira *et al.* (2020).

XIX e início do XX” (DARDOT; LAVAL, 2017a, p. 481-2). Para eles, as instituições de autogoverno são formas de “instituir politicamente a própria sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2017a, p. 488), que sofre com a dissolução da política na economia e com a estatização burocrática e tirânica da economia política.

O comum é uma construção política, ou melhor, uma instituição da política neste momento de perigo que ameaça a humanidade. Dizer que o comum, como indica sua etimologia, é político já de imediato significa que ele obriga a conceber uma nova instituição da sociedade. Ele não é “anarquista”, no sentido de incitar à negação pura e simples do poder, de se traduzir – de forma contraditória, aliás – em rejeição a toda e qualquer autoridade. Ao contrário, o comum leva à introdução em toda parte, de maneira mais profunda e sistemática, da forma institucional do autogoverno, que convirá distinguir daquilo que na história do século XX de autogestão; esta, se formos fiéis ao significado de gestão, limita-se à dimensão da organização e só diz respeito à administração das coisas. O comum, tal como entendemos aqui, significa antes de tudo o governo dos homens, das regras, das instituições e das regras que eles adotam para organizar suas relações. Por isso, tem raízes na tradição política da democracia, em especial na experiência grega (DARDOT; LAVAL, 2017a, p. 485).

Assim, concluímos entendendo que a democracia está em crise e certamente precisa ser reinventada. Cabe não esquecermos o quão urgente é essa tarefa no século XXI, haja vista que a salvaguarda dos direitos sociais já não é condição para acumulação de capital. Embora a forma política democrática liberal jamais tenha assegurado direitos universais no capitalismo, acreditamos que é só nela que se torna possível superar a alienação política do sujeito neoliberal e criar formas alternativas de governo de si e dos outros, só nela é possível experimentar formas de governo estatal que não reduzam a esfera política da vida social à esfera econômica, só nela é possível enfrentar a concentração de riqueza típica do capitalismo contemporâneo, só nela é possível a existência dos diversos sujeitos coletivos que expõem as tensões e conflitos sociais e, com isso, contribuem para a criação de práticas instituintes de autogoverno e formas alternativas de governo, seja ele estatal ou não.

2.3 A DESTRUIÇÃO DO SUJEITO DE DIREITOS PELA ASCENSÃO DO SUJEITO NEOLIBERAL

Partimos do entendimento que as matrizes teórico-políticas que deram sustentação ao neoliberalismo – das quais destacamos a Escola Austríaca, cujo economista mais conhecido é Friedrich Hayek (1889-1992), e a Escola de Chicago, cuja referência é Milton Friedman (EUA, 1912-2006) – passaram a ser utilizadas como

base das concepções de ódio ao Estado e de defesa do mercado como sinônimo de liberdade e bem-estar.

Nesse bojo, o Estado é deslocado da linha de frente do desenvolvimento econômico e social para a posição de promotor e regulador desse desenvolvimento para o capital já que, do ponto de vista do capital, o pacto keynesiano⁵⁷ tinha sido responsável pelo aumento dos seus custos com a manutenção da força de trabalho, bem como pelo aumento das despesas estatais.

A crise de 1973-1975 derivou em parte de um confronto com a rigidez acumulada de práticas e políticas de governo implantadas no período fordista-keynesiano. As políticas keynesianas tinham se mostrado inflacionárias à medida que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava. Como sempre fora parte do consenso político fordista que as redistribuições se deveriam fundamentar no crescimento, a redução do crescimento significava inevitavelmente problemas com o estado de bem-estar social e do salário social (HARVEY, 1993, p. 157).

O advento do neoliberalismo fará com que o Estado abandone a busca do bem-estar social e passe a apoiar ativamente as condições para a acumulação do capital (HARVEY, 2003, p. 130), criando uma nova forma de regulação das relações sociais de produção por meio do regime de acumulação flexível (HARVEY, 1993) que vai afetar diretamente a esfera produtiva e gerar a precarização social do trabalho.

Para Harvey (1993), o regime de acumulação flexível é uma forma de regulação, isso significa que estabelece não só novas técnicas de produção, mas também um novo modo de regulação das relações sociais, políticas e culturais essenciais à reprodução do capital. Modifica inclusive a forma de organização dos trabalhadores, pois além de terem suas condições de trabalho precarizadas (terceirizados, subcontratados, informais, entre outras formas de contratação) eles passam a ser submetidos ao que Antunes (2003) chamou de envolvimento manipulatório.

⁵⁷A teoria econômica keynesiana foi formulada no período entre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) pelo economista inglês John Maynard Keynes. Sua principal obra foi *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936). Opondo-se às concepções liberais de autorregulação do mercado, Keynes defendia a intervenção do Estado para o controle da economia e para a garantia do pleno emprego. Sua teoria econômica estava fortemente vinculada ao modo de produção fordista, que precisava tanto produzir em massa como consumir em massa. O conjunto de políticas implementadas por Franklin D. Roosevelt (EUA) em resposta à Grande Depressão (1929), conhecido como New Deal (1933 e 1937), foi uma das principais experiências da teoria keynesiana. Para mais informação consultar Harvey, 1993.

Fundamentalmente, essa forma de produção flexibilizada busca adesão de fundo, por parte dos trabalhadores, que devem aceitar integralmente o projeto do capital. Procura-se uma forma daquilo que chamei, em *Adeus ao trabalho?* de *envolvimento manipulatório* levado ao limite, onde o capital busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores, no interior das empresas, para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo fundamentos exclusivos do capital (ANTUNES, 2003, p. 181).

Nesse contexto de expressivo domínio do capital sobre o trabalho e de redução dos direitos, a esfera das finanças tende a ocultar a esfera da produção, como se fosse possível criar valor a partir do próprio dinheiro. Na contramão dessa falsa ideia, Iamamoto (2007) analisa o processo de financeirização do capital e desvenda o fetiche que está por trás do regime de acumulação flexível:

A esfera restrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito, ainda que apareça de forma fetichizada. [...] Nessa esfera, o capital aparece como se fosse capaz de criar “ovos de ouro”, isto é, como se o capital-dinheiro fosse capaz de gerar mais dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção (IAMAMOTO, 2007, p. 109).

O que essa nova etapa de acumulação do capital trouxe de novo foi a possibilidade de intensificar o trabalho abstrato e diminuir o tempo de giro do capital, por meio da aceleração da produção e do consumo das mercadorias. Não por acaso, nesse estágio de desenvolvimento do capitalismo onde a acumulação se dá de forma flexível, aumenta-se a importância do capital financeiro nos circuitos de valorização do capital. Além de dono, acionista e investidor direto da esfera de produção, o capital financeiro também se torna responsável pela aceleração do tempo de rotação do capital necessário à realização do valor.

Até aqui apresentamos argumentos sobre a ideologia político-econômica do neoliberalismo, no entanto o neoliberalismo também se sustenta a partir da normatização da vida, dos comportamentos e da própria subjetividade social. Isso significa que a racionalidade do mercado, a regulação pela concorrência, a ética individualizante e o espírito do consumismo reorientam não só o papel do Estado e da economia, mas todas as relações sociais, todas as atividades sociais, todas as instituições existentes na sociedade contemporânea.

Essa racionalidade neoliberal dominante também faz com que a democracia liberal não seja mais vista como distinta de outros regimes políticos, ou seja, mesmo não se identificando com o exercício autoritário do poder a democracia liberal já não

é mais democrática (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 377-402). É a tese defendida por Dardot & Laval (2016) em sua obra *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, segundo a qual a novidade do neoliberalismo “consiste em promover uma reação em cadeia produzindo sujeitos empreendedores” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329).

O neoliberalismo não destrói apenas as regras, as instituições, os direitos. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos do que *a forma de nossa existência*, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionarmos com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa forma de vida nas sociedades ocidentais, e, para além dela, em todas as sociedades que seguem o caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos em um universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns com os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber e a comportar-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16, grifos dos autores).

Enquanto uma nova razão do capitalismo contemporâneo, o neoliberalismo fabricará um novo “sujeito neoliberal”, muito diferente do “sujeito produtivo” das sociedades industriais. Enquanto o “sujeito industrial” precisava ser disciplinado pela coerção dos corpos e adestrado para torná-los dóceis, como bem mostra a vasta obra⁵⁸ de Michel Foucault, o “sujeito neoliberal” trabalhará para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, ao fazê-lo, torna-se um “sujeito empresarial”, que está disponível para o envolvimento total de si mesmo, que desenvolve ele próprio uma ética pautada na vigilância de si mesmo, que não precisa mais de algo que o governe, porque ele próprio se governa.

O “sujeito neoliberal” também é aquele que passa a competir com seus aliados e a atacar potenciais parceiros; aquele que se apropria de bandeiras coletivas de forma individual, aquele que oportunamente instrumentaliza o coletivo para garantir seu próprio desempenho, aquele que busca a valorização do seu eu pela “empresa de si mesmo” e não pelos direitos que possui como sujeito. Portanto, para além de

⁵⁸Destacamos os livros *Vigiar e punir: história da violência nas prisões* (1975), no qual o autor faz uma reflexão sobre o papel das diversas instituições da sociedade como prisões, escolas, fábricas e hospitais para o disciplinamento dos corpos, e *Microfísica do poder* (1979), em que o autor trata de como o poder se aplica na sociedade e de como as leis são uma verdade construída para atender às necessidades das relações de poder que organizam a sociedade.

governar a ação do Estado, a ética do *homo economicus* passa a governar o sujeito neoliberal.

Os resultados da extensão dessa racionalidade mercantil na sociedade são aterradores: desvalorização de quaisquer relações sociais que não sejam mediadas pelas relações de troca; exacerbação do individualismo e da competição como práticas sociais; indiferença às desigualdades sociais; despreço pela noção de solidariedade social; desvalorização da política e redução da democracia a um sistema de governo.⁵⁹

Para o campo dos direitos sociais os resultados da racionalidade neoliberal são ainda mais atrozés já que:

O acesso a certos bens e serviços não é mais considerado ligado a um *status* que abre portas para direitos, mas resultado de uma transação entre um subsídio e um comportamento esperado ou um custo direto para o usuário. A figura de um cidadão investido de uma responsabilidade coletiva desaparece pouco a pouco e dá lugar ao homem empreendedor. Este não é apenas um “consumidor soberano” da retórica neoliberal, mas o sujeito ao qual a sociedade não deve nada, aquele que “tem de se esforçar para conseguir o que quer” e deve “trabalhar mais para ganhar mais”, para retomarmos alguns clichês do novo modo de governo. A referência da ação pública não é mais o sujeito de direitos, mas um ator autoempreendedor que faz os mais variados contratos privados com outros atores autoempreendedores (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 380-1).

E mais:

É espantoso constatar a que ponto a contestação dos direitos sociais está intimamente ligada à contestação prática dos fundamentos culturais e morais, e não só políticos, das democracias liberais. O cinismo, a mentira, o menosprezo, a aversão à arte e à cultura, o desleixo da linguagem e dos modos, a ignorância, a arrogância do dinheiro e a brutalidade da dominação valem como títulos para governar em nome apenas da “eficácia”. Quando o desempenho é o único critério de uma política, que importância tem o respeito à consciência e à liberdade de pensamento e expressão? Que importância tem o respeito às formas legais e aos procedimentos democráticos? A nova racionalidade promove seus próprios critérios de validação, que não têm mais nada a ver com os princípios morais e jurídicos da democracia liberal. Sendo uma racionalidade estritamente gerencial, vê as leis e as normas simplesmente como instrumentos cujo valor relativo depende exclusivamente da realização dos objetivos. Nesse sentido, não estamos lidando com um simples “desencantamento democrático” passageiro, mas com uma mutação muito mais radical, cuja extensão é revelada, à sua maneira, pela dessimbolização que afeta a política (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 382).

⁵⁹Ao longo da pesquisa, identificamos que há outros autores, como Lazzarato (2017) e Saidel (2015), que também estudam a racionalidade neoliberal e seus impactos sociais, políticos, econômicos a partir de diferentes perspectivas teóricas. Infelizmente não foi possível dialogar com eles nesta tese. Essa é uma tarefa que fica para o futuro.

Outra autora que contribui para o debate sobre a racionalidade neoliberal é a cientista social argentina Verônica Gago (2015). A partir de estudos sobre a economia informal nos bairros periféricos de Buenos Aires,⁶⁰ faz críticas contundentes às intervenções dos governos progressistas na América Latina que contribuíram para o enraizamento do neoliberalismo nas subjetividades populares.

Com seus estudos demonstra que, no atual estágio de acumulação de capital, não há como separar a dinâmica extrativista de *commodities* que impera sobre os territórios latino-americanos dos seus impactos sobre as populações urbanas (GAGO, 2015, p. 244-8). Assim, compreende que o neoliberalismo não é apenas um conjunto de medidas políticas macroeconômicas impostas “*desde arriba*”, mas uma forma de governamentalidade que se manifesta “*desde bajo*” na produção dos modos de vida nos territórios, nos comportamentos sociais relacionados ao consumo e no processo de endividamento das famílias da classe popular.

Cuando proponemos hablar de un neoliberalismo desde bajo queremos remarcar que el neoliberalismo tiene la complejidad de no poder definirse de manera homogénea, sino que depende de sus aterrizajes y ensambles con situaciones concretas. Son esas situaciones las que obligan a pluralizar el neoliberalismo más allá de su definición como un conjunto de políticas emanadas desde arriba como planificación estructural. La clave foucaultiana es justamente esa: la fuerza del neoliberalismo como gubernamentalidad es incluir la “libertad”, eso que modernamente pone en peligro todo orden, en el corazón mismo de un nuevo dispositivo de orden libre (GAGO, 2015, p. 229-30).

Para melhor compreensão de como a racionalidade neoliberal fez erodir as bases da cidadania social e da própria democracia – seja ela de base social-democrata ou liberal –, é preciso atentar para o fato de que, pouco a pouco, os “sujeitos de direitos” foram sendo convencidos de que eram “sujeitos neoliberais”.

Assim, aquela noção de positividade e negatividade que está na base do contrato social e da própria cidadania vai deixando de ser aceita pelos sujeitos neoliberais, estes parecem não estar mais dispostos a renunciar a si mesmos ou

⁶⁰Estudo se dedica a investigar a vinculação entre a “Feira La Salada” de Buenos Aires, onde se mistura o consumo popular com condições extremas de exploração do trabalho, o *taller textil clandestino*, onde a maioria dos trabalhadores são migrantes bolivianos, em sua maioria mulheres, as *villas* que são lugares de moradia desses trabalhadores que possibilitam morar próximo ao centro da cidade, e as *fiestas*, que foram identificadas no estudo como um dispositivo comunitário ambivalente por permitir a elaboração e a negação da legitimidade das demandas populares. Para maiores informações, consultar Gago (2015, p. 255-305).

deixar que leis e proibições limitem seus interesses e vontades. Lembremos que isso ocorre ao mesmo tempo em que a “governamentalização do Estado” na era neoliberal (FOUCAULT, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016) “privatiza direitos”, transformando-os em serviços (CHAUI, 2019).

Abaixo apresentamos alguns fragmentos das entrevistas realizadas para esta tese nas quais a retórica neoliberal está presente.

Quando perguntada sobre quais são as principais dificuldades que o Sindágua-RJ enfrenta para mobilizar sua base de trabalhadores para a defesa de seus direitos, a Sujeita K afirma com ênfase que “cada um olha só para o seu umbigo”, que estão “desmotivadas”, que estão “antissociais”. O que chama atenção aqui é que embora a entrevistada perceba a exacerbação do individualismo entre os trabalhadores ela não elabora as causas desse problema.

Só que as pessoas hoje, elas estão desmotivadas. Elas não têm aquela coisa, elas não têm aquela gana. Aquela coisa assim: — Não, se eu fizer aquilo ali, aquilo ali vai ser bom *pra* mim, vai reverter *pra* mim, vai reverter pro outro e tudo mais. Então hoje as pessoas estão tão antissociais que elas já não ligam mais. Elas *tão* tipo assim: olhando *pro* seu próprio umbigo, *né*? — Não, aquilo ali eu não quero nem ver... Mas ela tem que ver. Faz parte. Se o sindicato *tá* correndo atrás por um aumento de salário, um abono salarial, um acordo coletivo melhor; ela poderia ficar mais animada, mas não, é ao contrário. Se o sindicato consegue fechar um acordo coletivo e tudo mais, no dia seguinte chove de cartas pedindo *pra* não descontar a contribuição confederativa. E aí como é que o sindicato sobrevive? Porque cada acordo que a gente fecha tem uma cláusula no acordo, *né*? *Pra* descontar uma porcentagem *pro* sindicato sobre a contribuição confederativa, que às vezes a gente parcela em três, quatro ou até cinco vezes. Então a pessoa, *ela* não quer. Ela já não é sócia e o sindicato tem que brigar por ela mesmo assim, porque o sindicato representa quem é e quem não é sócio, e mesmo assim quando a gente consegue um acordo coletivo que não é o dos sonhos, mas dada a situação econômica do país é um acordo que vai garantir o emprego dela até o próximo acordo. Ela não quer descontar tipo assim 1% ou 0,5%, seja lá o que for. Elas *tão* desmotivadas, não sei por quê. Não consigo entender isso. É muito difícil (Sujeita K, Sindágua-RJ, entrevistada em 4/11/2020).

A ausência de uma perspectiva coletiva entre os trabalhadores vinculados ao Sindágua-RJ mostrou-se ainda mais profunda durante o início da pandemia de Covid-19, quando uma concessionária privada do serviço de saneamento⁶¹ demitiu 51 funcionários. Na ocasião, o Sindágua-RJ fez uma ação de distribuição de cestas básicas, divulgou a data da entrega nas redes, enviou comunicado direto aos trabalhadores demitidos, contudo a maioria não teve interesse em recebê-las.

⁶¹A Prolagos, empresa privada ligada ao grupo Aegea, é responsável pelo serviço de saneamento nos municípios de Armação de Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo.

E aí, esses que foram mandados embora, um dado interessante, a gente como sindicato buscou fazer uma interação e fomos levar cesta básica para eles (o cara está em dificuldade)... Dos 51 demitidos apenas 13 foram buscar a cesta básica. A gente foi lá na Região dos Lagos. Porque os caras alegam, o pessoal que foi buscar lá é que falou, todo mundo tem a esperança de ser readmitido e a empresa não gosta de trabalhador que fala com o sindicato. Uma coisa, assim, velada. É uma parada muito sinistra. Muito sinistra, entendeu? Então, como é que você rompe com isso se você não consegue sequer manter o cara empregado? A Reforma Trabalhista vem de uma maneira muito virulenta, muito forte, no sindicato (Sujeita J, Sindágua-RJ, entrevistada em 1º/11/2020).

Já na entrevista do Sujeito G e da Sujeita I, o que nos chamou atenção foi perceber que os interesses individuais presentes na prática política apresentam-se como expressão da luta antirracista. Conforme os depoimentos abaixo, os sujeitos percebem que tais características estão em desacordo com o projeto político que desejam construir e, contraditoriamente, acabam fortalecendo a própria racionalidade neoliberal.

Uma vez conversando com a [...], ela falou uma coisa que eu nunca tinha percebido. Ela falou assim: “Nós da Baixada somos muito ingênuos com a política e o jeito de se fazer política na capital, a política na capital *e/*a é muito mais agressiva, a disputa política é muito mais violenta, como eu vou te dizer... a gente aqui da Baixada sempre quer acreditar que o processo é o mais importante, mas a gente não entra de cabeça nessas disputas que podem gerar privilégios e *status*”. Foi uma fala dela. Mas eu percebo que a forma como a gente fazia o nosso trabalho existia uma preocupação grande com o bem da coletividade, mesmo que aquilo não vá trazer benefícios pessoais e individuais *pra* quem estiver envolvido (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

As lutas identitárias estão mais postas, mais acirradas e mais radicais. Eu não acho que isso seja ruim, acho que é ruim quando ocorre a apropriação de uma luta, de um conceito e de uma coisa tão importante como as lutas antirracistas para usar isso em benefício pessoal. Porque deixa de ser uma pauta de luta e passa a ser meio de manipulação. Assim a gente não só difama, mas dificulta a própria luta, atacando pessoas que estão do nosso lado. Os homens, os brancos, os privilegiados não precisam ser vistos como inimigos, muito pelo contrário, podem ser aliados nessa luta, então quando você utiliza isso para benefício próprio, para ser empreendedor de si, você não está mais agindo como o que propõe o movimento e não está agindo diferente ao que propõe o neoliberalismo, o capitalismo. Então o que às vezes me preocupa dentro do movimento social, desse acirramento, dessa personificação do “eu sou o próprio movimento” é que a gente no campo progressista não está agindo diferente de quem *tá* do outro lado. A gente não *tá* percebendo, ou está percebendo e fazendo de propósito, só *pra* estar ali naquele espaço, não com o objetivo de promover uma mudança, porque reconhecimento é poder. Então quando a gente se coloca do outro lado, a gente tem que fazer a autocrítica, a autocrítica que tanto pediram para o PT fazer. De que forma a gente vem agindo? O que a gente vem fazendo diferente deles? E eu acho que a gente não vem fazendo muita coisa de diferente, não, a gente está nessa situação porque a gente vem agindo muito

parecido e isso favorece eles porque eles são mais experientes em agir dessa forma (Sujeita I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

Aqui nos parece importante fazer duas ponderações. A primeira é sobre a relação entre ação coletiva e individualismo, que é objeto de estudo há bastante tempo nas ciências sociais. Estudando a situação particular da América Latina,⁶² Araujo & Martuccelli (2020) identificam que, devido à larga tradição de subordinação dos movimentos sociais ao sistema político e do sistema político à figura do líder do movimento, assim como a presença de atores individuais fortes que não se percebem assistidos nem protegidos pelas instituições democráticas, a questão do individualismo na ação coletiva não se explica pela escolha individual tampouco pelo cálculo racional dos sujeitos, mas, sim, por uma questão de sobrevivência.

En sociedades en donde tantas veces se hace la doble experiencia contradictoria, por un lado, de que todo está bloqueado y, por el otro, de que las posiciones sociales son inconsistentes e inestables, la oportunidad es un correlato natural del individuo hábil. Tras ella se diseña la figura particular de un individuo que posee una forma de inteligencia que combina la sagacidad, la prudencia, la osadía, el olfato, la vigilancia, el amague, lo que, en breve y para decirlo con una expresión típicamente latinoamericana, exige tener cintura. Lo importante es saber sortear obstáculos. Una actitud que, aun cuando esté presente en todas las categorías sociales, es particularmente visible entre los sectores populares (ARAUJO; MARTUCELLI, 2020, p. 7).

A segunda ponderação é sobre a manifestação do individualismo nas lutas antirracistas. Destacamos essa dimensão porque, no panorama mais geral das lutas contemporâneas, a defesa da pauta antirracista tem se dado no contexto da racionalidade neoliberal como modelo cognitivo e normativo da vida social, isto é, um modelo em que a ética individualizante, a competição como prática política, o oportunismo para valorização do capital social e a manipulação de injustiças para benefício individual têm ganhado força nas práticas dos sujeitos coletivos. Tais práticas acabam silenciando vozes aliadas e privatizando bandeiras coletivas fundamentais, como a própria luta antirracista, mesmo dentro do campo de forças progressistas.

Nesse sentido, corroboramos com Almeida (2019), quando afirma que:

Como toda ideologia, o identitarismo tende a formatar nossos valores morais, mas sua origem não está em noções pessoais de certo ou errado. As políticas

⁶²Na Europa e na América do Norte a questão do individualismo é inseparável de um conjunto de intervenções institucionais e de políticas sociais que historicamente contribuíram para que os indivíduos se constituíssem em sujeitos.

de identidade em sua forma atual são sintomas da crise que levou a uma reorganização dos mecanismos de reprodução. O identitarismo é uma das formas assumidas pela ideologia neoliberal, que oculta o hiperindividualismo, o empreendedorismo, as metas e que, ao mesmo tempo, justifica a destruição do valor da solidariedade e dos mecanismos estatais de proteção social (ALMEIDA, 2019, p. 18).

Outro traço do sujeito neoliberal que apareceu nas entrevistas foi a instrumentalização das ações coletivas para garantir seu próprio desempenho, ou seja, situações em que os sujeitos políticos se relacionaram com os outros sujeitos buscando a valorização do seu próprio capital político e do seu próprio capital social.

A situação em questão envolveu a distribuição de cestas básicas no contexto da pandemia de Covid-19. A princípio, ações desse tipo poderiam representar o fortalecimento dos laços de solidariedade, a construção de horizontes políticos anticapitalistas e até o enfrentamento à precarização das políticas de seguridade social,⁶³ contudo, como se verá, as ações de solidariedade foram capitalizadas para a valorização do que Dardot & Laval (2016) chamaram de “empresa de si mesmo”.

Esses movimentos de solidariedade sempre existiram. Só que a gente observa, por exemplo, nós tivemos casos de pessoas que receberam as cestas e que a liderança depois foi observar que as cestas estavam chegando mais para algumas famílias e não para outras. E essas famílias que recebiam podiam trazer algum benefício ou político ou de *status* para quem distribuía. Então, a gente percebe como ações de solidariedade podem ser capitalizadas *pro* interesse individual. Para benefícios individuais. Para moeda política. Ao indicar o grupo que poderia receber, você vê que a pessoa indica pessoas ligadas ao determinado partido porque isso depois lá na frente pode retornar positivamente. Então, eu acho que essas particularidades do ser humano e dessa competição desenfreada por benefícios, privilégios... Privilégios sejam de que natureza for, inclusive se mostrar bom, se mostrar importante, se mostrar útil, se mostrar ativo socialmente, isso também gera privilégio, isso também gera benefício, isso também gera *status*. Às vezes são privilégios que atendem a necessidades pessoais. Inclusive emocionais de se sentir alguém importante. Então, isso a gente observa (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

A valorização da “empresa de si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016) também ficou evidente na participação dos sujeitos em vários espaços de militância ao mesmo tempo – a plurimilitância. Contudo, nem todos veem com bons olhos essa característica do associativismo do tempo presente.

Pra mim parece que quanto mais espaços você está, você tem mais credibilidade. Eu acho isso ruim, eu acho isso muito ruim... porque parece que você quer dar carteirada nas coisas, isso me incomoda um pouco. No

⁶³Trataremos dessas dimensões da solidariedade no capítulo 4.

IFHEP nós tivemos esse debate já, porque parece que se você não estiver ligado a diversos espaços você não tem credibilidade, então a gente opta por não dar essa carteirada. Eu também acho que isso dificulta os nossos horizontes, por que como é que você está em um espaço e em outros três? Como é que a gente prossegue por um caminho sem concentrar nele? Eu acho isso ruim porque me parece que a gente está distribuindo as nossas forças... eu acho ruim porque a gente se confunde com máquinas, do tipo eu preciso estar aqui, eu preciso estar ali, eu preciso estar visível (Sujeito A, IFHEP, entrevistado em 10/7/2020).

Cabe ressaltar que a valorização da “empresa de si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016) cobra seu preço na medida em que há uma sobrecarga de atividades gerada pela participação dos sujeitos em vários espaços de militância. Esse é apenas um exemplo de como a generalização do *homo economicus* pelo neoliberalismo alterou a forma como nos relacionamos conosco e com os outros.

Observem o caso da Sujeita B, que, além de integrar a coordenação do IFHEP, atua na Coletiva de Mulheres da Zona Oeste e no Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Quando indagada se a militância em outros espaços ajuda na construção política do IFHEP, a resposta foi a seguinte:

Eu acho que é sempre uma faca de dois gumes, porque de fato a gente sobrecarrega e faz muita coisa ao mesmo tempo, mas eu acho que a gente faz isso *pra* dar conta de tudo que nos satisfaz politicamente... eu sinto falta disso nesse espaço, então você acaba indo buscar isso em outro lugar. Eu acho que faz parte da própria complexidade do indivíduo, a gente vai realmente colocando diversas frentes, inclusive tenho sido muito cobrada para entrar na frente sindical – “Você tem que ir *pro* Sepe” –, aí eu fico, mas como? Não dá! É muita coisa! (Sujeita B, IFHEP, entrevistada em 10/7/2020.)

A sobrecarga gerada pela plurimilitância deve ser compreendida ainda como parte das transformações nas tecnologias da informação. Com a apropriação das mídias digitais e redes sociais pelo ativismo, os sujeitos passaram a gastar mais tempo diante das telas. No entanto, a carga de emoção e a rapidez com que interagem com as notícias dificulta a reflexão mais aprofundada sobre suas causas (CASTELLS, 2013, p. 154). Percebemos ainda que a velocidade das redes sociais, por vezes, atropela os processos políticos coletivos ou faz com que esses sejam acelerados.

Existem tensões no interior do IFHEP, por exemplo, para produção de conteúdo virtual a gente tem feito uma chamada a algumas pessoas do instituto. Acho que essa questão do empreendedor de si mesmo e a necessidade de estarmos atrelados ao ambiente virtual são coisas que estão diretamente ligadas. Parece que se não acompanharmos o debate público, ou se a gente não aparentar ser bem articulado, e ter pessoas que saibam falar e saibam fazer tudo, parece que a gente seria uma instituição deixada

para trás. Essa é a impressão que eu tenho. E o debate que a gente faz é de como a gente precisa participar desses processos com calma, entendendo que nos últimos tempos temos tido muita demanda relacionada à saúde mental das pessoas que estão no IFHEP, e a gente não tem uma proposta de cobrança muito forte, não, as coisas são extremamente voluntárias, se a gente for fazer algo virtual ou produzir outro conteúdo as pessoas precisam estar dispostas (Sujeito A, IFHEP, entrevistado em 10/7/2020).

Outro traço do sujeito neoliberal que observamos é a competição entre sujeitos de um mesmo território. Dado que estamos falando de sujeitos que vivem e/ou se organizam a partir de territórios urbanos segregados, onde a precariedade urbana é a regra e a ação política passa pela reivindicação de serviços públicos, seria mais estratégico que, ao invés de competirem, os sujeitos se articulassem para cobrar o Estado quanto à implementação de políticas nesses territórios. Como para o sujeito neoliberal a ordem natural do curso das coisas é a competição generalizada, o próprio tecido associativo do território não é reconhecido.

Recentemente aconteceu uma situação muito complicada aqui na Zona Oeste. O IFHEP trabalha com educação popular na sede há dez anos, sendo que todo mundo que estava há mais tempo na coordenação já vem com esse trabalho aqui na Zona Oeste há uns 15, 20 anos com a questão de pré-vestibulares e tudo mais. E aí aconteceu de recentemente um pré-vestibular aqui, feito e organizado por algumas pessoas de um partido político específico, eles criaram um pré-vestibular social e falaram que era uma coisa nunca antes vista na Zona Oeste, que era uma forma de educação que nunca foi vista aqui, sendo que a gente tem, pelo menos que eu conheça, uns cinco pré-vestibulares sociais aqui em Campo Grande, pelo menos, e aí eles começaram a divulgar esse pré-vestibular, falando sobre educação popular, mas colocando como se eles fossem os únicos a fazer isso na Zona Oeste. E aí algumas pessoas da coordenação viram isso e ficaram, tipo: “O que está acontecendo? O que é isso? A gente faz isso há muito tempo!”. Não que a gente queira ter algum crédito, alguma fama sobre isso, mas, assim, respeitar as pessoas que estão fazendo isso há mais tempo, respeitar o que está acontecendo, e aí não houve esse respeito e uma dessas pessoas que estava nesse pré-vestibular conhece o IFHEP, sabe a forma que a gente trabalha... Acontece muito essas disputas dentro das organizações políticas, sim. Ainda mais pessoas que usam políticas identitárias como forma de candidatura, acontece muito isso, com essas figuras políticas que estão envolvidas diretamente com atuação na questão da representatividade. Tem pessoas que fazem isso e usam esses discursos como forma de se promover (Sujeito C, IFHEP, entrevistado em 24/7/2020).

Portanto, a partir dos traços característicos dos sujeitos coletivos apresentados neste item, é possível apontar que a ética do *homo economicus* não governa apenas a ação do Estado e os grandes atores políticos e econômicos, ela também se expandiu para as práticas políticas de sujeitos coletivos que, em geral, costumam imaginar-se como vítimas da racionalidade neoliberal, mas dificilmente como reprodutores dela em alguma medida.

Não estando alheios à tal racionalidade, os sujeitos vivem tensionados pelo fato de que a ação coletiva – que outrora era o motor para garantia da cidadania social e da própria democracia – atualmente é desprezada como forma de ação política.

2.4 A DEMOCRACIA LIBERAL À BRASILEIRA E OS SUJEITOS SEM DIREITOS

Se é verdade que o sistema político-democrático liberal formal esgotou-se e a crise de legitimidade se amplifica a cada dia (CASTELLS, 2018), que “o povo está cada vez mais iliberal” e “as elites cada vez mais insensíveis” (MOUK, 2019), “que o ódio à democracia se exacerba todas as vezes que ela ameaça a ordem estabelecida” (RANCIÈRE, 2014), ou que “a cultura do ódio não é o produto de camadas sociais desprivilegiadas, mas do funcionamento de nossas instituições” (RANCIÈRE, 2021), ou ainda que “a ideologia político-econômica e a racionalidade política do neoliberalismo tenham transformado a democracia numa casca vazia de sentido comum” (BORÓN, 2007), como sobreviverão os sujeitos de direitos num país com a formação social histórica do Brasil?

Sendo um país onde as transformações políticas e a modernização econômico-social sempre foram implementadas pela conciliação entre as frações da classe dominante e pela marginalização das massas populares, a democracia no Brasil sempre teve dificuldade de ser compreendida como um valor universal⁶⁴ para emancipação humana.

Em plena ditadura militar, o filósofo Carlos Nelson Coutinho buscou alertar o campo de forças progressistas para a importância de defenderem a democracia como valor universal, ou seja, para ele, além de ter um valor em si mesma devido às suas regras mínimas – eleições de tempos em tempos, renovação de mandatos, responsabilidade desses mandatos na elaboração das leis, proibição de que funcionários do Estado representem a sociedade nos espaços de participação, controle dos gastos com campanhas eleitorais, fiscalização dos mandatos parlamentares etc. –, a democracia seria um instrumento para romper com a

⁶⁴As objetivações da democracia tornam-se *valor* na medida em que contribuíram, e continuam a contribuir, para explicitar as componentes essenciais contidas no ser genérico do homem social. E tornam-se *valor universal* na medida em que são capazes de promover essa explicitação em formações econômico-sociais diferentes, ou seja, tanto no capitalismo quanto no socialismo (COUTINHO, 1979, p. 24).

tendência elitista da política brasileira e eliminar suas consequências nas várias esferas sociais.

A questão da democracia, inclusive em seus limites puramente formal-liberais, é assim a questão decisiva da vida brasileira de hoje. Mas o valor da democracia adquire para nós outra dimensão quando elevamos à consciência o fato de que o regime de exceção vigente é “apenas” a expressão atual – uma expressão extrema e radicalizada – de uma tendência dominante na história brasileira. Refiro-me ao caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica, cultural do Brasil, mesmo em seus breves períodos democráticos (COUTINHO, 1979, p. 41).

Portanto, no Brasil “os momentos de democratização sempre foram conjunturais e determinados fundamentalmente por necessidades da política burguesa, à qual, geralmente, sempre esteve atrelada a classe média urbana, favorável à “moralização” dos hábitos políticos” (CHAUI, 2011, p. 221).

Em nosso caso, a questão democrática nunca esteve voltada para o problema do alargamento das franquias democráticas (negros alforriados e migrantes não tinham direito a voz e voto), mas, em geral, democratizar sempre significou, de um lado, impedir por vias legais a emergência de forças populares democráticas e, de outro lado, eliminar fraudes eleitorais e entre partidos burgueses. Com isso, os momentos de democratização tenderam a ser de dois tipos: os populares ou não institucionalizados (como os movimentos anarquistas e anarcossindicalistas), dizimados na fonte, e os da classe dominante com “revoluções feitas sem sangue” (CHAUI, 2011, p. 221).

Soma-se a esse quadro o fato de que no Brasil jamais consolidou-se o modelo cronológico e etapista de cidadania criado após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esse modelo foi proposto pelo sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall (1967), para quem primeiro os trabalhadores deveriam buscar alcançar os direitos civis, depois os direitos políticos e, por fim, os direitos sociais.

Para o autor, os direitos estão inter-relacionados e desenvolvem-se de acordo com a formação das instituições capitalistas e do próprio Estado, isto é, como se a conquista de direitos se desse naturalmente e de forma evolutiva.⁶⁵ Como veremos a

⁶⁵Embora seja uma importante referência para o debate sobre a cidadania, Marshall (1967) cometeu alguns equívocos na sua obra que foram identificados por Barbalet (1989): i) supervaloriza o desenvolvimento capitalista e subestima a participação das lutas populares no processo de conquista da cidadania, ou seja desconsidera a luta de classes como agente necessário e inseparável da conquista de direitos; ii) não compreende a relação contraditória entre classe trabalhadora, classe burguesa e Estado e tem uma concepção subjetiva de classe social, a qual define pelo posicionamento que o indivíduo possui na esfera produtiva ou no mercado; iii) desconsidera que a história política, econômica e social da Inglaterra não pode servir de modelo para os demais países; iv) de acordo com seu esquema, a cidadania social levaria à diminuição da desigualdade social, não

seguir, a história da cidadania no Brasil nos mostra que direitos não se criam naturalmente, tampouco seguem uma ordem evolutiva.

Aqui primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular (Getúlio Vargas). Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior extensão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peças decorativas do regime (1964-1985). Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo (CARVALHO, 2015, p. 220).

Essa “inversão da pirâmide dos direitos” que caracteriza a história da cidadania no Brasil trouxe algumas consequências para a experiência da nossa construção democrática: uma supervalorização do Poder Executivo e uma desvalorização do Poder Legislativo. A isso o autor chama de “estadania”, que se opõe à cidadania.

Esses traços marcam a nossa forma de fazer política e a própria cultura democrática. Por isso, a história da cidadania no Brasil mostra que os eleitores nunca desejaram instituições independentes, muito pelo contrário, “o cidadão não busca os vereadores, deputados e senadores para que estes fiscalizem o Executivo, buscam para que eles pressionem o Executivo em troca de benesses e privilégios” (CARVALHO, 2015, p. 221), assim como as elites sempre estiveram no controle do sistema político, negociando com o governo, negando o direito das minorias e garantindo seus privilégios. No mesmo sentido, Chaui (2000) afirma que no Brasil as leis nunca foram aplicadas de forma justa já que “para os ricos garante privilégios, enquanto para os pobres repressão” (CHAUÍ, 2000).

A socióloga Vera Telles, em seu clássico texto da década de 1990, *Direitos sociais: afinal do que se trata?* aponta a necessidade de não perdermos de vista a dimensão utópica que há na luta por direitos sociais nos marcos da sociedade capitalista. Analisando o início do período neoliberal no país, diz que a reestruturação produtiva e flexibilização das leis trabalhistas aprofundaram a histórica disjunção entre a promessa de igualdade e de justiça social acenada pelas leis e a realidade social marcada pela desigualdade.

Esse distanciamento tornou-se tão grande que a luta por direitos sociais passou a ser orientada por uma gramática da perda e da impotência, isto é, uma gramática

compreendendo que os próprios elementos que a compõem já colocam limites ao desenvolvimento do capital.

que parte dos limites do tempo presente e das fragilidades que ele impõe ao trabalhador.

Em outros termos, ao se fixar nas evidências de perda e impotência dos direitos sociais, há o risco de demissão do pensamento, para não dizer da ação, por conta de uma espécie de aprisionamento. Aprisionamento no próprio presente, sem abertura para um campo de possíveis. E se assim for, uma discussão sobre os direitos sociais não poderia mesmo ir além da justa indignação contra a miséria do mundo ou então a repetição do discurso sociológico que explica a ordem de suas causalidades e determinações (TELLES, 1998, p. 37).

Contrária a essa forma de tratar os direitos sociais, a autora nos desafia a pensar nas questões que eles suscitam no tempo presente e a problematizá-los a partir do seu sentido político, isto é, da sua capacidade de incidir sobre as regras da vida em sociedade, de promover disputas no interior desta, alterando o que parece fixo, criando outras perspectivas de sociabilidade, criando dissenso, abrindo conflitos. Dessa forma, o parâmetro da luta por direitos sociais não deve ser, necessariamente, a busca pelo que já perdemos ou pelo que não conseguiremos mais reverter dado o estágio de desenvolvimento do capital. Importa antes a sua existência na cena pública, saturando as contradições presentes no cotidiano. A saturação das contradições é necessária para a superação deste sistema capitalista.

Mas então talvez seja necessário deslocar o terreno da discussão e repensar os direitos sociais não a partir de sua fragilidade ou da realidade que deixaram de conter, mas a partir das questões que abrem, dos problemas que colocam... trata-se de tomar os direitos sociais como cifra pela qual problematizar os tempos que correm e, a partir daí, quem sabe, formular as perguntas que correspondam às urgências que a atualidade vem colocando (TELLES, 1998, p. 37).

Os direitos sociais são construídos pela mediação de esferas públicas democráticas, contudo, no neoliberalismo, o determinismo econômico e tecnológico sobre o qual o mercado se estrutura oculta os conflitos e dissensos característicos da esfera pública. Consequentemente, a luta por direitos sociais passa a se individualizar e se dar pela via do mercado.

A cidadania pelo consumo (CARVALHO, 2015) acaba contribuindo para a erosão do mundo social e das esferas públicas, acaba escamoteando os conflitos sociais estruturais que marcam a nossa formação social, fazendo com que haja um consenso social de que o

Mercado é o único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política, que diante de seus imperativos não há nada a fazer a não ser administração técnica de suas exigências, que a sociedade deve a ele se ajustar e que os indivíduos, agora desvencilhados das proteções tutelares dos direitos, podem finalmente provar suas energias e capacidades empreendedoras (TELLES, 1998, p. 42).

Considerando os traços históricos da cidadania no Brasil e o caráter burguês subjacente à constituição da nossa democracia, faremos um salto temporal até o ciclo de protestos de junho de 2013 porque o consideramos como um momento de inflexão na construção do projeto democrático de sociedade – e não apenas uma inflexão na nossa forma de governo (CHAUI, 2011), haja vista que, por trás das causas mobilizadoras dos protestos, se denunciava que a democracia liberal implementada pelos governos progressistas (2003-2011) não fora capaz de assegurar direitos básicos para a maioria da população nem de enfrentar as desigualdades sociais.

Optamos ainda por fazer esse salto histórico porque entendemos o ciclo de protestos de junho de 2013 como um marco a partir do qual os sujeitos coletivos das lutas urbanas passaram a adotar uma nova gramática política, a apropriar-se de táticas de ação coletiva e de uma agenda de luta bastante heterogênea (FASE, 2018).

Forjado em uma conjuntura histórica inédita, em que as cidades e as desigualdades urbanas explodiam,⁶⁶ o ciclo de protestos de junho de 2013 marcou o retorno das massas às ruas de diversas cidades, fato este que só tem paralelo com o movimento das Diretas Já dos anos 1980.⁶⁷ Com diferentes formas de ação política, defendendo múltiplas pautas, buscando a horizontalidade e negando a forma de representação partidária, os manifestantes protestavam contra o próprio sistema democrático. Cartazes como “Meu partido, meu país” ou “Desculpem o transtorno, estamos mudando o país” estavam presentes.

⁶⁶No capítulo 3 apresentaremos uma análise mais aprofundada sobre a relação entre a questão urbana e o ciclo de protestos de junho de 2013. Por ora, abordaremos apenas os aspectos relativos à crise democrática e às transformações do tecido associativo.

⁶⁷A campanha das Diretas Já começou em 1983 como um movimento de massas para exigir que o Congresso Nacional aprovasse a Emenda Constitucional do deputado Dante de Oliveira (PMDB) que reestabelecia o voto popular nas eleições para presidência da república à época sob o comando militar de João Figueiredo (1979-1985). O movimento contava com o saldo das eleições de 1982, primeira eleição direta para governador desde o início da ditadura que levou Leonel Brizola ao governo do Rio de Janeiro. A Caravana das Diretas, liderada por Ulisses Guimarães, Luiz Inácio Lula da Silva e Doutel de Andrade, teve um papel importante de mobilização popular no âmbito nacional. A campanha tinha dimensão cívica, natureza republicana e jeito de festa verde e amarela. Para mais informações, consultar Schwarcz & Starling (2015, p. 482-4).

Outra marca dos protestos de 2013 é o rechaço aos símbolos da política tradicional, a exemplo das bandeiras partidárias, como mostrou o *Levantamento participativo* (FASE, 2018).

Essa indignação generalizada com a conjuntura política, econômica e social levou às ruas diversos matizes ideológicos, que ficaram visíveis pela adoção de vestimentas vermelhas, pretas e verde e amarelas. Junho de 2013 derrubou a aprovação de todos os políticos, sobretudo do Executivo, responsabilizando-os pelos problemas de diversas ordens e pelas desigualdades presentes no país. Além disso, a repressão dos protestos e eventual prisão e condenação de manifestantes reacendeu o alerta sobre a criminalização dos movimentos sociais. Apesar disso, quem já estava nas ruas antes de 2013 e mesmo parte de quem aprendeu a militar naquelas manifestações seguiu defendendo suas pautas e tecendo redes de solidariedade [...]. Entendendo, portanto, as práticas como organização e ação dos movimentos ao longo de qualquer conjuntura, o processo das manifestações de 2013 traz à tona práticas mais horizontais, a exemplo das reuniões em forma de assembleias, com ampla participação, ou as críticas à noção de representação, prevalecendo a autorrepresentação, ou seja, a participação constante em todos os espaços de discussão e tomada de decisão. É também a partir dessas práticas organizacionais que a ação direta aparece como possível externalização de respostas aos desafios então postos. As práticas pacifistas, tendo como pano de fundo um ambiente democrático, são postas em questão por sujeitos que não experimentam a paz ou a efetivação da democracia (FASE, 2018, p. 55).

Em relação à composição social dos manifestantes dos protestos de 2013, Singer (2018) afirma que havia dois junhos nas mesmas ruas, cada qual com sua ideologia, em alguns casos opostas, os quais teriam produzido uma encruzilhada de classes:

[...] A melhor imagem encontrada para descrever a composição das manifestações seria a de dois blocos relativamente equivalentes, formados por jovens e jovens adultos de classe média tradicional e outro por pessoas da mesma faixa etária, mas pertencentes à metade inferior da estrutura social, sendo que estes possuíam ao menos escolaridade média. Por isso a segunda fase das manifestações teria produzido uma encruzilhada de classes: o bloco da classe média tradicional e o bloco da nova classe média trabalhadora se encontram na avenida (SINGER, 2018, p. 116).

Bringel (2018) destaca a importância de entendermos que o ciclo de protestos de junho de 2013 não foi apenas uma explosão de grupos de esquerda e que teria sido depois, progressivamente, capturado pela direita. Pontua que a realidade é bem mais complexa.

Tenho insistido desde então que foi, já em seu início, um ciclo de protestos altamente ambivalente e difuso com atores, discursos e demandas heterogêneas. Talvez um dos elementos mais interessantes e intrigantes seja

justamente esse: atores à esquerda e à direita coexistindo nos mesmos espaços. E isso, lembremos, gerou muitos conflitos. Mas junho sobretudo foi um momento de abertura societária no país, com protestos que foram muito além dos movimentos organizados, chegando a indivíduos que antes não se mobilizavam (ou não estavam organizados) e à sociedade como um todo (BRINGEL, 2018, p. 2).

Segundo a pesquisa *Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)* (TATAGIBA; GALVÃO, 2019), não houve uma descontinuidade entre 2013 e 2015-2016 já que os limites da política de conciliação de classes dos governos petistas conformam um cenário de instabilidade que contribui para o *impeachment* de Dilma Rousseff. A pesquisa aponta que no período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de agosto de 2016, quando Dilma foi afastada definitivamente, houve 1.285 eventos de protestos mobilizados por 15 diferentes grupos, cujo grupo antipetista foi a grande novidade, sendo responsável por 6,2% dos protestos, perdendo apenas para o grupo dos trabalhadores (31%), populares e moradores (19%) e estudantes (11,9%).⁶⁸

Sejam mobilizações de direita ou de esquerda, nos parece importante chamar a atenção para o fato de que após 2013, muitos dos sujeitos políticos passam a fazer política fora da institucionalidade democrática e, nesse movimento, complexificaram a sociedade civil, ressignificaram o sentido da política e aprofundaram a crise democrática. Na medida em que os protestos de junho de 2013 fizeram emergir na cena pública movimentos sociais organizados, grupos autonomistas, ativistas sociais, coletivos identitários, também mobilizam indivíduos que em geral não participavam da cena política do país, contribuíram para o fortalecimento de uma nova gramática política, táticas de ação distintas e uma agenda de luta bastante heterogênea.⁶⁹

⁶⁸Para maiores informações, ver Tatagiba & Galvão (2019).

⁶⁹Tais mudanças no tecido associativo não são uma exclusividade brasileira, mas parte de “nova geopolítica da indignação global” (BRINGEL, 2017) que nasce como resposta à crise do Estado-Nação e está situada no tempo – especificamente na segunda década do século XXI. As principais características dos “indignados globais” são as mobilizações de alta intensidade, a ocupação dos espaços públicos (ruas, praças), a composição heterogênea da base social, que busca horizontalidade por meio da negação da representatividade política e da rejeição aos partidos políticos. Em relação às formas de organização: estabelecem uma relação tensa com os movimentos sociais tradicionais; há um protagonismo dos indivíduos; as mobilizações são efêmeras e de caráter bastante performático, se encerram em si mesmas; a organização é descentralizada e articulada a grupos de afinidade, via redes sociais; há um compartilhamento de informações sobre as lutas territoriais via redes sociais, mas não compartilhamento de espaços transnacionais permanentes que permitam o conhecimento mais profundo das lutas; a convocação das lutas se dá pelas redes sociais, mas permanece a questão de que militância *on-line* não exclui a *off-line*. Apesar de toda essa heterogeneidade, há um ponto de convergência entre os indignados, pois lutam pela democracia, pela justiça social e pela dignidade. Para mais informações, consultar Bringel (2017).

Nesse contexto, portanto, “aqueles que eram vistos como os “novos” atores na redemocratização passaram a ser vistos como “velhos”, o que exigiu um reposicionamento e uma redefinição dos grupos mais consolidados na cena política brasileira (BRINGEL, 2018).

Portanto, uma vez percebido que a democracia liberal implementada pelos governos progressistas (2003-2011) não assegurou direitos nem o mínimo da dignidade humana, o ciclo de protestos de junho de 2013 contribuiu para a intensificação da desconfiança generalizada na política institucional e para o questionamento coletivo sobre a legitimidade dos representantes desse sistema.

Após o ciclo de protestos de junho de 2013, a crise democrática brasileira agravou-se. Prova disso é que desde então as lentes do mundo tentam entender o que se passou entre agosto de 2016 – quando a então presidente Dilma Rousseff, do PT, sofreu um *impeachment* – e outubro de 2018, quando o militar Jair Bolsonaro, então do Partido Social Liberal (PSL), foi eleito à presidência da república por 57 milhões (55,13% dos votos válidos) no segundo turno, derrotando o candidato Fernando Haddad (PT), que capitaneou 47 milhões (44,8% dos votos válidos) de votos. Por outro lado, 31,3 milhões (21,3% dos votos válidos) de brasileiros se abstiveram de participar do processo eleitoral, 2,4 milhões (2,14% dos votos válidos) optaram por votar em branco e 8,6 milhões (7,4% dos votos válidos) preferiram anular (TSE, 2018).

Para além da vitória de Bolsonaro por apenas 10 milhões de votos em relação ao seu adversário, o que mais chama atenção nesses dados é a soma destes três últimos grupos (abstenções, brancos e nulos), pois demonstram que o sistema político brasileiro já não atende aos anseios de parte da sociedade e que estamos imersos no processo global de crise da democracia liberal.

Os problemas de funcionamento da democracia brasileira já vinham sendo estudados por Leonardo Avritzer (2016) e caracterizados como “impasses da democracia no Brasil”. Naquela ocasião o autor identificava um incômodo em relação à democracia devido a cinco elementos: o presidencialismo de coalizão; os limites da participação popular na política; os paradoxos do combate à corrupção; as consequências das perdas do *status* das camadas médias da população; e por fim o novo papel do Judiciário na política.

Destaca-se que o autor escreveu em 2015, antes do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT) e, posteriormente, afirmou que os impasses se

transformaram em elementos de uma crise. Corroboramos com este autor e, por isso, utilizaremos a expressão crise da democracia ao longo desta tese.

Podemos argumentar na direção de uma crise da democracia em 2016, vinculada a três pontos: em primeiro lugar o funcionamento atípico de todas as instituições, em especial do Congresso Nacional e do Poder Executivo; em segundo lugar a forte politização do Poder Judiciário a partir de março de 2016; em terceiro lugar a divisão da participação popular, que se acentuou nos primeiros meses deste ano e afetou a confiança dos brasileiros no sistema político. Todos esses elementos são parte de uma crise que não será estabilizada a partir da solução fácil e legalmente questionável dada pelo Congresso Nacional – a substituição da Presidente Dilma Rousseff pelo vice-presidente, Michel Temer. [...] A solução para a crise, pelo contrário, parece precisar se vincular a grandes mudanças na representação e na organização do sistema político, cujos pontos mais problemáticos são reforçados pelo grupo que chega ao poder ancorado na tríade: PMDB, loteamento de cargos políticos e expulsão de movimentos sociais e minorias da política. Esses três componentes não serão capazes de estabilizar a crise, porque existe intensa incompatibilidade entre eles [...] (AVRITZER, 2016, p. 133-4).

Em 2018, o mesmo autor analisa a crise democrática a partir da pesquisa *A cara da democracia no Brasil*⁷⁰ (AVRITZER, 2018), que entrevistou 2.500 pessoas cujo perfil era de eleitores com idade mínima de 16 anos, residentes em 26 estados brasileiros, com exceção do Amapá.

Na pesquisa, observou-se que há uma forte insatisfação dos brasileiros com a democracia, uma vez que apenas 19% dos entrevistados estão satisfeitos e mais de 80% estão insatisfeitos ou muito insatisfeitos com a democracia no Brasil. Comparando o grau de insatisfação dos anos anteriores, notou-se que historicamente o brasileiro se coloca como insatisfeito com a democracia, porém ressalta-se que entre 2010 e 2018 essa insatisfação cresceu significativamente, passando de 50% em 2010 para 80% em 2018, mesmo percentual do ano de 1996.

Mostrou-se ainda que, atualmente, mais de 50% dos brasileiros não acreditam na democracia, ou seja, já não confiam no funcionamento das instituições democráticas como caminho para solucionar seus principais problemas. Quando perguntados sobre quais circunstâncias justificariam um golpe militar, 53,2% dos entrevistados responderam “sim” no caso de aumento da criminalidade e 47,8%

⁷⁰Realizada pelo Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação, financiada pelas Capes, CNPq e Fapemig, a pesquisa tem como objetivo produzir um retrato atualizado de como o brasileiro enxerga a democracia no país e como se apropria de informação política. Abrange três áreas temáticas: 1) democracia, representação e deliberação no âmbito do Legislativo; 2) participação e hábitos políticos da cidadania; e 3) justiça e democracia no âmbito do Judiciário. Para maiores informações acessar: www.institutodademocracia.org. Acesso em: 9 jun. 2018.

também responderam “sim” no caso de corrupção. Exceto o aumento da criminalidade e a corrupção, em todas as outras circunstâncias⁷¹ foi minoritário o percentual de entrevistados que aceitariam um golpe militar.

Esse cenário, sem dúvida, trouxe maior complexidade para o campo das lutas sociais e para os sujeitos coletivos que se movimentam nesse contexto. Muitos desses sujeitos lidam com as frustrações de ter apostado na construção de um sistema democrático liberal, que outrora alimentava as esperanças de dias melhores, mas que agora tornou-se vazio do sentido de igualdade e de direitos.

Feito esse preâmbulo sobre as marcas da cidadania no Brasil e sobre as inflexões à democracia trazidas pelo ciclo de protestos de junho de 2013, ainda faltam alguns elementos para análise dos sujeitos de direitos no Brasil. O primeiro elemento é a cultura política autoritária e o segundo é o racismo estrutural.

O Brasil é um país onde a cultura política democrática nunca conseguiu sobrepor-se à cultura política do autoritarismo, ambas sempre coexistiram. As marcas da nossa formação social escravocrata, latifundiária, patrimonialista e adepta do mandonismo estão na base dessa coexistência.

É sempre bom lembrar que fomos primeiro um império, regido por monarcas portugueses, enquanto toda América Latina já era republicana. A própria criação de universidades no Brasil só se dá tardiamente. Também fomos o último país do continente americano a abolir a escravidão e o que recebeu o maior fluxo de africanos escravizados entre 1500 e 1900. Ao todo, desembarcaram no país 4,8 milhões de africanos escravizados, que correspondem a 40% de todos os africanos escravizados (SCHWARCZ, 2019).

Como bem nos mostrou Martins (1978), aqui nunca se previu qualquer forma de integração da imensa população de africanos recém-libertos, pelo contrário, o mesmo processo histórico que deu cabo da “escravização do homem” promoveu a “escravização da terra” pela Lei de Terras de 1850. Assim, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi conduzida pela racionalidade do capital. Sobre as razões dessa racionalidade, o autor pontua que a liberdade do escravo da condição de trabalhador cativo não significou sua liberdade plena porque não o conduziu à condição de trabalhador livre, capaz de vender sua força de trabalho no mercado e garantir a satisfação das suas necessidades primárias, tampouco o levou à condição

⁷¹Circunstâncias como muitos protestos sociais, desemprego alto, crise econômica, país em situação de instabilidade política.

de detentor dos seus meios de produção (MARTINS, 1978). Antes, o fim do cativeiro criou as condições para a intensificação da separação entre trabalhador e meios de produção já existentes, entre ele a terra – base da expropriação. Tal descompasso ocorreu em função da liberdade do escravo das amarras da escravidão também ter sido compartilhada pelo capital e pela burguesia.

A noção de liberdade que comandou a Abolição foi a noção compartilhada pela burguesia e não a noção de liberdade que tinha sentido para o escravo. Por isso o escravo libertado caiu na indigência e na degradação, porque o que importava salvar não era a pessoa do cativo, mas sim o capital. Foi o fazendeiro que se libertou do escravo e não o escravo que se libertou do fazendeiro (MARTINS, 1978, p. 110).

Desse modo, a liberdade do homem da condição de escravizado não significou sua integração à terra porque esta tornou-se, desde então, uma das bases da acumulação capitalista do país, sustentáculo da economia urbano-industrial em expansão. Portanto, se num momento inicial a terra não foi dominada porque o capital estava imobilizado no escravo, posteriormente o domínio sobre ela será fundamental para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital.

Eis aí o nó da questão. O objetivo era “criar por meios falsos” uma massa real e verdadeira de “despossuídos” (para usar uma palavra que não tem sentido em português), que não tivesse nenhuma outra alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. *A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução artificial em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder* (MARTINS, 2007, p. 67, grifos do autor).

Essas são algumas das razões econômicas do racismo estrutural que marcam a formação social brasileira, no entanto foi necessário mais que demandas da ordem da acumulação capitalista para justificar a continuidade das relações assimétricas entre brancos e não brancos ao longo do século XX. Não por acaso, no início deste século as teorias do darwinismo social⁷² ganham notoriedade no país. Segundo esse modelo biológico-científico, apenas indivíduos adaptados e habilidosos sobreviveriam socialmente e, ao sobreviverem apenas alguns, a humanidade evoluiria de forma civilizada e “pura”.

⁷²À época, as teorias do darwinismo social se opuseram às teorias do evolucionismo social, segundo a qual “a cultura se desenvolveria em estágios sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios eram entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda a humanidade deveria passar por eles –, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo”. Para maiores informações, consultar Schwarcz (1993).

Essa teoria via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que não se transmitiriam caracteres adquiridos, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de tipos puros e compreender a mestiçagem como forma de degeneração não só racial, mas social (SCHWARCZ, 1993, p. 77-8).

As teorias do darwinismo social no Brasil foram utilizadas e apropriadas de tal forma que contribuíram para estabelecer uma hierarquia entre as raças, na qual brancos seriam a raça pura e negros e mestiços as raças degeneradas. Em suma, as teorias do darwinismo social acabaram “substituindo a desigualdade criada pela escravidão por outra, agora justificada pela biologia” (SCHWARCZ, 2019, p. 30). Um século depois ideias como essas ainda fundamentam diversas práticas racistas.

Assim, enquanto o Século das Luzes, o XVIII, e o liberalismo político tinham divulgado a concepção de que homens eram iguais perante as leis, teorias do determinismo social e racial pretenderam concluir o oposto: que a igualdade e o livre arbítrio não passavam de uma quimera, uma balela da Ilustração. Talvez por isso, na época da imediata pós-emancipação um sábio dito popular circulou pelas ruas do Rio de Janeiro: “A liberdade é negra, mas a igualdade é branca”. A citação se referia à liberdade recém-conquistada pelos negros, com a abolição da escravidão, mas indicava, igualmente, a persistência dos severos padrões de desigualdade no país, problemas que ainda afligem os brasileiros (SCHWARCZ, 2019, p. 31).

Tratar da crise da democracia liberal num país com essas raízes é sempre delicado já que aqui o autoritarismo não é apenas um fenômeno político, é uma característica constitutiva da formação social brasileira. De acordo com Chaui (2000), seus principais traços são:

- i) A sociedade brasileira é formada a partir da “Matriz Senhorial da Colônia”, logo todas as diferenças e desigualdades sociais são naturalizadas pela sociedade assim como as formas de violência;
- ii) Trata-se de uma sociedade estruturada a partir do mando e da obediência. Por esse motivo aqui as leis parecem feitas para serem transgredidas e a luta por direitos substantivos encontra tanta dificuldade para se efetivar;
- iii) Aqui não há distinção entre o que é público e o que é privado. A relação imbricada entre ambos é histórica, determinada pela doação/arrendamento de terras da Coroa Portuguesa para particulares, responsável pela forma de organização do aparelho do Estado e pela nossa forma de fazer política;
- iv) É caracterizada pelo clientelismo, tutela, troca de favores, corrupção;
- v) Ideologicamente a sociedade brasileira busca esconder suas contradições sociais porque elas representam um perigo para a “ordem social”. Essa prática busca manter a “identidade nacional” de povo pacífico ao mesmo

tempo que age com extrema violência (repressão policial) contra aqueles que denunciam as desigualdades constitutivas dessa sociedade;
vi) Por ser determinada em sua gênese histórica pela “cultura senhorial”, a sociedade brasileira valoriza demais o poder e os privilégios (CHAUÍ, 2000, p. 94-6).

As características do autoritarismo brasileiro apontadas por Chauí (2000) nos remetem ao debate sobre “democracia racial brasileira” e o “mito da democracia racial”. A necessidade de afirmar que o preconceito racial no Brasil era apenas um ingrediente do preconceito de classe data do fim da Segunda Guerra Mundial, momento em que a ditadura varguista buscava fortalecer a identidade nacional de povo pacífico e a ONU buscava estudar soluções para conflitos de origem étnico-raciais que tinham dado origem ao holocausto.

Embora o termo “democracia racial” tenha sido cunhado pelo médico baiano Artur Ramos (1903-1949), foi o antropólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) quem destacou-se como uma das principais referências dessa tese. Suas obras *Casa-grande & senzala* (1933) e *Sobrados e mucambos* (1936) retratam um quadro da história brasileira excessivamente estático, no qual os ritmos de transformação são ignorados, privilegiando a continuidade em detrimento da mudança. Os conflitos, apesar de percebidos, são dissipados; as diferenças são constatadas, porém uniformizadas.

Em relação às relações escravagistas estabelecidas entre o senhor e o escravo, essas obras escamoteiam a situação do racismo constitutivo das relações sociais, bem como negam o antagonismo entre ambos. Freyre estuda principalmente o escravo na sua condição de trabalhador doméstico, habitante da casa-grande e de índole pacífica e não na condição de trabalhador da lavoura. Assim, o autor sempre separa a condição de negro da condição de escravo (FREYRE, 2004; 1988).

Segundo Ianni (2004), a tese da “democracia racial brasileira” tornou-se objeto de interesse internacional, o que acabou influenciando a Unesco a financiar uma série de pesquisas no país, entre elas as de Floresta Fernandes (1920-1995) e Roger Bastide (1898-1974), nas quais se debruçaram sobre as relações raciais no Brasil e a inserção do negro na ordem social capitalista, tendo como referência a sociologia

crítica. O resultado desse estudo⁷³ demonstrou o “mito da democracia racial”, ou seja, que o preconceito racial é um dado fundamental das relações sociais no Brasil e que as condições de classe e de raça são determinantes na sociedade brasileira.

Sobre a democracia racial temos que observar que esse mito não está só no pensamento brasileiro. Ele está ao lado de outros emblemas e mitos que são constitutivos da ideologia dominante no Brasil. Por exemplo, a ideia de que a escravidão foi branda e não muito brutal (IANNI, 2004, p. 13).

Portanto, a naturalização do autoritarismo como prática política e social somada à violência do sistema escravocrata e à sua manutenção por três séculos estão na base da desigualdade social estrutural do país, uma desigualdade que não atinge a todos sujeitos de direitos da mesma forma. Infelizmente, abundam exemplos de quem é e quem não é sujeito de direitos neste país. Vejamos alguns:

- a) apesar de negros (9,3%) e pardos (46,5%) corresponderem à maior parte da população brasileira (55,8%), enquanto brancos correspondem a 43,1%, **a representatividade deste primeiro segmento nos parlamentos ainda está longe de ser equânime**. Mesmo com o aumento de candidaturas negras e pardas nos últimos anos, este segmento corresponde a apenas 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018, além de 42,1% dos vereadores eleitos em 2016 (IBGE, 2019);
- b) considerando que a promoção dos direitos da população preta ou parda e outras minorias passa, necessariamente, tanto pela ampliação de sua participação nos espaços de tomadas de decisão como nos processos de planejamento de políticas públicas, é necessário problematizarmos **quais as condições que este segmento social possui para se compreenderem como sujeitos de direitos e alcançarem lugares de representação política**. Por óbvio que esses processos são longos e de forma alguma caminhos de mão única, isto é, nem todos os sujeitos que se descobrem como detentores de direitos seguem o rumo da política institucional;
- c) também é necessário problematizarmos quanto **esse segmento não representado na democracia liberal ainda está distante de ameaçar o**

⁷³O livro foi publicado pela primeira vez em 1955 com o título *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*. Posteriormente foi modificado e republicado com o título *Branco e negro em São Paulo*.

segmento majoritariamente representado (SANTOS, 2016). Vivemos num tempo em que quem é eleito já nem lembra que ocupa aquele lugar por haver recebido um mandato temporário, o qual pertence à sociedade e não a ele (CHAUI, 2020, p. 12-3);

- d) nas entrevistas realizadas para esta tese a questão do acesso à educação superior apareceu como um elemento motivador do processo de politização dos sujeitos, em especial dos sujeitos jovens, periféricos e negros. Trataremos desse tema no item 4.3 do capítulo 4. Por ora, nos parece importante problematizar **a desigualdade racial que marca o acesso à educação no Brasil e quanto essa marca é um dos elementos que dificultam o exercício da democracia;**
- e) entre 2016 e 2018, na população preta ou parda, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade caiu de 9,8% para 9,1%, e a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com pelo menos o Ensino Médio completo se ampliou de 37,3% para 40,3%. Ambos **os indicadores, porém, permaneceram aquém dos observados na população branca**, cuja taxa de analfabetismo era 3,9%, e a proporção de pessoas com pelo menos o Ensino Médio completo era 55,8%, considerando os mesmos grupos etários mencionados, em 2018 (IBGE, 2019);
- f) o racismo também se manifesta na militarização da cidade como política de Estado. Em 2017 a taxa de homicídios foi 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pretas ou pardas a cada 100 mil habitantes. Em outras palavras, **uma pessoa preta ou parda tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca**. A série histórica revela ainda que, enquanto a taxa manteve-se estável na população branca entre 2012 e 2017, ela aumentou na população preta ou parda nesse mesmo período, passando de 37,2 para 43,4 homicídios por 100 mil habitantes desse grupo populacional (IBGE, 2019).

Esses pontos reforçam a tese de que não há democracia racial no Brasil. Portanto, reconhecer o racismo estrutural é uma forma de enfrentar o “mito da democracia racial” que beneficia as elites dominantes capitalistas ao mesmo tempo que dificulta a formação de sujeitos coletivos já que “trata-se de um mito cruel porque neutraliza o outro” (IANNI, 2004, p. 14).

Considerando o diagnóstico sobre o sujeito neoliberal e sobre a crise das democracias liberais apresentado nos itens 2.2 e 2.3, e as marcas da formação social brasileira apresentadas neste tópico, a luta pela garantia de direitos parece cada vez mais distante na democracia liberal, principalmente para a parcela da população que historicamente sobrevive sem direitos.

Contudo, apesar da imposição neoliberal do “*There is no alternative*” ter se disseminado pelos quatro cantos do mundo e a razão neoliberal ter transformado o sujeito de direitos no sujeito neoliberal, é preciso lembrar que ainda há processos de resistência em curso cujos horizontes políticos não se limitam à salvaguarda de direitos dentro dos marcos da democracia liberal, antes, buscam “cambiar la vida para cambiar al Estado” (PLEYERS, 2018, p. 51) ou desenvolver práticas políticas “en contra y más allá del Estado” (AGUILAR, 2017, p. 38). Mesmo no caso do Brasil, onde a formação sócio-histórica e econômica determinou profundamente a experiência democrática e de cidadania.

No capítulo 4 desta tese mostraremos que tais processos de resistência estão em curso.

3 RETRATO DO RIO DE JANEIRO METROPOLITANO

Considerando a importância das dimensões do tempo e do espaço para a presente pesquisa, este capítulo terá por objetivo apresentar elementos teóricos sobre a dinâmica de produção do espaço urbano no Rio de Janeiro, dando ênfase à sua relação com a dinâmica neoliberal de gestão dos serviços urbanos e a militarização das cidades.

Trataremos da questão urbana na cidade do Rio de Janeiro, identificando suas particularidades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e, em especial, na Baixada Fluminense. Em termos territoriais, escolhemos trabalhar com a escala da metrópole porque identificamos nela expressões da desigualdade urbana que, na nossa avaliação, são um dos elementos que explicam a mobilização dos sujeitos coletivos das lutas urbanas.

Para que a apresentação do “retrato do Rio de Janeiro metropolitano” não pareça desconectada dos objetivos desta tese, é preciso esclarecer que partimos da premissa que sujeitos coletivos se instituem e são instituídos em um determinado contexto político, territorial e temporal (SADER, 1988). Não há como separar os sujeitos dos seus lugares de ação política. Assim, resgatar as marcas da formação sócio-histórica da cidade, analisar a produção da cidade no capitalismo contemporâneo e entender os projetos societários que estão em disputa foi o caminho escolhido para compreendermos a ação dos sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro.

No que se refere à metodologia, este capítulo apresenta o resultado do exercício de construção da linha do tempo que alimentou a minha “imaginação sociológica” (MILLS, 1982) ao longo desta pesquisa. Essa linha do tempo foi construída a partir das fontes documentais⁷⁴ que possibilitaram interpretar os fatos que marcaram o contexto político da sociedade civil do Rio de Janeiro, no período entre 2016 e 2020, com ênfase nos temas transversais às questões urbanas, lutas sociais e democracia.

⁷⁴Ver apêndices B e C.

3.1 MARCAS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO RIO DE JANEIRO

A história nos mostra que o presente carrega sempre um pouco de passado (SCHWARCZ, 2019, p. 223). Assim, apresentaremos a seguir algumas marcas da formação sócio-histórica da cidade do Rio de Janeiro a fim de que o “retrato do Rio de Janeiro metropolitano”, que será apresentado no item 3.2, não seja lido num presente sem passado, tampouco desconectado dos elementos históricos que construíram a imagem do Rio de Janeiro como uma vitrine nacional.

A primeira grande marca está na dimensão político-econômica do Rio de Janeiro na passagem do século XIX ao XX. Tendo sido a capital do Brasil entre 1739 e 1960, a cidade concentrou em seu território tanto o poder econômico quanto o poder político. Durante todos esses anos foi necessário criar uma cidade à altura de receber a família real portuguesa, que chegou oficialmente aqui em 1822, e de ser a sede do império português durante a monarquia.

Entre 1850 e 1889, a cidade será palco de distintas mobilizações políticas que se opunham à monarquia como forma de governo, entre estas se destacaram o movimento abolicionista,⁷⁵ o movimento republicano e as forças existentes dentro do próprio exército.⁷⁶ A convergência entre tais forças fará com que se sele o fim da monarquia e se abra o início da república.

Para provar que a República vinha para ficar alteravam-se rapidamente os nomes e símbolos, na tentativa de dar mais concretude à mudança efetiva de regime. O Largo do Paço passou a se chamar Praça 15 de Novembro; a Estrada de Ferro Pedro II, Central do Brasil; O Colégio Pedro II, Colégio Nacional; o vistoso conjunto de residências denominado Vila Ouro Preto foi Batizado de Vila Rui Barbosa. Os motivos impressos no papel-moeda circulante também foram alterados, e rapidamente: saiu D. Pedro II e a monarquia, entraram imagens da Nova República dos Estados Unidos do Brasil. A voga chegou aos nomes próprios, que começaram a se inspirar nos modelos republicanos norte-americanos – Jefferson, Franklin, Washington. Até mesmo o termo corte foi trocado, por decreto, por “capital federal”, isso a

⁷⁵Destacam-se os intelectuais André Rebouças, Paula Nei e Joaquim Nabuco; o jornalista José do Patrocínio; o jurista Rui Barbosa, o poeta Olavo Bilac, o escritor Coelho Neto, o comerciante português José de Seixas Magalhães, o marinheiro João Candido – o Almirante Negro. Especificamente no Rio de Janeiro, André Rebouças e José do Patrocínio criaram a Confederação Abolicionista, que reunia cerca de 30 clubes e associações antiescravagistas, em praticamente todas as províncias do império. Para maior aprofundamento, consultar Schwarcz & Starling (2015, p. 291-317).

⁷⁶Os militares da época eram os principais defensores do positivismo e se difundia entre a corporação as ideias republicanas. Desde o fim da Guerra do Paraguai (1865-1870), alguns líderes militares se posicionaram contra a proibição de que oficiais se manifestassem através da imprensa sobre assuntos políticos e o descontentamento com a monarquia crescia. Para maior aprofundamento consultar Schwarcz & Starling (2015, p. 291-317).

despeito de a população, acostumada com o nome antigo, acabar por mantê-lo (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 329, grifos do autor).

Na passagem da economia agrário-exportadora para a urbano-industrial, ocorrida no início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passou por intensos processos de ordenamento urbano para adequar-se às novas necessidades de acumulação do capital. Era necessário mostrar ao mundo que o Brasil não era apenas um país agrário, mas um país moderno com potencial industrial. Logo a cidade do Rio de Janeiro assumiria a posição de centro da civilização e do progresso brasileiro a partir da influência da Belle Époque⁷⁷ francesa.

A formação das cidades brasileiras esteve diretamente relacionada com a formação do capital comercial cujos pilares de sustentação eram, de um lado, a produção agrícola de monocultura e de exportação e, de outro, a existência de aparelhos burocráticos do Estado que legitimavam essa forma de produção. Considerando esses traços históricos, Oliveira (1982) nos ensina que a expansão do capitalismo no Brasil ocorreu a partir da imposição da “autarquia das cidades” sobre a “autarquia do campo”, isto é, nosso processo urbano-industrial se desenvolveu a partir da herança da economia agroexportadora que lhe antecede, a qual não possuía uma divisão social do trabalho complexa tampouco um modo de vida urbano.

Assim, serão os filhos da aristocracia rural que se incorporarão nas incipientes atividades liberais e urbanas, e será o capital, antes empregado na compra de escravos, utilizado na reforma das cidades. Serão esses deslocamentos entre o mundo rural e o urbano que farão a mentalidade da casa-grande invadir as cidades e se alastrar por todas as relações sociais, fazendo com que as relações individuais e familiares se sobreponham às relações impessoais e públicas (HOLANDA, 1995, p. 85-7).

A necessidade de inserir o Brasil no padrão internacional de modernidade⁷⁸ requeria reorganizar o espaço urbano, tanto que o ordenamento urbano da cidade do

⁷⁷Após o fim da Guerra Franco-Prussiana (1871), em que a França perde o território de Alsácia-Lorena para Alemanha, inicia-se um período de grande estabilidade política, avanço científico e tecnológico, efervescência cultural e desenvolvimento urbano que irá se estender pela Europa e suas colônias até o início da Primeira Guerra Mundial (1914). A Belle Époque influenciou-se diretamente pelas descobertas da Segunda Revolução Industrial (energia elétrica, automóvel, telégrafo, ferrovias, entre outros) e marcou-se pela difusão de uma cultura cosmopolita (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

⁷⁸Há uma extensa literatura que trata do debate sobre o tema da modernidade no Brasil. Autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Otávio Ianni, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto são alguns deles. Para fins desta tese, corroboramos com a leitura feita por Francisco de Oliveira na obra *Crítica à razão dualista* (1973), segundo a qual a sociedade brasileira

Rio de Janeiro terá como referência o modelo europeu criado pelo francês de George-Eugène Haussmann. Aplicado na cidade de Paris em 1850, esse modelo propunha urbanizar as cidades para evitar epidemias sanitárias e conter levantes populares, já que a abertura de vias largas e bulevares permitiria tanto o deslocamento rápido de tropas do governo no caso de aglomerações como criaria melhores condições sanitárias para moradia das classes populares.

O plano de Haussmann tinha como uma de suas estratégias principais a neutralização do proletariado revolucionário de Paris, a destruição da estrutura material urbana que servira aos motins populares de rua. Na exposição de motivos de seu plano, manifestava o propósito de “isolar os grandes edifícios, palácios e quartéis, de maneira que resultem mais agradáveis à vista, e que permitam acesso mais fácil nos dias de celebração de atos, e simplifiquem a defesa nos momentos de revolta”. As novas avenidas facilitariam o rápido acesso e movimentação das tropas pela cidade. Mas, além de servirem ao exercício da coação política e militar das classes dominantes, os bulevares atendiam a razões de ordem sanitária e às novas exigências de circulação urbana colocadas pelo desenvolvimento da grande indústria (BENCHIMOL, 1992, p. 193).

Na cidade do Rio de Janeiro esse modelo de urbanização foi implementado pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), com apoio de engenheiros e médicos sanitaristas que utilizavam do saber científico para justificar a implementação de práticas de higienização social no processo de ordenamento urbano.

Também conhecido como Haussmann dos trópicos, Pereira Passos promoveu grandes obras como a demolição do Morro do Castelo; a abertura da Avenida Rio Branco e da Presidente Vargas; a abertura de túneis; a construção de praças; a demolição dos cortiços, estalagens e casas de cômodo; a construção de grandes edifícios, como o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional e o Museu de Belas Artes. Do mesmo modo como ocorrido em Paris, no Brasil o Estado passou a ser o principal promotor da regulação do espaço urbano e do controle da pobreza emergente.

Engenheiros e médicos eram unânimes em condenar os “homens práticos, sem instrução profissional”, responsáveis pela construção das habitações na cidade. Assim como a medicina social impôs o seu saber: declarou marginais os que até então exerciam o ofício da cura, ocorria na formação do espaço urbano processo análogo, em detrimento dos mestres de obras. A Comissão

é uma sociedade em que o “velho” nem sempre é eliminado, mas tende a produzir uma síntese contraditória com a adição do “novo”, combinando os conteúdos pré-existentes aos implantados recentemente. Logo, na história brasileira as relações sociais consideradas “atrasadas” sempre coexistiram com as relações sociais “modernas” (OLIVEIRA, 2003).

de Melhoramentos propunha a nomeação, para cada distrito da cidade, de um engenheiro ou arquiteto, a exemplo dos *district surveyors* existentes na Inglaterra, para examinarem os planos de construção e fiscalizarem as obras, fazendo assim cumprir o conjunto de normas “técnicas” que deviam presidir a construção das casas articulares. A institucionalização dessas normas implicava mais que a imposição de novos valores arquitetônicos e novas relações sociais entre os homens no espaço. A condenação da velha forma artesanal de produção das casas legitimava a presença da indústria de construção articulada à importação de uma infinidade de aparelhos, materiais e objetos de consumo doméstico (BENCHIMOL, 1992, p. 145).

Outra marca da formação da cidade do Rio de Janeiro é de ordem social. Na transição do século XIX para o século XX inúmeras foram as ações realizadas pelo Estado para ordenar e controlar os modos de vida da população. Nesse período houve crescimento demográfico, a população no Rio de Janeiro passou de 274 mil pessoas em 1872 para 691 mil pessoas em 1900 (ABREU, 2008). Tendo como referência a obra de Aluísio de Azevedo, é possível recordar do ambiente de degradação social característico das habitações coletivas predominantes àquela época nas ruas do centro da cidade.

E aquilo [o cortiço] se foi constituindo numa grande lavanderia, agitada e barulhenta, com as suas cercas de varas, as suas hortaliças verdejantes e os seus jardinzinhos de três e quatro palmos, que apareciam como manchas alegres por entre a negrura das limosas tinas transbordantes e o revêrbero das claras barracas de algodão cru, armadas sobre os lustrosos bancos de lavar. E os gotejantes jiraus, cobertos de roupa molhada, cintilavam ao sol, que nem lagos de metal branco. E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco (AZEVEDO, 1999, p. 29).

A lama, os vermes, o lodo e a podridão contidos nessa “imagem” descrevem a precariedade da vida urbana vivida nos cortiços, estalagens e casas de cômodo. Esses tipos de habitação coletiva eram locais de moradia da maior parte da população que, além de viver em condições aviltantes e insalubres, ainda tinham que lidar com as constantes invasões policiais e ameaças de toda ordem, sejam do dono da moradia, sejam do próprio poder público. Tanto que é desse período a Revolta da Vacina, uma mobilização popular que eclodiu em 1904 contra os programas de higienização e saneamento encabeçados pelo médico sanitário Oswaldo Cruz. A vacinação obrigatória contra a varíola, embora acertada do ponto de vista científico e de saúde pública, indicava que havia um descompasso entre os programas científicos e a compreensão de parte do povo (SCHWARCZ, 1993, p. 46).

A manifestação era resultado da má informação, mas também da mistura apressada de tantas levas populacionais – com histórias, costumes e aprendizados distintos. A incompreensão de parte a parte provocou uma verdadeira explosão, com direito a quebra de meios de transporte, depredação de edifícios e ataque a agentes higienistas. O governo reagiu com violência: decretou estado de sítio, suspendeu direitos constitucionais, prendeu os líderes do movimento e os deportou para o atual estado do Acre. A revolta foi finalmente controlada, mas o saldo restou ambivalente: de um lado erradicou-se a varíola na Cidade do Rio de Janeiro; de outro, chegou a trinta o número de mortes durante a rebelião, e a 110 os registros de feridos (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 329).

Ao estudar sobre esse período histórico, Chalhoub (1996) chama a atenção para o fato de que, ao mesmo tempo em que crescia o fluxo de imigrantes portugueses, também se tornavam mais comuns os escravos alforriados, bem como os escravos que “viviam sobre si”. Essa foi uma prática muito comum no final do período de escravidão que permitia aos escravos viver longe da casa do seu senhor embora ainda fossem seus donos. Isso possibilitava que os senhores se desobrigassem da responsabilidade de sustentá-los, ao mesmo tempo que também contribuía para a desagregação da escravidão, já que liberava os escravos para realizarem atividades produtivas, que pouco os recompensava. Em geral esse dinheiro era poupado para a compra da sonhada liberdade. Esse quadro acabou por criar na cidade do Rio de Janeiro o que o autor chamou de “suspeição generalizada”.

Já que não era mais possível manter a produção por meio da propriedade da própria pessoa, a teoria da suspeição generalizada passou a fundamentar a invenção de uma estratégia de repressão contínua fora dos limites da unidade produtiva. Se não era mais viável acorrentar o produtor ao local de trabalho, ainda restava imputar-lhe a possibilidade de não estar regularmente naquele lugar. Daí o porquê em nosso século de a questão da manutenção da “ordem” ser percebida como algo pertencente à esfera do poder público e suas instituições específicas de controle – polícia, carteira de identidade, carteira de trabalho etc. (CHALHOUB, 1996, p. 24).

Diante da ameaça constante que essa aparente desordem urbana significava para a imagem da capital do Brasil e do medo que causava à incipiente elite carioca, intensificaram-se as intervenções do Estado no sentido de modificar a forma de uso e ocupação do espaço pelas classes pobres, principalmente na região central da cidade, que possuía maior densidade populacional e, conseqüentemente, os maiores problemas sanitários.

Valladares (2005) aponta que os cortiços e os outros tipos de habitação coletiva não foram os únicos alvos das práticas de ordenamento urbano das primeiras décadas

do século XX. As favelas entram em cena e também passam a serem tidas como problema urbano, cuja solução deveria ser dada por especialistas, em sua maioria engenheiros e médicos que a representavam como um “elemento que tanto se opunha à racionalidade técnica quanto à regulação do conjunto da cidade”, por isso, acabar com elas seria, então, uma consequência natural (VALLADARES, 2005, p. 41).

Assim, as marcas da formação sócio-histórica do Rio de Janeiro apresentadas mostram que a cidade passou por acúmulo de funções político-econômicas na passagem do século XIX ao XX que determinaram o lugar ocupado pela cidade nas relações sociais capitalistas de produção. Mostram também que os processos de construção, destruição e reconstrução da sua paisagem urbana foram historicamente implementados a fim de que a cidade se tornasse o padrão de modernidade do Brasil.

No entanto, um século depois esse padrão de modernidade nunca alcançado segue alimentando o imaginário social de que a cidade do Rio de Janeiro é o espelho do país, a vitrine nacional ou o retrato da sociedade, seja positiva ou negativamente. Até os dias de hoje essa herança legada à cidade por ter sido sede do império e capital federal da república está presente na cultura política local.

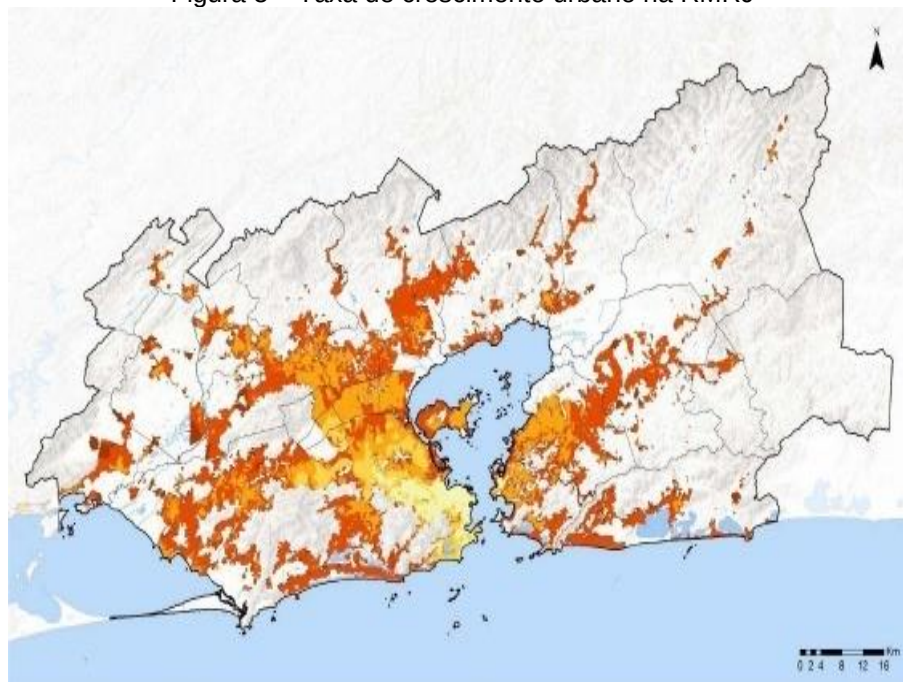
3.2 RETRATO DO RIO DE JANEIRO METROPOLITANO

Conforme dados do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana no Rio de Janeiro (PDUI-RMRJ), a maior parte da população do estado está concentrada nos 21 municípios da RMRJ. Com 12,5 milhões de habitantes, essa região possui 6,7 km², concentra 75% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Assim como a maior parte das regiões metropolitanas do país, 75% das vagas de emprego estão concentradas na capital Rio de Janeiro e essa dinâmica gera um fluxo diário de 2 milhões de pessoas vindas dos municípios vizinhos para a cidade diariamente em busca de trabalho.

Se comparado com os demais estados do país, o Rio de Janeiro é o que tem maior quantidade de habitantes vivendo na Região Metropolitana. Outro dado relevante é o tipo de crescimento urbano que a RMRJ possui. A mancha urbana cresce 32 km² a cada ano, ocupando de forma predatória tanto áreas sem infraestrutura urbana quanto áreas verdes. A esse espraiamento urbano soma-se a ausência histórica de uma política estadual de habitação de interesse social.

O resultado dessa combinação não poderia ser outro: o aumento do déficit habitacional na RMRJ, que em 2009 era de 282.261 mil domicílios e em 2015 saltou para 351.443 mil domicílios (PDUI-RMRJ, 2018).

Figura 5 – Taxa de crescimento urbano na RMRJ



Fonte: PDUI-RMRJ (2018)

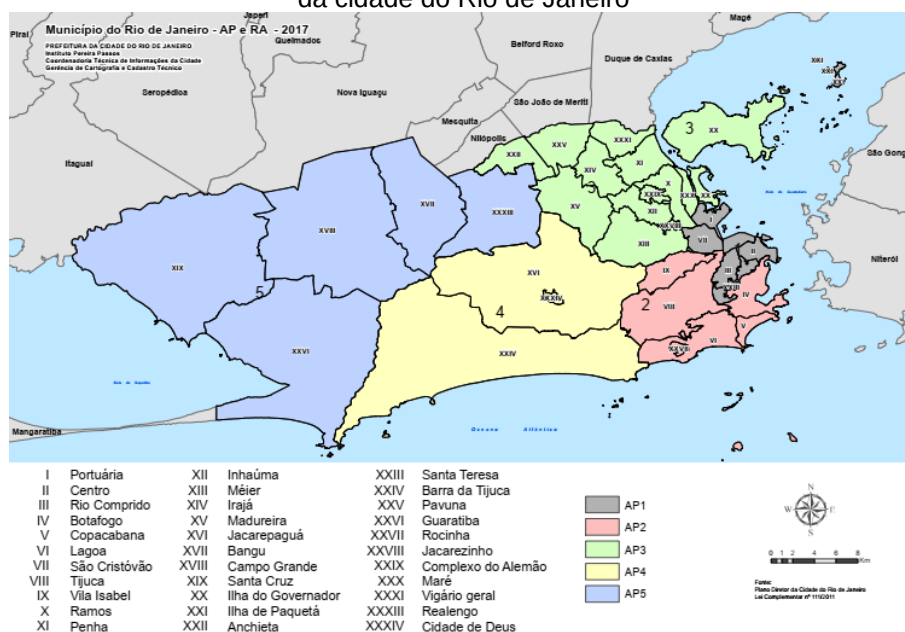
O quadro urbano do Rio de Janeiro se complexifica mais ainda se considerarmos que 70% das 56.733 unidades contratadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)⁷⁹ no município do Rio de Janeiro entre 2009 e 2012 tornaram-se solução habitacional para o ciclo de remoções (CARDOSO *et al.*, 2017, p. 221). Esse ciclo de remoções está diretamente relacionado à preparação da cidade para os megaeventos esportivos de 2014 e 2016, Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos, respectivamente. Segundo o Dossiê do Comitê Popular da Copa e das

⁷⁹O Programa Minha Casa, Minha Vida foi criado pelo governo federal em 2009. Destinou à população de baixa renda grande volume de subsídios, a fundo perdido, que chegou a 97% na Faixa 1 do Programa. Contrariando as críticas, que apontavam que grande parte dos recursos seriam destinados para o atendimento das faixas 2 e 3, “até outubro de 2013, das 2,9 milhões de unidades contratadas à época, 46% tinham sido para o atendimento da faixa 1 e 54% para as faixas superiores, um equilíbrio razoável” (FERREIRA, 2015). Finalmente, pela primeira vez na história da produção habitacional brasileira, voltaram-se os investimentos à habitação de interesse social. Segundo a Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros (2015), a forma de provisão habitacional sem urbanidade repetiu as experiências da década de 1980. A produção de moradia para a população de baixa renda, em sua maior parte, continuou sendo feita nas áreas periféricas das cidades onde há pouca diversidade de usos, a escala de produção continuou sendo de grande porte, com tipologia padronizada, destinados a uma mesma faixa de renda.

Olimpíadas do Rio de Janeiro,⁸⁰ entre 2009 e 2015 foram 22.059 famílias removidas na cidade do Rio de Janeiro, totalizando cerca de 77.206 (COMITÊ, 2015).

Além de terem sido utilizadas como solução habitacional para o ciclo de remoções, as unidades habitacionais contratadas pelo PMCMV na faixa entre zero e três salários-mínimos concentraram-se, majoritariamente, na Área Programática 5 (AP5)⁸¹ por conta do baixo valor do solo urbano na área (CARDOSO *et al.*, 2011). Vale destacar que a AP5 corresponde a quase metade do território da cidade (48,4%) e, não por acaso, possui os piores indicadores de infraestrutura, mobilidade urbana e oferta de trabalho se comparada com as demais áreas. Observe a figura 6.

Figura 6 – Divisão das Áreas Programáticas e Regiões Administrativas da cidade do Rio de Janeiro



⁸⁰O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro foi uma articulação que reuniu organizações populares, sindicais, organizações não governamentais, pesquisadores, estudantes, atingidos pelas intervenções da Copa e das Olimpíadas e pessoas diversas comprometidas com a luta pela justiça social e pelo direito à cidade. A missão do comitê foi mobilizar uma ampla rede de organizações sociais, com protagonismo das comunidades direta e indiretamente afetadas, para monitorar as intervenções públicas e privadas relacionadas aos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. Atuou entre 2010 e 2016, promovendo reuniões e debates públicos, produzindo documentos e dossiês de denúncias sobre as violações de Direitos Humanos, organizando atos públicos e disseminando informações, tendo como perspectiva a construção de uma visão crítica sobre os megaeventos esportivos.

⁸¹Área formada pelos bairros Bangu, Barra da Guaratiba, Campo Grande, Campo dos Afonsos, Cosmos, Deodoro, Gericinó, Guaratiba, Inhoaíba, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, Pedra de Guaratiba, Realengo, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Sepetiba, Vila Militar e Vila Kennedy.

Como se pode observar na tabela 2, do total de unidades contratadas no município do Rio de Janeiro até abril de 2010 dentro das três faixas de renda do programa, cerca de 73,8% se destinaram aos bairros da AP5. Ao recortarmos os empreendimentos destinados apenas à faixa de renda de zero a três salários-mínimos identificamos que 93,3% das unidades contratadas estavam localizadas na AP5.

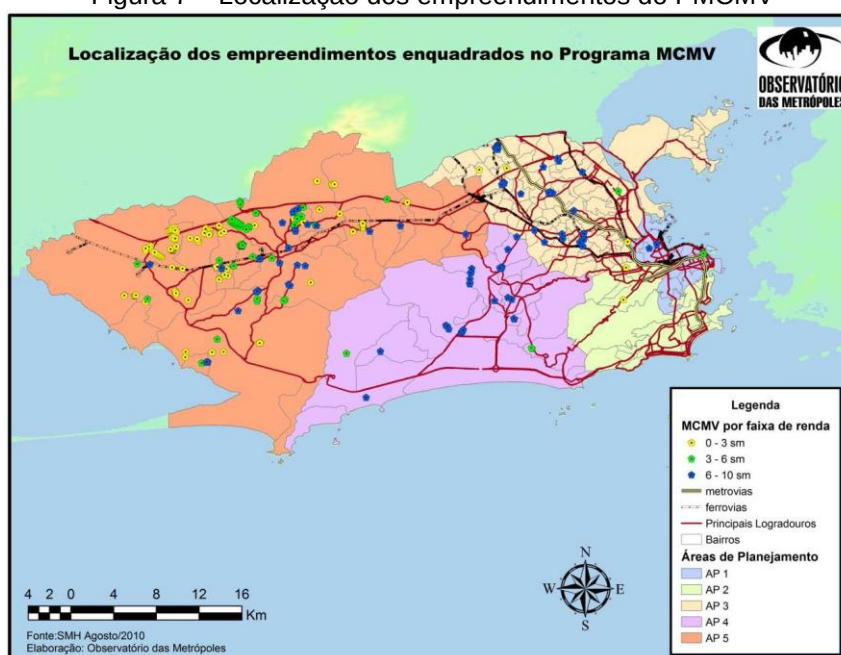
Tabela 2 – Unidades habitacionais do PMCMV em análise ou licenciadas em abril de 2010

AP	Número de unidades	%	Faixa de renda 0 a 3 salários	%
1	606	0,9%	0	0,0%
2	140	0,2%	140	0,4%
3	8.282	12,5%	2.043	6,2%
4	8.345	12,6%	0	0,0%
5	48.865	73,8%	30.507	93,3%
Total	66.238	100,0%	32.690	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (2010)

Entendemos que esse direcionamento estratégico dos empreendimentos do PMCMV para famílias com menor renda na AP5 respondeu aos interesses do capital imobiliário que, com a conivência do poder público, imprimiu fortes constrangimentos ao controle sobre o uso e a ocupação do solo urbano na implementação do programa. A imagem abaixo mostra a localização e a distribuição espacial desses empreendimentos.

Figura 7 – Localização dos empreendimentos do PMCMV



Fonte: Cardoso *et al.* (2011)

Assim, a implementação do PMCMV na cidade do Rio de Janeiro não contribuiu para a garantia do direito à cidade tampouco para o enfrentamento da desigualdade metropolitana (CARDOSO *et al.*, 2011).

No caso da AP5 o aumento da população residente em decorrência do programa comprometeu os níveis de habitabilidade locais, dificultou a inserção da população em atividades laborais próximas ao seu local de moradia e aumentou drasticamente a demanda por serviços e equipamentos públicos. Infelizmente, o que houve foi a reprodução do “impasse da política urbana” (MARICATO, 2011), ou seja, mesmo com grandes investimentos na política de habitação, saneamento e transporte a questão urbana e metropolitana não melhorou, a desigualdade fundiária permaneceu inalterada e, de forma geral, a qualidade de vida nas cidades brasileiras piorou.

Como parte desse impasse, os movimentos sociais ligados à reforma urbana se fragmentaram e não conseguiram construir possibilidades de avanço real na linha do direito à cidade, tanto que a lógica do mercado prevaleceu sobre a lógica das necessidades habitacionais.⁸²

De acordo com dados do Índice de Bem-Estar Urbano Local (Ibeu),⁸³ a RMRJ é composta por 20 municípios e 338 áreas de ponderação (bairros). Dessas, somente 93 (27%) apresentaram índice de bem-estar urbano correspondente às faixas mais elevadas (entre 0,801-0,900 e entre 0,901-1). Em contrapartida, 134 (40%) estão em áreas correspondentes às faixas inferiores (0,001-0,500 e 0,501-0,700), já as demais áreas apresentaram condições médias de bem-estar urbano e correspondem a 33%.

No que se refere à localização dessas áreas, as que apresentam níveis mais elevados estão na Zona Sul e em boa parte da Zona Norte do município, correspondendo aos bairros de Copacabana, o qual possui o maior índice da região (0,982), seguido por Laranjeiras (0,973), Flamengo (0,968), Humaitá (0,963), Leme (0,953) e Ipanema (0,948).

⁸²Mesmo sem ter conseguido inverter a lógica destacamos que houve pressão dos movimentos sociais sobre o governo que resultou na modalidade – Minha Casa Minha Vida – Entidades, na aprovação do Programa Nacional de Habitação Rural e na ampliação do Programa para cidades com menos de 50 mil habitantes, (Minha Casa Minha Vida Sub 50).

⁸³Produzido pelo Observatório das Metrôpoles – coordenado pelo Luiz César Queiróz. Utiliza como base o IBGE, Censo de 2010 para analisar as condições urbanísticas das regiões e das regiões metropolitanas. Informa que são 20 municípios na RMRJ porque foi elaborado antes da inclusão da cidade de Petrópolis na RMRJ.

Os piores índices estão localizados, sobretudo, na periferia da Região Metropolitana. O município de Japeri, localizado na Baixada Fluminense, possui a área com o pior índice (0,258), seguido pela comunidade Rio das Pedras (0,366), localizada na AP5 do município do Rio de Janeiro, e dos municípios de Queimados (0,405), Belford Roxo (0,439), Itaboraí (0,447) e Maricá (0,472) (OLIVEIRA, 2013).

Calculado a partir de cinco dimensões – mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos urbanos e infraestrutura –, esse índice busca avaliar as desigualdades das condições de bem-estar decorrentes, entre outros aspectos, da luta que os grupos sociais realizam pela apropriação do espaço. Busca ainda se afastar de uma concepção de bem-estar decorrente do consumo individual e mercantil, centrada na realização do autointeresse, e se aproximar da concepção de bem-estar que se constitui e se realiza no plano coletivo, daí o sentido do urbano na determinação do bem-estar. Assim, os dados dos índices de bem-estar urbano mostram que a localização na RMRJ irá ser determinante para ter acesso ao direito à cidade.

A percepção sobre a desigualdade urbana e sobre a segregação socioespacial⁸⁴ que caracteriza a RMRJ apareceu de forma contundente nas entrevistas desta pesquisa. Entre os sujeitos coletivos que se organizam desde as franjas da Região Metropolitana, a precariedade urbana não parece ser uma novidade, pelo contrário, faz parte do processo histórico de formação dos espaços periféricos como a região da Zona Oeste e a Baixada Fluminense.

Nesses espaços a intervenção do Estado com políticas públicas sempre se deu de forma insuficiente e descontinuada, ao mesmo tempo em que a violência institucional sempre esteve presente.

⁸⁴Segundo Carlos (2013), segregação é a característica estrutural da produção do espaço urbano contemporâneo. “A segregação vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade) apresenta-se, inicialmente, como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (como expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano), quanto em relação ao transporte urbano como limitação de acesso às atividades urbanas (como expressão da separação do cidadão da centralidade), bem como através da deterioração / cercamento / diminuição dos espaços públicos (como expressão do estreitamento da esfera pública). Essa diferenciação ganha realidade como separação/apartamento, condicionando as relações sociais, assim como o modo como cada cidadão se apropria do espaço. Desse modo, a segregação surge em contradição à reunião (sentido mais profundo da prática urbana) como porta de entrada para a compreensão da condição urbana, hoje, na metrópole. Seu entendimento, todavia, situa-se e explica-se como movimento do processo de produção do espaço urbano como momento da reprodução da vida humana no plano da prática socioespacial – tal processo imerso na totalidade da reprodução social (CARLOS, 2013, p. 93).

Temos uma concepção geral de que o Estado não garante nossos direitos. Ele não garante nada *pra* gente sem a gente pressionar, se não pomos o dedo na ferida parece que ele vai engolir todos nós. Temos a compreensão de que esse Estado aí não foi feito para a população da Zona Oeste, tampouco é um Estado construído por nós, ele não nos garante o mínimo necessário. Com o IFHEP buscamos expor isso, principalmente em relação à forma como ele lida com a gente, como um Estado violento (Sujeito A, IFHEP, entrevistado em 10/7/2020).

Então, nós nascemos em uma realidade onde nossos pais diziam que aqui não era o nosso lugar, que um dia nós íamos conhecer um lugar de verdade. E esse lugar de verdade era a terra deles. A terra natal. E eles morreram sem ter tido o privilégio de voltar para lá. Então, essa ambiguidade de viver na Baixada, com essas referências trazidas pelos nossos pais de não criar raiz é muito complicado. É muito conflituoso, *né?* Porém, os anos vão dizendo para gente que não tem outro lugar. Que o lugar é esse mesmo. É esse o lugar que a gente está aqui. Eles não conseguiram voltar para Minas. E nós temos que reconstruir o novo aqui. Com as condições possíveis transformar esse não lugar em um lugar. Só que para fazer essa transição há exigência diária de brigar por políticas públicas e não por políticas compensatórias que são as que chegam até a nossa realidade (Sujeita H, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 11/9/2020).

O objetivo é começar o trabalho a partir da luta por um teto, mas também trabalhar para a luta geral, para algo mais amplo, porque as pessoas estão sem teto não é porque simplesmente não tem política, é porque a política é a da exclusão, então o trabalho é contínuo, é *pra* fazer com que as pessoas entendam por que dessa exclusão, por que dessa violência do Estado, e para mostrar que esse processo não é natural (Sujeita D, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

A desigualdade urbana estruturante da produção social do espaço urbano se intensificou na RMRJ com os megaeventos esportivos da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Tais eventos transformaram as cidades brasileiras em ativos financeiros do mercado imobiliário, se valendo da violação às regulamentações locais – leis orgânicas municipais, planos-diretores, estatutos das cidades; do atropelo às instituições democráticas – câmaras municipais, assembleias legislativas, Ministério Público; e da ausência de controle social sobre os vultosos recursos públicos investidos nas cidades.

No caso específico do Rio de Janeiro, desde 2009, quando a cidade ganha a candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, as gestões públicas em exercício⁸⁵ passam a adotar diretrizes e concepções neoliberais de gestão urbana. Megaprojetos de infraestrutura urbana, privatização de espaços, concessões de serviços públicos à iniciativa privada, concentração de investimentos em determinadas áreas da cidade em detrimento de outras, adoção de parcerias público-

⁸⁵Municipal, exercida por Eduardo Paes (PMDB), e estadual, por Sérgio Cabral (PMDB).

privadas na gestão pública, repasse de terras para a iniciativa privada e investimento massivo na imagem da “cidade maravilhosa” são exemplos dessa concepção neoliberal de cidade. Assim, os megaeventos esportivos buscaram tornar o Rio de Janeiro vitrine para o mundo global, mais atrativo ao capital internacional e financeiro, uma verdadeira “mercadoria de luxo” (VAINER, 2000), que em muito se distancia do verdadeiro “espírito olímpico”.

Ao intensificar os processos de mercantilização da cidade, os megaeventos esportivos produziram inúmeras violações aos Direitos Humanos. Há diversos estudos que demonstram as ameaças de remoção, a violência psicológica e física, a violação do direito à moradia, o fechamento dos espaços públicos, a perseguição aos trabalhadores informais do centro, a privatização das instalações desportivas e a perda dos espaços de treinamento dos atletas (CASTRO *et al.*, 2015; OLIVEIRA, 2012; COMITÊ, 2015).

Vivendo em cidades cada vez mais desiguais e antidemocráticas, milhões de pessoas foram às ruas protestar em junho de 2013 contra o aumento do custo dos transportes públicos. “É a questão urbana, estúpido!”, escreveu Maricato (2013) ainda no calor do momento. Para ela era impossível dissociar o ciclo de protestos de junho de 2013 da piora da qualidade de vida nas cidades brasileiras, do aumento da desigualdade social e da violência urbana.

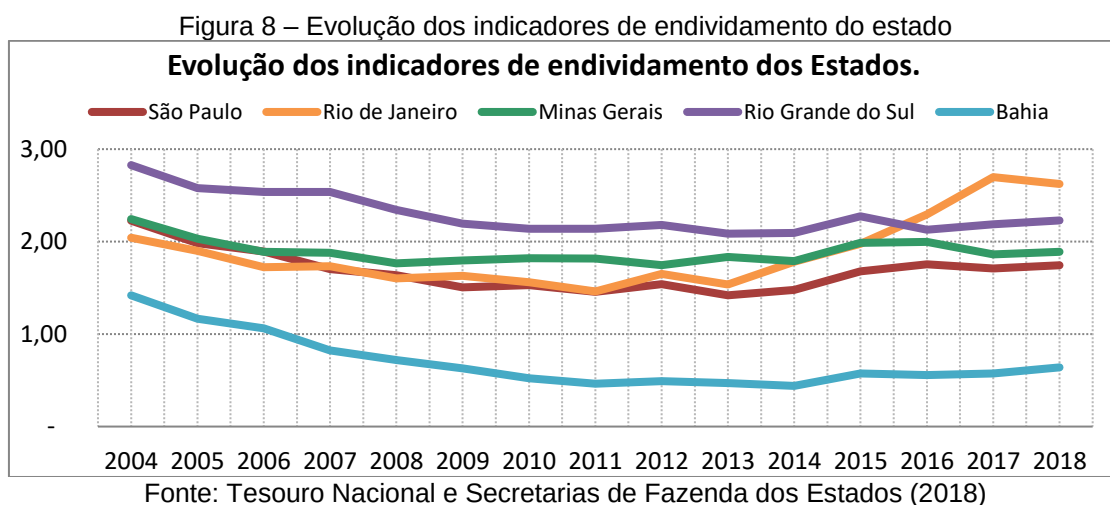
Tais expressões da questão urbana não se solucionaram com o aumento dos salários tampouco com a melhora na distribuição de renda ocorrida no período de governos progressistas (2003-2011). Assim, a desigualdade urbana chegava a um limite.

Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade do ir e vir dos trabalhadores e coloca catracas em todos os caminhos da cidade (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 13-14).

Outra dimensão do retrato urbano do Rio de Janeiro que nos parece importante destacar é de ordem econômica. Desde 2015 o Rio de Janeiro vive uma drástica crise econômica e a sua mais profunda crise fiscal. A falta de equilíbrio entre a arrecadação e as despesas públicas vem gerando um endividamento sem precedentes e o prognóstico para o investimento em políticas urbanas é dos piores.

De acordo com Relatório da Dívida Pública de 2019, do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz-RJ), um novo ciclo de endividamento do estado se iniciou em 2010 quando foram autorizadas contratações de volumes expressivos em operações de crédito. De acordo com os dados, entre 2012 e 2015, foram R\$ 22,39 bilhões em empréstimos para o estado do Rio. Desse total, 78,6% foram para custear despesas relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, contratados em 2014 e 2015.

Se em 2010 a dívida consolidada do estado era de 53 bilhões e correspondia a 156% da receita corrente líquida, no final de 2018 esse valor passou para 153 bilhões, o equivalente a 265,3% da receita corrente líquida, muito acima dos 200% permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O quadro piora ainda mais se considerarmos o déficit de crescimento econômico do estado previsto para os próximos anos, devido principalmente à quebra da indústria do petróleo desde o início da Lava Jato e à prática histórica de concessão de isenção fiscais para empresas.



Segundo o TCE-RJ, entre 2007 e 2016 foram dados 218 bilhões em benefícios. Já a Sefaz-RJ diz que a renúncia fiscal foi de 56 bilhões.⁸⁶ Independentemente da discrepância desses números, importa destacar que não há um controle das isenções concedidas, muitas delas têm prazo indeterminado, são dadas sem um estudo do impacto

⁸⁶A diferença entre benefício e renúncia é de ordem metodológica e sempre questionada. O primeiro contabiliza o valor arrecadado pelo estado considerando que no momento posterior à concessão do benefício à empresa voltará a pagar impostos em valor superior. O segundo não faz essa conta e considera o valor inteiro.

orçamentário e sem transparência. Conforme o gráfico abaixo, o estado do Rio de Janeiro é o que mais aumentou seu endividamento nos últimos anos.

Para enfrentar esse problema, o Rio de Janeiro aderiu em 2017 ao Regime de Recuperação Fiscal, ou seja, por um prazo de três anos, renováveis por mais três, o estado deixará de pagar suas dívidas com a União. Apesar de parecer uma alternativa viável a curto prazo, a aderência ao Regime de Recuperação Fiscal aumenta a dívida pública a longo prazo porque os juros e encargos seguem incidindo sobre o valor principal devido.

Há inúmeros estudos da dívida pública elaborados pelo TCE-RJ, pela Sefaz-RJ e pelo Ministério Público Estadual e pela própria academia que indicam a necessidade da adoção de medidas para mudança no regime fiscal, no sentido de as despesas crescerem num ritmo inferior às receitas, no sentido de termos maior fiscalização de projetos financiados com operações de crédito e até de revermos os índices de correção da dívida. Infelizmente a realidade nos mostra o contrário do que indicam os estudos.

Na proposta do orçamento de 2020 encaminhada à Alerj a estimativa de um gasto total era R\$ 80,8 bilhões, enquanto a receita estimada é de R\$ 70,1 bilhões, o que gera um déficit estimado de R\$ 10,7 bilhões. A previsão é que no fim de 2024, prazo máximo para terminar o Regime de Recuperação Fiscal, a dívida consolidada do estado seja de 170 bilhões, o que correspondia a 237% da Receita Corrente Líquida (CARRO, 2019).

Diante desse quadro fica evidente que o estado do Rio de Janeiro está gradativamente perdendo sua capacidade de investimento público e se desresponsabilizando da manutenção dos serviços públicos essenciais sem os quais é praticamente impossível alcançarmos o direito à cidade.

Desde que eleito para a gestão 2019-2022, o governador Wilson Witzel (Partido Social Cristão – PSC) mostrou-se comprometido com a racionalidade neoliberal de gestão pública assim como seus antecessores, os ex-governadores Sérgio Cabral Filho (PMDB) e Luiz Fernando Pezão (PMDB), que governaram o estado no período de 2007-2014 e 2015-2018 respectivamente.

Merece destacar que estes dois últimos se tornaram réus por crimes⁸⁷ cometidos contra o patrimônio público durante o exercício das suas funções. O

⁸⁷Sérgio Cabral Filho foi acusado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas e por chefiar organização criminosa. Somados, os anos de suas condenações ultrapassam 280. Luiz Fernando Pezão foi acusado de corrupção e de desviar verbas públicas para financiamento de campanha eleitoral. Ficou preso entre 2018 e 2019 em unidade penitenciária e atualmente encontra-se em prisão domiciliar.

governador Wilson Witzel (PSC) foi afastado temporariamente em agosto de 2020, quando passou a ser investigado por suspeita de corrupção e desvios de verbas públicas, e definitivamente destituído em abril de 2021 quando a Alerj concluiu a investigação.

Diante de tamanha instabilidade no quadro político-institucional não causa estranhamento que no segundo turno das eleições municipais de 2020, em que concorreram os candidatos Eduardo Paes (Democratas – DEM) e Marcelo Crivella (Republicanos), a opção pelo “não voto” tenha sido a escolha de 47,58% dos eleitores, dos quais 13,77% votaram nulo, 5,03% em branco e 35,45% se abstiveram (TSE-RJ, 2020).

As abstenções vêm crescendo sistematicamente no Rio de Janeiro, seja nos pleitos municipais seja nos estaduais, mas chama atenção o fato de o candidato Eduardo Paes (DEM) ter sido eleito com 33,06% dos votos, menos que as abstenções (BARREIRA, 2020).

3.2.1 Impactos da Racionalidade Neoliberal na Gestão Pública

Para exemplificar de que forma os governantes vêm se comprometendo com a racionalidade neoliberal de gestão pública, escolhemos analisar dois casos que retratam essa tendência: a privatização e/ou concessão de ativos públicos como a grande saída para crise econômica; e a utilização da lógica da guerra e da militarização da cidade em nome do combate aos altos índices de violência, que será apresentada no item 3.3.

Para contextualizar o primeiro caso é necessário pontuar que a tendência neoliberal de reforma do Estado não é um fenômeno recente do Rio de Janeiro. Em 2007 o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (Propar),⁸⁸ criado pelo então governador Sérgio Cabral (PMDB), já permitia a transferência da prestação de diversos serviços públicos para empresas privadas.

As consequências do Propar para as políticas públicas e direitos sociais foram enormes, em especial no que se refere ao direito à cidade, já que permitiu o estabelecimento da maior parceria público-privada do Brasil, conhecida como Porto Maravilha, que concedeu uma área de 5 milhões de m² à Concessionária Porto

⁸⁸Instituído pela Lei 5.068/2007, o Propar permitiu a concessão de serviços públicos em diversas áreas como educação, saúde, assistência social, cultura, saneamento, sistema penitenciário, habitação, transportes, urbanização, logística, infraestrutura, portos, aeroportos e rodovias.

Novo,⁸⁹ por um período de 30 anos a um valor de R\$ 7,6 bilhões, pagos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com a expropriação das terras públicas da área portuária (SILVA, 2013).

Em meio à pandemia do coronavírus (Covid-19), que teve início no Brasil em março de 2020, essa tendência neoliberal de gestão pública se reatualizou.

Ao mesmo tempo em que Wilson Witzel (PSC) projetou-se na cena política nacional com algum grau de sensatez em relação às medidas necessárias ao enfrentamento à Covid-19 – se comparado com o posicionamento do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que descumpriu as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) –, o governador resgatou o Programa Estadual de Desestatização (PED),⁹⁰ oriundo dos anos 1990, materializado na publicação do Projeto de Lei (PL) n. 2.419/2020, assim como realizou alterações no orçamento público estadual por meio dos decretos 46.993/2020 e 46.994/2020.

Sob o argumento de que o estado está em Regime de Recuperação Fiscal desde 2017 e em “estado de calamidade pública” devido à Covid-19 desde março de 2020, o governador condicionou a aprovação do PED à manutenção do pagamento dos servidores ativos e inativos, assim como à capacidade de investimento para combate à Covid-19 (RAONI, 2020). Além disso, o PL n. 2.419/2020 estabeleceu diversas modalidades de desestatização – fusões ou cisões, incorporações, abertura de capital, aumento de capital com renúncia ou cessão de direitos de subscrição, alienação de participação societária, inclusive de controle acionário –, assim como envolveu diversas estruturas estatais, como empresas públicas, universidades, fundações. Apesar da pressão política exercida pelo Poder Executivo para aprovação desse PL, parlamentares da Alerj acabaram conseguindo barrá-lo e tirá-lo de pauta.

Assim, percebemos que há um desprezo do governador para com a população mais vulnerável, principalmente num momento de emergência sanitária, cujas condições de moradia e de acesso a serviços públicos são determinantes do alto índice de letalidade por Covid-19.

⁸⁹Formada pelas empreiteiras Norberto Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia.

⁹⁰Instituído pela Lei 2.470/1995, o PED previa a transferência de empresas públicas estaduais à iniciativa privada a fim de: i) contribuir para a redução da dívida pública do estado e consequente saneamento das finanças do poder público; ii) permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada; iii) promover investimentos e reestruturação da administração pública, com vistas à sua atuação nas funções públicas essenciais, em especial nas áreas de educação e saúde pública incluindo-se o saneamento básico; iv) estimular a livre concorrência e a democratização da propriedade do capital das empresas a serem privatizadas.

Para se ter dimensão da escala do problema, a população estimada do Rio de Janeiro em 2019 era de 6,7 milhões de habitantes. Deste total, 1,4 milhão de habitantes moram em favelas, ou seja, 22% da população da cidade é favelada. Ao todo são 1.018 favelas no Rio de Janeiro. Cabe lembrar que muitas dessas favelas são maiores que boa parte dos municípios brasileiros, como é o caso do Complexo de Favelas da Maré, com 130 mil habitantes, ou ainda do Complexo de Favelas do Alemão, que possui 69 mil habitantes (IPP, 2020).

Ainda segundo o Instituto Pereira Passos (2020), a cidade do Rio de Janeiro tem 163 bairros e em 139 deles existem favelas, isto é, quase 86% dos bairros possuem favelas. Em todos eles a favela convive lado a lado com bairros de classe média e alta. É o caso da Rocinha que tem 100 mil habitantes e está localizada ao lado de São Conrado.

Essa proximidade entre a favela e as demais áreas da cidade é uma característica específica da cidade do Rio de Janeiro que, historicamente, rebaixou os custos de reprodução do capital delegando aos trabalhadores a responsabilidade pela produção de suas moradias (VALLADARES, 2005).

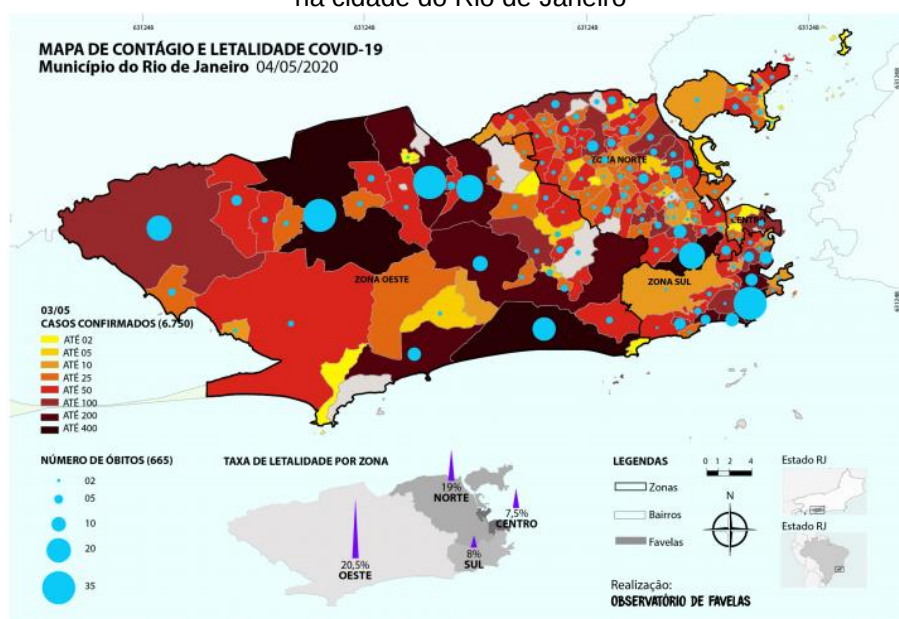
O resultado dessa forma de ocupação do espaço e das continuadas gestões públicas descompromissadas com a população mais vulnerável ficou latente na pandemia. De acordo com o mapeamento do Observatório de Favelas (2020), o comportamento da cidade do Rio de Janeiro durante a pandemia seguiu os caminhos da desigualdade social pré-existente e os aprofundou, ou seja, embora o contágio tenha se iniciado pelos bairros mais ricos da cidade, o vírus se espalhou rapidamente para os bairros mais pobres e, nesses territórios, levou a óbito um maior número de pessoas.

As razões da ocorrência desigual da letalidade por Covid-19 têm relação direta com a condição socioeconômica das famílias, a distribuição desigual dos equipamentos de saúde no território, a precariedade dos equipamentos existentes, a ausência de saneamento básico e acesso à água potável, as dificuldades de mobilidade na cidade enfrentada pelas populações mais pobres, a condição de moradia das favelas e bairros periféricos entre outras.

Salvos os casos de subnotificações e o baixo número de testes realizados, o resultado do mapeamento mostrou que a Zona Sul e o Centro apresentam uma taxa de letalidade de 8% e 7,5% dos casos confirmados. Esses números apontam não só para a concentração de equipamentos de saúde nesses espaços como para a concentração média de renda familiar.

Por outro lado, a Zona Norte da cidade apresenta uma taxa de letalidade de 19%, mais que o dobro das regiões centro e sul. Por fim, a Zona Oeste chega a quase três vezes esses valores, atingindo a marca de 20,5%. Cabe salientar que a Zona Oeste corresponde à AP5 que, como dito anteriormente, onde estão os piores indicadores de infraestrutura, mobilidade urbana e oferta de trabalho da cidade.

Figura 9 – Mapa de contágio, óbitos e letalidade por Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Observatório de Favelas (2020)

Ainda no âmbito da cidade do Rio de Janeiro, a lógica neoliberal que orienta a gestão dos serviços públicos fez com que, ao longo dos últimos anos, a empresa pública Rio Saúde fosse sucateada e as Organizações Sociais de Saúde (OSS) tomassem seu lugar. Vale destacar que as OSS operam por meio da parceria público-privada estabelecida pelo Propar.

Corroborando com essa tendência neoliberal, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro no período 2017-2020, Marcelo Crivella (PRB), diminuiu drasticamente as equipes de saúde da família, saúde bucal e dos Núcleos de Atenção à Saúde da Família (Nasf), assim como atrasou os salários dos funcionários vinculados a esses equipamentos.

Segundo o coletivo Nenhum Serviço de Saúde a Menos,⁹¹ entre outubro de 2018 e fevereiro de 2019, a prefeitura do Rio de Janeiro demitiu 465 agentes

⁹¹Coletivo formado por trabalhadores da saúde e cidadãos cariocas em defesa do Sistema Único de Saúde e contra o desmonte da Política de Atenção Básica anunciado pelo prefeito Marcelo Crivella

comunitários de saúde, 30 técnicos de enfermagem, 20 enfermeiros, além de médicos e equipes inteiras de apoio à saúde da família. A estimativa do coletivo aponta para o impacto direto na redução da cobertura da rede afetando mais de 700 mil pessoas. Na ocasião ocorreu a paralisação dos profissionais da saúde, que, mesmo tendo mantido serviços mínimos em 30%, impactou diretamente a população negra e pobre, a quem o Sistema Único de Saúde (SUS) muitas vezes é a única forma de acessar o direito a saúde.

Ainda nessa linha, não podemos esquecer que no plano federal a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 95/2017 congelou os gastos públicos pelos próximos 20 anos. Desse modo, a lentidão e a inópia de respostas por parte das autoridades para com os mais pobres em relação à Covid-19 se somam à sensação de desamparo já conhecida pela população de favela e periférica (FASE, 2020).

Outro fato que demonstra a tendência neoliberal de gestão do Estado no Rio de Janeiro e que tem relação com o direito à cidade é o processo de concessão da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro (Cedae) à iniciativa privada. Não por acaso, um dos sujeitos desta pesquisa é o Sindágua-RJ, que organiza parte dos trabalhadores da Cedae e também de empresas privadas que prestam serviço no estado.

No contexto das lutas urbanas do Rio de Janeiro, as mobilizações pelo direito à água e ao saneamento ambiental ganharam maior peso desde 2015, quando a região Sudeste viveu uma grave crise hídrica. Na época, instaurou-se na Alerj uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)⁹² para diagnosticar a situação e buscar soluções.

Segundo análise de Quintslr (2018), realizada a partir dos documentos da CPI e das matérias publicadas sobre o tema no Jornal O Globo, no período entre 2011 e 2016 houve “um processo de construção social da crise hídrica no Rio de Janeiro” (2018, p. 93-7) que se deu a partir do discurso hegemônico, com suas referências retóricas ao risco de desabastecimento e à escassez hídrica e que não enfrentou o tema da desigualdade no acesso aos serviços de abastecimento e tratamento de

em agosto de 2017. Para mais informações consultar: <https://www.facebook.com/NenhumServicoMenos/>. Acesso em: 1º out. 2020.

⁹²A comissão desenvolveu seus trabalhos de 2015 a 2016 e teve como objetivo realizar um diagnóstico crítico sobre a situação hídrica do município do Rio de Janeiro, haja vista a seca prolongada vivida no país entre 2013 e 2015 e as já existentes propostas de privatização da Cedae. Para maiores informações, ver o livro *Crise Hídrica em debate*, disponível em: https://issuu.com/lissandro/docs/livro_colapsohidrico_final_com_capa. Acesso em: 19 abr. 2021.

esgoto, tampouco possibilitou que esse tema entrasse nas esferas de tomada de decisão.

No que se refere ao panorama dos serviços de abastecimento e saneamento do estado do Rio de Janeiro, uma parte já é privatizada desde a década de 1990, quando Marcello Alencar (PSDB) era governador. No total do estado temos aproximadamente 10% dos municípios com serviços entregues à iniciativa privada.

Além da privatização, outras estratégias já foram tentadas: i) abertura de capital da Cedae ao mercado financeiro, que acabou não ocorrendo, em 2015; ii) a privatização parcial de territórios, como ocorre com a AP5 da cidade do Rio de Janeiro desde 2012;⁹³ e iii) a privatização dos setores de comercialização e abastecimento que, embora ainda não consolidado pelo atual governador Wilson Witzel (PSC), permanece sendo fomentada na medida em que esses serviços, outrora atividades-fim da Cedae, agora seguem em processo de terceirização acentuada, tornando-se uma concreta ameaça ao direito à água.

No caso da Cedae, em 20 de fevereiro de 2017 a Alerj aprovou, por 41 votos favoráveis contra 28 contrários, a concessão da companhia à iniciativa privada por meio da Lei 2.345/17. Naquele momento a concessão estava diretamente relacionada ao “Compromisso para Recuperação Fiscal”, estabelecido entre o estado do Rio de Janeiro, à época governado por Luiz Fernando Pezão (PMDB), e o governo federal, à época sob governo de Michel Temer (PMDB), além da garantia de um empréstimo ao governo do estado da ordem de R\$ 2,9 bilhões. As questões de insegurança jurídica desse empréstimo foram tão grandes que esse valor só entrou nos cofres públicos em setembro de 2017, quando o banco francês BNP Paribas aceitou fazer um contrato cujo prazo de vencimento foi dezembro de 2020. O valor corrigido a ser pago em parcela única é de R\$ 4,5 bilhões.⁹⁴

Embora o governador Wilson Witzel (PSC) tenha se eleito para gestão 2019-2022 comprometendo-se com a não privatização da Cedae, logo que eleito mostrou-se

⁹³Desde 2012, a AP5 tem o serviço de esgotamento realizado pelo consórcio Zona Oeste Mais Saneamento (antigo Foz Água 5), constituído pela BRK Ambiental e pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. A concessão onerosa contou com aporte do FGTS e tem o prazo contratual de 35 anos. Ou seja, o investimento é via fundo público, mas o lucro é apropriado privadamente. Além disso, a Brookfield, dona da BRK Ambiental, possui diversos terrenos na área, demonstrando as articulações entre empresários e Estado para garantir a provisão de infraestrutura e valorizar a região. A responsabilidade pelos serviços de abastecimento de água da área continua sob responsabilidade da Cedae.

⁹⁴Para mais informações sobre a relação entre o banco BNP Paribas, a Cedae e o processo de endividamento do estado do Rio de Janeiro, consultar Silva *et al.* (2021).

comprometido com a lógica neoliberal de gestão pública assim como seus antecessores. Seguindo a mesma linha, o vice-governador Cláudio Castro (PSC), que chegou ao governo colocando em dúvida o processo de privatização da Cedae dizendo que “O Rio, com pressa, já fez maus negócios simplesmente pela questão financeira, isso não se repetirá” (MEDEIROS, 2020), no entanto autorizou a abertura do Leilão da Cedae (Edital 01/2020) com base na modelagem financeira feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e legitimada no apagar das luzes do ano legislativo de 2020 por meio do Decreto 47.422/2020.

Apesar de entre 2012 e 2016 a Cedae ter apresentado um lucro líquido de R\$ 1,4 bilhões ao ano e de ser a única empresa estatal superavitária do estado, há um argumento típico das gestões liberais de que a concessão da Cedae aumentará a arrecadação do estado, haja vista a previsão da outorga mínima de R\$ 10,6 bilhões pelo Edital 01/2020.

No entanto, este é um argumento questionável porque: i) apenas 85% (R\$ 9 bilhões) desse valor irá para o estado e 15% para os municípios; ii) destes R\$ 9 bilhões, 4,5 bilhões já estão comprometidos com o pagamento da dívida contraída pelo estado junto ao Banco BNP Paribas; iii) sendo a única empresa estatal do Rio de Janeiro que teve lucro anual de R\$ 1,3 bilhões em 2020, em poucos anos ela própria já retornará aos cofres públicos o valor pelo qual está sendo alienada.

Chama a atenção o momento inapropriado escolhido pelo governador para retomada da cartilha neoliberal já que, nas economias do mundo todo, as incertezas econômicas do pós-pandemia recolocaram na cena pública o debate sobre a importância do Estado.

Embora o modelo de acumulação de capital já apresentasse problemas antes da pandemia de Covid-19, ela acelerou o ciclo de crise econômica que já faz parte desse modelo (HARVEY, 2020). No calor do momento, voltou-se a discutir no mundo todo a importância de termos um capitalismo com enfoque mais keynesiano;⁹⁵ de reconhecermos a função do Estado no provimento de serviços essenciais à população como os da área de saúde, educação, ciência e tecnologia; e de enfrentarmos os problemas decorrentes da supervalorização da globalização em detrimento do enfraquecimento dos estados nacionais.

⁹⁵Ver nota n. 60.

O editorial do Financial Times de 3 de abril de 2020 é emblemático desse giro antineoliberal que se produziu em meio à pandemia. Sendo um dos principais jornais dos Estados Unidos e uma referência do mercado financeiro, surpreende ao defender desde o enfrentamento das desigualdades sociais e das precariedades do mundo do trabalho até o abandono do neoliberalismo e a reedição da Conferência de Bretton Woods.

[...] Além de derrotar a doença, o grande teste que todos os países vão enfrentar em breve é se os sentimentos atuais de propósito comum moldarão a sociedade após a crise. Como os líderes ocidentais aprenderam na Grande Depressão e após a Segunda Guerra Mundial, ao exigir sacrifício coletivo, você deve oferecer um contrato social que beneficie a todos [...]. Reformas radicais – invertendo a direção política predominante das últimas quatro décadas – precisarão ser colocadas sobre a mesa. Os governos terão que aceitar um papel mais ativo na economia. Eles devem ver os serviços públicos como investimentos, e não como passivos, e procurar maneiras de tornar os mercados de trabalho menos inseguros. A redistribuição estará novamente na agenda; os privilégios dos idosos e ricos em questão. Políticas até recentemente consideradas inviáveis, como renda básica e impostos sobre a riqueza, terão de estar entre as propostas (FINANCIAL TIMES, 2020, tradução da autora).

No entanto o governador do Rio de Janeiro não é o único a ir na contramão do mundo. No plano nacional, o governo brasileiro também seguiu rezando a cartilha neoliberal em meio à pandemia ao adotar pacote de 1,2 trilhões para investimento dos bancos, o que corresponde a 16,7% do PIB e representa dez vezes mais que o valor de 117 bilhões direcionado aos bancos na crise de 2008, que na época correspondia a 3,5% do PIB. Ao mesmo tempo o governo aprovou o Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em situação de Vulnerabilidade Social⁹⁶ cujo investimento é da ordem de R\$ 98,2 bilhões⁹⁷ e beneficiará 54 milhões de brasileiros, que representam 25% da população.

Cabe ressaltar que o Auxílio Emergencial foi interrompido em dezembro de 2020. Se comparamos as ações, fica evidente a desigualdade dos valores aportados em cada uma delas e, não por acaso, o maior compromisso do governo com o setor bancário e financeiro. Assim, concordamos com Laval & Dardot (2020) que, apesar dos discursos antineoliberais do início da pandemia os quais defenderam o controle estatal sobre os serviços públicos, o redescobrimiento das virtudes da intervenção estatal não significou nem significará a bancarrota do neoliberalismo.

⁹⁶A Lei Federal 13.892/2020 garantiu ajuda financeira durante a pandemia por Covid-19 de R\$ 600 para pessoas de baixa renda, válida por três meses e sujeita a prorrogação.

⁹⁷Medida Provisória 937/2020, que estabeleceu o montante de recursos a ser gasto.

3.3 A MILITARIZAÇÃO DA CIDADE COMO POLÍTICA DE ESTADO

De acordo com Graham (2016) no século XXI as cidades são produzidas pela lógica de um “novo urbanismo militar” que traz para o centro da vida cotidiana a lógica militar. Baseado na metáfora da guerra permanente e na existência dos inimigos potenciais, vê os espaços comuns e privados das cidades como ameaçadores e, portanto, passíveis de controle. Tal controle se impõe de diversas maneiras: apropriação das tecnologias de origem militar para uso de controle civil, espetacularização da violência urbana como forma de legitimá-la, difusão de mecanismos de entretenimento que se baseiam na violência, crescimento da indústria da segurança para fazer frente à insegurança e à pobreza.

E tudo isso acontece em nome da segurança – de um “nós” sem nome e sem forma contra as infinitas ameaças de um “outro” sem forma à espreita no “novo normal” estado de exceção, de emergência permanente. Assim, cidadãos e indivíduos são mobilizados para o controle militar e recrutados por sistemas de consumo neoliberal que os encorajam a consumir pelo bem da economia [...], ao mesmo tempo que oferecem seus “eu em dados” para análise, rastreamento, elaboração de perfis, determinação de alvos e avaliação de ameaças contínuos e preventivos (GRAHAM, 2016, p. 130).

Muito além da difusão de mecanismos de controle militar sobre a vida humana o “novo urbanismo militar” reconfigura o espaço urbano. A violência que caracteriza esse processo é tão grande que gerou o que os estudos urbanos e disciplinas afins vêm chamando de urbicídio.

Definido como a violência política criada intencionalmente para eliminar ou matar cidades, o urbicídio pode envolver a transformação de espaços de mistura cosmopolita em alvos etnonacionais; a devastação sistemática dos meios de subsistência para uma vida urbana moderna; ou a aniquilação direta de povos e lugares demonizados, declarados não modernos, bárbaros, impuros, patológicos ou sub-humanos (GRAHAM, 2016, p. 151).

Ou seja, a lógica do controle social através do uso da violência está posta como política de Estado e, na maior parte das vezes, é vendida como a grande alternativa para assegurar a livre circulação de mercadorias e a acumulação de capital.

Por mais que reconheçamos que a criminalidade violenta constitui um grande problema econômico, uma vez que afeta o preço dos bens e serviços, além de contribuir para inibir a acumulação de capital físico e humano, bem como o desenvolvimento de determinados mercados (CERQUEIRA, 2014), é importante entender que o investimento prioritário de recursos públicos em segurança pública

potencializa outros mercados como o mercado das armas, dos bancos de dados, das câmeras, dos carros blindados, da segurança privada, da tecnologia da informação, dos equipamentos de reconhecimento facial, dos condomínios fechados, entre outros.

Portanto, além de ser uma alternativa para circulação de mercadorias, o crescimento dos investimentos em segurança pública produz um tipo de consumo de bens e serviços urbanos que alteram o modo de vida das pessoas e produz um modelo de cidade cada vez mais segregada, elitista e militarizada.

Nos últimos dez anos essa tendência de criação de um “novo urbano militar” (GRAHAM, 2016) fez com que a área da segurança pública se tornasse estratégica, tanto para o Poder Legislativo como para o Executivo do estado do Rio de Janeiro. No âmbito Executivo municipal da cidade do Rio de Janeiro, o exemplo mais emblemático dessa reorientação institucional foi a implementação do Programa de Polícia de Proximidade conhecido como Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) que, sob o falacioso discurso de pacificação das favelas, tornou-se a principal ação institucional para preparar a cidade para os megaeventos esportivos da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.⁹⁸

No contexto de megaeventos, por meio de ação do Executivo federal, a cidade do Rio de Janeiro sofreu intervenção das forças militares em fevereiro de 2018, por meio da Garantia da Lei e da Ordem.⁹⁹ A partir de então, as Forças Armadas passam a controlar polícia militar, polícia civil, bombeiros e sistema carcerário, ou seja, a ter poder de polícia temporariamente. Destacamos que a aplicação da Garantia da Lei e da Ordem não foi uma exclusividade desse período de megaeventos, segundo Barreto (2020) o estado do Rio de Janeiro é o que mais recebeu a Garantia da Lei e da Ordem desde 2010. De 44 realizadas no país, 17 (40%) foram no estado do Rio de Janeiro.

O saldo da intervenção federal no Rio de Janeiro não foi nada positivo. Segundo dados do Observatório da Intervenção (2019), nos dez meses de duração

⁹⁸Criadas entre 2008 e 2014, as UPPs pretendiam ser um programa executado a partir de parceria entre os governos – municipal, estadual e federal – e diferentes atores da sociedade civil organizada. Previam projetos educacionais, culturais, esportivos, de inserção social e profissional, além de outros voltados à melhoria da infraestrutura, os quais seriam executados por meio de convênios estabelecidos entre poder público, iniciativa privada e terceiro setor. Apesar dessa cara social, vários estudos sobre as UPPs registram a falta de diálogo com a população para definição dos projetos de urbanização, aumento dos processos de remoção forçada, violações de Direitos Humanos decorrentes de atuação policial etc. Para mais informações, consultar Barros (2016).

⁹⁹É um dispositivo constitucional, estabelecido pelo art. 142 da Constituição Federal, disciplinado pela Lei Complementar 97/99 e regulamentado pelo Decreto 3.897/2001. Em tese, a Garantia da Lei e da Ordem deve ser aplicada para casos de esgotamento da segurança local e *de graves situações de perturbação da ordem*.

da intervenção militar o número de tiroteios cresceu 56%, as mortes decorrentes de ação policial aumentaram 36,3% e os homicídios foram reduzidos em apenas 6,7%, passando de 4.422 em 2017 para 4.127 em 2018.

Além dos crimes contra a vida, a intervenção empenhou R\$ 1,2 bilhões de recursos federais, dos quais apenas 6% foram gastos pelo Gabinete da Intervenção Federal. Segundo a avaliação conclusiva do Observatório da Intervenção (2019), não foram produzidas mudanças significativas na Política de Segurança Pública do Rio de Janeiro, pelo contrário, “em vez de modernizar, reformar ou mudar, a intervenção levou ao extremo políticas que o Rio de Janeiro já conhecia: a abordagem dos problemas de violência e criminalidade a partir de uma lógica de guerra, baseada no uso de tropas de combate, ocupações de favelas e grandes operações” (OBSERVATÓRIO, 2019, p. 3).

Do ponto de vista legislativo, ações de combate à militarização dos territórios já vinham sendo realizadas desde 2008 quando a Alerj instalou a primeira CPI sobre milícias após a tortura de jornalistas do Jornal O Dia por milicianos da favela do Batan, na Zona Oeste. A reação da mídia e da sociedade contra as milícias após esse evento contribuiu diretamente para instalação da CPI.

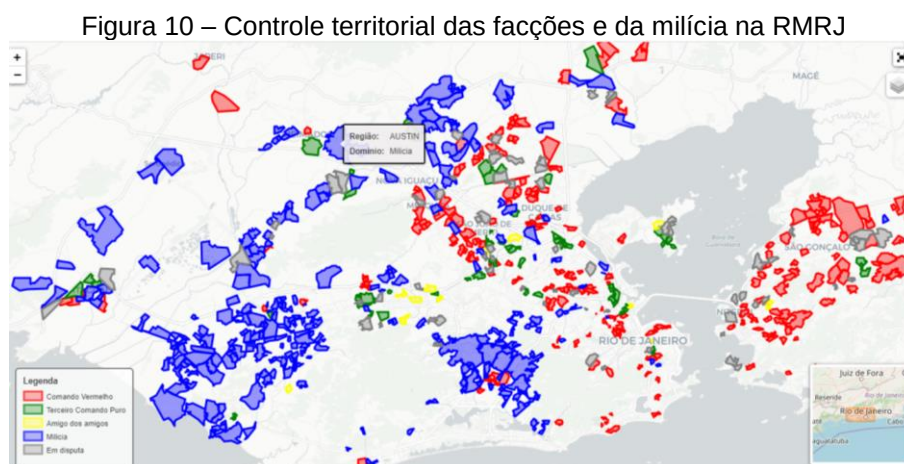
Apesar de não ter conseguido desarticular as milícias à época, a pressão social e jurídica da CPI conseguiu enfraquecê-las, condenando e prendendo diversos de seus líderes, diminuindo sua participação política nas instituições públicas e nos cargos do Legislativo (CANO; DUARTE, 2012).

No entanto, pouco mais de uma década após a CPI das Milícias o cenário político e legislativo do Rio de Janeiro é outro. Segundo o Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro,¹⁰⁰ até o fim de 2019 as milícias dominavam 25,5% dos bairros da cidade do Rio de Janeiro. O percentual representa 57,5% da superfície territorial da cidade, onde vivem 33,1% dos habitantes do município, ou seja, mais de 2 milhões dos cerca de 6,74 milhões de habitantes calculados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O mapa mostra ainda o crescimento das milícias em relação às facções criminosas de traficantes, haja vista que Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos dominam 15,4% da cidade. Há também 25,2% do território sendo disputado ou dominado em conjunto por milicianos e facções. Somados esses três

¹⁰⁰Realizado pela Rede Fluminense de Pesquisas sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos, em parceria com o Disque Denúncia e as plataformas Fogo Cruzado e Pista News.

tipos de controle territorial, chegamos à porcentagem assustadora de 98,1% do território da cidade do Rio de Janeiro sobre domínio de grupos armados. Ampliando a escala, a mesma pesquisa aponta que as milícias controlam todas as comunidades em 21,8% dos bairros da Região Metropolitana. A figura 10 apresenta esses dados.



Fonte: Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro (2020)

Embora o Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro demonstre que há um domínio abrangente dos territórios da Região Metropolitana, é necessário frisar que é na Zona Oeste, localizada na AP5 da cidade do Rio de Janeiro, e na Baixada Fluminense que historicamente a milícia atua. Exatamente nesses dois territórios se organizam dois sujeitos dessa pesquisa, a saber: o IFHEP; e o Fórum Grita Baixada.

Nesse mesmo sentido, em 2019 o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro já tinha divulgado um estudo afirmando que havia 180 localidades no estado dominadas pelo que chamam de “narcomilícias”, ou seja, grupos milicianos que se aliaram a grupos de facções criminosas que traficam drogas ilícitas e dominam territórios.

O que chama atenção nesse estudo é que parte desses 180 territórios dominados pelas narcomilícias estão localizados na Baixada Fluminense, onde vivem 4 milhões de pessoas e onde pelo menos 20 grupos paramilitares que não têm ligações entre si atuam. Segundo investigadores, dezenas de policiais militares e outros agentes públicos fazem parte desses grupos (WERNECK; SOUZA, 2019).

Segundo a *Nota técnica: controle territorial armado no Rio de Janeiro*, da Rede Fluminense de Pesquisas sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (2020), a simbiose entre tráfico e milícia não tem se dado sem intensos conflitos

territoriais que demonstram que o fenômeno está em permanente mutação, longe de chegar a uma estabilidade.

Por fim, importa ressaltar que todo esse processo não altera apenas a lógica de ocupação territorial, mas a própria forma como a polícia lida com a questão do “inimigo” identificado com o traficante do varejo que atua nas favelas. Durante muito tempo imperou a lógica da guerra, e de disputa crônica encetada pelo Estado diante de territórios dominados por grupos de traficantes; agora, com a afirmação da milícia, a ação policial se confunde com seus interesses, atuando muitas vezes como um cavalo de Troia de onde desembarcam os novos donos do pedaço. **O fato é que essa nova configuração apresenta um cenário muito mais desafiador para o Estado e para a segurança pública do que fora aquele caracterizado por grupos de traficantes do varejo. Pois agora não se tem mais como trabalhar com a abordagem simplificadora e falaciosa de que o “inimigo” está nas favelas; pois ele está infiltrado no Estado, nas suas estruturas de poder; ao mesmo tempo em que se apresenta como protagonista no mercado político. É também um novo tipo de empresário, cujo mercado é tudo que puder ser consumido por moradores de favelas e subúrbios; um agente da mercantilização da vida popular.** Sem regulação e sem limite, tende a corromper todas as estruturas. É sem dúvida o maior desafio ao estado de direito, à república e à democracia no país (REDE FLUMINENSE DE PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS, 2020, p. 5-6, grifos nossos).

No entanto, ainda que a dinâmica do tráfico e da milícia se apresente em mutação, a *Nota técnica* (REDE FLUMINENSE DE PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS, 2020) aponta que já é possível perceber que a tradicional forma de ação do Estado nos territórios de favela e periferia está sendo colocada em xeque, ou seja, a metáfora da guerra aos pobres e aos traficantes de drogas ilícitas que orientou a gestão pública entre os anos 1980 e 2000 já não está dando conta da realidade, já não é possível seguir criminalizando a pobreza e produzindo um discurso de que é necessário exterminá-la para salvar a “vitrine nacional”, já que há um imbricamento cada vez mais intenso entre o Estado e os grupos de criminosos milicianos.

A militarização da cidade como política de Estado vem sendo estudada por diversos pesquisadores, como Alves (1994, 2008); Leite (1995, 2001); Farias (2014); Marinho (2019); Hirata & Grillo (2019). Embora esse não seja o objeto desta tese, nos apoiamos nesses estudos para caracterizar o fenômeno da violência no Rio de Janeiro e sua relação com os territórios de favela e periferias onde vivem e lutam os sujeitos desta pesquisa.

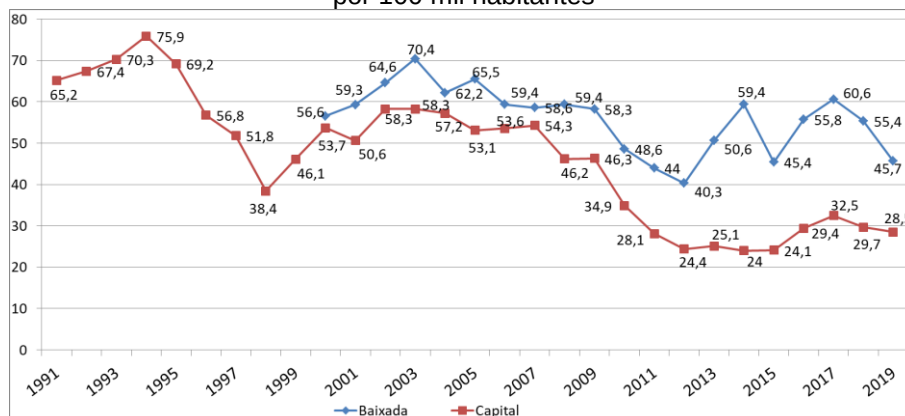
Nesse sentido, ao analisar a metáfora da guerra, Leite (1995; 2001) identificou o confronto como base da política de segurança pública direcionada para os territórios de moradia dos pobres urbanos, a partir da qual se criou uma identificação entre o traficante de drogas ilícitas e os moradores das favelas e periferias. Assim, confundidos com bandidos, os crimes praticados por moradores de favela passam a não ser tratados apenas como crimes, mas como um elo metafórico no qual os bandidos fariam uma guerra de ataque aos cidadãos de bem.

Montado esse cenário de guerra, ao Estado coube a criação de um dispositivo de governo dos pobres por meio da militarização da cidade. A militarização foi legitimada pela difusão da ideia do risco de invasão das partes ricas da cidade e pelo cerco das partes pobres da cidade onde residem os pobres urbanos.

A figuração da violência no Rio é, sugerimos, parte constitutiva da construção de um dispositivo do governo dos pobres que se produziu também pela ideia de *invasão* e *cerco* da cidade. Invasão das ruas, invasão dos bairros abastados, invasão dos *shoppings* e invasão das praias. E, assim, o cerco da cidade pelo crime, isto é, pela violência, isto é, pelas favelas e seus habitantes, tornou-se o problema que demanda do governo da cidade cada vez mais soluções militarizadas (BIRMAN; LEITE, 2018, p. 29-30, grifos dos autores).

No entanto, há que se destacar que enquanto parte da sociedade aceita a militarização da cidade outra parte sofre com ela já que o ônus dessa política de Estado não atinge todos os territórios da mesma forma. Conforme demonstram os dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (2019), há uma relação direta entre a desigualdade urbana estruturante da produção social do espaço urbano no Rio de Janeiro e as altas taxas de homicídios.

Figura 11 – Gráfico do número de homicídios no Rio de Janeiro por 100 mil habitantes



Fonte: Elaboração própria com dados do Instituto de Segurança Pública

do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ, 2019)

Na Baixada Fluminense, morre-se duas vezes mais do que na capital; em geral quem morre são jovens, negros, do sexo masculino, ou seja, as altas taxas de homicídios se dão num território periférico da Região Metropolitana onde a população tem baixa capacidade de pressão política, onde o lbeu é aviltante e a expectativa de vida mais baixa se comparada à capital.

Vale destacar ainda que apenas 12% dos homicídios no estado do Rio de Janeiro são investigados (ISP-2019), o que demonstra o racismo institucional que, longe de gerar indignação social, é compactuado pela maior parte da sociedade. No item 3.4 deste capítulo mostraremos como a ação dos sujeitos coletivos periféricos tem contribuído para enfrentar a militarização da cidade como política de Estado.

De acordo com Alves (2008), o domínio de territórios da Região Metropolitana por grupos criminosos não se trata de um fenômeno novo. Os velhos grupos de extermínio, também conhecidos como esquadrões da morte, o grupo do jogo do bicho, as facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas e as polícias mineiras, atualmente conhecidas como milícias, constituem o imaginário social sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro desde os anos 1970.

Sem desconsiderar as diferentes formas de apropriação e domínio territorial impostas por esses grupos criminosos, nos interessa chamar atenção para o fato de que, historicamente, a emergência desses grupos não enfrentou controle por parte do Estado, pelo contrário, ao longo dos anos o Estado tornou-se mais permeável à reestruturação coletiva do aparato policial, no qual um grande número de agentes de segurança passou a se envolver. Reconhecer esse histórico é importante para entender a dimensão do que são as milícias.

Os grupos de extermínio, eufemisticamente denominados de milícias pela mídia em geral, ampliam o mercado do crime pela compulsória inclusão dos moradores de favelas e comunidades pobres ao esquema de prestação de serviços ilegais. Além de cobrar diretamente a cada morador uma quantia para receberem proteção e segurança por parte desses matadores, esses grupos de extermínio passam a explorar outros ramos, como a venda de bujões de gás, o acesso clandestino a programas de televisão por assinatura e o transporte em Kombis e vans (ALVES, 2008, p. 34).

Ainda de acordo com a *Nota técnica* da Rede Fluminense de Pesquisas sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (2020), a expansão das milícias em relação aos demais grupos armados deve-se a três características:

- a) diversificação contínua de atividades econômicas que está envolvida;
- b) atuação central no mercado da proteção e de segurança privada;
- c) adoção de estratégias de infiltração em instâncias regulatórias dos poderes públicos.

Em relação à diversificação das atividades econômicas, cabe destacar que as milícias só se apropriam de todo tipo de ativo econômico que atende às necessidades sociais dos moradores das favelas e periferias porque há complacência das autoridades que deveriam ser responsáveis pela gestão de bens públicos e pela regulação e/ou fiscalização desses mercados, os quais são deliberadamente precarizados pelas políticas neoliberais e, conseqüentemente, deixados na clandestinidade.

Afinal, a “proteção” e o provimento de “segurança” são bens públicos que sob nenhuma justificativa poderiam ser negociados privadamente, mas os relatos de muitos dos profissionais escutados pela Rede indicam haver, em muitos casos, uma delegação ilegal desse serviço público, admitindo-se a ação milicianista como substituta da presença policial. Em segundo lugar, os serviços públicos de transporte, habitação ou assistência social, assim como seus equipamentos urbanos associados, vêm sofrendo uma verdadeira ocupação pela imposição armada ou o consentimento das suas respectivas autoridades competentes (REDE FLUMINENSE DE PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS, 2020, p. 5-6).

Cabe salientar que a ampliação do poder das milícias não se deu apenas nos territórios, mas também nas instituições públicas. De acordo com relatório interno da bancada do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)¹⁰¹ sobre as eleições estaduais de 2018, das 70 vagas existentes no parlamento, o PSL elegeu a maior bancada com 13 deputados, contra apenas dois, em 2014. O DEM conseguiu seis vagas e não tinha nenhuma em 2014. O PSOL manteve as cinco cadeiras conquistadas em 2014. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) elegeu apenas cinco deputados, contra 15 de quatro anos atrás, quando ainda se chamava Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No que se refere à Bancada da Bala, que na legislatura de 2014-2018 tinha apenas sete deputados, passou para 19 a 20 deputados na legislatura de 2018-2022, ou seja, quase 30% dos parlamentares eleitos.¹⁰²

¹⁰¹Esse relatório não é público. Obtive acesso através da minha participação na Campanha Água Boa para Todos e Todas, da qual sou parte pela Fase.

¹⁰²Do PSL são os deputados eleitos Rodrigo Amorim, Alana Passos, Alexandre Knoploch, Marcelo do Seu Dino, Doutor Serginho, Fernando Salema, Gil Vianna, Renato Zaca, Marcio Gualberto, Anderson Moraes, que já se manifestaram expressamente favoráveis ao armamento de uma forma geral, e Filipe Poubel, Gustavo Schmidt e Pedro Ricardo, deputados da bancada que, possivelmente,

Outro exemplo emblemático de como as milícias ampliaram seus braços para dentro do Estado, deu-se nas eleições municipais de 2020. Somadas das já conhecidas práticas de voto de cabresto, as milícias agiram lançando candidaturas. É o que identificou um levantamento feito pelo Jornal O Globo em outubro de 2020, que contabilizou 31 candidatos a prefeituras e câmaras de vereadores em todas as regiões do país com algum tipo de suspeita de envolvimento com o crime organizado.

Do total, 23 são alvos de inquéritos, réus na justiça ou condenados por integrarem facções do tráfico, milícias e grupos de extermínio. Em outros oito casos, filhos, irmãos, mulheres e amigos usam os nomes dos criminosos para se eleger. Ao todo, 12 candidatos têm laços com milícias e grupos de extermínio; outros 19, com o tráfico. No que se refere à localização dessas 31 candidaturas identificadas pelo levantamento, a metade está no estado do Rio de Janeiro, sendo nove candidatos por municípios da Baixada Fluminense, três pela capital, um pelo município de São Gonçalo, um por Maricá e um por Volta Redonda (SOARES, 2020).

Não há como desconsiderar o imbricamento entre o crescimento do domínio das milícias e o avanço do discurso de extrema direita que a eleição de Jair Bolsonaro (sem partido) em 2018 simbolizou. A defesa de ideias como a eliminação do direito de existir para as populações de favelas, o armamento da população como política de segurança pública e a aposta no combate à criminalidade por meio do encarceramento em massa acabou favorecendo a candidatura e, em alguns casos, a eleição de candidatos que têm alguma ligação com a milícia e que adotam a mesma narrativa linha-dura.

Merece destaque o fato de que após eleito, ainda em janeiro de 2019, Jair Bolsonaro tenha cumprido uma das suas promessas de campanha, alterando as regras para compra de armas e permitindo a compra de até quatro unidades por cidadão, que em alguns casos poderiam chegar a seis unidades. Praticamente dois anos depois, em fevereiro de 2021, Bolsonaro alterou decretos¹⁰³ ampliando para seis o número máximo de armas para cada cidadão, que, a depender do caso, pode chegar a oito.

Além das mudanças na quantidade de armas por cidadão comum, esses decretos estenderam as categorias profissionais que têm direito a comprar armas e munições controladas pelo Exército, flexibilizaram a comprovação de aptidão psicológica para

acompanharão o voto dos demais. E mais: delegada Martha Rocha (PDT); Delegado Carlos Augusto (PSD); Subtenente Bernardo (PROS); Marcos Abrahão (Avante); Marcos Muller (PHS); e Vandro Família (Solidariedade). E, eventualmente, Bruno Dauaire (PRP), autor do PL que concedeu porte de arma aos agentes do sistema socioeducativo.

¹⁰³Decreto Federal n. 10.627/2021; n. 10.628/2021; n. 10.629/2021 e n. 10.630/2021.

colecionadores, atiradores e caçadores e mudaram as regras de munição e armas por estes últimos (GIULLINO; VIDON, 2021). Ao fomentar o comércio de armas e munições e diminuir a fiscalização estatal, tais medidas podem aumentar o número de armas nas mãos de traficantes e milicianos, colocando em maior risco a vida de quem vive nas favelas e periferias.

Do ponto de vista orçamentário, a política de segurança do estado do Rio de Janeiro foi ganhando cada vez mais importância nos últimos anos. Segundo a Lei Orçamentária Anual de 2019, essa pasta foi a que teve maior quantidade de recursos, com orçamento previsto de R\$ 12 bilhões, enquanto para a educação a previsão foi de R\$ 7,7 bilhões e a saúde R\$ 6,7 bilhões.

Em 2020 o cenário não mudou muito já que os recursos destinados à segurança pública são de R\$ 12,7 bilhões, enquanto outros gastos previstos seguem bem abaixo: educação com R\$ 7,7 bilhões; saúde com R\$ 6,7 bilhões; habitação com R\$ 189 milhões; e trabalho R\$ 27 milhões.

Ainda que em março de 2020, sob a justificativa da queda do preço do barril do petróleo e da necessidade de reorientar o orçamento para enfrentar a epidemia provocada pela Covid-19, o Poder Executivo estadual contingenciou o orçamento em R\$ 7,6 bilhões. Vale destacar que, exceto a área da saúde, a única que não foi contingenciada foi a segurança pública (Polícia Civil, Polícia Militar, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Programa Polícia Presente). Todas as outras áreas foram afetadas.¹⁰⁴

Vale lembrar que, para além de alterações nos âmbitos Legislativo, Executivo e na área orçamentária, a militarização da segurança pública característica do “novo urbano militar” (GRAHAM, 2016) resultou na própria militarização da vida no Rio de Janeiro. Infelizmente, em diversos territórios periféricos e de favela convive-se com frequentes operações policiais, invasões de residências sem mandado judicial, fechamento de equipamentos públicos devido a tiroteios, assassinato de jovens e desaparecimento de seus corpos.

O genocídio da população jovem negra no Rio de Janeiro vem sendo denunciado por diferentes segmentos da sociedade civil. Tais segmentos reconhecem

¹⁰⁴Decreto Estadual n. 46.993/2020 e n. 46.994/2020, publicado na edição extra do Diário Oficial. Essa ação representou, por exemplo, uma perda de orçamento da ordem de 29% para o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, de 19% para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de 15% para a Secretaria Estadual de Educação.

que a incipiente presença do Estado como regulador e garantidor de direitos é um fator que favorece a ocorrência e o domínio dos territórios de favelas e periferias por grupos de criminosos e que isenta o Estado de suas responsabilidades. O papel de tais grupos passa a ser, então, o de preenchimento de lacunas deixadas pelo Estado, o que fragiliza ainda mais a relação do Estado com a comunidade e aprofunda muitas vezes a substituição de direitos por favores e as obrigações por relações de cumplicidade.

A epidemia provocada pela Covid-19 e a atuação do governo estadual é um exemplo emblemático do porquê o papel do Estado precisa ser posto no centro do debate democrático. O Rio de Janeiro viveu um duplo genocídio da população pobre, negra, moradora das periferias. Duplo porque essa população foi tanto a que mais morreu em decorrência da Covid-19 como a que mais morre em decorrência da política de segurança pública racista que temos. Os números não nos deixam dúvida.

No Rio, a Covid-19 já tinha contaminado mais de 116 mil pessoas e levado a óbito outras 10 mil no período de março a junho de 2020. Ao mesmo tempo, as mortes em decorrência de ação policial aumentaram 43% no mês de abril desse ano (foram mortos no período 177 pessoas).

E, para que a vida não se reduza a números, é preciso dizer que se trata de crianças e jovens, como: João Pedro Mattos – jovem negro, 14 anos, assassinado dentro de sua casa durante uma operação policial no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, no dia 18 de maio de 2020; João Vitor Gomes da Costa, jovem negro, 18 anos, assassinado quando distribuía cestas básicas na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, em 19 de maio de 2020; Emiliy Vitória Silva dos Santos, 4 anos, e Rebeca Beatriz Rodrigues dos Santos, 7 anos, primas assassinadas na porta de casa durante operação policial em dezembro de 2020, na cidade de Duque de Caxias; Edson Arguinez Júnior, 20 anos, e Jhordan Luiz Natividade, 17 anos, assassinados quando voltavam para casa de moto em dezembro de 2020 na cidade de Belford Roxo.

Diante do aumento da letalidade policial no contexto da Covid-19, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu uma liminar em 5 de junho proibindo operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro enquanto perdurar a pandemia. A decisão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 635, apelidada como “ADPF das Favelas” estabeleceu que:

Sob pena de responsabilização civil e criminal, não serão realizadas operações policiais durante a epidemia do Covid-19, salvo em hipóteses absolutamente excepcionais, que devem ser devidamente justificadas por escrito pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (FOGO CRUZADO *apud* CONECTAS, 2020).¹⁰⁵

Apesar de a ADPF 635 ser válida enquanto durar a pandemia de Covid-19, desde outubro de 2020 o Governo do Estado do Rio de Janeiro voltou a realizar operações policiais. Conforme demonstra o *Relatório operações policiais e ocorrências criminais: por um debate público qualificado* (2020), no período entre junho e outubro em que não foram realizadas operações policiais a letalidade policial diminuiu assim como as ocorrências criminais caíram. Isso prova, portanto, “a ineficiência das operações policiais no controle do crime e a efetividade do deferimento do pedido de tutela provisória incidental na ADPF 635 em preservar vidas” (HIRATA; GRILLO; DIRK; 2020, p. 3).

A militarização é hoje uma das principais ameaças aos sujeitos coletivos que acreditam na ação coletiva como forma de transformar as cidades. Tais ameaças se materializam tanto contra os sujeitos que fazem política por dentro da institucionalidade democrática como contra os sujeitos que tentam fazê-lo por fora dela.

No que se refere aos primeiros, a pesquisa sobre *Violência Política e Eleitoral no Brasil*, realizada pela Terra de Direitos e pela Justiça Global, mostra que ocorreram 327 casos de violência política no Brasil entre 1º de janeiro de 2016 e 1º de setembro de 2020. Foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e 4 casos de criminalização. Os registros foram sistematizados a partir de notícias extraídas de veículos de comunicação (LAURIS; HASHIZUME, 2020).

Em relação aos assassinatos e atentados, a pesquisa registrou um aumento dos registros no período pesquisado. Em 2017 foram mapeados 19 casos, em 2018 houve uma pequena queda para 17 casos, em 2019 o número salta para 32 casos e até setembro de 2020 a pesquisa contabilizou 27 casos. Embora seja um fenômeno presente em diversos estados brasileiros, merece destacar que o Rio de Janeiro foi o

¹⁰⁵A ADPF 635 foi proposta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e construída coletivamente com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Associação Educafro, Justiça Global, Redes da Maré, Conectas Direitos Humanos, Movimento Negro Unificado, Instituto de Estudos da Religião, Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, Coletivo Papo Reto, Coletivo Fala Akari, Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e Mães de Manguinhos.

estado que registrou o maior número de assassinatos e atentados no período, 18 no total (14,4%) (LAURIS; HASHIZUME, 2020).

Sobre as mulheres, o estudo constatou que a violência política dirigida a elas se manifestou principalmente no não reconhecimento como uma agente política enquanto, no caso dos homens, se manifestou diretamente contra seus corpos. No todo as mulheres foram vítimas de 91% dos casos registrados de ofensas. Em termos de representatividade política a pesquisa demonstrou concentração maior de casos de violência nos municípios – 91% das vítimas são vereadores, prefeitos ou vice-prefeitos (pré-candidatos, candidatos ou eleitos) (LAURIS; HASHIZUME, 2020).

Outro dado levantado pela pesquisa diz respeito a um quadro possível de não responsabilização dos agentes: em 63% dos atos contra a vida os suspeitos não foram identificados; já em registros de agressão 43% dos responsáveis também não foram identificados. Os dados permitem concluir um contexto de alta impunidade e baixa responsabilização dos crimes (LAURIS; HASHIZUME, 2020).

Historicamente, a sociedade brasileira foi estruturada a partir de relações autoritárias, racistas e violentas legitimadas pelas desigualdades sociais. Tanto a violência na política mais ampla como a violência político-eleitoral expressam uma dimensão dessa violência estrutural e demonstram os limites da democracia brasileira.

Se ao longo da história os agentes políticos tradicionais brasileiros foram homens, brancos, heterossexuais, ligados a famílias ricas, nos últimos anos aumentaram as disputas políticas por parte das parcelas da sociedade consideradas não hegemônicas como mulheres, negros, jovens, indígenas. Ao ampliar as disputas no campo político, os sujeitos não hegemônicos intervêm na política, explicitando as diferenças como parte do exercício da própria democracia, criando novas formas de fazer política e intervindo no campo das políticas públicas de modo qualificado. Não à toa, esses sujeitos não hegemônicos acabam sendo alvos de violência política. A violência na política demonstra uma tentativa dos grupos mais tradicionais de manter o *status quo* da divisão de poderes.

Segundo Ferranha & Pereira (2020), essa ampliação das disputas no campo político deve-se à incapacidade da democracia liberal representativa de corrigir a sub-representação de grupos não hegemônicos, haja vista que as medidas institucionais existentes ainda são tímidas.¹⁰⁶ No entanto, seguir buscando a inserção desses

¹⁰⁶ Variam de modalidades mais tímidas, centradas na ampliação das possibilidades de eleição de representantes desses grupos – com a composição das listas partidárias, por exemplo –, passando

grupos como grupos, e não como indivíduos, é uma estratégia política importante para a defesa da democracia.

A ausência de grupos marginalizados nos diferentes poderes tende a produzir leis e políticas que reforçam as clivagens sociais que os mantêm nessa condição. Por isso, a participação aqui é secundária. A deliberação, todavia, é crucial. Espera-se que a presença de representantes que compartilham a experiência de vida dos grupos marginalizados possa tanto mostrar os efeitos de marginalização da produção legislativa em exame como persuadir, mediante deliberação, outros representantes sem essa experiência de vida a apoiar a inclusão de suas demandas no processo decisório (FERRANHA; PEREIRA, 2020, p. 34).

Como parte da disputa pela democracia e do recrudescimento da violência no urbano militarizado, vivemos em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro, o brutal assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e de seu motorista Anderson de Oliveira, que ainda não foi solucionado.¹⁰⁷

Mulher, negra, mãe, lésbica, oriunda do Complexo da Maré, Marielle foi a candidata mais bem-votada nas eleições municipais de 2016 e desde então vinha construindo outro sentido de fazer política na institucionalidade democrática. Numa câmara formada majoritariamente por homens, brancos, oriundos das castas políticas da elite carioca, Marielle construiu um mandato coletivo, com plenárias de planejamento e avaliação horizontais, em diálogo constante com os movimentos sociais.

Defensora dos Direitos Humanos, ela atuava contra o racismo institucional, contra o genocídio dos jovens negros, em defesa dos moradores de favela, com ênfase na defesa dos direitos das mulheres e das minorias sociais. No período anterior ao seu assassinato, havia conseguido coordenar a comissão que iria acompanhar a Intervenção Militar. Após sua morte, algumas questões ficaram no ar: quem matou Marielle? Por que mandou matar? Qual a responsabilidade do Estado com a sua morte?

por modalidades menos tímidas, como a inclusão no processo de discussão de políticas públicas em comitês, fóruns e painéis deliberativos de representação apropriada e proporcional dos grupos, até modalidades enfáticas, desenhadas para *garantir* sua presença no Poder Legislativo ou no Executivo (como reserva de vagas, por exemplo). Para maiores informações, consultar Ferranha & Pereira (2020, p. 32-4).

¹⁰⁷Campanhas como *Quem mandou matar Marielle?* estão sendo realizadas pelos movimentos sociais para pressionar os responsáveis pela investigação do caso. Até 14/4/2021, três anos após o fato, a resposta a essas perguntas ainda não foram todas solucionadas. Apesar de terem sido presos três homens acusados pelo assassinato, até hoje não se descobriu quem são os mandantes do crime.

Destacamos que no dia seguinte ao assassinato de Marielle Franco ocorreram intensas mobilizações populares nas ruas do centro do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras. À época do acontecimento, Tatagiba (2018) ressaltou que ao reivindicar de forma massiva um corpo negro pela primeira vez, a sociedade impôs um ponto de inflexão na democracia brasileira.

Estamos em um ponto de inflexão na democracia brasileira. Não há conciliação capaz de conter as energias de revolta e injustiça que foram liberadas quando choramos juntos. A democracia brasileira terá que enfrentar a questão racial. Isso abre um outro momento em nossa história. Paradoxalmente, é justamente quando o golpe tornou nu a falência de nossas instituições políticas que temos uma chance real de avançar (TATAGIBA, 2018, p. 3).

Apesar da ausência de respostas, parte dos ativistas de Direitos Humanos e apoiadores do projeto político defendido pela parlamentar seguiram acreditando na construção de candidaturas institucionais como forma de transformação da democracia. São exemplos a campanha *Mulheres na política* e a campanha *Vamos* – que só no Rio de Janeiro contribuíram para a eleição de três deputadas estaduais: Mônica Francisco (PSOL), Dani Monteiro (PSOL), Renata Souza (PSOL), e uma deputada federal: Talíria Petrone (PSOL) nas eleições de 2018 – e o Instituto Marielle Franco,¹⁰⁸ fundado para apoiar mulheres, pessoas negras e faveladas que querem ocupar a política e para manter viva a memória da vereadora. Esses exemplos mostram que o crime político cometido contra Marielle Franco não conseguiu solapar o projeto político que ela representava.

No Rio de Janeiro, onde políticas sociais vêm sendo substituídas sistematicamente pela política de segurança pública militarizada, genocida, racista e extremamente violenta, parlamentares que se opõem a este tipo de gestão vêm sendo perseguidos. Um dos casos mais emblemáticos foi o da deputada estadual Renata Souza (PSOL), coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Alerj durante 2020, que denunciou Witzel à ONU e, como retaliação, recebeu um pedido de cassação de seu mandato perpetrado pelo então governador. O pedido não foi acolhido pela Alerj.

Outro caso é o da Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL), que vem recebendo ameaças de morte desde 2018, o que a levou a pedir proteção à ONU e a

¹⁰⁸Para mais informações consultar: <https://www.institutomariellefranco.org/>. Acesso em: 4 mar. 21.

viver com escolta policial. O Deputado Federal Marcelo Freixo (PSOL) também vive sob escolta desde 2008, quando coordenou a CPI das milícias na Alerj.

Certamente há outros fatos que poderiam descrever o contexto político do Brasil e do Rio de Janeiro, no entanto escolhemos finalizar esse retrato do Rio de Janeiro metropolitano com esses fatos para que o leitor perceba que a militarização urbana não traz apenas a lógica militar para o centro da vida cotidiana ou provoca o urbicídio (GRAHAM, 2016). Mais do que isso, as várias dimensões da militarização da cidade como política de Estado – sejam elas políticas, econômicas, orçamentárias ou legislativas – se mostram incapazes de garantir bem-estar urbano e segurança para a sociedade, assim como impedem qualquer possibilidade de justiça social.

Conforme buscamos demonstrar, a racionalidade neoliberal de gestão pública fortalece a militarização da cidade como política de Estado, ao mesmo tempo que amplia as desigualdades urbanas e ataca o sistema democrático.

Portanto, ao tornar-se política de Estado, a militarização passou a ser um risco para a própria democracia. Tendo em vista que os sujeitos coletivos estudados por esta tese são parte desse retrato do Rio metropolitano, sua ação política só será compreendida dentro desses marcos.

3.4 O PAPEL DOS SUJEITOS COLETIVOS NO ENFRENTAMENTO À MILITARIZAÇÃO DA CIDADE COMO POLÍTICA DE ESTADO

Criminalização dos movimentos sociais, violência policial, desaparecimentos forçados, chacinas e extermínios fazem parte da história das lutas urbanas, no entanto a militarização da cidade como política de Estado vem aumentando esses índices de forma alarmante e fazendo com que a lógica bélica, militarizada e securitizada de gestão das cidades (GRAHAM, 2016) passe a ser difundida como alternativa à questão urbana.

O ano de 2020 foi marcado por uma onda de protestos antirracistas no mundo que denunciam as injustiças sociais por trás da militarização das cidades como política de Estado. O evento mais emblemático ocorreu em Minneapolis (EUA), após o assassinato de um homem negro chamado George Floyd pelo policial branco Derek

Chauvin, que, apesar de ouvir Floyd gritar repetidas vezes “*I can’t breathe!*” (“Não consigo respirar!”), seguiu esmagando seu pescoço com o joelho.¹⁰⁹

Após o evento, que ocorreu em 20 de maio do referido ano, explodiram diversos protestos não só nos EUA, mas em diversos países do mundo, como Reino Unido, Espanha, França, Alemanha e Bélgica.¹¹⁰ Influenciado por esse contexto mais amplo de lutas antirracistas, no Brasil ocorreram protestos em diversas cidades nos dias 30 de maio e 7 de junho de 2020, nos quais as pautas principais foram a defesa da democracia e a luta contra o racismo.¹¹¹

Para escancarar o racismo da sociedade brasileira nas vésperas do 20 de novembro de 2020 (Dia da Consciência Negra), João Alberto Silveira Freitas, outro homem negro, foi agredido por seguranças do Carrefour de Porto Alegre e morreu.¹¹² As imagens da agressão circularam pela internet mobilizando um boicote ao supermercado. A mobilização, que começou *on-line* com as *hashtags* #JustiçaPorBeto, #VidasPretasImportam e #BoicoteAoCarrefour, ultrapassou as telas e gerou protestos em diferentes cidades.

Entre a mobilização *on-line* e a *off-line*, o que se viu foi a surdez por parte do governo brasileiro que declarou na data do evento: “No Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui”.¹¹³

Na contramão desse discurso oficial e alinhado com a onda de protestos antirracistas dos últimos anos, é preciso pontuar que há processos de resistência em curso no país. O manifesto *Enquanto houver racismo não haverá democracia no*

¹⁰⁹Um ano após a morte de George Floyd, em 12 de maio de 2021, a família comunicou por meio das redes sociais que chegou a um acordo civil com a cidade de Minneapolis para receber uma indenização de US\$ 27 milhões de dólares, o maior acordo no caso de homicídio culposo de um homem negro. Esse acordo não finaliza o processo penal contra o agente Derek Chauvin e outros três policiais envolvidos no caso. Para mais informações consultar: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/familia-de-george-floyd-chega-a-acordo-para-receber-27-milhoes-de-dolares/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

¹¹⁰Para maiores informações consultar: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-06-07/reino-unido-protagoniza-os-protestos-mais-intensos-da-onda-global-contr-o-racismo.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

¹¹¹Para mais informações consultar: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-08/atos-pela-democracia-elevam-tom-contr-o-racismo-no-brasil.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

¹¹²Até dezembro de 2020, a justiça brasileira tinha indiciado seis pessoas pelo assassinato de João Alberto. Para mais informações consultar: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-11/policia-indicia-seis-pessoas-por-morte-de-joao-alberto-no-carrefour-entre-segurancas-e-funcionarios.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

¹¹³Declaração do vice-presidente Hamilton Mourão. Para maiores informações: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>. Acesso em 13 jan. 21.

Brasil, documento publicado pela Coalizão Negra por Direitos¹¹⁴ em maio de 2020, é um exemplo dessas resistências.

O Brasil é um país em dívida com a população negra – dívidas históricas e atuais. Portanto, qualquer projeto ou articulação por democracia no país exige o firme e real compromisso de enfrentamento ao racismo... Não há democracia, cidadania e justiça social sem compromisso público de reconhecimento do movimento negro como sujeito político que congrega a defesa da cidadania negra no país. Não há democracia sem enfrentar o racismo, a violência policial e o sistema judiciário que encarcera desproporcionalmente a população negra. Não há cidadania sem garantir redistribuição de renda, trabalho, saúde, terra, moradia, educação, cultura, mobilidade, lazer e participação da população negra em espaços decisórios de poder. Não há democracia sem garantias constitucionais de titulação dos territórios quilombolas, sem respeito ao modo de vida das comunidades tradicionais. Não há democracia com contaminação e degradação dos recursos naturais necessários para a reprodução física e cultural. Não há democracia sem o respeito à liberdade religiosa. Não há justiça social sem que as necessidades e os interesses de 55,7% da população brasileira sejam plenamente atendidos (COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS, 2020).

Especificamente no Rio de Janeiro, nos parece importante notar que, apesar dos inúmeros casos de violência policial decorrentes do modelo de segurança pública militarizada e dos números absurdos do genocídio da população jovem negra moradora das periferias e favelas, a visibilização e a denúncia do racismo se deu em meio a essa onda de protestos de escala mundial.

Assim, chama a atenção o fato de que, embora a violência policial e a criminalização dos movimentos façam parte da escala local das lutas, foi na troca entre as escalas local e global que um dos sujeitos desta pesquisa, as Brigadas Populares, conseguiu elaborar politicamente a centralidade da luta antirracista para o fortalecimento das suas pautas de luta urbana.

As Brigadas sempre organizaram um evento chamado “O Leblon vai virar Palmares” no dia 13 de maio, em que a gente leva os moradores das ocupações para a praia e fala da importância do Dia da Consciência Negra. Então era o dia que a gente falava disso bem diretamente (Sujeita D, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

¹¹⁴A Coalizão Negra por Direitos foi formada no início de 2019 com o objetivo de fazer incidência política no Congresso Nacional e em fóruns internacionais para combater o racismo e o genocídio da população negra no Brasil, defender os direitos da população negra e periférica e construir projetos de lei e políticas públicas que melhorem a vida da população negra. Integram a coalizão cidadãos e organizações da sociedade civil, população negra organizada, mulheres negras, pessoas faveladas, periféricas, LGBTQIA+, quilombolas, de religiões de matriz africana e pretos e pretas com distintas confissões de fé, povos do campo, das águas e da floresta, trabalhadores explorados, informais e desempregados. Para mais informações consultar: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/>. Acesso em: 31 jan. 21.

Eu acho que até pouco tempo a gente não tinha o grupo de pessoas negras das Brigadas, *pra* estar discutindo a política antirracista, só recentemente foi criado esse grupo antirracista das Brigadas, com todos os homens e mulheres negras da organização *pra* dar esse salto... Esse grupo foi criado na pandemia, depois desse *boom* das lutas antirracistas que teve no mundo (Sujeita E, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

Já o IFHEP demonstra possuir uma leitura crítica sobre o racismo e sobre a militarização da cidade como política de Estado que antecede o ano de 2020. Tal leitura é determinante da sua própria forma de organização.

Lembramos que o IFHEP reivindica a autogestão como um princípio político basilar da sua auto-organização porque entende que é preciso ter autonomia na gestão, autonomia no espaço físico e também na área financeira para alcançar a autonomia política nas ações desenvolvidas. Ao observarmos suas ações no período desta pesquisa constatamos que ora aproximam-se do Estado, ora constroem horizontes políticos para além dele – entendido aqui no mesmo sentido de Aguilar (2017). Trataremos dessa segunda dimensão no capítulo 4, item 4.5.2.

O IFHEP é um movimento de base que quer formar pessoas críticas para atuar em toda a sociedade, então a nossa concepção do Estado não é somente a de negar, a gente nega porque a gente discorda da forma como ele atua, mas a gente quer ter incidência sobre ele porque a gente entende que ele tem uma responsabilidade por fazer, e, mais do que isso, a gente quer construir pessoas que tenham condições de tomar esse Estado e fazer ele como a gente quer, a gente quer espalhar a nossa concepção política para que a gente transforme tudo de uma forma completa. Ao mesmo tempo que a gente vai cobrar a gente vai ter incidência sobre ele, a gente vai cobrar, mas a gente vai reivindicar outro Estado, outra forma de atuação do Estado (Sujeita B, IFHEP, entrevistada em 10/7/2020).

Assim, ao mesmo tempo em que o IFHEP cobra o Estado quanto à implementação de políticas públicas – com ações como a *Campanha pelo adiamento do Enem*, de 2020,¹¹⁵ o ato *Universidade na rua – Zona Oeste*, de 2019,¹¹⁶ a

¹¹⁵Organizada durante a pandemia por Covid-19 para garantir igualdade de direitos no acesso à universidade pública, já que jovens estudantes ficaram doentes ou convivendo com familiares doentes, sem condições psicológicas e habitacionais para estudo no modelo à distância, para além do fato de que o acesso à internet não é uma realidade nas favelas e periferias.

¹¹⁶Ato no calçadão da Praça de Campo Grande que levou para a rua alguns projetos de pesquisa universitária com o objetivo de desconstruir o argumento de que universidade é lugar de balbúrdia. Tal argumento foi utilizado pelo governo federal de Jair Bolsonaro para promover seu projeto de privatização da educação.

Campanha ônibus me pega, de 2019,¹¹⁷ ou a *Carta política do IFHEP*, de 2020¹¹⁸ – e denuncia a face genocida desse mesmo Estado (com a ocupação das redes sociais e das ruas em diversos atos contra o genocídio da população negra pela política de segurança), ele também chama o Estado à sua responsabilidade na garantia de direitos e no enfrentamento da desigualdade social.

O Estado diz que temos os mesmos direitos, que podemos alcançar as coisas que a gente quiser, desconsidera as desigualdades de classe, de gênero e de raça que atravessam as nossas vidas. Inclusive o próprio discurso neoliberal prega que se a gente quiser a gente consegue, no entanto, a gente não está no mesmo nível, a gente não tá partindo do mesmo ponto. As coisas nunca foram iguais para todo mundo! A forma de fazer política que tem sido vendida pelo Estado e pelo mercado faz parte das nossas vidas, de certa forma até influencia na nossa forma pessoal de se organizar, isso *pra mim* é inegável, mas não é algo capaz de definir o que a gente é, o que a gente quer fazer! Somos mais que isso, queremos mais que isso (Sujeito A, IFHEP, entrevistado em 10/7/2020).

Nesse sentido, corroboramos com os resultados da pesquisa *Agenda propositiva da periferia*¹¹⁹ (CENTRO DE ESTUDOS PERIFÉRICOS, 2020) e com D'Andreia (2020b, p. 9), quando afirma que “uma sociedade civil forte e organizada não requer necessariamente um Estado fraco, e vice-versa”. O que o depoimento do Sujeito A nos mostra é a existência de uma reivindicação coletiva para que o Estado funcione com base nos anseios da população e não a oprima, não seja o próprio indutor do “novo urbano militar” (GRAHAM, 2016), mas, sim, o garantidor dos princípios da igualdade de direitos.

O Fórum Grita Baixada percebe que há dois pesos e duas medidas na forma de intervenção estatal: quando se trata de territórios centrais da cidade a violência estatal é mais velada, agora quando se trata da Baixada Fluminense não há nem mesmo essa preocupação.

O autoritarismo político é deliberado na política institucional, o campo dos direitos não é acionado como possibilidade para o trato das questões sociais presentes nesses territórios, antes, aciona-se a violência.

¹¹⁷Campanha organizada junto com outros pré-vestibulares para pressionar a Câmara Municipal a aprovar o PL que garantiu o passe livre para estudantes de pré-vestibular comunitário, mas que ainda está pendente de regulamentação por parte do Poder Executivo municipal.

¹¹⁸Posicionamento político do IFHEP frente à pandemia de Covid-19 em que cobram políticas públicas de educação, fim da PEC do Teto dos Gastos e retorno do investimento público em políticas e defesa intransigente do SUS.

¹¹⁹Realizada pelo Centro de Estudos Periféricos e pela Fundação Rosa de Luxemburgo, a pesquisa sistematizou uma agenda com mais de 50 propostas organizadas em dez eixos temáticos.

A gente quer uma agenda progressista, mas a gente quer que essa agenda atue aqui na Baixada. A gente não quer um deputado que não vai discutir o extermínio da população jovem negra e pobre da Baixada. A agenda conservadora domina a Baixada muito bem, então também é contra isso que a gente tem que lutar. Foi aqui que o Witzel se sentiu súper à vontade *pra* falar que: — la jogar uma bomba dentro de uma favela e assim ia resolver os problemas de violência. E ele foi aplaudido. Não tinha um deputado progressista para enfrentar esse discurso aqui, e olha que a gente tentou mobilizar (Sujeita I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

É considerando esse cenário político-institucional que os sujeitos reivindicam o seu lugar na cidade. Eles querem permanecer nesses lugares, querem construir processos de resistência que ajudem a transformar esses lugares e a visibilizar a cultura popular arraigada nas práticas locais, daí defenderem o que vem sendo chamado de “direito à favela”.

Importante ponderar que tal defesa não naturaliza a desigualdade urbana estruturante da produção social do espaço urbano, tampouco desresponsabiliza o Estado do seu papel de regulador do uso e ocupação do solo e provedor de políticas públicas, mas enfrenta a criminalização da favela típica da metáfora da guerra (LEITE, 1995; 2001) e da suspeição generalizada (CHALHOUB, 1996) ainda presentes na sociedade contemporânea.

Eu trabalhei em favelas que as pessoas se reconhecem como faveladas: “Eu sou favelada”, e a gente começa a entender que é importante marcar a identidade favelada... É importante marcar o lugar que a gente veio, é um processo de contranarrativa. É importante dizer que a gente valoriza o nosso espaço, o que a gente tem, o que a gente não tem, a gente não tem muita coisa, mas a gente tem muita coisa também. A Baixada tem uma pluralidade de movimentos enorme e é importante a gente marcar isso. Cineclubes, roda de *slam*, poesia, festivais... Eu acho que isso veio construído com a democratização da educação, veio o Cefet, veio a Rural (Sujeita I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

Sim, acho que as questões do território são elementos fundantes do IFHEP. Essa perspectiva de sermos de um território periférico é algo que eu vejo de mais forte na fala do IFHEP e que une as nossas pautas, elas não fariam sentido algum se a gente não estivesse na Zona Oeste! Estar na periferia guia as nossas ações, é a partir daí que colocamos o dedo na ferida do Estado, inclusive ser uma organização política num território periférico é um pouco complicado, a violência na periferia do Rio de Janeiro não vem só da ausência do Estado, mas também da presença da milícia, que também faz parte do Estado. A milícia também dificulta a nossa organização enquanto uma organização de movimentos sociais de esquerda, que é uma localidade extremamente dominada pelas milícias... Essas pessoas querem saber o que a gente faz, o que a gente pauta, quem somos nós, por isso guiamos nossas ações com muito cuidado, por vezes acabam limitando nossas ações (Sujeito A, IFHEP, entrevistado em 10/7/2020).

Em entrevista à Rede Brasil Atual,¹²⁰ o professor José Cláudio de Souza Alves ressalta o papel dos coletivos de periferia na construção da resistência social às milícias. Para ele, a organização em coletivos é, ao mesmo tempo, recusa de submissão às milícias e fator de proteção, já que o enfrentamento individual significaria assinar um atestado de morte.

Nesse sentido, mesmo sem citar o nome dos coletivos organizados na Baixada Fluminense por uma questão de proteção a eles, defende que é necessário fortalecer esses sujeitos, os quais têm feito debates políticos, atividades culturais e buscado parcerias para ajuda mútua entre as vítimas da violência gerada pelo domínio dos grupos armados sobre os territórios e pela total ausência de serviços públicos urbanos (DALLE, 2020).

Na entrevista com o IFHEP e com o Fórum Grita Baixada ficou evidente quão perigoso tem sido a construção de processos de resistência social em territórios dominados por milícias, afinal “quem mora na periferia sabe onde as coisas acontecem, sabe quem é quem” (D’ANDREA, 2013, p. 3). Note-se que a insegurança urbana passa a ser mote de mobilização dos sujeitos, conforme constatou o levantamento da Fase (FASE, 2018).

Há uma diversidade de mobilizações e um dinamismo nos conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro. Essa diversidade pode ser notada pela predominância de sujeitos políticos que se organizam para além da tradicional agenda da reforma urbana. Ou seja, sujeitos cujas pautas de luta principais não são por acesso a bens e serviços urbanos (moradia, saneamento, transporte, regularização fundiária), mas pelo direito de existir nas cidades, uma existência que tem sua própria forma de sobrevivência, que transita entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, entre o justo e o injusto; que lutam pelo direito a ter direitos e que por vezes desacreditam do direito nessa forma de Estado. Entende-se, portanto, que a manutenção da vida e a luta pela subsistência são dispositivos que fazem com que os sujeitos políticos do Rio de Janeiro se engajem nas lutas (FASE, 2018, p. 49).

O *Levantamento da Fase* (2018) também identificou que há alguns anos já existe uma preocupação com a segurança dos militantes, tanto no que se refere à sua segurança física como a segurança das informações do movimento.

¹²⁰Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/02/a-resistencia-as-milicias-sao-os-coletivos-da-periferia-diz-professor/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Dada a militarização da cidade como política de Estado (GRAHAM, 2016) e o avanço das milícias sobre os territórios diagnosticado pela *Nota técnica: controle territorial armado no Rio de Janeiro* (REDE FLUMINENSE DE PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS, 2020), essa é uma questão que ganha centralidade e que, sem dúvida, aprofunda a crise da democracia liberal.

As pessoas são muitas vezes ameaçadas por defenderem seus direitos ou por dizerem em quem vão votar. A [...] já está sofrendo algumas perseguições de um candidato a vereador que não está gostando de algumas postagens que ela faz pelo Facebook do Morro do Sossego. Enfim, o fato de a polícia entrar em uma favela e cercar uma favela e trocar tiros a madrugada inteira, passar de helicóptero por cima de uma escola e dar tiro e matar e sumir é a prova mais incontestável que democracia é um conceito vazio. As pessoas não se sentem respeitadas, não sabem o que é cidadania nesse sentido (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

Como estamos longe de qualquer tipo de estado de bem-estar social e cada vez mais próximos da militarização como política de Estado, conforme demonstrado neste capítulo, a luta pelo direito à cidade no Rio de Janeiro parece estar sendo construída dentro e fora da institucionalidade democrática, assim como permeada pela própria crise de legitimidade desse sistema político. Essas questões estarão presentes no próximo capítulo.

4 A SALVAGUARDA DOS DIREITOS PELOS SUJEITOS COLETIVOS

Sem a pretensão de dar conta da enorme diversidade cultural, organizacional e política que caracteriza os sujeitos coletivos atuantes nos processos de resistência existentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e longe de tomar a parte pelo todo, este capítulo sistematiza as percepções dos sujeitos desta pesquisa sobre suas próprias práticas políticas e concepções de mundo que, em geral, não são visibilizadas nos espaços institucionais de fazer político nem valorizados pelas pesquisas acadêmicas.

Conforme já apresentado no capítulo 2, a ação política dos sujeitos coletivos do Rio de Janeiro está marcada pela racionalidade neoliberal que normatiza a vida, os comportamentos e a própria subjetividade social.

É importante lembrarmos de algumas dessas marcas para que o leitor não interprete as práticas políticas e as concepções de mundo que serão apresentadas neste capítulo como independentes ou desconectadas da racionalidade neoliberal. Distante de uma análise dicotômica sobre os sujeitos coletivos, buscamos iluminar o debate considerando-os como parte de uma mesma realidade social contraditória.

Nesse sentido, já demonstramos no capítulo 2 que os sujeitos coletivos contemporâneos: i) possuem identidades múltiplas e uma plurimilitância, ou seja, participam de diversos movimentos ao mesmo tempo; ii) essa plurimilitância impõe desafios aos próprios sujeitos, como a sobrecarga de atividades, a sobreposição de agendas de diferentes movimentos, assim como a dificuldade de garantir a efetividade das ações, no entanto a plurimilitância também amplia o capital político dos sujeitos na medida em que estar nesses variados espaços contribui para a valorização do seu eu e da “empresa de si mesmo”; iii) a ação coletiva nem sempre é priorizada na incidência política – a depender da situação, ações individuais se mostram mais eficazes; iv) têm interesses individuais que se apresentam como expressão da luta antirracista.

Além dessas marcas, o levantamento participativo da Fase (FASE, 2018) já havia demonstrado outras características que se somam às primeiras: i) para alguns sujeitos políticos o nome e a autodefinição são muito importantes, contudo, para outros, essa nomeação acaba limitando, classificando, hierarquizando; ii) há uma diversidade de nomes e de autodefinições; iii) a mobilização desses sujeitos políticos,

muitas vezes, é efêmera, organizam-se e desmobilizam-se de acordo com seus interesses ou com a conjuntura.

Este capítulo foi organizado a partir da análise do material empírico levantado entre junho e novembro de 2020, quando foram realizadas as entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Para exposição deste material escolhemos alguns elementos transversais à ação política dos sujeitos que nos parecem contribuir para o enfrentamento da crise democrática e a superação da racionalidade neoliberal.

Tais elementos são: i) o sentido da democracia para sua ação política dos sujeitos; ii) o uso das redes sociais na ação política dos sujeitos; iii) a heterogeneidade entre os sujeitos e o protagonismo dos sujeitos periféricos; iv) as trocas geracionais e o protagonismo da juventude na defesa da democracia; e v) o papel dos sujeitos coletivos na salvaguarda dos direitos e na transformação da cultura política num momento em que o exercício autoritário do poder se faz cada vez mais presente nas democracias liberais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 377-402).

4.1 A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS SOBRE A DEMOCRACIA

As mudanças no tecido associativo não são uma novidade na história da sociedade civil brasileira. Em um clássico estudo dos anos 1980, o sociólogo Eder Sader (1988) já mostrou que “novos personagens entraram em cena” no período de transição da ditadura civil-militar para a democracia.

Naquele momento, esses personagens eram os segmentos progressistas da igreja católica que assumiram um papel crítico à ditadura militar, o novo sindicalismo que se fortaleceu após o ciclo de greves do final dos anos 1970 e os segmentos da esquerda socialista que reorientava suas estratégias de combate.

Ao observarmos as práticas destes movimentos nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano de trabalho e moradia, eles inventaram novas formas de fazer política. Mas a história dos movimentos sociais não é apenas a sua história interna. Os trabalhadores são resultado não somente das suas próprias ações, mas também da sua interação com outros agentes. A “política reinventada” dos movimentos teve que se enfrentar com a “velha política” ainda dominante no sistema estatal (SADER, 1988, p. 20-1).

A novidade desses “novos personagens” estava menos em quem eles eram e mais no sentido que davam às lutas do cotidiano, estava na experiência adquirida por

eles na luta por “direitos a ter direitos” (TELLES, 1998). O fato de as classes populares participarem como sujeitos da história e não como objetos era a grande novidade, elas criavam espaços públicos para além do sistema de representação democrática formal que, naquele momento, ainda não existia.

Ao valorizar o sentido que os sujeitos políticos davam às lutas, Sader (1988) contribuiu sobremaneira para a renovação teórica da esquerda latino-americana e para a aproximação entre a cultura e a política, até então desprestigiada no debate da esquerda.

O processo de renovação político-teórica da esquerda não só contribuiu decisivamente para romper com a camisa de força que o marxismo tradicional havia imposto para a análise da cultura e de seu papel na transformação social, como também trouxe mudanças conceituais significativas no campo específico da análise cultural. Um impulso fundamental para esse processo veio dos próprios movimentos sociais e de suas lutas concretas (DAGNINO, 2000, p. 62).

A partir das entrevistas realizadas para essa tese foi possível perceber que o processo de “alargamento do espaço da política” (SADER, 1988) e o processo de “renovação político-teórica” (DAGNINO, 2000) não se deram sem conflitos. Apesar dos “novos sujeitos que entraram em cena” (SADER, 1988) terem representado uma renovação do tecido associativo que muito contribuiu para o processo de democratização do país, eles foram atravessados por conflitos internos, os quais colocavam em xeque tanto a forma de fazer política de cada sujeito como o que era considerado do âmbito da política.

A trajetória política de uma mulher da Baixada Fluminense que viveu esses anos demonstra tais conflitos. Embora a Sujeita H tenha se aproximado da política pela relação de sua família com as Comunidades Eclesiais de Base, passa a interagir com outros espaços políticos, como a Associação de Bairros, os Movimentos de Cultura e Educação, o Movimento Negro Unificado e a Comissão Pastoral da Terra. Na época ela era jovem, tinha 17 anos.

Eu acabo participando da Comissão Pastoral da Terra porque na ocupação de Campo Alegre, do assentamento de Campo Alegre, que vai acontecer em 9 de janeiro de 1984, houve toda uma mobilização dos movimentos sociais de ir para essa ocupação se solidarizar com as pessoas que tinham ocupado este território. Então eu vou [...]. A Comissão Pastoral da Terra acaba se tornando uma referência enquanto parceira da luta pela terra naquele território e nisso a gente começa a dialogar porque eu estou naquele território com as pessoas. Eu começo a dialogar com a Comissão Pastoral da Terra,

mas eu só vou entrar em 1987 (Sujeita H, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 11/9/2020).

Essa sua interação política faz com que ela amplie seu olhar sobre as necessidades sociais do território e passe a criticar a própria atuação da igreja católica. Analisando sua trajetória de militância, é possível perceber quão difícil foi, e segue sendo, o processo de construção de espaços políticos plurais, nos quais a diferença possa se expressar sem causar rompimentos e a ação política possa ser construída em bases não hierárquicas.

No caso específico, a igreja católica teve dificuldade de aceitar a realidade social mais ampla que a Sujeita H e muitos outros militantes representavam. O resultado foi a sua expulsão da paróquia da cidade de Queimados.

Na época eu estava em uma relação de igreja muito conservadora aqui em Queimados, é a igreja da qual eu participei e estou até hoje, era muito conservadora, tinha uma estrutura muito ruim, muito pesada. E aí esse diálogo da igreja com o movimento social não tinha, não tinha. E essa minha situação de estar dentro do movimento social e dentro da igreja me leva a repensar a estrutura da igreja, a propor mecanismos que democratizassem um pouco mais a participação das pessoas, que criassem núcleos de discussão, de participação, que fizessem atividades que unisse os desafios do município, que antes não era município. Por exemplo, Campanha da Fraternidade, uma coisa que era só feita pela Casa Paroquial, a gente ampliou isso para toda a cidade de Queimados, trazendo as quatro paróquias que estão aqui nesse território. Então, essa discussão política entrelaçada com essa dimensão de espiritualidade, de fé engajada, acaba me ajudando a contribuir efetivamente com o processo de repensar a prática da igreja. O que leva a um conflito acirrado internamente e eu sou expulsa da igreja na década de 80 pelo padre que era pároco aqui na época (Sujeita H, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 11/9/2020).

Merece destaque o fato de que a Sujeita H não foi a única a ser expulsa da paróquia. Junto com ela outros jovens militantes tiveram que conviver com “um vazio que fica quando algo lhe é retirado de forma tão truculenta como foi” (Sujeita H, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 11/9/2020).

Ela relata ainda que parte deles foram participar da construção política do PT,¹²¹ que, desde o fim dos anos 1970, vinha se constituindo como um sujeito coletivo na Baixada Fluminense. Se por um lado a igreja católica expulsava militantes por não

¹²¹Para mais informações sobre a formação do PT na Baixada Fluminense, consultar o estudo de Pinheiro Jr. (2007), que trata da trajetória histórica do partido a partir dos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu e demonstra que nas décadas de 1970 e 1980 essa experiência representou uma fase superior na experiência de uma classe social, nos termos de E. P. Thompson, que não é a mesma experiência do partido vivida em São Paulo, tampouco pode ser reduzida à interpretação feita pelo novo sindicalismo, de classe média ou da igreja católica.

ser capaz de mudar suas estruturas e adequar-se às demandas colocadas pelos movimentos sociais, por outro ela teve uma importante inserção política nos territórios empobrecidos da Baixada Fluminense.

Contrariando a visão da igreja católica como um sujeito coletivo homogêneo, nos parece importante lembrar a atuação de Dom Adriano Hypólito na Diocese de Nova Iguaçu entre 1966 e 1994. Em plena ditadura civil-militar, ele foi uma figura importante das lutas por direitos sociais na Baixada Fluminense. Um dos poucos bispos a se posicionar publicamente contra o regime e a se colocar como defensor dos Direitos Humanos, foi duramente perseguido, sofreu diversas ameaças de morte, teve o carro explodido e foi sequestrado em 1976.

No ano seguinte, homens armados invadiram o Centro de Formação de Líderes da igreja para impedir a realização do Congresso sobre Direitos Humanos e, posteriormente, uma bomba foi explodida no altar da Catedral de Nova Iguaçu. Colocado na lista dos “bispos vermelhos” pelos defensores do regime militar, Dom Adriano Hipólito tornou-se uma referência para gerações de militantes da Baixada Fluminense. Uma vez terminada a ditadura, o bispo seguiu defendendo os pobres e denunciando os crimes cometidos pelos esquadrões da morte.

Na minha trajetória de vida, por ser muito marcada pela igreja católica e pela gestão de Dom Adriano Hipólito, que era um Frei Franciscano, a dimensão de que “quem quer ser o melhor, que seja aquele que sirva” sempre esteve muito presente (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

Embora tenha atuado no processo de democratização e tenha sido um dos defensores das eleições diretas de 1989, Dom Adriano Hypólito chama atenção para a incompatibilidade entre o sistema democrático e os altos índices de desigualdade social que caracterizavam a Baixada Fluminense. No início dos anos 1990, em que aparentemente a democracia punha fim à ditadura, o bispo já reconhecia quão longe a população estava de conquistar a liberdade política, a igualdade de direitos e, portanto, a democracia tinha pouco significado social.

Em entrevista ao Jornal O Globo, em 1994, o bispo diz o seguinte:

A Baixada carece dos mais elementares Direitos Humanos, como saúde, educação, trabalho e salário decente. Ao ler nos jornais que o governo não pode aumentar o salário-mínimo para R\$ 80 tenho vontade de convidar esses senhores a viver um mês com essa quantia. Por isso que, para boa parte do povo, tanto faz vivermos numa ditadura ou nessa democracia. Os problemas continuam os mesmos. *Pra mim, estamos apenas numa democracia formal,*

quase uma aristocracia, de cujos benefícios apenas a elite usufrui (HYPÓLITO *apud* ELEUTÉRIO, 1994).

Mais de 30 anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a percepção dos sujeitos políticos sobre a democracia vivida da Baixada Fluminense pouco se diferencia da de Dom Adriano Hypólito. Permanece a descrença de que esse sistema seja capaz de garantir liberdade e igualdade, além do fato de que a gramática da perda de direitos segue aprisionando os sujeitos coletivos (TELLES, 1998) e, de certo modo, limitando sua capacidade de criar outras formas de sociabilidade.

Quando a gente fala de não ter democracia, ou que as comunidades, as favelas, não conhecem democracia, é porque minimamente... você se considera um sujeito de direitos, que tem suas obrigações, mas que também tem os seus direitos e que existem acordos, consensos coletivos mínimos, que fazem você se sentir pertencente a uma sociedade. Fazem se sentir pertencente a uma coletividade. Então você tem o direito de ir e vir, você tem o direito de não ter sua casa violada, você tem o direito de votar livremente em determinadas pessoas e a gente vê na realidade das favelas que não é isso que acontece. As pessoas não têm o direito de ir e vir, as pessoas são constrangidas a votar em determinadas pessoas, então essa imagem de curral eleitoral sempre foi uma imagem muito forte aqui na Baixada Fluminense e em outras periferias... Obviamente que votar... votar é muito pouco, ter o direito a ir numa cabine e votar em alguém, e às vezes ser constrangido inclusive a votar em alguém? Ou a vender o seu voto, *né*? Ter que ganhar 50, 70, 80 reais para você comprar uma cesta, comprar qualquer coisa, pintar sua casa, acho que isso não é sinal de democracia. A gente entende que democracia não é um conceito prático, é um conceito teórico (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

Acho que desde 2013, passando pelo golpe e também pelas eleições de 2018, pelo movimento do “Ele Não”, a gente vem num momento que a gente tá tentando voltar, tentando estabilizar a democracia de novo, a voltar ao que a gente reconhecia como democracia [...]. Eu acho que a gente acaba tentando enfrentar essas crises tentando restabelecer algo que a gente já tinha e talvez a gente esteja fazendo isso de uma maneira errada, porque como movimento eu fico pensando se o que a gente tinha era de fato uma democracia, porque na Baixada, por exemplo, esses direitos que a gente diz que tá perdendo a população daqui de fato nunca teve acesso (Sujeita I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

No entanto, não é apenas na Baixada Fluminense que a democracia parece ter pouco significado social. A persistência da desigualdade urbana, a vivência da segregação socioespacial característica da forma de produção do espaço na RMRJ, a ausência de políticas públicas e a presença cada vez maior da violência no cotidiano urbano fazem com que os sujeitos políticos da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro também não enxerguem a democracia como uma saída para os problemas do

cotidiano, logo acabam reduzindo a democracia ao seu sentido liberal de sistema de governo político.

Por concepção, por ideia de democracia, ela deveria ser esse tipo de governo que promove a liberdade e tudo mais, só que na minha relação como pessoa, eu não enxergo a atual conjuntura como uma democracia, ou eu tendo direito à participação ou sendo enxergado como cidadão. Quando a gente tem um Estado construído em cima de um governo completamente racista e genocida, que nega sobretudo a participação dele enquanto um Estado racista e genocida, não tem como eu me sentir pertencente a esse espaço. Também quando a gente pensa numa democracia que nasce após uma quebra de uma ditadura, que mesmo assim continua saudando os tais heróis da ditadura, a gente percebe que essa democracia, na verdade ela não é pensada para esse povo, ela continua produzindo de uma forma mais sutil esses discursos que constroem esse Estado, ela continua produzindo ataques a certos tipos de população, a certos tipos de espaços, que é onde estou inserido. Então nesse atual governo, nessa concepção de como está o Estado, eu não enxergo a democracia como uma solução nesse momento (Sujeito C, IFHEP, entrevistado em 24/7/2020).

Ao relacionar as marcas históricas do processo de democratização com o atual cenário político brasileiro, o Sujeito C nos mostra que, a seu modo, percebe o caráter burguês da democracia brasileira (CHAUI, 2011), uma democracia que “não é pensada para esse povo”, ao contrário, uma democracia em que a burguesia nacional sempre se utilizou do Estado para valorizar seus capitais, seja por meio da transgressão das leis, seja pela instrumentalização dos movimentos sociais. Assim, dialoga com o fato de que, neste país, as forças populares nunca foram encaradas como “formas capazes de instaurar práticas que pudessem enraizar-se nas instituições democráticas, reduzindo, com isso, a democracia à dimensão instrumental de uma prática política ocasional” (CHAUI, 2011, p. 217).

No entanto, os mesmos sujeitos políticos que denunciam a falácia da igualdade e da liberdade vivida no cotidiano urbano – preconizada pela ideia de democracia originária, os quais percebem os limites da democracia liberal representativa para lidar com as desigualdades constitutivas do sistema capitalista e que sofrem com o desencantamento e a frustração social típicos do neoliberalismo (BORÓN, 2007) – também são aqueles que mostram que a democracia é um processo em movimento e que esse movimento depende da ação coletiva dos sujeitos em relação ao Estado, às instituições e consigo mesmos. Assim, na concepção do IFHEP e das Brigadas Populares, a crise da democracia liberal não está dada, está em disputa.

A democracia precisa ser algo construído por nós, então a gente não tem como acreditar que só a partir das leis e do processo da Constituição Federal ela será efetiva. Ela está em movimento e, na minha concepção enquanto um jovem do IFHEP, é um espaço de disputa. Inclusive de 2013 *pra* cá muitos jovens se formaram em cima desse processo. Em 2013 eu tinha 17 anos e a forma que eu enxergava o mundo era completamente diferente da forma como eu enxergo hoje em 2020, mas todo esse processo de 2013 até aqui me trouxe uma percepção de formação política, de entender esses eventos como coisas que não são marcadas por indivíduos ou por uma dada representação política, mas *ao* meu ver hoje são fruto da ideologia do capital (Sujeito A, IFHEP, entrevistado em 10/7/2020).

Eu acho que a gente trabalha com as contradições do Estado capitalista, então a gente busca diálogo com o Estado para fortalecer a organização popular, porque só com essa organização popular fortalecida a gente pode ocupar o Estado de uma forma democrática... porque eu acho que o Estado serve aos capitalistas, e sendo dominado por essa classe não existe democracia. Porque a democracia pode nos trazer alguns avanços, mas uma democracia plena não existe, porque a gente não tá lá, o povo não tá lá, não tá participando das decisões mais importantes. Eu entendo que as Brigadas tentam trabalhar com essa contradição *pra* gente fortalecer a nossa luta popular (Sujeita D, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

A gente precisa encontrar saídas para os nossos problemas concretos. E se a gente tem um espaço como um mandato ou um contato com a defensoria a gente vai disputando o que dá *pra* gente disputar ali dentro, *pra* fazer essas políticas voltarem-se aos interesses do povo, não só serem políticas assistencialistas, mas fazer com que as pessoas se interessem por essa institucionalidade, *pra* que entendam como funciona para depois cobrarem, reivindicarem seus direitos e quererem estar ali dentro também. Então eu acho que é um processo de politização das pessoas, porque o que temos em mente é formarmos uma nova maioria e a gente acredita que não vai conseguir fazer isso se a gente não disputar esse espaço, pois é ele que determina nossa vida, é o Estado que manda nas políticas que atingem diretamente a nossa vida (Sujeita E, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

Portanto, percebemos que apesar da descrença política e do pouco significado social dado à democracia liberal, os sujeitos coletivos se reconhecem como parte da crise democrática e como agentes políticos capazes de incidir nela. Isso reafirma a constatação de Dagnino (2002), feita há duas décadas, de que o processo de democratização não é linear, mas contraditório e fragmentado, devendo ser entendido como desigual no seu ritmo e nos seus efeitos sobre as diferentes áreas da vida social, combinando avanços, estagnação e, até mesmo, retrocessos, como é o caso do Brasil desde 2016.

Dentro dessa chave de análise, observamos que parte dos sujeitos entrevistados para esta tese passam a se engajar nas disputas eleitorais apoiando candidaturas cujo projeto político defendido os inclui, assim como percebem que o mais importante não é o resultado das eleições, mas o processo de formação política

de outros sujeitos que se dá nesse caminhar. Diversos sujeitos desta pesquisa manifestaram em suas redes sociais ou nas entrevistas um posicionamento político relativo às eleições municipais de 2020.

Aqui nos parece importante lembrar que a democracia não é apenas uma forma de governo, é uma forma de ser na sociedade (RANCIÈRE, 2014), logo o apoio dos sujeitos coletivos a determinadas candidaturas nos mostra que, diante de uma democracia que não lhes garante o mínimo de dignidade nem lhes garante a liberdade necessária à sua forma de ser nessa sociedade, a busca por representatividade no governo e o envolvimento direto na disputa eleitoral têm sido saídas encontradas.

Eu acredito que essa via eleitoral política deva ser disputada. Eu acho que quando Wesley Teixeira, a Mônica Conceição, a Mônica Francisco, a Renata Souza e outras, por serem mulheres, por serem negras, ou por serem lésbicas, ou por serem faveladas, ou são trabalhadoras, ou são ativistas culturais, enfim, essa composição da riqueza social da sociedade brasileira, o fato de ela disputar, isso traz benefícios, avanços, para além da disputa eleitoral. Eu acho que quando uma mulher negra, jovem, da periferia, candomelecionista assume que vai disputar uma eleição para vereadora, isso em si já é simbólico. Independentemente do resultado. Eu acho que isso é um processo político que a gente tem que investir, tem que valorizar, tem que apostar, contribuir. Isso é de um simbolismo. E eu acredito no simbolismo, eu acredito no poder do signo como algo que representa uma possível mudança. Mas não digo depender da disputa eleitoral, não é jogar todas as fichas na disputa eleitoral. Mas também não deixar a disputa eleitoral ser coisa de homem branco, das elites, dos neopentecostais ou dos católicos que desassociam fé de cidadania. Então, a gente tem que disputar (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

Nós somos uma organização revolucionária, está escrito, está colocado, e o que a gente faz é revolução. Eu sou um comunista, não acreditamos nessa democracia que está aí, mas também não a ignoramos. Essa democracia que está aí determina nossa vida. Fazer a luta e disputá-la é nosso papel também. A gente é uma organização que se posiciona a partir da conjuntura, todo nosso princípio político está submetido ao crivo da conjuntura, na conjuntura que nós temos o diálogo com a vida institucional, trata de vidas, a gente está falando das pessoas sobreviverem. Então a institucionalidade *pra* gente existe e precisa ser superada, mas não pode ser ignorada. Acreditamos que existem muitas possibilidades dentro da institucionalidade, a gente apoia candidaturas e hoje a gente já avalia que chegou o momento de a gente ter uma candidatura nossa, como já ocorreu em Minas Gerais. Aqui no Rio a gente ainda não fez isso, mas é possível, inclusive *pra* propor a radicalização da democracia (Sujeito F, Brigadas Populares, entrevistado em 7/8/2020).

O trabalho começa muito micro, com a luta pelo teto, mas nessa luta a gente vai mostrando as contradições do Estado, mostrando porque existem milhões de pessoas sem casa e milhões de casas vazias... mostrando o que a gente pode fazer *pra* mudar isso. Ir mostrando qual é a importância da luta para alcançar a mudança, não uma luta para estar na prefeitura, não é lutar para eleger uma pessoa da favela – e isso é muito importante, mas a luta não é só *pra* isso –, a luta é para transformar a realidade de todo um povo (Sujeito D, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

Assim, mesmo tendo pouco significado social, a democracia não deixou de ser um horizonte político para os sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro nem deixou de ser disputada por eles.

4.2 A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS SOBRE AS REDES SOCIAIS

Sem dúvida, a comunicação se democratizou na sociedade. Cada vez mais as mídias corporativas perdem espaço como principais produtoras de conteúdo e difusoras de informações. Agora, cada um de nós registra e divulga notícias com maior facilidade. No entanto, essa democratização se deu via mídias digitais e trouxe novas questões, como o uso e a venda de dados para subsidiar estratégias de *marketing* e campanhas políticas, a formação de bolhas de comunicação, a produção de *fake news* (notícias falsas) e *deepfakes* (vídeos falsos criados por técnicas de inteligência artificial), a velocidade das informações que chegam a cada um de nós diariamente é impossível de ser absorvida, entre outras questões.

Muito embora as novas tecnologias da informação, a criação da internet e as plataformas digitais tenham transformado radicalmente a prática comunicativa de ativistas, militantes, defensores de Direitos Humanos, organizações e movimentos sociais, é importante ter em conta que essa prática comunicativa sempre fez parte da ação dos movimentos sociais. A aposta pela mídia comunitária – aquela que tem como característica fundamental a participação da comunidade tanto na propriedade do veículo como na programação e administração – é uma velha estratégia de luta dos movimentos sociais que, historicamente, garantiu o direito à informação e à liberdade de expressão, princípios tão caros à democracia.

Assim, mesmo a comunicação não sendo uma novidade para os movimentos sociais, há enormes diferenças entre o tempo em que as rádios e os jornais comunitários eram os principais veículos de difusão de informações nos territórios e o tempo atual, em que os aplicativos de celular e redes de autocomunicação passaram a dominar não só nossa forma de comunicação, mas todos os domínios da vida social.

Segundo Castells (2013), essas mudanças no mundo da comunicação foram tão profundas nos últimos anos que fizeram emergir um novo tipo de comunicação denominada “autocomunicação de massa”, que está baseada em redes horizontais,

multidirecionais e interativas de comunicação, que são construídas nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio.

Essa comunicação é de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com potencial de conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a escolha do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes é autosselecionada.

Resgatamos esse conceito pois ele traz uma novidade em termos da autonomia dos movimentos sociais em rede em relação às instituições da sociedade, isso porque, para Castells:

A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade. É por isso que os governos têm medo da internet, e é por isso que as grandes empresas têm com ela uma relação de amor e ódio, e tentam obter lucros com ela, ao mesmo tempo que limitam seu potencial de liberdade (por exemplo, controlando o compartilhamento de arquivos, ou as redes com fonte aberta) (CASTELLS, 2013, p. 12).

Ao estudar o papel da internet e das redes sociais na ação coletiva dos movimentos sociais contemporâneos, Pleyers (2018) faz algumas ponderações que nos parecem pertinentes para que “autocomunicação de massa” não seja interpretada a partir de um determinismo tecnológico, isto é, como se ela própria fosse capaz de transformar a sociedade ou de desenvolver-se à parte dela.

A primeira ponderação é sobre a interação, e não oposição, entre as mídias alternativas e os meios massivos de comunicação. Tal interação permite que muitas pessoas tenham acesso rápido às informações, no entanto, a necessidade de produzir consensos na sociedade sobre determinados assuntos é tão grande que esses dois meios estão em constante conflito. Nesse sentido o autor aponta que “el control de la información es un campo de batalla esencial para la democracia y los movimientos sociales en la actualidad” (PLEYERS, 2018, p. 86).

A segunda ponderação é sobre a combinação entre as dimensões digital e territorial na ação coletiva, isto significa que não há oposição entre militância *on-line* e militância *off-line*. Nesse sentido o autor propõe que compreendamos os meios digitais como “una herramienta fundamental para conectar la escala local, en donde tienen lugar las luchas, con los significados globales” (PLEYERS, 2018, p. 84).

Ao analisar essa relação entre a militância *on-line* e a militância *off-line*, Castells (2013) diz que os “movimentos em rede” acabaram criando um “espaço híbrido” de ação política que possibilitou a passagem da indignação à esperança, ou seja, criaram um espaço de autonomia que nasce da conexão entre a comunicação em rede e a ocupação de ruas.

Embora esses movimentos se iniciem nas redes da internet, *eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano*, seja por ocupação permanente de praças públicas, seja pela persistência das manifestações de rua. O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só pode garantir autonomia pela capacidade de se auto-organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para os seus cidadãos. A autonomia sem desafio torna-se retirada. Desafio sem uma base permanente para autonomia no espaço dos fluxos torna-se um ativismo interrompido. *O espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos em rede* (CASTELLS, 2013, p. 160-1, grifos nossos).

A Sujeita E, mulher de 26 anos, integrante das Brigadas Populares do Rio de Janeiro entra na militância em 2015 por um caminho pouco trivial, mas que exemplifica como os “movimentos em rede” (CASTELLS, 2013) se tornaram um elemento importante para a mobilização de jovens.

Embora tenha descoberto a política pela militância *on-line* e nela tenha se mantido por algum tempo, a Sujeita E passa por um processo de ampliação do universo político através das redes sociais. Tal processo faz com que, tanto o tema inicial da sua militância quanto o formato *on-line* já não deem conta das inquietações percebidas por ela. Em sua entrevista problematiza os limites da militância *on-line* e a necessidade de articulá-la com a militância *off-line*.

Eu participava de um grupo de cabelo no Facebook, grupo de *low poo*, *no poo*. Só que nesse grupo tinham várias mulheres negras, feministas, e não era um grupo que falava só de cabelo, falava de empoderamento, transição e tudo mais, então eu conheci o feminismo através do Facebook, as vertentes do feminismo... aí eu fui entrando em mais grupos, *pra* saber que vertente eram essas, o que é que falava, o que era e o que não era. Aí eu entrei *pro* feminismo radical, conheci marxismo através de um desses grupos e comecei a querer sair, a militar fora, a agir mesmo. Aí eu tinha uma amiga que era das Brigadas Populares, acho que eu nem sabia que eram as Brigadas Populares, eu sabia que ela era militante, que entendia de política, estava sempre nos atos, mas eu não sabia direito de qual movimento era. Aí eu perguntei: você conhece algum coletivo feminista? Eu queria participar. Mas

antes disso eu já tinha ido a alguns encontros do Facebook marcados por grupos feministas, um deles foi o Vamos Juntas? (Sujeita E, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

Assim, a militância *on-line* foi o primeiro passo na descoberta da Sujeita E como um sujeito político, ou melhor, como uma sujeita política. Engajada na denúncia *on-line* dos assédios sofridos por mulheres nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, ela participa do Vamos Juntas?¹²² e percebe que muitas mulheres vivem o mesmo medo que ela ao transitar pela cidade, nota que a solidariedade entre mulheres pode ser uma alternativa para enfrentar a insegurança urbana e que essa conexão entre sujeitas políticas está para além das redes sociais, ou seja, percebe que a passagem da indignação à esperança requer também a ocupação dos espaços da cidade.

A partir da análise do material coletado pelas entrevistas, foi possível perceber que o ciclo de protestos de junho de 2013 fez com que alguns sujeitos coletivos percebessem a importância da “autocomunicação de massa” como estratégia de ação coletiva.

O caso das Brigadas Populares foi o que mais chamou a atenção porque, a partir de 2013, passam a entender a centralidade da comunicação para o fortalecimento das lutas sociais. Desde então, orientam sua militância a fazer autocomunicação nas redes sociais articulada às ações que desenvolvem nos territórios, valorizando os sujeitos desses territórios, com linguagem popular e, ao mesmo tempo, uma autocomunicação que contribua para a formação política.

Foi a partir de 2013 que a gente tirou essa lição da importância da comunicação e na atuação no território. A gente aprendeu muita coisa com 2013, a gente viu ali a necessidade do surgimento e aprofundamento da comunicação via WhatsApp, analisamos mesmo esses mecanismos de comunicação e concluímos que precisávamos ter um Mídia Ninja nosso, o MTST também fez essa aposta de ter o Mídia Ninja como parte da comunicação deles... A gente também tinha essa análise e fizemos algumas apostas de lá *pra* cá nessa relação de comunicação e território (Sujeito F, Brigadas Populares, entrevistado em 7/8/2020).

¹²²O movimento Vamos Juntas? foi criado em 2015 pela jovem jornalista de Porto Alegre Babi Souza, com o objetivo de unir mulheres e inibir o assédio e qualquer tipo de violência sofrido por elas nos lugares públicos. A noção de sororidade entre mulheres foi central para a mobilização. A partir da publicação da #VamosJuntas na página do Facebook de Bibi o movimento foi ganhando corpo e muitas mulheres passaram a relatar seus medos em relação a assédio e violência sexual, daí para frente foi se formando grupos de mulheres que, apesar de desconhecidas, passaram a se conectar pelas redes para percorrer trajetos urbanos considerados inseguros. Para maiores informações ver o livro *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas* (SOUZA, 2016).

Ao observarmos comparativamente as redes sociais dos sujeitos desta pesquisa é notório que fazem diferentes usos das redes. No caso das Brigadas Populares observamos que há uma frequência de postagens quase diárias na página do Facebook, em sua maior parte de conteúdo próprio, majoritariamente nos formatos *card*, *podcast*, vídeo e poucos no formato texto. A quantidade de informação que é repassada pelo WhatsApp é ainda superior à quantidade postada no *Facebook*.

Chama a atenção o conteúdo reivindicativo e de denúncia de violação de direitos atrelado à institucionalidade municipal, ou seja, fazem incidência política na escala municipal por meio das redes, comunicando para fora os temas de interesse do movimento e, ao mesmo tempo, deslegitimando a representação política municipal que, como já tratado nesta tese, faz parte da crise da democracia vivida no Brasil. Em relação à linguagem, destacamos o *podcast* Vozes Populares,¹²³ criado pelas Brigadas Populares Nacional em janeiro 2020 e é uma forma de comunicação popular.

No caso do IFHEP, há menor frequência no uso das redes sociais, uma média de duas postagens por semana, que são de conteúdos próprios, mas também de conteúdos produzidos por outros movimentos e redes. Em relação ao formato, a maior parte é de texto. Quanto aos tipos de conteúdo publicados, observamos que mantém uma relação próxima com a conjuntura política e com as pautas de outros movimentos e redes com os quais estão articulados.

Sendo o IFHEP um sujeito coletivo que tem uma ação política marcadamente territorial, cuja ocupação da Zona Oeste é politicamente estratégica, o ciclo de protestos de 2013 fez com que o próprio espaço físico do instituto se tornasse uma referência de comunicação local. Aqui cabe lembrar quão distante está Campo Grande do centro da cidade, ao todo são 53 quilômetros que separam o bairro das praças da Candelária ou da Cinelândia, onde ocorreu o epicentro dos protestos.

Assim, analisamos que o histórico de autocomunicação de massa feita pelo IFHEP nas redes sociais foi capaz de atrair a atenção de uma parcela da população local que buscava entender o que estava acontecendo lá no centro da cidade. O resultado foi que as pessoas foram ocupar o espaço físico da instituição em busca de informação.

¹²³Para mais informação consultar <https://brigadaspopulares.org.br/textos/artigos/podcast-vozes-populares/>. Acesso em: 3 set. 2020.

Em 2013 foi um marco, eu me lembro que foi uma semana de muita mobilização, teve manifestação terça, quarta, quinta e sexta. Na terça-feira eu fui, foi uma manifestação muito bonita na Avenida Rio Branco, você via ali todos os grupos que eram críticos à esquerda, ao próprio governo do Partido dos Trabalhadores. A de quinta-feira foi a manifestação de 1 milhão de pessoas e ali já dava para ver um processo de despolitização da manifestação, eu fui às duas. Depois de uma dessas grandes manifestações, em que tinham grupos de direita na rua pedindo sem bandeira e sem partido, o IFHEP fez uma divulgação via redes de uma reunião, acho que era o dia do Núcleo Socialista de Campo Grande. Eu sei que o número de pessoas que apareceram para essa reunião logo depois dessa manifestação de direita foi surpreendente! Parece que as pessoas viram o IFHEP como um espaço em que era possível se reunir e conversar entre os nossos, foi uma coisa mais ou menos assim. Eu não esqueço esse dia porque a gente não esperava o número de pessoas que chegaram, as pessoas foram chegando, a gente foi se reunindo e conversando sobre o que estava acontecendo, porque naquele momento estava todo mundo desesperado, achando que algum processo antidemocrático ia de fato se colocar na rua, e que da noite para o dia a gente ia correr o risco de sofrer um golpe militar. Foi um sentimento muito contraditório que a gente sentiu, de desespero até... Aquele dia eu senti que foi um dia político muito importante do IFHEP, porque as pessoas identificaram ali um espaço para debater, uma comuna, foi muito legal, embora estivesse todo mundo ali com aquele sentimento de incerteza (Sujeita B, IFHEP, entrevistada em 10/7/2020).

Assim, nessa experiência do IFHEP, a autocomunicação de massa se somou às lutas travadas pelos espaços da cidade, criando o tal “espaço híbrido de autonomia dos movimentos sociais” (CASTELLS, 2013), o qual abre possibilidades para que os sujeitos coletivos se auto-organizem e incidam sobre a agenda do direito à cidade a partir da ocupação efetiva do espaço, nesse caso, do próprio IFHEP.

Essa experiência também nos mostra que, ao se informarem tanto pelas mídias alternativas como pelos meios massivos de comunicação, os sujeitos atuantes na Zona Oeste perceberam que havia distintas narrativas sobre o ciclo de protestos de junho de 2013. Logo, buscaram conectar a militância *on-line* com a *off-line* (PLEYERS, 2018), indo ao IFHEP, lugar que foi visto como lugar de acolhimento político.

No caso do Fórum Grita Baixada, a comunicação via redes sociais só ganhou maior peso político após 2017, quando a Coordenação Executiva do Fórum passou a ter um profissional da área da comunicação contratado. Quanto à frequência de postagens na página do Facebook, observamos que são quase diárias, sendo a maior parte de conteúdos produzidos por terceiros e uma menor parte pela própria coordenação do Fórum ou por membros do Fórum.

Em relação ao formato, predominam os textos e vídeos. Sendo a segurança pública uma das pautas prioritárias de atuação do Fórum, chama a atenção as constantes postagens sobre as diferentes maneiras de violação de direitos por parte

do Estado – a violência policial, os desaparecimentos forçados, as chacinas e extermínios –, que acometem principalmente os jovens negros conforme demonstramos no capítulo 3.

Por ser a defesa de Direitos Humanos um dos objetivos do Fórum, esse tipo de comunicação contribui tanto para denunciar as consequências da militarização da cidade como política de Estado na Baixada Fluminense como para mobilizar a população do território frente a essas injustiças sociais. Embora haja um reconhecimento sobre a importância da comunicação pelo Fórum, ela ainda é feita de forma rústica, como demonstra o depoimento abaixo:

Então, de certa forma, nós somos um pouco artesanais *pra* algumas coisas, nós não somos muito profissionais. A gente tem tentado melhorar, *temos* a nossa página no Facebook, no Instagram e o canal do YouTube, mas nós não temos uma pessoa dedicada a cuidar só das redes sociais. O Fábio é o nosso faz-tudo da comunicação, ele entrevista para o *site*, para o Instagram, ele faz *lives* no YouTube, ele prepara as artes, ele faz contatos com jornalistas, ele prepara *release*, sozinho ele dá conta disso tudo, nós não temos uma equipe de comunicação. E muitas coisas da comunicação somos nós que fazemos porque ele está envolvido em outras agendas. Então a nossa comunicação reflete um pouco esse jeito artesanal de trabalhar (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

Não obstante, observamos que essa forma “artesanal” do Fórum Grita Baixada fazer comunicação está longe de ser desqualificada de conteúdo ou desprovida de sentido político. Ao longo das entrevistas muito nos surpreendeu o cuidado com o lastro daquilo que comunicam nas suas redes sociais, ou seja, a comunicação é parte do processo político territorial e não apenas uma ferramenta de divulgação de informações (PLEYERS, 2018) ou um meio para a valorização de “empreendedores de si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2017). Assim, mais importante que a quantidade de postagens e a celeridade com que são postadas, eles estão atentos à qualidade do que comunicam e como essa comunicação fortalece a articulação dos sujeitos que compõem o Fórum.

Internamente a gente acha que a nossa comunicação pode e deve melhorar bastante, mas tem uma espécie de princípio que não está escrito em lugar nenhum, mas que a gente compartilha na coordenação é que a comunicação não pode e não deve ser puramente midiática, *pra* angariar apoios, ou tentar causar simplesmente. Ela deve manifestar de fato conquistas reais, comunicar o que a gente acha que realmente é importante, e aí não tem muita pressa para fazer determinadas comunicações (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

Por fim, no caso do Sindágua-RJ, a comunicação via redes sociais carrega consigo a marca corporativa da forma de organização sindical. Prova disso é que os conteúdos postados com frequência quase que diária na página do Facebook, apesar de feitos em formatos diversificados (*cards*, vídeos, textos) pelo próprio sindicato, são exclusivamente voltados para as questões relativas ao setor de saneamento e aos direitos dos trabalhadores.

Assim, os *posts* parecem não conectados com a conjuntura política mais ampla das lutas sociais, bem como parecem pouco atrativos a uma parte dos trabalhadores, como mostra o depoimento da Sujeita K:

Essa página do sindicato ela tinha que ter mais diversidade. Ah! Eu não sou Bolsonaro. Beleza, mas eu tenho que botar notícia de Bolsonaro no *site*, porque o que o Bolsonaro faz vai atingir a minha empresa que automaticamente vai atingir a mim. Então eu preciso informar. Eu acho que o nosso *site* não tinha que ficar centrado só ali naquilo ali de saneamento, só na Cedae ou só nas concessionárias. Eu acho que tinha que ter um cantinho, um cantinho *pra* notícia de economia, notícia de política. Infelizmente você tem que botar isso lá. Não vai botar fofoca nem *fake news* nem nada, mas uma coisa coerente, porque o cara quando ele abrir o *site* ele vai ver a mulherada, uma coisa de cultura de culinária, sei lá... que seja *pra* chamar atenção. Sinceramente falar *pra* você. Eu não tenho paciência de abrir o *site* e só ver aquilo lá. Gente, eu não vejo uma promoção de Lojas Americanas, de nada (Sujeita K, Sindágua-RJ, entrevistada em 4/11/2020).

Em relação ao uso das redes sociais e do WhatsApp para difusão de informações entre os trabalhadores que o Sindágua-RJ representa, chama atenção o fato de que alguns desses trabalhadores reivindicuem a comunicação impressa como “a melhor” para ser adotada. Sem entrarmos no mérito do que é melhor ou pior, afinal isso cabe aos sujeitos coletivos avaliarem internamente, merece destaque o fato de que parte dessa reivindicação tem a ver com a dificuldade no uso das tecnologias digitais por parte de uma geração mais velha trabalhadores e com o próprio acesso precário à rede de internet.

É tudo muito arcaico. Sabe é tudo muito assim: falou em mudança as pessoas têm assim uma restrição *pra* mudança... Então você encontra barreiras principalmente dentro do sindicato que tem uma filosofia antiga. Ah, porque assim deu certo. Eu falo: gente, tudo bem, assim deu certo, mas vamos informatizar isso aí. Nós temos um colega lá que acha que o informativo tem que ser no papel. Ele acha que tem que imprimir aquele fardo de papel e sair entregando nos locais de trabalho. Aí quando o papel chega lá, a mídia social já chegou. O cara vai pegar o papel e dizer assim: – Ah, já tô sabendo! E vai jogar o papel fora, entendeu? É assim, são umas coisas antigas. Deu certo numa época? Deu, mas vamos evoluir um pouquinho, né? Vamos modernizar a coisa. Aí fica difícil (Sujeita K, Sindágua-RJ, entrevistada em 4/11/2020).

Então, a gente está tentando democratizar a comunicação, tentando garantir o acesso na virtualidade – eu tenho uma plataforma Zoom para atender os trabalhadores, mas existe aí uma dificuldade de acesso à tecnologia, de entender como funciona a tecnologia e eu tento fazer também os encontros pessoais, presenciais. A gente diminuiu com a pandemia, mas começamos a retomar agora em agosto. As assembleias que eu promovi de forma presencial eu consegui reprovar a proposta do Patronal. Não reprovar por reprovar, mas reprovar para demonstrar ali no diálogo com o trabalhador as contradições. Coisas que na virtualidade você não consegue. Porque as pessoas não acompanham, as pessoas não entendem... No presencial não. Daí eu uso um pouco da pedagogia também, aquela coisa da sala de aula, você vai chamando a atenção de um e de outro, fala direcionado para um para outro, dá o exemplo ali (Sujeito J, Sindágua-RJ, entrevistado em 1º/11/2020).

A partir da análise comparativa das redes sociais dos sujeitos desta pesquisa é possível concluir que:

- a) há diferentes tipos de usos – fomentam a mobilização social territorial, conectam com outras lutas, sejam elas locais ou globais, divulgam campanhas de arrecadação, denunciam violações de direitos, disputam as narrativas hegemônicas e chegam a ser instrumentos de proteção dos sujeitos durante grandes mobilizações populares de rua;
- b) o uso da internet e das redes sociais não estão separados da ocupação dos espaços públicos – muito embora os meios digitais tenham se tornado espaços de ação política fundamentais, eles por si só não são capazes de determinar os processos de resistência social contemporâneos;
- c) a comunicação em tempo real e a possibilidade de interação com a notícia instantaneamente trouxe algo novo para as lutas sociais – a carga de emoção e a rapidez com que interagimos com tais eventos e postamos nas redes sociais dificulta a reflexão mais aprofundada sobre suas causas. Percebemos ainda que a velocidade das redes sociais, por vezes, atropela os processos políticos coletivos e fomenta o individualismo característico do sujeito neoliberal.

4.3 A HETEROGENEIDADE DOS SUJEITOS E O PROTAGONISMO DOS SUJEITOS PERIFÉRICOS

A partir de um estudo etnográfico sobre cultura e política na periferia de São Paulo, no período de 1980 a 2010, a tese de D'Andrea (2013) faz uma leitura teórico-crítica sobre a constituição da periferia como expressão da forma desigual de

produção da cidade no capitalismo e como resultado da distribuição desigual da riqueza socialmente produzida no espaço.

O autor entende que a periferia só pode ser compreendida se relacionada aos demais espaços da cidade, espaços estes que concentram riqueza e, por conseguinte, são dotados de um alto grau de urbanidade e atraem as classes mais abastadas. Assim, a periferia é compreendida como um dado objetivo da realidade social que não se explica por si mesma, pois é expressão dessa forma desigual de produção das cidades no capitalismo.

Em relação ao termo “periferia”, D’Andrea (2013) afirma que foi elaborado e discutido primeiramente no âmbito da academia, nos anos 1960 e 1970, quando a América Latina buscava integrar-se ao sistema-mundo de desenvolvimento econômico. O termo só começa a ser apropriado pelos movimentos sociais e intelectuais orgânicos que estavam nos territórios fazendo suas práticas de pesquisa nos anos 1980.

Na passagem dos anos 1980 para os 1990, a “confluência perversa” (DAGNINO, 2004) entre a chegada do neoliberalismo ao Brasil e a constituição da democracia fez com que o termo periferia passasse a ser utilizado em diferentes espaços da sociedade. D’Andrea (2013) mostra que a proliferação do termo periferia na mídia entre os gestores públicos, entre os movimentos populares e os acadêmicos, tem relação direta com o aumento da violência na cidade de São Paulo ao longo dos anos 1990 e com a tendência de implementação de políticas de pacificação por parte do Estado.

Segundo o autor, o termo periferia ganha visibilidade nesse contexto por ser capaz de dar “unidade para distintos territórios que estavam submetidos a diferentes vulnerabilidades sociais”. Portanto, trata-se de um termo carregado de historicidade que, para além de ser entendido como território de pobreza e violência, passa a ser visto como lugar de cultura e criação artística do final dos anos 1990 em diante.

A partir desse entendimento sobre como a periferia se constituiu no espaço urbano e de como o termo periferia foi sendo apropriado historicamente, o autor constrói o conceito de *sujeito periférico* levando em consideração quatro dimensões inter-relacionadas: *sujeito como pessoa*, *sujeito como subjetividade*, *sujeito como assujeitado*, *sujeito como conhecedor/fazedor* (D’ANDREA, 2013, p. 172-3).

Vale destacar que para definição dessas quatro dimensões o autor, como um estudioso da cultura periférica, tomou como referência a música “Sujeito periférico”

(2011), do artista Tita Reis, assim como se inspirou em todo movimento artístico-cultural das periferias de São Paulo que, ao longo das décadas de 1990 e 2000, contribuíram para a criação do orgulho periférico.¹²⁴

Sem generalizar o fenômeno das periferias e da violência em São Paulo e no Rio de Janeiro,¹²⁵ para os objetivos desta pesquisa, há alguns achados de D'Andrea (2013) que nos serviram de base para analisarmos os sujeitos das lutas urbanas do Rio de Janeiro. O primeiro achado refere-se às alterações na forma de atuação dos sujeitos periféricos que marcam a década de 2000. Segundo o autor, nesse período os sujeitos periféricos passam a prescindir de mediadores para pautar suas demandas e contar suas histórias.

Vale destacar que esse protagonismo do sujeito periférico difere e muito do posicionamento da década de 1980, quando a igreja católica, os sindicatos e as associações de bairro eram as vozes da periferia (SADER, 1988), assim como dos anos 1990, quando organizações não governamentais e entidades do terceiro setor passaram a atuar sistematicamente nesses territórios agenciando políticas públicas (ROCHA, 2013). Tal atuação ocasionou aquilo que Landim (1993) chamou de associativismo de resultado, ou seja, a decisão sobre o escopo e o formato das ações voltadas para os territórios de favela e periferia deixaram de ser determinados pela comunidade e passam a ser definidos pelos financiadores de projetos, sendo o Estado um dos principais, logo as organizações não governamentais e o terceiro setor passaram a ajustar sua ação ao tipo de relação que o Estado e o mercado demandavam ter com esses territórios, bem como passaram a buscar legitimar-se junto aos sujeitos periféricos e favelados.

Na busca por explicar o protagonismo do sujeito periférico numa perspectiva crítica, D'Andrea (2013) identifica que a produção cultural da periferia somada às

¹²⁴Para além das bibliografias citadas, o aprofundamento dos estudos sobre os sujeitos periféricos foi subsidiado pela participação da autora desta tese na atividade-programa *Construção de conhecimentos a partir da periferia: sujeitos coletivos, territorialidades e experiências*, coordenada pela Prof.^a Dra. Dirce Koga no primeiro semestre de 2020. Em especial destaca-se a aula ministrada pelo pesquisador Tiarajú D'Andrea, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E0ma73aQCm0&t=2794s>. Acesso em 8 jul. 2020.

¹²⁵Birman & Leite (2018, p. 31-5) apontam que no Rio de Janeiro a presença da guerra, seja como metáfora, seja enquanto guerra pura e simples como prática de gestão, sempre esteve presente. Já São Paulo nunca esteve em “guerra”, ao longo do tempo a relação com os pobres sustentou-se através de um dispositivo que é o aprisionamento. Embora ambas as cidades vivenciem situações repressivas, os dispositivos construídos pelo Estado e pelo mercado para resolver a violência não foram os mesmos. A disciplinarização/pacificação dos moradores de favela no Rio de Janeiro via empreendedorismo deu-se forte como ideologia e débil como prática, enquanto em São Paulo deu-se de forma mais residual.

políticas afirmativas de inclusão dos jovens pretos e pretas nas universidades¹²⁶ foram elementos importantes para a passagem do *sujeito periférico assujeitado* (aquele que está submetido às precariedades do espaço urbano, que sofre com a desigualdade urbana e que, apesar de organizar-se politicamente, está sujeitado à exploração do trabalho no capitalismo e à forma desigual de produção das cidades) ao *sujeito periférico conhecedor/fazedor* (aquele que assumiu o papel de sujeito ativo, que se reconheceu como detentor de conhecimento, que reivindica o direito de narrar sua própria história e, no limite, de produzir conhecimento a partir de uma epistemologia periférica ainda em construção).

O levantamento participativo (FASE, 2018) também mostrou que essa passagem do *sujeito periférico assujeitado* para o *sujeito periférico conhecedor/fazedor* é um dos traços característicos do tecido associativo urbano do Rio de Janeiro. A partir do debate crítico sobre a produção de conhecimento na relação com movimentos sociais, universidades e organizações sociais de educação popular, identificou-se que a geração de novos conhecimentos vai além da necessária descolonização da universidade.

O levantamento participativo mostrou que no Rio de Janeiro “há muitos pesquisadores que são militantes e muitos militantes que são pesquisadores e este duplo pertencimento suscita outras questões fundamentais” (FASE, 2018, p. 119). Algumas dessas questões são: o enfrentamento da dicotomia entre sujeito e objeto a partir do reconhecimento do saber do outro como intrinsecamente válido; e a valorização do processo de investigação, em detrimento dos seus resultados. Assim, a produção de conhecimento pelos próprios sujeitos periféricos é tida como uma forma de valorização da própria memória social, de reconhecimento dos saberes periféricos e de disputa desses saberes com os saberes hegemônicos.

Prova da importância do *sujeito periférico conhecedor/fazedor* na constituição do tecido associativo urbano do Rio de Janeiro são os vários espaços de organização e produção de conhecimento identificados no levantamento participativo realizado pela Fase (2018):

¹²⁶Por políticas afirmativas entende-se um conjunto de medidas tomadas a partir de 2003 quando foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Entre as medidas destacamos: promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 2003, que introduziu no currículo o ensino obrigatório de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010; e aprovação da Lei Federal 12.711/2012, que garantiu a implementação de cotas raciais em pelo menos 50% das vagas das universidades federais.

O espaço Pra Que e Pra Quem Servem as Pesquisas sobre Favelas?, o Curso Histórias Vivas, o Curso sobre Segurança Pública e Epistemologia Favelada, o Cepedoca no Complexo do Alemão, o Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina – Netsal, a Militiva do Pacs, as Cartografias Sociais, Insurgentes e/ou Decoloniais do Fórum de Juventudes RJ e do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu em parceria com o Fórum Grita Baixada e a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado, na Baixada Fluminense (FASE, 2018, p. 177).

A partir das entrevistas realizadas para esta tese, foi possível perceber que há uma clara identificação de parte dos entrevistados como *sujeitos periféricos conhecedores/fazedores*. No que se refere ao perfil dos entrevistados que assim se identificam, os jovens se destacam como principais portadores dessa voz que precisa ser ouvida e desse conhecimento que precisa ser valorizado. Assim como os estudos de D'Andrea (2013) apontam, as políticas afirmativas de inclusão dos jovens pretos e pretas na universidade aparecem nas entrevistas como elementos importantes para a politização dos sujeitos e para a própria descoberta do jovem enquanto sujeito de direito.

Pra minha geração e talvez para pessoas um pouco mais velhas entrar na universidade significou uma ascensão social mínima, especialmente se você terminou e ingressou em algum concurso, se você conseguiu emprego de imediato... Os meus pais não fizeram graduação, na minha família eu e minhas irmãs fomos a primeira geração a fazer universidade pública (Sujeita B, IFHEP, entrevistada em 10/7/2020).

*Eu fui da primeira turma do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Nova Iguaçu, em 2004, governo Lula, e em Nova Iguaçu, Lindberg. Era um espaço que estava abandonado há 10 anos e foi revitalizado. A gente não se reconhecia porque vinham alunos do Rio para estudar aqui, então esse passou a ser um movimento do grêmio, do primeiro grêmio que foi criado, de saber de onde vinham esses alunos. Por que os alunos da Baixada não acessavam esse espaço? Qual eram as vantagens que os alunos do Rio levavam com relação aos alunos da Baixada? E aí foi um longo processo de marcação de identidade e hoje a gente vê uma diferença enorme no Cefet, na Rural a mesma coisa... era *pra* gente, a gente precisava ocupar aquele espaço e, de fato, hoje é o que acontece (Sujeita I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).*

Em geral, a reivindicação de que é preciso dar voz aos sujeitos periféricos não se dá descolada da reivindicação de que também é necessário abrir os ouvidos da sociedade, ou seja, quando os *sujeitos periféricos conhecedores/fazedores* denunciam a surdez coletiva que impede a sociedade de tomar conhecimento sobre o que ocorre nas favelas e periferias estão construindo outro olhar sobre o que é a

periferia, complexificando as relações sociais que se estabelecem entre o centro e a periferia e questionando a própria fragilidade da democracia na periferia. Ao que parece, todo esse movimento dos *sujeitos periféricos conhecedores/fazedores* contribui para que se vá deslocando o centro do centro e colocando-o nas periferias, de forma a ampliar o sentido da democracia.

A gente precisa dizer e precisa ser ouvido, então se a gente não vai ser ouvido nos espaços hegemônicos de comunicação a gente precisa criar as nossas formas de comunicação, a gente precisa utilizar dados do Estado para compor nossa própria narrativa e, se esses dados não existirem, a gente precisa produzir os nossos próprios dados e mostrar o que vem acontecendo. No Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro a gente não tem os recortes de desaparecimentos forçados, está tudo no meio de desaparecidos, então pessoas que fugiram de casa e pessoas que foram mortas e tiveram seus corpos desaparecidos estão no mesmo balaio, enquanto todo mundo sabe que esse crime é muito comum. A gente precisa dizer o que acontece na Baixada, senão isso vai passar despercebido. A gente precisa enfrentar esse discurso de bandido bom é bandido morto. Não só bandido bom não é bandido morto como que quem está morrendo é uma população que é vista como bandida cotidianamente de forma natural, quem está morrendo são os jovens, negros e pobres da Baixada Fluminense, é essencialmente a composição de uma região inteira, a Baixada é a região mais negra do Rio de Janeiro, se a gente não fala isso para as pessoas, se a gente não fala que Queimados não é a cidade mais violenta do Brasil, mas é a cidade mais violentada, a gente não tem políticas públicas, não tem espaços de lazer, não tem cinema, não tem universidade pública dentro da cidade (Sujeita I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

Em 2016 eu comecei a estudar fotografia no centro da cidade e eu percebia muito esse contraponto do Centro *pra* cá e aí eu comecei a estudar artes e comecei a entender que nossas referências eram muito dotadas numa realidade estética que não era a periferia, negritude, a Zona Oeste. E quando eu comecei, eu comecei a colocar dentro dos meus trabalhos essas questões [...]. Então quando eu percebi que a minha arte era potente foi quando eu vi os meus passos no mundo, eu percebi que eu tinha capacidade de fazer coisas, junto da minha equipe, é claro. As nossas narrativas são importantes, elas têm essa beleza, porque quando a gente vai estudar nessas escolas, nesses espaços, não é essa narrativa que a gente vê construída, não é isso que é considerado como importante, como belo (Sujeito C, IFHEP, entrevistado em 24/7/2020).

O segundo achado de D'Andrea (2013) que nos abriu caminhos para reflexão sobre os sujeitos das lutas urbanas do Rio de Janeiro refere-se às características dos sujeitos periféricos que estão diretamente relacionadas às suas formas de ação política. Entendendo-os como sujeitos históricos, forjados por determinadas circunstâncias ocorridas nos territórios populares a partir dos anos 1990, D'Andrea (2020a) vai apontar 13 marcas do sujeito periférico:

1. *Utilização de periferia como classe*: *periferia* passou a ser utilizada como totalidade abarcadora de distintas localidades com situações sociais próximas, sendo uma expressão de *classe trabalhadora* em um momento histórico em que se necessitava de uma categoria unificadora, mas *trabalhador* se fragilizava como categoria de representação. 2. *Periferia, periférica, periférico e favela como posicionamento político-territorial*: por mais que esses termos tenham sido empregados por alguns grupos nos anos 1970 e 1980, é incontestável que sua disseminação ocorreu nos anos 1990 e 2000. 3. *Organização em coletivos*: o *coletivo* como forma organizativa passou a se disseminar. 4. *Arte e cultura política*: atividades artísticas e culturais adquiriram maior peso na e como atuação política. 5. *De objeto de estudo a sujeito do conhecimento*: o acesso à universidade possibilitou que a população periférica questionasse o papel de objeto de estudo que lhe era relegado, passando então a produzir conhecimento. 6. *Sistematização da própria história*: a possibilidade de acesso a recursos técnicos e tecnológicos, somada ao crescimento de atividades culturais, jornalísticas e ao ingresso na universidade, permitiu que essa geração sistematizasse sua experiência histórica. 7. *Fim da necessidade de mediadores*: por uma série de circunstâncias, essa geração passou a prescindir de mediadores na política, na academia, no jornalismo, na arte, entre outras esferas, passando ela mesma a se representar. 8. *Do estigma ao orgulho*: nas últimas três décadas houve um processo social de combate aos estigmas, preconceitos e vergonhas com relação ao local de moradia. *Periferia* e *favela* passaram do estigma ao orgulho, da fragilidade à potência. 9. *Relevância dos debates sobre opressões raciais e de gênero*: essa geração passou a debater de maneira mais sistemática as opressões raciais e de gênero, colocando tais discussões em outro patamar. 10. *Consciência ecológica e por direitos de LGBTs*: a luta contra a destruição do planeta passou a ter mais reverberação, assim como a luta empreendida pela população LGBT por direitos e visibilidade. Vale destacar como a cultura produziu *intelectuais orgânicos* dessa luta, como Linn da Quebrada. 11. *Diferença como bandeira*: o *direito à diferença* é uma pauta que ganhou relevância, em contraposição à luta por *igualdade*, preponderante na geração anterior. 12. *Era digital*: intensificação do uso de meios digitais e tecnológicos. 13. *Agentes e processos sociais distintos*: essa geração interagiu com distintos processos sociais, como o neoliberalismo, o lulismo e o conservadorismo, e com agentes sociais como as ONGs, o PCC e os evangélicos (D'ANDREA, 2020, p. 31-2, grifos do autor).

Uma vez apresentadas as treze marcas dos sujeitos periféricos de São Paulo, destacaremos algumas que nos parecem comuns ao tecido associativo do Rio de Janeiro devido aos achados desta pesquisa.

4.3.1 O Sentido da Democracia a partir do Território

Conforme já analisado no capítulo 2, a crise da democracia liberal e a baixa legitimidade do sistema político formal afastam cada vez mais as pessoas do exercício da política (BROWN, 2019; CASTELLS, 2018). No caso do estado e da cidade do Rio de Janeiro, que convivem com o aumento da violência política e eleitoral (LAURIS; HASHIZUME, 2020) e que, nos últimos quatro anos, tiveram seus ex-governadores

presos por crimes cometidos durante a função pública, a descrença no sistema democrático é enorme conforme apontamos no capítulo 3.

Considerando esse contexto, o posicionamento político-territorial do sujeito enquanto periférico e favelado (D'ANDREA, 2020a) foi identificado nesta pesquisa como uma alternativa para enfrentar a crise de legitimidade presente nas democracias, na medida em que fazem parte dos grupos não hegemônicos que estão ausentes dos espaços institucionais de poder (FERRANHA; PEREIRA, 2020).

Primeiro é necessário pontuar que tal posicionamento político-territorial não se dá sem conflitos entre sujeitos de origens diferentes. Embora não exista discordância quanto à ideia de que as lutas urbanas precisam enfrentar as desigualdades territoriais que marcam a produção das cidades, existem disputas colocadas entre os sujeitos coletivos do centro e da periferia em relação à ação política.

Os sujeitos dos territórios periféricos percebem que há uma certa naturalização da precariedade urbana que enfrentam para manter-se engajados nos processos de luta, bem como um certo incômodo por parte de sujeitos coletivos que se organizam a partir dos centros urbanos para lidar com as demandas colocadas por quem vem da periferia. Diferentes sujeitos desta pesquisa relataram experiências sobre quão difícil é manter-se mobilizado e articulado para além do seu território quando se constrói luta urbana desde a periferia.

Entre as organizações sociais há discursos que não são explicitados, por exemplo, quando há uma reunião no Rio de Janeiro e a gente vai participar, as reuniões são marcadas às 19h, às 20h e a gente vai. Mas quando a gente marca na Baixada Fluminense as pessoas sempre falam... como é difícil chegar até aqui, como é demorado, vocês não podiam fazer num lugar mais acessível, então essa relação em especial sempre nos chama atenção porque não se problematiza da mesma forma quando a gente vai *pra* capital. São relações que se colocam e que, às vezes são explicitadas, outras vezes não (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

A Baixada é longe, o Rio é longe, depende do ponto de vista, é a mesma distância de quem sai da Baixada e vai *pra* uma reunião no Rio. Até nisso, quando a gente vai conversar sobre movimentos sociais, até nisso a Baixada é prejudicada. Quando os movimentos sociais vão sair da sua centralidade que é o centro da cidade e vão para as regiões periféricas sem falar em nome dos periféricos? Quando é que os movimentos vão sair dessa comodidade do metrô ou BRT e vão acessar a Baixada Fluminense? As dificuldades que quem sai do Rio de Janeiro e vai para Baixada Fluminense são as mesmas de quem sai da Baixada e vai *pro* Rio (Sujeito I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

Em 2016 eu estava no centro Acadêmico do movimento estudantil da universidade, mas eu decidi romper com o processo primeiro porque eu via

uma dificuldade muito grande do movimento estudantil pautar algumas questões e isso me bloqueava, e segundo que demandava tempo. Eu sou um jovem trabalhador da Zona Oeste, eu trabalhava à tarde e ia *pra* universidade à noite, e eu tive muitos embates dentro do movimento estudantil porque as coisas não aconteciam à noite, e elas não me incluíam (Sujeito A, IFHEP, entrevistado em 10/7/2020).

Os sujeitos periféricos também percebem que há uma tendência à homogeneização dos seus territórios de ação coletiva e, por conseguinte, do próprio tecido associativo que os constitui.

A gente acompanha alguns espaços no Rio de Janeiro, o Observatório de Segurança Pública por exemplo, e geralmente só a gente representa a Baixada, e a Baixada são 13 municípios. Como pode só uma instituição? A Baixada é muito rica em movimentos [...]. É muito complicado a gente ser o representante da voz de uma infinidade de assuntos e pessoas e é muito complicado também a gente ser visto como um só território, “a Baixada Fluminense”. Dentro de uma cidade a gente tem espaços completamente diferentes. Se a gente for falar de Nova Iguaçu, a gente pode falar de assentamento, de zona do campo e a gente pode falar da região urbana, então é muito diferente (Sujeita I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

Por outro lado, além dos conflitos entre sujeitos de origens diferentes, o posicionamento político-territorial de periféricos e favelados representa uma potência política para transformação da própria democracia.

Nesse sentido, ao construir sua ação política a partir do campo popular e em articulação com os espaços de favela, as Brigadas Populares parecem se diferenciar de sujeitos coletivos que se organizam por causas semelhantes da luta pelo direito à cidade, mas que o fazem desde o centro da cidade. Ao escolherem “o povo”, que não por acaso está nas “periferias e favelas”, as Brigadas Populares acreditam estar disputando uma parcela da sociedade menos atrativa para o campo da esquerda, o que lhes favorece politicamente e, ao mesmo tempo, tenciona as disputas no interior do próprio sistema político-democrático por estes grupos (FERRANHA; PEREIRA, 2020).

Nós estamos disputando o povo, a nova maioria, não estamos disputando nada com o MST, com o MTST, nem com outros movimentos. A esquerda está brigando entre si porque a esquerda está fazendo política no centro, nós não queremos fazer política no centro, nós queremos chegar no centro de bonde... a esquerda rivaliza porque está disputando a mesma gente, nós não estamos disputando essa gente, essa gente já está dada, essa gente vai ser aliada, mas só até certo ponto, porque quando o bicho pegar essa gente vai correr, essa é a realidade. As Brigadas Populares estão disputando o povo, por isso a gente sai um pouco dessa concorrência, não que a gente seja

melhor que ninguém, tanto que a gente busca a unidade, ainda como uma pequena organização do Brasil... De certa forma acho que o MST também faz isso, todo mundo fala bem do MST, MST é uma maravilha, dá arroz integral para as pessoas, ninguém reclama deles, mas o MST não está disputando o que a gente está disputando. Atualmente ninguém está reclamando muito das Brigadas por causa disso, porque ninguém tá a fim de fazer Assembleia da Ficap no domingo, a bala comendo, uma confusão e a gente está ali. Se a gente começar a fazer assembleia no centro, a gente vai ter mais disputa. Quando você procura o povo, procura a massa você consegue sair da concorrência, nós de certa forma saímos disso (Sujeito F, Brigadas Populares, entrevistado em 7/8/2020).

Ainda como parte da potência política dos sujeitos favelados e periféricos para transformação da democracia, identificamos que buscam dialogar com candidatos às eleições e representantes de instituições públicas a fim de que não reproduzam o afastamento entre governantes e governados característico da crise da democracia liberal (CASTELLS, 2018), tampouco reproduzam práticas típicas do mandonismo que historicamente estiveram presentes na formação social brasileira (SCHWARCZ, 2019).

A gente tentou fazer um movimento de articulação entre deputados progressistas aqui no Fórum Grita Baixada para que eles discutissem temas pertinentes para a Baixada, era extremamente difícil fazer com que um deputado ou assessor de um deputado viesse até o Fórum Grita Baixada para uma reunião *pra* discutir isso. E um deputado ele não é deputado da cidade do Rio, ele é deputado do estado do Rio. Então é muito difícil, até dentro dos movimentos sociais uma agenda política para fora da capital e esse vem sendo o trabalho do Fórum, de fazer as pessoas reconhecerem a Baixada, porque quando as pessoas precisam de votos, a gente tem colégios eleitorais fortíssimos e essas pessoas vêm *pra* cá e procuram as instituições da Baixada *pra* ajudar (Sujeita I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

Importante acrescentar que a potência política dos *sujeitos periféricos conhecedores/fazedores* também está presente na busca incerta por “novas formas de representação” identificadas por Castells (2018) ou nas “outras formas de deliberação democrática” apontadas por Santos (2016). Embora essas novas formas ainda sejam menos conhecidas no âmbito da sociedade em geral, elas vêm sendo gestadas pela sociedade civil há bastante tempo.

Segundo o *Relatório da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade* (2019), entre os anos de 1994 e 2019 o Brasil obteve 110 candidaturas legislativas coletivas ou compartilhadas, das quais 32 obtiveram êxito eleitoral e tornaram-se mandatos coletivos ou compartilhados. Os mandatos coletivos são caracterizados por terem um número reduzido de coparlamentares, que, em geral, se conhecem e possuem a

mesma linha ideológica. As tomadas de decisão são feitas por deliberação, debate e tentativas de consenso. Já os mandatos compartilhados são formados por um número médio de coparlamentares que não possuem a mesma linha ideológica e que tomam decisões por maioria. Salvo essas diferenças, ambos os tipos compartilham o poder decisório entre o candidato ou parlamentar eleito e um grupo de pessoas.

Em relação à difusão desse tipo de mandatos no tempo, o relatório destaca que houve um crescimento significativo nos últimos três anos, quando foram identificadas 98 das 110 candidaturas e 22 dos 32 mandatos. Quanto à distribuição geográfica, o relatório aponta que há mandatos coletivos e compartilhados em todas as regiões do país, mas uma maior concentração nas regiões Sul e Sudeste.

Pontua ainda que essa forma de representação não é uma exclusividade do campo da esquerda, também há iniciativas no campo da direita que se veem como uma forma de inovação, simplicidade decisória e pluralismo, enquanto a esquerda as vê como alternativa para ampliar a participação social e para garantir equidade. Em números, as iniciativas de esquerda e centro-esquerda são maioria, correspondendo a 47% do total.

Sobre a questão de gênero, das 110 candidaturas 81% tiveram como porta-voz homens (candidato oficial) e apenas 19% mulheres. No entanto, em relação à proporção de votos obtidos as mulheres têm tido maior êxito, visto que em média suas campanhas alcançaram 18.205 votos, enquanto os homens alcançaram 9.561 votos (RAPS, 2019, p. 37-51).

Nessa linha, o IFHEP contribuiu na articulação de uma candidatura coletiva nas eleições de 2020 chamada Coletiva Bem Viver¹²⁷ (PSOL) que, como o próprio nome diz, tinha na concepção de bem-viver “o horizonte utópico rumo à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a partir das lutas concretas, dos saberes dos povos originários e das periferias pretas” (MANIFESTO DA PRÉ-CANDIDATURA

¹²⁷A Coletiva Bem Viver foi formada por quatro pessoas negras, sendo dois homens e duas mulheres, todos oriundos de lutas populares. Construiu um programa cujos pilares foram a luta antirracista, por justiça socioambiental, por uma educação transformadora e pela soberania e segurança alimentar. Os gastos com a campanha foram pagos com financiamento coletivo. Embora não tenha sido eleita, a Coletiva conseguiu 3.517 votos e ficou na posição 125, sendo que havia 51 vagas para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Para mais informações consultar <https://www.facebook.com/coletivabemviver/>. Acesso em: 6 abr. 2021.

COLETIVA BEM VIVER,¹²⁸ 2020). Embora essa não tenha sido a única candidatura apoiada pelo instituto, foi a única de caráter coletivo.

Assim, o reconhecimento da potência política dos sujeitos periféricos e favelados da qual falamos não se trata daquela que os vê como assujeitados ou submissos à velha política do coronelismo e do voto de cabresto. Embora essa forma de fazer política ainda esteja presente nos territórios periféricos e tenha se complexificado com a militarização da cidade, observamos que esses sujeitos reconhecem o seu papel político no enfrentamento da crise democrática; eles sabem que para que a democracia não atenda apenas às necessidades das classes burguesas (CHAUI, 2011) é necessário saturá-la de contradições. Logo, ao contribuírem para exposição das tensões e conflitos sociais existentes no território, os sujeitos garantem a vitalidade democrática (RANCIÈRE, 2014).

4.3.2 Pluralidade e Direito à Diferença

O direito à diferença também se mostrou presente nesta pesquisa.

No que tange ao direito à diferença nos parece importante pontuar que os sujeitos coletivos do século XXI não são os mesmos de 30 anos atrás. O sujeito coletivo universal já não existe desde maio de 1968, quando as feministas denunciaram que, por trás desse universalismo aparente, havia um homem ocidental, branco, cristão e proprietário. Na década de 1990, o movimento zapatista também já sinalizava uma crise das referências tradicionais de luta da esquerda após a queda do muro de Berlim e apontava para a novos imaginários de resistência (ALCÂNTARA; BRINGEL, 2020).

Assim, esse sujeito universal que nos levaria à revolução transformou-se em um sujeito plural cujo horizonte político passa por afirmar a diferença. Importante compreender que igualdade e diferença não são pares antagônicos, o que se busca com essa afirmação é que a igualdade seja capaz de conviver com a diferença sem hierarquizá-la. Mesmo que essa seja uma difícil tarefa, ela reafirma a luta pelo “direito a ter direitos” (TELLES, 1998) na medida em que nenhum direito é conquistado sem que exista um sujeito que anuncie seu projeto e atue na esfera pública para alcançá-

¹²⁸Para mais informação consultar:
<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeVzNlbZeySVXPssE6quTcqb-rLYfyBHQ-XmRZnvbgG42sAMg/viewform>. Acesso em: 6 abr. 2021.

lo. Logo, há uma articulação entre os sujeitos coletivos e os sujeitos de direitos que não pode ser esquecida; seja porque os sujeitos coletivos se constituem na luta por direitos, seja porque a conquista dos direitos sociais, políticos e civis que caracteriza a cidadania invertida (CARVALHO, 2015) do Brasil se forjou e segue forjando sujeitos coletivos no processo de luta pela democracia.

Portanto, se por um lado a pluralidade de sujeitos coletivos e a heterogeneidade do tecido associativo são característica do tempo presente que desafiam a construção do horizonte político comum (AGUILLAR, 2017; 2019), por outro é exatamente o encontro entre essa pluralidade de sujeitos que produz as novas possibilidades políticas para além do Estado e do mercado (FEDERICI, 2019) e que inspira a dimensão ofensiva do paradigma dos comuns (DARDOT; LAVAL, 2017a).

No movimento social você tem atores diversos. Então, você se relaciona com pessoas que são católicas, mas que também são evangélicas e tem pessoas que não acreditam em nada. Então, essa diversidade na discussão política, isso amadurece a gente profundamente (Sujeita H, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 11/9/2020).

O IFHEP é muito complexo, porque a gente tem ali pessoas de orientações políticas que não são completamente divergentes porque todos somos anticapitalistas, mas não chegamos a uma condição impossível e intratável, mas a gente tem ali pessoas que são do movimento negro, a gente tem pessoas do movimento LGBTQI+, a gente tem pessoas do movimento estudantil, tem pessoas ligadas a partidos, outras já são independentes, a gente tem ali uma profusão de atores que se envolvem em processos eleitorais, o que a gente tenta fazer é garantir espaço pro debate das linhas com as quais a gente tem algum diálogo, que a gente acredita. Por exemplo, a gente fez um curso de férias com candidatos a vereador que alguns de nós ali indicávamos, então você tinha basicamente candidatos do PSOL, PCB, e já tivemos em alguns anos conversas com o pessoal do movimento “Não Vote, Lute!”, que está mais ligada à galera anarquista... Por ser essa amplitude, tem gente no IFHEP que é anarquista, tem gente que é comunista, tem gente que é socialista, tem gente que é afrocentrada, o que a gente precisa é garantir o espaço *pro* nosso debate, sempre (Sujeita B, IFHEP, entrevistada em 10/7/2020).

Ao analisarmos a trajetória do Sujeito J, um importante membro da diretoria do Sindágua-RJ, percebemos quanto a militância em espaços plurais contribuiu para sua formação política. Sendo um homem de 55, já fez parte do Sindicato dos Marítimos, quando trabalhava na Marinha Mercante, e do Sindicato dos Bancários, quando trabalhava no Unibanco, contudo considera o acesso à universidade pública em 2004 como um momento ímpar na sua trajetória, quando ingressou na graduação na Universidade Federal Fluminense. Atualmente, além de estar organizado no sindicato também faz militância partidária no PSOL. Identifica que mais que sua bagagem de

vida, foi essa militância interna no partido que lhe possibilitou adquirir conhecimento sobre a diversidade do tecido associativo.

No caso o PSOL tem uma característica, que a gente fala, que é uma colcha de retalhos. São muitas correntes oriundas de outros partidos de esquerda e de rupturas do PT, de rupturas do PCB, do PSTU. E o PSOL foi o partido que acolheu todos esses grupos e aí tem uma forte discussão interna acerca dos direitos fundamentais, dos movimentos, como acontece, como não acontece... Eu falo da militância partidária porque foi o PSOL que me deu isso. Nesses anos todos de discussões internas. É, ela me ajudou a entender o que era minha vida, porque eu era do jeito que eu era. Eu era machista, eu ainda sou machista. Eu era homofóbico, eu ainda sou homofóbico. Eu era um liberal, um meritocrata, eu ainda sou isso. Mas eu tenho desconstruído isso ao longo dos anos e parte dessa desconstrução eu devo à militância. Mas não é a militância partidária, eu acho, do senso comum. Mas essa militância orgânica, dos grupos de discussão, dos pontos de vista que vão sendo colocados. Quando o saber te é apresentado e em paralelo a isso te dão os instrumentos para que você tenha autonomia de pensamento. Então, o [Sujeito J] de hoje é resultado disso tudo. Então, é uma coisa muito difícil de você construir na sociedade (Sujeito J, Sindágua-RJ, entrevistado em 1/11/2020).

Embora o Sujeito J reconheça a importância da convivência com diferentes sujeitos para sua formação política, a heterogeneidade do tecido associativo não se traduz na composição nem na forma de fazer política do Sindágua-RJ. Exemplo dessa questão é que entre os 15 membros da Diretoria Executiva há apenas uma mulher, entre os 20 membros da Diretoria de Base também há apenas uma mulher e no Conselho Fiscal que é formado por seis membros, sendo três efetivos e três suplentes, todos são homens. Ao ser perguntado sobre por que a heterogeneidade de sujeitos não está presente no Sindágua-RJ, a resposta apontou traços históricos do sindicalismo e características personalistas que marcam a ação coletiva brasileira.

A gente precisa talvez retornar no tempo, lá na década de 80, 90, quando do surgimento do PT, que tinha muito dessa organicidade entre movimentos sociais e dos trabalhadores. [...] Houve para mim uma degeneração do Movimento Sindical e apareceu muito aquela figura, que eu em parte continuo representando hoje, que é o sindicalista que vai lá e resolve os problemas e os trabalhadores apenas colhem os lucros. Ou prejuízos. Porque na medida que você só tem uma representatividade atuando você deixa de ser o ator principal. Quem deveria ser o ator? Deveria ser o trabalhador. E aí, nesse sentido, as entidades como um todo, elas se degeneraram, se perderam em meio à burocracia sindical e também à burocracia do Estado e das lutas. Criaram várias superestruturas, como as Centrais Sindicais, as Federações, e mantiveram essa maneira de atuar: “deixa que eu resolvo”, “eu vou falar com o parlamentar”, “eu falo com o governador”, “eu falo com o presidente da indústria/da empresa”, e os trabalhadores esqueceram ou desaprenderam, alguns desaprenderam, e os mais jovens não aprenderam, a importância de fazer esse enfrentamento, de fazer a contestação (Sujeito J, Sindágua-RJ, entrevistado em 1/11/2020).

Diferente do Sindágua-RJ, a pluralidade de sujeitos coletivos e a heterogeneidade do tecido associativo são características presentes tanto na composição como na forma de fazer política do IFHEP. Por mais que sejam sujeitos coletivos com naturezas distintas, nos pareceu pertinente compará-los porque possuem concepções distintas sobre a classe trabalhadora.

Enquanto o primeiro representa os trabalhadores de forma generalista e, em alguma medida, com baixa participação deles, o segundo identifica a classe trabalhadora como parte da sua própria identidade periférica, sem a qual o próprio IFHEP não existiria. Os sujeitos que constroem o IFHEP são trabalhadores e reivindicam essa identidade de classe na narrativa política, ao mesmo tempo buscam mobilizar outros trabalhadores para suas ações. O ponto principal é que a concepção de classe trabalhadora para o IFHEP tem idade, gênero, raça e endereço.

Eu acho que no IFHEP a gente tem uma compreensão de classe trabalhadora que é a seguinte: a maioria da classe trabalhadora no Brasil ela é negra e ela é mulher, então a gente vai partir desse pressuposto, então além da gente discutir a produtividade, a gente tem que discutir a reprodução do trabalho. Então eu acho que o IFHEP compreende essa dimensão interseccional [do trabalho] desde esse ponto de vista. E ele está na periferia, Campo Grande sempre foi visto como um bairro dormitório, e agora continua com os novos aplicativos e com a uberização, eu vejo pelos meus alunos, muitos trabalham entregando comida. Então o IFHEP percebe que a classe trabalhadora é negra, é mulher e está na periferia, então vamos olhar direito para essas pessoas, ver como as relações estão se dando aqui na base e quem são os sujeitos que a gente quer que transforme a realidade, porque são justamente esses mesmos sujeitos, os jovens negros periféricos, as mulheres, os LGBTQI+ que são os nossos públicos de turma. E aí tem uma outra dimensão de classe trabalhadora, no IFHEP tem muitos professores e professoras que vão se entender enquanto classe trabalhadora (Sujeito C, IFHEP, entrevistada em 10/7/2020).

Por outro lado, o depoimento a seguir mostra que nem todos os sujeitos políticos entrevistados para esta tese enxergam o direito à diferença e à pluralidade de sujeitos como possibilidade para produção de uma outra cultura política para além do Estado e do mercado (FEDERICI, 2019).

Para a Sujeita K, a pluralidade de sujeitos no tecido associativo é um problema que leva à fragmentação política das lutas sociais e que poderia ser resolvido com “uma liderança forte que fosse capaz de juntar todo mundo”. Com uma trajetória de militância política de mais de 30 anos, lembra-se com saudosismo das décadas de 1980 e 1990 quando os trabalhadores da Cedae compunham o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Rio de Janeiro (STIUR), mais conhecido

como Sindicato dos Urbanitários, tempo em que esse sindicato articulava trabalhadores de vários setores como elétrico, saneamento, transporte, meio ambiente.

Assim, permanece no imaginário social a ideia de que o caminho para as lutas sociais é um só, de que o êxito dos processos de resistência deve-se à figura de um único indivíduo e de que as diferentes posições políticas – tão caras à vitalidade democrática e à expressão da própria forma de ser da sociedade como nos ensinou Rancière (2014) – atrapalham as disputas políticas ao invés de nutri-las.

Eu vejo que as pessoas hoje estão muito divididas, então quando tá dividido você é muito mais fácil ser conquistado por qualquer coisa. São várias ideologias, são vários assuntos, várias crenças e tudo mais, mas eu acho que o caminho é um só. O caminho é um só. Você pode ter uma ideologia totalmente diferente da minha, mas a gente vai trilhar o mesmo caminho. Por quê? Se eu quero o bem da coletividade, eu vou chegar junto com você lá na mesma esquina. Você vai pela esquina A pela esquerda, eu vou vir pela esquina B pela direita, mas a gente vai se encontrar lá na frente e se encontrando lá na frente a gente vai formar um grupo muito maior. Só que é aquela coisa assim, só que não... o que que precisa nisso tudo? Um líder. Porque grupos pequenos você consegue liderar, mas o grupo quando ele passa, até mesmo no próprio sindicato, né? Você começa a liderar 20 pessoas, se botar os 3 mil funcionários, vamos supor: 3, 4 mil funcionários da Cedae junto você já não consegue mais liderar? Por que que dentro da Cedae existem vários sindicatos? Já começa por aí entendeu? É porque a Cedae é muito grande (Sujeita K, Sindágua-RJ, entrevistada em 4/11/20).

No caso das Brigadas Populares, o direito à diferença e à pluralidade entre os sujeitos é tratado internamente pelo movimento, mas não deve ficar aparente fora do movimento porque orientam-se pelo lema da “unidade aberta para a nova maioria”, ou seja, trabalham com as divergências internamente, mas para fora têm um discurso único.

A linha das Brigadas é o centralismo democrático, e por centralismo democrático a gente entende que dentro a gente pode ter as nossas divergências, que vão ser resolvidas nos espaços corretos, tipo nas assembleias; e *pra* fora a gente tem que passar uma unidade dessa organização... Eu não sinto na verdade uma superdisputa interna nas Brigadas, mas óbvio que sempre vão existir opiniões divergentes, que vão sempre ser resolvidas nos espaços corretos e de lá chegar num consenso (Sujeita D, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

A gente está levantando a bandeira de unidade para as eleições municipais, a gente está ali defendendo uma postura de unidade entre a esquerda *pra* gente vencer essas eleições de 2020, mas temos diversos posicionamentos políticos até dentro das correntes do PSOL, que são ultradivergentes em diversos posicionamentos, mas a gente acha que agora não é momento para continuar separando, porque não tá dando certo, estamos enfrentando um

governo fascista, uma política fascista que também está presente na cidade... Então a gente acha que o mais vantajoso para a política, para a cidade do Rio de Janeiro e para o povo em geral seria essa unidade do campo da esquerda, como uma candidatura única (Sujeita E, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

Para melhor compreensão do “centralismo democrático” que orienta as Brigadas Populares é preciso ressaltar que em seus documentos se definem como uma organização popular cujo sujeitos identificam-se pela “condição de trabalhador e de povo”, ou seja, são esses os sujeitos que buscam unir para formar uma nova “maioria política” e construir uma alternativa à dominação capitalista.

O caráter popular da organização decorre da análise do sujeito da revolução brasileira. Um sujeito em construção, síntese de duas condições específicas: as condições de trabalhador e de povo. Nossa linha de massas parte da percepção de que não é possível separar a classe trabalhadora da sua condição de povo na disputa política. A diferença entre classe e povo se dá em uma dimensão analítica específica, dentro de um exercício de abstração que privilegia as categorias teóricas e informa a composição e a organização da sociedade capitalista em geral. No entanto, nos níveis mais concretos de análise, considerando as formações sociais, o povo e a classe estão imbricados e importam para a construção da estratégia revolucionária, sendo um erro político separar o trabalhador da sua condição de povo. O sujeito da revolução brasileira está nas fábricas, no campo, nas periferias dos grandes centros, nos presídios e ruas. Tomá-lo em toda sua complexidade é uma necessidade irrenunciável daqueles que procuram se estabelecer como alternativa à dominação capitalista (BRIGADAS POPULARES, 2011).

Independentemente da forma como os sujeitos lidam com o direito à diferença e à pluralidade, é patente que essa é uma característica dos sujeitos coletivos do século XXI. Consideramos que tal característica tem a ver com o fato de que a racionalidade neoliberal reduziu os direitos de cidadania (civil, político, social) a tal ponto que não há, no atual estágio do capitalismo financeirizado, qualquer preocupação com a garantia dos direitos sociais por parte do Estado (DARDOT; LAVAL, 2017a, p. 542), logo a afirmação da diferença é uma forma que os sujeitos têm encontrado para denunciar a “privatização dos direitos” (CHAUI, 2019) e anunciar que “novos direitos precisam ser conquistados” (CHAUI, 2020).

Desse modo, do ponto de vista mais geral, a afirmação da diferença nos ajuda a compreender por que – além da participação nas tradicionais lutas urbanas por abastecimento de água, tratamento de esgoto, transporte, moradia e regulação fundiária, que historicamente compuseram a agenda do tecido associativo urbano – os sujeitos coletivos na contemporaneidade se organizam a partir de uma nova gramática política, táticas de ação e agenda de luta bastante heterogênea.

4.3.3 O Orgulho Periférico como Marcador dos Sujeitos

Por fim, a passagem do estigma ao orgulho que marca os sujeitos periféricos contemporâneos também foi observada nesta pesquisa. Consideramos que essa mudança no olhar do sujeito periférico e favelado sobre a sua própria experiência de vida na cidade é um fenômeno lento e processual, que foi sendo tecido pela troca entre sujeitos de distintas gerações, os quais experienciam a segregação socioespacial (CARLOS, 2013) de forma diferente.

A percepção do orgulho periférico pelo Sujeito G, que tem 53 anos, em muito se difere da percepção do Sujeito C, um jovem de apenas 21 anos. O primeiro nos conta como a sua condição de moradia na periferia já foi motivo de vergonha quando ele era jovem, já o segundo nos conta com orgulho sobre ser um jovem que pertence a uma periferia hoje.

Talvez eu não seja o melhor exemplo *pra* uma compreensão de periferia. Eu nasci em Nova Iguaçu, eu morei em Nova Iguaçu até os anos 2000, faz 20 anos que eu estou morando em Mesquita, eu nasci e moro na Baixada Fluminense, nunca morei fora dessas duas cidades só que eu estudei em um colégio particular católico, considerado de elite em Nova Iguaçu, que é o Instituto de Educação Santo Antônio, porque minha mãe trabalhava de servente nesse colégio. Eu nunca sofri a violência policial, eu nunca me percebi sendo tratado como alguém da periferia morando aqui na Baixada Fluminense... E essa dimensão da violência sempre foi algo muito pesado para quem mora na Baixada. Agora, quando eu era mais jovem eu acho que existia uma certa vergonha de se morar na Baixada, justamente por conta dessa perspectiva da violência na Baixada Fluminense. A gente cresceu com o estigma de que, por exemplo, Belford Roxo era a cidade mais violenta do mundo! Eu me lembro que quando eu estudava na UFRJ e a gente tinha que se apresentar eu sentia vergonha de falar que eu morava em Nova Iguaçu, com medo de que os meus amigos se distanciassem, que perguntassem “Nossa, mas esse cara mora num lugar tão violento. Com quem ele se relaciona? Com que ele está ligado?”. Então eu me lembro da vergonha que eu sentia de dizer que eu morava na Baixada Fluminense. Hoje não é um sentimento que eu tenho, e eu não percebo as pessoas com esse sentimento, porque afinal nós fomos descobrindo uma dimensão da Baixada de muito orgulho, de muita estima (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

Olha, eu não diria que é um motivo de orgulho porque eu acho que esse sucateamento e essa precarização da periferia fazem com que eu seja a pessoa que eu sou, mas eu não acho que isso seja um motivo para se orgulhar enquanto uma pessoa que está sendo massacrada pelo Estado, mas é motivo *pra eu* me orgulhar enquanto pessoa que vem desse lugar e que luta por esse lugar, entende? Tem uma contradição nisso porque eu venho de um lugar e esse lugar, eu sou morador de Paciência, Jardim Palmares, na verdade e eu me orgulho pelo fato de ter crescido dentro de um lugar que me acolhe enquanto pessoa e que ajuda a me construir enquanto pessoa, mas

esse lugar que eu vivo é uma zona de esquecimento, é uma periferia, que pelo Estado é cruelmente atacada, então eu não me orgulho por esse lugar ser dessa forma, mas me orgulho pelas coisas que eu construo nesse espaço e dentro desse lugar (Sujeito C, IFHEP, entrevistado em 24/7/2020).

A trajetória de vida da Sujeita H também nos mostra como a percepção do orgulho periférico mudou ao longo dos anos. Quando perguntada se ela tem orgulho de ser da Baixada Fluminense ela respondeu:

Menina, demais. Eu amo ser da Baixada. Eu acho que eu não tinha que nascer em qualquer outro lugar a não ser aqui. Eu gosto muito de estar aqui. Eu gosto muito de ser mulher, de ser negra, de ser da Baixada, de ter experimentado o que experimentei por estar aqui na luta por conquista de direitos. Porque a briga é diária, *né?* Briga todo dia. Mas sou profundamente orgulhosa disso (Sujeita H, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 11/9/2020).

Mas quando perguntada se ela sempre teve esse orgulho a resposta mudou.

De ter nascido sempre fui, mas vou dizer não porque no início ainda da minha juventude eu tinha muita dificuldade nesse processo de morar aqui, de não ter acesso às coisas. Minha família é muito pobre e a gente não tinha nada. E ter que sair daqui para ter que trabalhar como doméstica no Rio não foi uma experiência fácil. Não foi. E aí nesse período, com toda sinceridade, eu estava muito triste de morar aqui na Baixada porque para chegar no Rio *pra* trabalhar, para chegar aqui de noite para estudar não era fácil. E as condições, sem carteira assinada e o que recebia não dava conta de responder às demandas... Eu não era, não. Eu ficava muito puta de morar aqui por causa disso. Foi o processo que foi me levando a essa construção (Sujeita H, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 11/9/2020).

Portanto, se historicamente os moradores das áreas formais da cidade – cujo direito à cidade é assegurado nas mais diversas legislações urbanas e o acesso aos equipamentos de infraestrutura urbana se faz presente no cotidiano – defenderam “ideias fora do lugar” como estratégia de luta contra a lógica da mercadorização das cidades, os moradores dos “lugares fora das ideias” jamais puderam acessar o direito à cidade expresso na letra da lei (MARICATO, 2000).

Nesses territórios, onde a informalidade e a ocupação desordenada são a regra, onde historicamente se travaram lutas por acesso aos serviços básicos de abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo e onde a população sempre foi criminalizada, a existência do orgulho periférico não deve ser tomada nem como uma interpretação romântica da condição de pobreza nem como uma desresponsabilização do Estado, pelo contrário. A percepção do orgulho periférico foi

sendo construída a partir das determinações sociais constitutivas da realidade atual e do reconhecimento do sujeito periférico como agente transformador dessa realidade.

Assim, o orgulho periférico tem relação com a sobrevivência individual de cada sujeito, mas também tem relação com as condições de vida dos outros sujeitos periféricos que passam a se referenciar nos seus pares e a perceberem-se como sujeitos de direitos. É como se o orgulho periférico ultrapassasse a dimensão individual e passasse ao coletivo. Nesse processo a segregação socioespacial (CARLOS, 2013) vivida por essa coletividade periférica passa a ser percebida não como um fenômeno individual, mas como um fenômeno coletivo comum.

Esse orgulho periférico em Campo Grande é sempre muito complicado, porque 75% do eleitorado aqui não pensa como nós, então no IFHEP a gente sente como um oásis no meio do deserto, e é por isso que quando tem conflitos entre a galera da Zona Oeste a gente fica “Putz, rachou mais ainda, a gente já é pouco...”. Eu acho que é difícil desenvolver esse sentimento de carinho, mas ao mesmo tempo é o nosso bairro, é mais que o bairro, é a região que inclui Bangu, Santa Cruz, Senador Camará, Paciência, Inhoaíba, então eu acho que existe mais um sentimento maior de Zona Oeste do que de Campo Grande, porque a gente vai se identificar com esses pequenos grupos de esquerda que são de outros bairros também (Sujeita B, IFHEP, entrevistada em 10/7/2020).

A gente se torna referência não só para as pessoas de longe, mas para as de perto. Eu ouço meus primos falando: — Nossa, eu nunca imaginei que alguém pudesse fazer mestrado! Eles não sabiam o que era mestrado; aí eu vejo minha avó contando para o pastor da igreja, e a gente acaba sendo exemplo *pra* tudo. A coisa é assim, às vezes para as pessoas da capital é uma coisa banal, porque você está cercado, porque você está cercado de universidades, cercado de escolas, de opções e na Baixada não é assim. Quando a gente fez a estreia do filme “Nossos mortos têm voz” aqui em Nova Iguaçu nas escolas públicas, tinha criança que nunca tinha entrado num cinema com 15 anos! Isso é cruel! E a gente vê como isso é importante, como nossas narrativas de acesso, de conseguir ocupar espaços são importantes como exemplos, então isso é muito legal (Sujeita I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

4.4 AS TROCAS GERACIONAIS E O PROTAGONISMO DA JUVENTUDE NA DEFESA DA DEMOCRACIA

A constituição dos jovens como sujeitos políticos tem uma longa trajetória no Brasil.¹²⁹ Até a década de 1980 o “problema da juventude” não era parte da questão

¹²⁹Segundo Novaes (2014), desde o início da república no Brasil há registros da mobilização de jovens no país. Na década de 1920, havia jovens no movimento tenentista, no movimento da Semana de Arte Moderna e no movimento político-partidário; entre 1930 e 1950, havia a juventude integralista, o início do movimento estudantil que mais tarde dá origem à União Nacional dos Estudantes (UNE) e o movimento religioso em torno da Ação Católica que envolverá número grande de jovens. A partir de 1960 os jovens se mobilizam em organizações e lutas de resistência à ditadura militar, o que lhes

social e da intervenção do Estado. Essa concepção foi se modificando na medida em que os jovens passaram a protagonizar as lutas pela própria democracia e a apresentar soluções para os problemas de ordem política, social e econômica causados pela globalização. Desde esse período vem se disseminando a consigna “jovem não é problema, é solução”, e se reconhecendo o protagonismo juvenil na defesa de seus próprios direitos (NOVAES, 2014).

Segundo Sposito *et al.* (2020) houve um deslocamento dos ativismos juvenis durante as últimas décadas no Brasil. Se a condição estudantil foi o principal elemento aglutinador dos movimentos de juventudes desde a década de 1960, a partir dos anos 1990 são as culturas juvenis¹³⁰ emergentes que passam a mobilizar os sujeitos políticos jovens e que permitem entender o crescimento dos coletivos juvenis.

Compreendendo esses momentos como continuidades históricas que trazem novos desafios para os estudos desta temática, os autores identificam que após o ciclo de protestos de junho de 2013 a ação coletiva juvenil passa a ser aglutinada por movimentos de ação direta, associativismos de base territorial e por mobilizações a partir das identidades, os quais não necessariamente estão vinculados à condição estudantil, mas articulados às lutas étnico-raciais, às lutas feministas, LGBTQ+, de gênero, sexualidade e outros temas que recriam a dimensão territorial.

Nas periferias das cidades, observa-se a constituição da ação coletiva por meio de pequenos grupos nos últimos anos, em grande parte submersos, os quais apresentam também uma recriação da dimensão territorial local que não se esgota nas práticas das denominadas culturas juvenis. Jovens recorrem a algumas associações de moradores já enraizadas ou organizações ligadas a grupos religiosos para desenvolverem ações em bairros e comunidades, ações essas entendidas por eles como parte de um engajamento político dotado de autonomia. É nelas que jovens encontram suporte tanto para iniciativas relativas à luta contra a violência como para a formação de ações de economia popular, entre as quais os bancos populares, além do desenvolvimento de ações culturais. Nessa experiência, mesclam-se os vários campos discursivos da ação política de décadas anteriores, como a ideia de “trabalho de base” e o trânsito das atividades desenvolvidas entre a assistência, o lazer e o ativismo político. Por outro lado, as interações com os territórios dominados por facções criminosas (os “manos”) tornam o quadro do associativismo mais complexo, revelando mudanças importantes

rende torturas, exílios, bem como mortes prematuras. Entre 1970 e 1980 lutam contra a carestia e se engajaram nas lutas por cidadania e democracia, tanto no campo como nas cidades.

¹³⁰As culturas juvenis estão dentro dos marcos analíticos dos estudos socioculturais latino-americanos. No caso brasileiro essa noção tem servido de recurso heurístico para a produção do conhecimento das ações coletivas juvenis não vinculadas aos movimentos estudantis, entre os quais destacam-se os estudos sobre as práticas políticas e culturais do *hip-hop*, as culturas juvenis de teor autoritário, práticas políticas de apropriação do espaço urbano realizadas por jovens pichadores, *rappers*, praticantes de *pakour* e por jovens adeptos aos rolezinhos ocorridos após junho de 2013. Para maiores informações, consultar Sposito *et al.* (2020).

na configuração dos territórios periféricos e populares (SPOSITO *et al.*, 2020, p. 10-1).

Mais recentemente, a participação massiva dos jovens no ciclo de protestos de junho de 2013 no Brasil (GOHN, 2016; BRINGEL, 2018; SINGER, 2018; SPOSITO *et al.*, 2020) e nos demais levantes de indignação global que ocorreram no mundo na última década (BRINGEL, 2017) mostram que esse segmento segue à frente dos processos de resistência contemporâneo.

Pleyers (2018) cunhou o conceito do “alterativismo” para caracterizar as novas culturas ativistas que emergiram nos levantes de indignação global, mas que já vinham sendo gestadas desde o movimento altermundialista. Essas novas culturas são experienciadas por jovens que se propõem a construir uma outra maneira de ser ativista, uma maneira que não se contenta em denunciar a crise econômica global e o desemprego que lhes afeta diretamente, mas que busca colocar em prática os valores da igualdade, da horizontalidade e da criatividade tão caros à transformação da sociedade e de seus sistemas políticos.

Trata-se de uma cultura ativista que valoriza a experiência dos sujeitos, que busca visibilizar essas experiências por meio das redes sociais, que utiliza intensamente as tecnologias de informação e comunicação sem deixar de construir processos de resistência concretos em seus territórios.

El alter-activismo se expresa tanto en el espacio público como en la vida cotidiana, en el modo de pensar, de vestirse, de comer, de relacionarse con los demás. Establecen no solamente otras formas de hacer la política, sino también de trabajar, de producir y de consumir, frente a aquellas de las élites políticas y económicas. Plantean otras formas de conectarse con los otros, menos basadas en el estatus y las jerarquías y más en un encuentro personal, “de persona a persona”, como dicen. Por lo tanto, para entender esta cultura activista, tenemos que superar dos dicotomías: entre la construcción de sí mismo y el activismo y entre la vida privada y la vida pública. El compromiso político no se limita a una esfera “política”. Requiere actuar de manera consistente con sus valores no solo en las protestas y los actos políticos, sino también en la vida cotidiana, en su manera de comprar (o no comprar), desplazarse o relacionarse con los demás (PLEYERS, 2018, p. 17).

Em diálogo com esses autores, alguns sujeitos políticos jovens e não jovens entrevistados nesta tese demonstram carregar traços dessa “cultura alterativista” (PLEYERS, 2018) na forma de ação política. Os sujeitos jovens reconhecem e valorizam a bagagem militante de outros sujeitos políticos e não caem na armadilha dicotômica que vê os atores da redemocratização como “velhos” ou como “atrasados”.

O Sujeito A, jovem de 23 anos, começou a participar de espaços políticos por meio do IFHEP em 2015, quando entra no pré-vestibular. Ao entrar na universidade no ano seguinte começa a participar do centro acadêmico do movimento estudantil, mas não deixa de militar no IFHEP, agora não mais como educando, mas como parte da coordenação do instituto. Sua permanência tem a ver com a experiência coletiva criada naquele espaço, com a troca e o aprendizado estabelecidos com os outros sujeitos que constroem aquele ambiente e com a sensação de segurança que o pertencimento político lhe propicia.

Muitas concepções políticas eu acabei aprendendo mais lá naquele espaço, no IFHEP, do que no movimento estudantil. Construções, diálogos... na época eu tinha 20 anos, e a experiência que as pessoas que estavam na coordenação do IFHEP traziam, os relatos, as problematizações, tudo que eles observavam que estava acontecendo era *pra* mim maravilhoso, porque as pessoas têm muita experiência, tem pessoas que são ligadas a partidos políticos, a sindicatos, a coletivos e a outras organizações locais da Zona Oeste; então isso me deixava maravilhado e ainda me ensinava como guiar as minhas práticas (Sujeito A, IFHEP, entrevistado em 10/7/2020).

As ações do IFHEP e as pessoas que participam dentro dele acabam precisando desses espaços para se sentirem de fato mais seguros ou de fato compreender o que está acontecendo... se não existisse esse espaço eu e outros jovens não teríamos direitos garantidos, não teríamos voz (Sujeito A, IFHEP, entrevistado em 10/7/2020).

Interessante notar que o reconhecimento e a valorização da experiência do outro, assim como a desconstrução das hierarquias entre os sujeitos de gerações diferentes, também foi diagnosticado por sujeitos políticos não jovens. A Sujeita H, 57 anos, que além de ser do Fórum Grita Baixada também é membro da Central Pastoral da Terra, do Movimento de Mulheres de Queimados e do Movimento Negro de Mulheres, percebe que há uma maior predisposição à troca do que havia nas gerações anteriores. Percebe também que há uma questão ética presente na prática política contemporânea, uma preocupação em ser coerente com o outro e consigo mesmo.

Uma coisa que eu percebi nessa experiência nossa com a juventude foi primeiro uma capacidade deles de se reverem ao fazer alguma crítica... É essa juventude que eu te falei que está no Fórum Grita Baixada. Com uma capacidade de flexibilizar as coisas. Acho que nós... pelo menos na minha geração, com as pessoas com quem eu trabalhei... *tem* uma dificuldade maior nesse aspecto. Não consegue entender que às vezes o recuo é parte do processo. E pelo menos com a juventude a gente conseguiu ter essa capacidade de perceber essa importância (Sujeita H, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 11/9/2020).

Uma outra coisa que eu percebi que a juventude, e eu estou falando dessa juventude que está mais engajada, que está com uma formação política, uma capacidade, uma paciência de ouvir os mais velhos. Isso é bem legal. É nesse sentido. Não é uma obediência, não. É respeito. É uma relação de respeito, de escuta, no sentido de entender que há um processo de aprendizado mútuo. Tanto nós aprendemos com eles quanto eles aprendem conosco. Até porque eu tenho muito a aprender com a juventude em muitos aspectos (Sujeita H, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 11/9/2020).

Portanto, as práticas políticas construídas a partir da troca entre as gerações representam um tipo de fazer político que, embora pouco visibilizado, expressam a necessidade de transformação dos próprios sujeitos e não apenas do sistema político-democrático.

Se por um lado a gente percebe que está tudo desmoronando, que não existe mais nada, a gente vai recebendo esses sinais como um novo que está sendo gestado e que está sendo gestado por umas mãos novas. É um novo que adentra nesse universo, nesses territórios, e dá uma roupagem, mas do que dar roupagem, dá um conteúdo novo às práticas velhas nossas. Isso está sendo bem interessante (Sujeita H, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 11/9/2020).

No entanto, a existência da predisposição à troca, da valorização da experiência coletiva e da busca por relações não hierárquicas entre sujeitos de gerações diferentes não significa a ausência de tensões e conflitos que, eventualmente, nascem no interior dos grupos.

A Sujeita I, de 30 anos, que apesar de já ter militado no movimento estudantil e nos movimentos feministas, na data da entrevista se organizava apenas no Fórum Grita Baixada, onde é articuladora de territórios. Faz parte do seu trabalho reconhecer os coletivos territoriais que já existem na Baixada Fluminense e fomentar a discussão sobre Direitos Humanos com eles. Esses coletivos são, na sua maioria, formados por jovens que participam do Fórum, apesar de não se enquadrarem nas expectativas de participação dos sujeitos políticos não jovens. Para estes últimos, a medida da participação ainda parece ser a presença física, já para os jovens essa parece ser uma forma conservadora de medir a participação, especialmente após o advento das redes sociais.

Eu tenho sempre essa discussão lá dentro porque a galera mais velha acha que a participação dos jovens é da mesma maneira da deles, que tem que ser presencial, ser numa reunião, com ata, e jovem não atua mais assim nos processos políticos. A gente tá muito ligado nas redes sociais, em eventos, então é uma forma muito conservadora de ler participação... isso é muito chato *pra* gente, isso não é a nossa forma de atuar [...]. Eu acho que os jovens avaliam que o Fórum é um movimento de jovens. Eu acho que a leitura

da gente que é mais jovem para do pessoal que é mais antigo é bem diferente e é isso que eu também tento levar *pro* Fórum, que o movimento ele é essencialmente a mesma coisa, mas as formas de atuação mudaram, o que a gente vê, por exemplo, no Instagram, é a galera jovem interagindo, principalmente agora nesses tempos de pandemia, de retirada de direitos, então a galera acaba tendo que atuar em várias frentes, então nem sempre o presencial é a maneira mais inteligente e mais fácil, então a gente tem que rever (Sujeita I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

Para além da questão da participação, outro conflito identificado entre sujeitos de gerações distintas é o uso das novas tecnologias de informação e comunicação na ação política. Conforme já apresentado no item 4.2 deste capítulo, nenhum dos sujeitos desconsidera a importância da comunicação via redes sociais e WhatsApp, bem como não há separação entre a militância *on-line* e a *off-line* (BRINGEL, 2017; PLEYERS, 2018), no entanto há distintas formas de apropriação dessas ferramentas a depender da geração.

O Sujeito G, de 53 anos, coordenador do Fórum Grita Baixada, cuja trajetória de vida e militância é marcada pela igreja católica, considera preocupante a volatilidade com que se dá a comunicação via WhatsApp e a ausência de tratamento político dos conteúdos postados. Já a Sujeita I, de 30 anos, entende que as tecnologias de informação e comunicação ampliam o alcance da ação política a tal ponto que, no mundo contemporâneo, seriam essas ferramentas capazes de mobilizar os sujeitos para ocupar as ruas.

Eu percebo, sim, aquela questão que tudo vira líquido e gasoso muito rapidamente, a própria transitoriedade e volatilidade com que as mensagens circulam. Eu fico impressionado quando alguém posta uma coisa importante numa mensagem do WhatsApp e segundos depois já surgiram cinco outras publicações e ninguém consegue sequer responder a que veio antes. Então acho que essa questão é muito resultado do momento em que a gente vive, da era que a gente vive e isso é muito preocupante. Mas eu também acho que não adianta eu ficar no saudosismo, porque ficar preso ao passado não vai nos ajudar (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

A gente precisa ir *pra* rua, mas como a gente faz isso hoje? Se a gente tiver uma atuação *on-line* forte e se a gente aprende a usar essas ferramentas a gente consegue mobilizar muito mais gente *off-line*, então eu acho que é isso que a gente tem que aprender. Quais são as estratégias? Qual é a linguagem? Eu brinco muito com relação a isso, a gente vai lançar um documento e quer a participação dos jovens. Não adianta você colocar um textão antes de botar o documento que precisa ter uma linguagem *on-line*. Ninguém vai parar *pra* ler um texto de 5 minutos para responder a um formulário, a gente verifica se aquele texto é interessante, então são estratégias de comunicação. Eu acho que se a gente aprender a utilizar essas ferramentas, coisa que os jovens sabem muito bem, a gente consegue trazer essa galera *pra* rua, consegue fazer uma militância *off-line* também (Sujeita I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

Corroborando com os apontamentos de Sposito *et al.* (2020) e Pleyers (2018) sobre a centralidade da territorialidade e das identidades para as ações coletivas, os sujeitos políticos jovens entrevistados nesta tese também parecem dar sentido à sua ação coletiva a partir dos seus territórios, assim como reconhecem sua identidade jovem como um ativo para a própria ação política.

A nossa aposta política dos últimos anos foi pela comunicação popular e pela territorialidade. A política no Brasil sempre se fez por território, a política começa no território, essa é outra coisa que a esquerda esqueceu, porque quando tem território, quando tem organização de base os problemas são resolvidos, isso não quer dizer que não haja conflitos, que não tenha uma série de questões, mas os problemas são resolvidos. Política se constrói pelo território, assim analisou Edir Macedo há 30 anos e olha aonde eles chegaram agora? A igreja católica quis fazer a igreja maior e mais bonita e os evangélicos pensaram em fazer o máximo de igrejas no território... Então a gente apostou que tem que ter o território, e onde a gente não consegue estar no território tem que ter a comunicação. A comunicação é o que amplia a luta territorial, ela é o que interliga os territórios, Campanha Despejo Zero, Campanha Mexeu com uma Ocupação Mexeu com Todas, e assim vai (Sujeito F, entrevistado em 7/8/2020).

[...] Então é necessário entender como funciona a composição de cada território, como os coletivos estão se articulando e como podem se articular a outros movimentos para fortalecer essa ideia de Direitos Humanos (Sujeito I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

E quando a gente pauta apenas a partir da juventude, a gente já tem o público que queremos atingir, a ideia *que* a gente quer passar *tá* em nós (Sujeito C, IFHEP, entrevistado em 24/7/2020).

A galera que *tá* produzindo coisa nova nos movimentos sociais é essencialmente jovem que *tá* trazendo uma nova leitura. Eu acho que o jovem traz um movimento diferente, uma forma de transitar nos espaços diferente, uma leitura diferente das coisas (Sujeito I, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 3/10/2020).

Tais sujeitos parecem defender uma postura não só identitária, mas também de valorização do território contra as políticas neoliberais. Perceber a relação entre o território e as identidades que constituem os sujeitos tem sido fundamental para a construção de processos de resistência contra a racionalidade neoliberal dominante.

Para evitar fragmentações e hierarquizações entre os sujeitos é urgente superarmos a armadilha da identidade que essencializa o sujeito e empobrece sua complexidade. A identidade deve ser entendida no plural, como parte das determinações materiais da vida social. Por vezes, a identidade no singular tem

substituído a análise fundamentada dos problemas sociais pela denúncia dos culpados e reabilitação das vítimas.

Como bem apontou Almeida (2019, p. 9), “afastada de sua dimensão social, a identidade passa a ser, simultaneamente, ponto de partida e ponto de chegada, colocando o pensamento em um *loop* infinito de pura contradição”. Portanto, essa forma de interpretar a realidade não dá conta das opressões econômicas, patriarcais e escravocratas a que estamos submetidos e que determinam a vida social.

4.5 O PAPEL DOS SUJEITOS COLETIVOS NA SALVAGUARDA DOS DIREITOS E NA TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA

Conforme já analisamos no capítulo 2, a constituição de sujeitos de direitos no Brasil é marcada pela herança do escravismo, mandonismo, patriarcalismo e do latifúndio, os quais forjaram uma cultura política autoritária e racista, naturalizada pela maior parte da população.

No que se refere à constituição de sujeitos de direitos no período democrático, a salvaguarda de direitos pelas instituições só ocorreu quando convinha à classe burguesa. Assim, a garantia de direitos num país com essas raízes nunca foi dada pelas leis, mas pela pressão dos sujeitos coletivos em determinado momento histórico.

Apresentaremos a seguir algumas das práticas políticas adotadas pelo sujeitos coletivos desta pesquisa durante a pandemia de Covid-19 que, conforme apresentado no capítulo 3, impactou de forma desigual as populações e abriu debates sobre os mais variados temas, dos quais destacamos: a importância dos serviços públicos, em especial os de saúde; a precariedade das condições do trabalho da maior parte da população; a importância da segurança alimentar; a centralidade dos cuidados para a sobrevivência humana; e o papel das redes de solidariedade.

Com essa apresentação buscamos problematizar o lugar dos sujeitos na salvaguarda dos direitos em tempos neoliberais, bem como dar algumas pistas sobre como o paradigma do comum pode nos ajudar a transformar nossa cultura política.

4.5.1 A Luta por Direitos se Faz com Organização

Conforme descrevemos na introdução, as Brigadas Populares do Rio de Janeiro possuem atualmente uma Frente de Mulheres, da qual participam as mulheres lideranças das ocupações e as jovens militantes das Brigadas. A tentativa de organização dessa frente data, pelo menos, de 2018, quando as mulheres do Rio de Janeiro participaram do 1º Intercâmbio Nacional de Mulheres das Brigadas, realizado em Cabo Frio.

Embora esse evento de articulação política tenha sido importante para visibilizar as demandas específicas das mulheres e para debater sobre a manifestação do patriarcado e do machismo dentro da organização, ele não foi capaz de mobilizar a Frente de Mulheres do Rio de Janeiro, conforme fica evidente no depoimento a seguir.

Quando eu saí das Brigadas eu coloquei essa questão da minha dificuldade de estruturar a Frente de Mulheres, quando eu entrei não tinha nenhuma mulher, eu estava sentindo que eu não estava dando conta, e aí vieram todos os problemas da minha vida no fim do ano, eu perdi o emprego, aí eu fiquei muito sem cabeça para conseguir me manter militando... quando eu entrei não tinha mulheres na organização, quero dizer, tinha umas cinco meninas mas logo elas saíram, então eu não cheguei a conhecê-las direito nem a participar de trabalhos da Frente de Mulheres. Aí eu fiquei com essa missão de reestruturar a Frente de Mulheres, mas eu não vi uma Frente de mulheres atuantes, eu não aprendi a construir essa Frente de Mulheres e aí eu me vi nessa situação. Na minha Carta de afastamento eu pedi que a organização acionasse as Brigadas – Nacional, para que elas dessem esse apoio, porque elas têm experiência com o trabalho lá de Minas Gerais... porque olha como eu cheguei nas Brigadas, do grupo do Facebook, então eu cheguei muito crua, eu aprendi a militar e a fazer política nas Brigadas (Sujeita E, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

Em 2018, mesmo estando envolvidas nas ações de reivindicação por direito à moradia, mesmo tendo participado dos atos públicos em frente à prefeitura da cidade para garantir o direito ao aluguel social, mesmo tendo acompanhado as audiências públicas sobre o Fundo de Habitação de Interesse Social ocorridas na Alerj e ido às reuniões com parlamentares e funcionários públicos, as mulheres das Brigadas ainda não apareciam como sujeitas políticas nos processos políticos.

Em geral, eram homens que conduziam as articulações e que falavam pelo movimento. Importante destacar que, naquele mesmo ano, foram criados espaços de debate e de troca de experiências entre as mulheres militantes das diferentes ocupações que contribuíram para a formação política delas. É apenas em 2020 que a Frente de Mulheres se mobiliza.

Esse processo de mobilização se dá a partir da luta das mulheres para garantir o direito ao Auxílio Merenda no contexto da pandemia de Covid-19. Note-se que o mote mobilizador da Frente foi dado pelas necessidades concretas da realidade, ou seja, a pandemia por Covid-19 desnudou a desigualdade de gênero que marca o universo da reprodução social mais amplo (cuidado infantil, cuidado aos idosos, alimentação familiar, limpeza da casa, educação das crianças e dos jovens) e que historicamente não foram consideradas como trabalho (FEDERICI, 2017).

O Auxílio Merenda é um direito garantido às famílias que tenham filhos em idade escolar e que estejam inscritas no Cadastro Único, corresponde a um valor mensal de R\$ 100 por família. Devido à necessidade de manter o isolamento social durante a pandemia de Covid-19, a rede pública escolar do Rio de Janeiro foi paralisada no início de abril de 2020. Com a paralisação, os alunos ficaram impedidos de realizar as refeições do período escolar e, devido às condições de vulnerabilidade social dessas famílias, a questão da segurança alimentar tornou-se latente.

Depois de um longo desentendimento entre os governantes da esfera municipal e estadual, que chegaram a abrir as escolas só no período do almoço, para que as famílias trouxessem as crianças para almoçar, expondo-as no caminho e submetendo os trabalhadores da educação ao mesmo risco, a Defensoria Pública Estadual do Rio de Janeiro e do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro tomaram medidas cabíveis às necessidades das famílias e ao momento pandêmico, garantindo que o direito ao Auxílio Merenda fosse estendido a todas as famílias da rede pública no fim de julho de 2020.

Assim, independentemente de as famílias estarem inscritas em programas sociais, cada criança matriculada na rede pública passou a ter direito a receber R\$ 54 mensalmente. Vale destacar que, apesar da ampliação do direito a todas as famílias da rede pública de educação ter representado um ganho político significativo, o valor é insuficiente para garantir a segurança alimentar e nutricional das crianças. Como a operacionalização dessa mudança requereu remanejamento de orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar para o pagamento do Auxílio Merenda a todas as famílias da rede, houve atraso no depósito e famílias foram prejudicadas.

Agora que a gente está nessa luta junto com as mães pela merenda escolar, a Frente de Mulheres está tendo um bom direcionamento (Sujeita D, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

Portanto, é possível afirmar que a Frente de Mulheres das Brigadas Populares teve um papel central na salvaguarda dos direitos à alimentação das famílias da rede pública escolar do Rio de Janeiro. No que se refere ao processo de mobilização da Frente de Mulheres, ainda que de forma embrionária, observamos que ela contribuiu para o fortalecimento de uma cultura política mais descentralizada e não hierárquica, conforme demonstra o título da matéria publicada no *site* da organização: “Na luta de cada mãe a vitória de todas”¹³¹ e o depoimento a seguir.

Tá tendo um salto organizativo, da gente conseguir se estruturar e conseguir trazer mais pessoas para trabalhar dentro da frente (Sujeita E, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

4.5.2 A Politização da Solidariedade e a Produção do Comum

Durante a pandemia de Covid-19 os movimentos sociais intensificaram as ações de solidariedade, especialmente em relação à mobilização de recursos para compra de cestas básicas. Brigadas Populares, IFHEP, Fórum Grita Baixada e Sindágua-RJ convergiram nessa aposta.

Como estratégia política, observamos que os sujeitos realizaram campanhas públicas de arrecadação de alimentos, articulação da rede de apoio para doação de alimentos, articulação com movimentos sociais do campo da agroecologia para doação de alimentos, divulgação de vaquinhas *on-line* com metas pré-estabelecidas, remanejamento de recursos para compra de alimentos e organização de hortas comunitárias. Observamos ainda que alguns sujeitos enfrentam esse momento de forma mais coletiva, articulando-se em redes de solidariedade maiores e outros de forma mais individual e autônoma, organizando suas próprias campanhas de doação.

A seguir apresentaremos as ações de solidariedade que cada um dos sujeitos desta pesquisa esteve envolvido, buscando analisá-las da perspectiva dos comuns. Nos interessa colocar em evidência os diferentes sentidos políticos construídos pela prática dos sujeitos coletivos, que ora reproduzem os princípios do sujeito neoliberal ora se aproximam do paradigma dos comuns.

Conforme já apresentamos no capítulo 2, item 2.3, as ações de solidariedade desenvolvidas pelo Sindágua-RJ foram realizadas pelo sindicato, sem vinculação com

¹³¹Matéria sobre a luta pela merenda disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/rj-na-luta-de-cada-mae-a-vitoria-de-todas/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

outras iniciativas, e voltaram-se exclusivamente para os trabalhadores que haviam sido demitidos por uma concessionária privada do serviço de saneamento na Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro.

O caso do Fórum Grita Baixada é diferente. Logo no início da pandemia ele se mobilizou em duas frentes de ação. A primeira delas foi a realização de um mapeamento de iniciativas de solidariedade na Baixada Fluminense realizado por meio de um formulário *on-line* de autopreenchimento¹³² e, a partir das informações coletadas, a criação de um catálogo¹³³ que teve por objetivo sistematizar, organizar e divulgar as iniciativas na região, tanto para dentro do território como para fora dele, assim como facilitar o apoio financeiro às iniciativas e a integração entre elas.

Na entrevista realizada com o Sujeito G ele destaca o papel que o Fórum Grita Baixada teve para identificação dos centros espíritas e dos centros de religião de matriz africana como organizações territoriais importantes nas ações de solidariedade.

O que *pro* Fórum Grita Baixada foi bonito foi a gente descobrir, principalmente centros espíritas e os centros de religião de matriz africana profundamente envolvidos nesse trabalho. Então, a gente conseguiu fazer o mapeamento de 50 núcleos em 11 cidades. Isso o que o Fórum Grita Baixada fez fora o que o próprio Viva Rio já tinha mobilizado na Baixada Fluminense (Sujeito G, Fórum Grita Baixada, entrevistado em 9/9/2020).

A segunda frente de ação do Fórum Grita Baixada foi a articulação com uma organização da sociedade civil chamada Visão Mundial para organização de uma rede de solidariedade denominada “SOS favela: rede solidária contra o coronavírus”. Focada na distribuição de alimentos e itens de higiene às famílias das periferias e favelas da Baixada Fluminense, o que nos chama atenção nessa articulação é a adoção de uma estratégia política que buscou descentralizar a solidariedade por meio da aliança com as lideranças comunitárias, além do fortalecimento da economia local.

O fornecimento ocorre nos mercados das comunidades, apoiando com isso os pequenos e médios comerciantes. Moradores cadastrados pelos núcleos buscam os produtos nesses mercados, que são pagos por transferência bancária, bastando apresentar as notas fiscais que registram o CPF dos

¹³²Formulário foi divulgado pelos WhatsApp e pelas redes sociais do Fórum. Está disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdgJ2EDvylJ337t-cdqwOnfSisvQGgcMxkCvBSYjGfclnpzJA/viewform>. Acesso em: 15 maio 2021.

¹³³Mapeamento de Inciativas Comunitárias na Baixada Fluminense para Apoio a Famílias em Vulnerabilidade Social – Coronavírus (Covid-19). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1HnOEi6ag1wmQX4oauG-tH4b2PquuGjsv/view>. Acesso em: 15 maio 2021.

beneficiários. O valor integral dos recursos vai para subsidiar as famílias na obtenção das cestas (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2020).¹³⁴

Assim, sem desconsiderar o fato apresentado no capítulo 2, item 2.3, de que parte das ações de solidariedade do Fórum Grita Baixada foram capitalizadas para a valorização do que Dardot & Laval (2016) chamaram de “empresa de si mesmo”, também identificamos que tais ações se aproximam do debate dos comuns.

A forma como foram construídas as ações e parcerias para enfrentamento da Covid-19 pelo Fórum Grita Baixada expressam a tendência contemporânea de fortalecimento do associativismo de base territorial (SPOSITO *et al.*, 2020), de construção de alternativas antissistêmicas a partir de seus territórios (PLEYERS, 2018) e de ampliação das formas de fazer política que não passam pelo Estado (AGUILAR, 2019; CAFFENTZIS; FEDERICI, 2019).

Sobre esta última dimensão observem o depoimento do coordenador do Fórum Grita Baixada em uma entrevista dada em maio de 2020,¹³⁵ na qual fala sobre a importância de atuar pela própria comunidade em meio à pandemia de Covid-19.

O trabalho permanente do Fórum Grita Baixada em nada se assemelha ao trabalho da área da assistência social, seja das organizações caritativas, seja dos governos. Nossa ótica é de um ator externo à ótica governamental. O Estado, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, é por nós problematizado e tensionado. Não temos o olhar da assistência aos “desassistidos” porque enxergamos no povo organizado e mobilizado a força da transformação da sociedade. A crítica da violência ou da desigualdade é a crítica ao Estado e ao processo de dominação de um grupo às custas da exploração de uma grande maioria. Machismo, racismo, feminicídio, LGBTfobia, hospitais sucateados, violência nas periferias e precarização do trabalho são faces desse Estado brasileiro que foi sendo construído ao longo dos séculos. Entretanto, com a gravidade da Covid-19, representada pela fome de famílias inteiras, desemprego e desalento, nos vimos na necessidade de humanamente nos colocarmos a serviço, junto com tantas outras organizações da Baixada (PÁGINA DEZENOVE, 2020).

Ainda que a pandemia tenha ampliado as ações de solidariedade pelos sujeitos coletivos, essa prática é parte do cotidiano dos movimentos sociais há muito tempo. No caso específico das Brigadas Populares as redes de apoio já existiam antes da pandemia de Covid-19 e, sempre que necessário, eram acionadas.

¹³⁴Disponível em: <https://www.forumgritabaixada.org.br/parceria-urgente-e-necessaria>. Acesso em: 15 maio 2021.

¹³⁵Disponível em: <https://medium.com/pagdezenove/entrevista-a-import%C3%A2ncia-de-atuar-pela-pr%C3%B3pria-comunidade-9cf3de7741d8>. Acesso em: 15 maio 2021.

No início das ocupações essa questão da alimentação e da demanda por cestas básicas era uma preocupação muito grande, no entanto que a gente conseguiu arrecadar muitas coisas no início, quase todo mês a gente conseguia entregar uma cesta básica por família. A Ocupação Povo Sem Medo foi a primeira, e a gente não *iniciou ela* sem ter essa rede de apoio, a gente está sempre criando essas redes de apoio porque são fundamentais para as ocupações... são pessoas próximas ao campo da esquerda, mandatos, movimentos, ativistas, todo mundo que conhece as Brigadas ou que tem contato mais próximo (Sujeita E, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

No início da pandemia de Covid-19 as Brigadas Populares organizaram a Campanha Mesmo Isolado Estou do seu Lado¹³⁶ que, por meio de arrecadação *on-line* e de doações de parceiros conseguiu garantir a compra de cestas básicas e direcioná-las, mais de uma vez, para os moradores das ocupações. Observe-se que após o término da campanha o movimento presta contas publicamente por meio de suas redes. A seguir, veja o chamado da campanha.

Você sabia que muitas favelas e comunidades estão sendo fortemente afetadas pela crise do coronavírus? Pois é! Pessoas desempregadas e trabalhadores informais ou autônomos encontram dificuldades de garantir o mínimo de renda necessário para sobreviver a este isolamento social. Neste momento, em que o Estado Brasileiro deveria garantir a todos a renda mínima, ele não garante. Precisamos combater o coronavírus para evitar mais mortes, por isso precisamos contar com a solidariedade. E você pode ajudar, mesmo estando isolado! As Brigadas Populares estão arrecadando fundos para comprar cestas básicas e materiais de higiene para as famílias das Ocupações Urbanas e favelas. Acesse o *link* e faça sua doação! (BRIGADAS POPULARES, 2020.)

Um ano após o início da pandemia, em março de 2021, como forma de chamar a atenção da sociedade sobre o aumento da fome e das desigualdades sociais nas periferias além de atrair novos doadores, as Brigadas Populares iniciaram outra campanha chamada *Prato cheio para quem tem fome*.¹³⁷ Veja o chamado da campanha.

A crise continua e a pandemia da Covid-19 não acabou. E frente a esta situação grave é que nós, as Brigadas Populares, intensificamos a bem-sucedida campanha de arrecadação para a criação de um Fundo Solidário Emergencial de apoio a moradores e moradoras das ocupações urbanas,

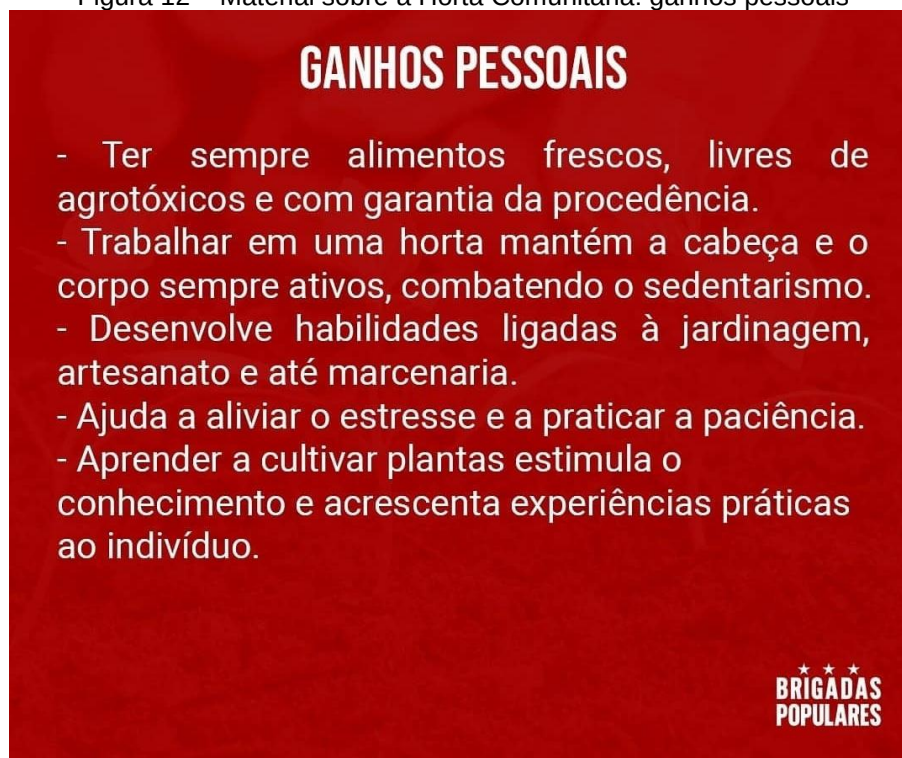
¹³⁶Matéria sobre a Campanha Mesmo Isolado Estou do seu Lado, disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/rj-campanha-mesmo-isolado-estou-do-seu-lado-participe/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

¹³⁷Matéria sobre a campanha *Prato cheio para quem tem fome*: https://abacashi.com/p/prato-cheio-para-quem-tem-fome?fbclid=IwAR0ISs4V22h42G_kTU0tmrkiwBL5faBlxDTreF3wz3Eqdn1ckGYajq8wXbU. Acesso em: 17 maio 2021.

favelas e comunidades, os principais afetados. O desemprego e o trabalho informal ou autônomo dificultam a garantia do mínimo de renda necessário para a manutenção do isolamento social nesta situação. Com a crise sanitária contínua, e sem sinais de término a curto prazo, os meios de autossustento se tornaram ainda mais difíceis, e a solidariedade ainda mais importante. [...] Neste momento, o Estado Brasileiro tem o dever de garantir a renda mínima universal e irrestrita, possibilitando o acesso ao direito à alimentação e à saúde, porém não é o papel que cumpre. O que se vê é a retirada dos direitos e a minimização do valor da vida. Nesse cenário, combater o coronavírus é evitar mortes, seja por infecção por Covid-19 ou fome, e para isso contamos com o amor, a solidariedade e o espírito coletivo (BRIGADAS POPULARES, 2020).

Outra iniciativa desenvolvida pelas Brigadas Populares foi a organização de uma horta comunitária num terreno próximo à ocupação São Januário, onde vivem aproximadamente 150 famílias. Desenvolvida em parceria com o Coletivo Força Motriz,¹³⁸ formado por estudantes de engenharia que oferecem assessoria técnica para a luta pelo direito à moradia no Rio de Janeiro, a Horta Comunitária busca integrar a comunidade por meio da produção de alimentos agroecológicos que, além de fomentar a alimentação saudável, foi criada como uma alternativa para geração de renda das famílias na pandemia.

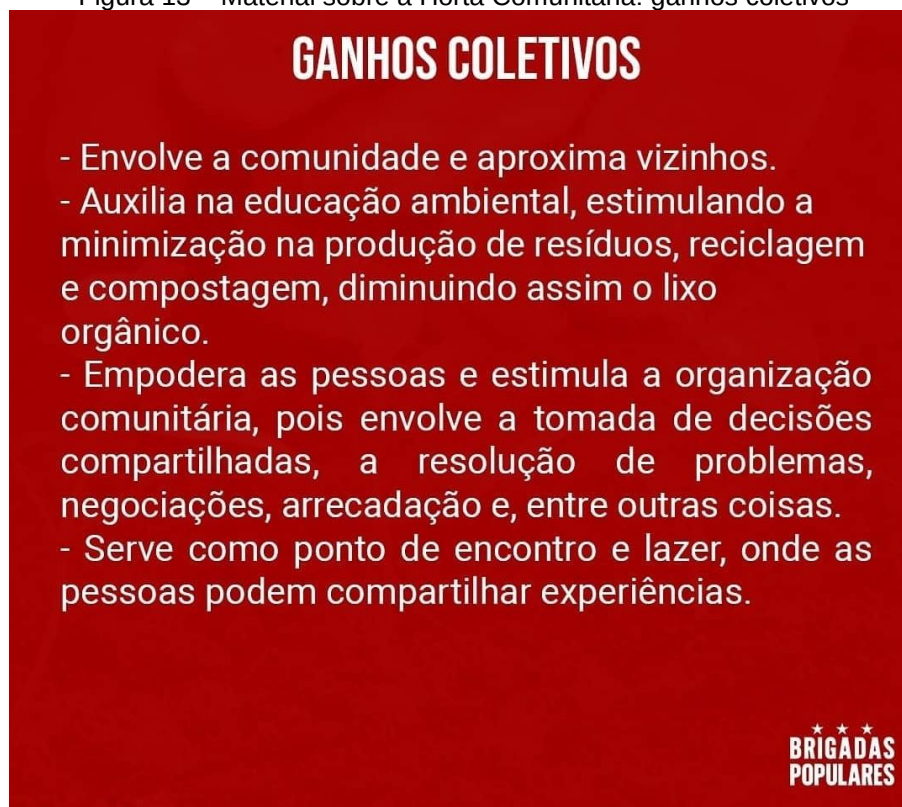
Figura 12 – Material sobre a Horta Comunitária: ganhos pessoais



Fonte: Brigadas Populares (2021)

¹³⁸Para maiores informações consultar *site* do Coletivo Força Motriz: <https://www.forcamotriz.org/> e página do Facebook: https://www.facebook.com/coletivoforcamotriz/?ref=page_internal. Acesso em: 21 mar. 2021.

Figura 13 – Material sobre a Horta Comunitária: ganhos coletivos



Fonte: Brigadas Populares (2021)

Apesar de realizar a Campanha Mesmo Isolado Estou do seu Lado¹³⁹ de forma autônoma, observamos que as Brigadas Populares não deixaram de denunciar a omissão estatal quanto à garantia de condições mínimas para que as famílias de baixa renda pudessem realizar o isolamento social, assim como não deixaram de se organizar para garantir o direito ao Auxílio Merenda conforme relatamos no item 4.5.1 deste capítulo.

Observamos também que a organização da Horta Comunitária buscou responder ao aumento da pobreza e da fome na pandemia, criando estratégias coletivas para reprodução da vida que “não dependem do Estado nem do mercado para se sustentar” (CAFFENTZIS; FEDERICI, 2019, p. 55-8), mas que se sustentem pelas relações de cooperação e igualdade entre os sujeitos que desenvolvem relações de pertencimento a uma comunidade.

Ao criar uma Horta Comunitária, as Brigadas Populares dão materialidade para o projeto político de justiça social que defendem e que se propõem a construir na

¹³⁹Para mais informação consultar: <https://brigadaspopulares.org.br/rj-campanha-mesmo-isolado-estou-do-seu-lado-participe/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

forma de comuna. Isso posto, nos parece que as Brigadas Populares exercitaram as dimensões defensiva e ofensiva do paradigma dos comuns (DARDOT; LAVAL, 2017a, p. 11), na medida em que tanto denunciavam a racionalidade neoliberal de gestão do Estado como reivindicam a produção de um comum, no sentido de riqueza social compartilhada.

Figura 14 – Visão panorâmica da Horta Comunitária



Fonte: Brigadas Populares (2021)

Figura 15 – Horta Comunitária e seus atores



Fonte: Brigadas Populares (2021)

As condições de desigualdade social que marcam os territórios e a vulnerabilidade social que assola os sujeitos políticos das lutas é o pano de fundo das

práticas solidárias. Recordemos que há um fio tênue entre a vitimização da pobreza e o assistencialismo, bem como uma busca constante para que os sujeitos políticos das lutas tenham condições materiais mínimas para se manterem mobilizados. Assim, a politização da solidariedade é um desafio que sempre se colocou para os sujeitos coletivos e que, na pandemia, tornou a ser uma questão central. A seguir, apresentamos as ações de solidariedade que o IFHEP desenvolveu e que trazem elementos para essa questão da politização da solidariedade.

Logo no início da pandemia o IFHEP lançou uma carta política em que se posicionava contra as medidas estatais para o enfrentamento da Covid-19 e denunciava a insuficiência dessas ações para o atendimento das necessidades sociais da população pobre, negra e periférica que, em geral, está inserida no mercado de trabalho a partir de vínculos informais, autônomos, sem direitos ou encontra-se desempregada.

As medidas tomadas até agora, como a liberação de saque do FGTS e do 13º (valores que já pertencem aos trabalhadores e trabalhadoras por direito) e a aprovação de um auxílio emergencial para trabalhadores informais para amenizar a crise social, se manifesta insuficiente. É necessário que a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos que limita o investimento na saúde e ciência seja derrubada, pois impede o investimento maciço nessas áreas para dar conta do controle da pandemia (CARTA POLÍTICA DO IFHEP, 1º de abril de 2020).

Para além da denúncia sobre os limites da ação estatal, na mesma carta política o IFHEP propunha o fortalecimento dos laços sociais e dos vínculos comunitários para o enfrentamento dos problemas trazidos pela pandemia.

A pandemia de coronavírus só expôs mais uma vez a estrutura racista, machista, desigual e a visão colonizadora da classe dominante brasileira que enxerga os demais como escravos, na medida em que consideram que a sua vida apenas tem valor enquanto servem a eles, enquanto produzem lucro para as grandes indústrias, enquanto movem a economia. Devemos apostar, portanto, em saídas coletivas, em possibilidades de organização virtuais em meio à quarentena como panelaços, apitaços, barulhaços e aquelas que ainda podemos realizar. Nós do IFHEP, junto ao Coletivo Mulheres de Pedra, Coletivo Piracema, Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, Articulação Plano Popular das Vargues, Coletivo das Caboclas, Fundação Angélica Goulart e União Coletiva pela Zona Oeste, estamos realizando uma campanha de arrecadação chamada Teia de Solidariedade com o intuito de doar cestas básicas, materiais de limpeza e higiene e água potável para as famílias mais vulneráveis da Zona Oeste nesse período. A saída para os desafios brasileiros e mundiais não pode ser individual, mas se encontra nas ações coletivas, no cuidado mútuo e na organização política nos salvando não apenas do coronavírus, mas da necropolítica imposta por nossos

governantes que têm no consumo e na exploração da vida a sua maneira de existir (CARTA POLÍTICA DO IFHEP, 1º de abril de 2020).

Cabe registrar que ao longo do ano de 2020, a Teia de Solidariedade da Zona Oeste¹⁴⁰ tornou-se um espaço de articulação política gerido e gestado por mulheres da região de forma autônoma, com protagonismo de mulheres negras que juntas realizaram campanhas de arrecadação que possibilitaram a compra de 3.500 cestas básicas e agroecológicas segundo o *site* da campanha.¹⁴¹

A iniciativa aproximou a agricultura urbana, periurbana e a população das favelas, ao mesmo tempo que problematizou a questão da segurança alimentar e da saúde da população negra por meio do questionamento da cadeia de produção, consumo e distribuição de alimentos.

Figura 16 – Cartaz 1 da distribuição de alimentos



¹⁴⁰Para maiores informações consultar: <https://www.facebook.com/teiasolidariedadZO/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

¹⁴¹Para maiores informações consultar: <https://www.mulhereszonaoste.bonde.org/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Figura 17 – Cartaz 2 da distribuição de alimentos



Fonte: IFHEP (2020)

Em relação à participação do IFHEP nessa articulação, observamos que sua sede serviu de base para ações de organização e distribuição de cestas básicas, assim como seus integrantes cooperaram ativamente para realização das campanhas de arrecadação.

Nota-se ainda que há um vínculo de confiança entre os sujeitos do IFHEP e da Teia de Solidariedade Zona Oeste que antecede à pandemia. Portanto, ao contrário do que uma análise externa aos sujeitos coletivos possa afirmar, de que não estão mobilizados durante a pandemia, o que observamos foi uma pujante atividade política sendo gestada entre e por mulheres, o que corrobora com os estudos sobre movimentos sociais que identificam uma feminização dos movimentos na contemporaneidade (FEDERICI, 2020; PLEYERS, 2018; BRINGEL, 2018b).

As articulações de redes costumam ser feitas com organizações locais, a gente acaba contando muito com essa galera. Porque é isso, as pessoas que compõem o IFHEP estão no Instituto, mas também estão em outros espaços dentro da Zona Oeste. Na quarentena surgiu a “Rede de Solidariedade da Zona Oeste” que é uma organização política de pessoas e coletivos da Zona Oeste para enfrentar a pandemia da Covid-19. Então, hoje, uma articulação forte do IFHEP tem sido com essa Teia, até porque as pessoas que constroem a Teia têm um posicionamento político, não é só uma atuação ou

outra, é uma articulação possível porque as ideias *casam*, porque têm interesses em comum (Sujeito A, IFHEP, entrevistado em 10/7/2020).

Figura 18 – Equipe na distribuição de alimentos na sede do IFHEP em novembro de 2020



Fonte: IFHEP (2020)

Figura 19 – Registro da distribuição de alimentos na sede do IFHEP em dezembro de 2020



Fonte: IFHEP (2020)

Observamos ainda que a adoção de uma estratégia política coletiva e articulada com outros sujeitos coletivos do território por parte do IFHEP e do Fórum Grita Baixada apontam para uma nova cultura política de resistência social, uma cultura que contesta a individualização da sociedade por meio de práticas comunitárias eminentemente políticas, embora quase nunca sejam consideradas como tal (AGUILAR; TRUJILLO, 2019); uma cultura que busca desenvolver relações políticas mediadas pelo cuidado e pelo afeto entre os sujeitos políticos (FEDERICI, 2019) e que

em muito se difere das relações políticas hegemônicas; uma cultura que refuta as soluções mediadas pelo mercado para os problemas sociais e busca construir alternativas antissistêmicas a partir de seus territórios (PLEYERS, 2018), que aposta nas redes de apoio mútuo e de solidariedade para transformação da sociedade e de seus sistemas políticos, mas que não se situa fora do sistema de dominação capitalista, pelo contrário, “estas formas variadas de reproducir la vida están constantemente asediadas por el capital” (AGUILAR; LOHMAN, 2019, p. 25).

Em sentido complementar, Bringel (2020) destaca que tais processos de resistência social constituem pilares fundamentais para construir um horizonte alternativo ao atual.

Diante da emergência provocada pela crise sanitária, a resistência social não se restringe a painéis nas janelas e varandas. Eles são fundamentais, mas somente com eles Bolsonaro não cairá, nem tampouco mudaremos as bases fundamentais dos nossos problemas mais prementes. Por isso, estas iniciativas diversas sinalizam para emergências sociais de uma transição necessária. Sem elas e o fortalecimento dos coletivos, das redes e dos movimentos que as sustentam (principalmente ecologista, feminista, juvenil, comunitário e campesino-indígena) nosso horizonte de futuro será ainda mais restrito (BRINGEL, 2020, p. 3).

Assim, concluímos este capítulo afirmando que num país com a formação social do Brasil a salvaguarda dos direitos é cada vez mais necessária e dependente da ação de sujeitos coletivos. Tais sujeitos sabem que houve todo um lastro histórico de resistência social para que os direitos civis, políticos e sociais fossem conquistados; eles reconhecem que há todo um legado democrático a ser defendido das garras neoliberais. Ao mesmo tempo, alguns desses sujeitos coletivos estão construindo práticas políticas além do Estado e do mercado, ou seja, é nas brechas da democracia liberal que estão sendo gestadas experiências de produção do comum que apontam para horizontes futuros.

5 CONCLUSÕES

Esta tese teve por objetivo investigar de que forma a crise da democracia liberal e a racionalidade neoliberal são percebidas pelos sujeitos coletivos das lutas urbanas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A partir de análise teórica e empírica, tratou de situar a ação coletiva desses sujeitos no tempo e no espaço, compreendendo-os como sujeitos plurais e contraditórios, cuja ação coletiva ora reproduz princípios estruturadores da racionalidade neoliberal, ora contribui para transformação da cultura política autoritária e do próprio sistema democrático por meio da produção de políticas do comum.

No que se refere ao caminho metodológico, os resultados da tese foram alcançados a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, realizadas a partir de fontes públicas, de fontes dos próprios sujeitos da pesquisa e de fontes da Fase. Também realizamos uma pesquisa qualitativa com quatro sujeitos coletivos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a saber: IFHEP, Brigadas Populares, Fórum Grita Baixada e Sindágua-RJ, com os quais realizamos um total de 11 entrevistas semiestruturadas, no período entre junho e novembro de 2020. A escolha desses sujeitos foi feita a partir de dois critérios: diversidade entre eles e diversidade territorial. Considerou ainda a relação de confiança que os sujeitos já possuíam com a pesquisadora.

Em relação à forma de exposição dos dados, a tese foi apresentada em quatro capítulos, além de introdução e conclusões, seções que buscaram apresentar os argumentos, questões e reflexões amadurecidas e desenvolvidas no processo de estudos e pesquisas.

Antes de apresentar a sistematização das principais conclusões desta tese para o campo dos estudos dos movimentos sociais e para o campo das resistências sociais urbanas, é necessário pontuar que interpretamos as transformações contemporâneas do tecido associativo como parte de um processo histórico amplo e não como algo novo no cenário político. Logo, elaboramos essa sistematização inspirados por autores como Bringel (2017), Bringel & Sposito (2020) e Pleyers (2018).

Más que insistir en la novedad o, al contrario, en la repetición de prácticas ya experimentadas en las décadas o los siglos anteriores, la sociología gana en relevancia cuando se enfoca en analizar la experiencia, la significación, los obstáculos, las lógicas de acción y la evolución de los actores que adoptan estas prácticas, apoyándose en el análisis de movimientos similares del

pasado, pero sin pensar ni en términos de innovaciones radicales, ni de simple reproducción de modos de acción (PLEYERS, 2018, p. 29).

Para esta sistematização final, escolhemos algumas falas dos sujeitos coletivos desta tese que nos parecem sintetizar e pontuar os principais sentidos e significados da ação política coletiva na contemporaneidade, assim como nos ajudam a compreender os elementos processuais das transformações do tecido associativo. Optamos por não identificar o nome dos sujeitos das falas para que o leitor as tome como expressões capazes de apontar tendências mais gerais da ação coletiva contemporânea.

“Os sujeitos precisam dizer e ser ouvidos.”

Ao eleger como objeto de estudo os sujeitos coletivos, esta tese buscou valorizar o fazer político não hegemônico que constitui o tecido associativo contemporâneo. Ao adotar uma metodologia de pesquisa orientada pela premissa de que esses sujeitos são detentores de conhecimentos e se propor a produzir conhecimento com e sobre tais sujeitos, a tese sistematizou informações relativas à percepção desses sujeitos sobre si mesmos, sobre outros sujeitos e sobre sua relação com as instituições e com o Estado.

Sendo detentores de conhecimento e de saberes pouco valorizados pelo fazer político hegemônico, os sujeitos coletivos reivindicam o direito de falar sobre suas questões e fazer política a partir do lugar que ocupam nas relações sociais. Portanto, mais que expor os limites do sistema democrático formal, que jamais conseguiu contemplar questões conflituosas e disruptivas – nem na democracia participativa –, os sujeitos coletivos ampliam o sentido da política ao politizar dimensões da vida social que, em geral, não são vistas como tal.

A partir dessa sistematização, constatamos ainda que não há sujeitos de direitos sem organização política que os leve a compreender-se como tal, ou seja, os sujeitos de direitos são forjados nos processos coletivos de luta com os quais estão envolvidos. Portanto, a percepção do sujeito enquanto sujeito de direitos não é linear nem evolutiva, tampouco se pauta pela declaração formal nas leis, mas depende da trajetória de ação política que ele percorre ao longo dos anos, dos espaços de ação coletiva que participa, do território que vive, das identidades em que se reconhece, das trocas que estabelece com outros sujeitos e com o Estado.

***“A gente do campo progressista não está agindo
diferente de quem tá do outro lado.”***

A percepção dos sujeitos coletivos sobre si mesmos e sobre os outros sujeitos mostra que a razão neoliberal vem acelerando a decomposição da solidariedade de classe, intensificando a desumanização e impondo a ética do *homo economicus* como modelo cognitivo e normativo da vida social – e não só como expressão da governamentalização do Estado ou como modo de operação do mercado.

Além da reformulação do Estado e das políticas públicas, a conduta dos próprios indivíduos passou a organizar-se a partir das premissas da economia de mercado. Portanto, a racionalidade neoliberal não se legitima apenas pelas formas de governo, mas pelas formas de exercício do poder político. Lembremos que esse exercício se dá tanto no âmbito hegemônico como no não hegemônico, no qual se situam os sujeitos coletivos entrevistados.

Nesse sentido, apresentamos no capítulo 2 desta tese, item 2.3, alguns traços característicos dos sujeitos coletivos do Rio de Janeiro que revelam que a racionalidade neoliberal vem transformando “sujeitos de direitos” em “sujeitos neoliberais”.

Individualismo, identidades múltiplas, plurimilitância, sobrecarga de atividades, competição entre agendas, sobreposição dos interesses individuais aos coletivos, interesses individuais que se apresentam como expressão da luta antirracista, instrumentalização das ações coletivas para garantir desempenho individual, ampliação do capital político e valorização da empresa de si mesmo, competição entre atores do mesmo território: todos são exemplos de como os estudos sobre movimentos sociais contemporâneos precisam olhar para os sujeitos coletivos sem romantismo e ilusões, compreendendo-os não apenas como vítimas desse sistema, mas como sujeitos contraditórios, dotados de capacidades políticas que, a depender da situação, os faz desprezar o projeto coletivo em favor do individual e vice-versa.

Assim, considerando os ataques da racionalidade neoliberal sobre a sociedade e a política democrática (BROWN, 2019), considerando o modo como o ódio à democracia se alastra pelas sociedades contemporâneas (RANCIÈRE, 2014), considerando ainda que essa cultura do ódio está presente em todas as classes sociais (RANCIÈRE, 2021), os sujeitos coletivos são constantemente assediados a reproduzirem práticas antidemocráticas em suas ações políticas, a aceitarem a

neutralização do outro, a romperem com a teia de relações sociais que temos em comum e que nos une como sociedade para se constituírem como sujeitos atomizados.

***“A gente não quer um deputado que não vai discutir o extermínio da população jovem, negra e pobre da Baixada...
É contra isso que a gente tem que lutar.”***

A percepção dos sujeitos coletivos sobre a desigualdade urbana, a segregação socioespacial e a militarização da cidade como política de Estado apareceram de forma contundente nas entrevistas desta tese. Para dialogar com tais percepções fizemos, no capítulo 3, um exercício de análise sobre a dinâmica capitalista de produção social do espaço e sua relação com os processos de acumulação e valorização do capital que tornaram as cidades uma mercadoria conectada às finanças globais.

Em se tratando da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, buscamos demonstrar que a militarização urbana é uma política de Estado consolidada de duas formas:

- a) pela via institucional – expressa nas decisões legislativas, na política orçamentária adotada, na política econômica de austeridade fiscal que não se aplica apenas à pasta de segurança pública, na ausência de políticas urbanas voltadas para favelas e periferias, na relação entre representantes do Estado e representantes das milícias, assim como na omissão e conivência das autoridades públicas quanto à violência política sofrida por parlamentares que se posicionam contra esse modelo de gestão da pobreza pela violência;
- b) pela via social – expressa por uma parcela da sociedade que legitima a ação violenta do Estado nos territórios de favelas e periferias, reproduzindo acriticamente o discurso de que “bandido bom é bandido morto” e reforçando a “metáfora da guerra” (LEITE, 2001) sem perceber que cada passo dado em direção à militarização como política de Estado é um passo contra o exercício democrático dos direitos que atinge a todos os cidadãos. Se expressa ainda pelo oportunismo de criminosos ligados a facções e grupos milicianos que vendem serviços que deveriam ser providos pelo Estado ao mesmo tempo que cerceiam o direito de ir e vir de quem vive nesses territórios, ameaçando a vida de quem ousa questioná-los.

Assim, longe de gerar bem-estar urbano e segurança pública, ao tornar-se política de Estado, a militarização passou a ser um risco para a própria democracia. Prova mais contundente do risco que corremos é que sujeitos coletivos como o IFHEP e o Fórum Grita Baixada, os quais têm tido um “papel político central de denúncia e de enfrentamento à militarização” (DALLE, 2020), deixaram claro quão perigoso tem sido construir processos de resistência desde esses lugares. Não à toa, a insegurança urbana vivida nos territórios periféricos e de favela passou a ser mote de mobilização no âmbito urbano e complexificou a agenda do direito à cidade nos últimos anos.

Sendo moradores de cidades militarizadas, parte dos sujeitos coletivos tem questionado representantes do sistema político formal que compactuam com a barbárie urbana e, ao mesmo tempo, buscado candidaturas que sejam parceiras no enfrentamento à militarização como política de Estado.

“Os jovens negros das periferias estão pensando a cidade dentro de outros patamares.”

Historicamente marcada pelas lutas que reivindicavam o acesso a bens e serviços urbanos – moradia, saneamento, transporte e regularização fundiária –, a agenda do direito à cidade passa por transformações.

Conforme tratamos nos capítulos 2 e 3, os investimentos estatais em bens e serviços urbanos estão profundamente capturados pela racionalidade neoliberal, ao mesmo tempo que a militarização como política de Estado vem tornando-se uma alternativa para acumulação de capital. O ciclo de protestos de junho de 2013 já demonstrava que o aumento das desigualdades sociais e da violência urbana afetava uma diversidade de sujeitos políticos que não se reconheciam dentro dessa agenda mais tradicional do direito à cidade.

No entanto, as mobilizações em torno dos direitos das mulheres, étnico-raciais, de LGBTTIAQ+, segurança pública, meio ambiente, soberania e segurança alimentar estão intrinsecamente vinculadas ao direito à cidade. A tentativa de encaixá-las nas reivindicações por acesso a bens e serviços urbanos, bem como a tendência de hierarquizá-las colocam enormes desafios para a agenda do direito à cidade. A tese buscou problematizar toda essa complexidade da questão urbana contemporânea.

Ao construir processos de resistência à produção desigual do espaço urbano nas nossas cidades, as lutas urbanas e os sujeitos coletivos colocam em xeque a

propriedade privada e o ciclo de produção, reprodução e acumulação do capital. Em especial os sujeitos jovens, negros, moradores de periferia têm contribuído sobremaneira para tencionar os agentes da produção do espaço urbano e disputar o sentido político da agenda do direito à cidade.

A tese buscou interpretar a questão urbana através dos sujeitos coletivos das lutas urbanas porque entendemos que, além dos agentes do mercado e do próprio Estado, a cidade também está sendo disputada pela sociedade civil. Logo, os sujeitos coletivos urbanos que adotam práticas políticas não hegemônicas cumprem papel fundamental para a renovação da agenda urbana, uma agenda que precisa ser radicalmente anticapitalista, antirracista e antissexista.

“As coisas nunca foram iguais para todo mundo. [...] A democracia precisa ser algo construído por nós.”

Pelo menos desde o ciclo de protestos de junho de 2013 e do golpe civil-parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016, passando pelo governo interino de Michel Temer (MDB) entre 2016 e 2017 e pela eleição de Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL mas, posteriormente, desfiliado) em 2018, o sistema democrático brasileiro encontra-se abalado.

Mesmo que as regras mínimas da democracia já tenham sido ameaçadas pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992 (SCHWARCZ; STARLING, 2015) e a experiência democrática brasileira nunca tenha rompido com a tendência elitista, burguesa e autoritária da sociedade nacional, tampouco tenha condenado os violadores de direitos da ditadura militar (CHAUI, 2011; 2000), essa é a primeira vez que a Constituição Federal é reiteradamente desrespeitada e as institucionalidades democráticas desmanteladas pelo próprio governo.

No Brasil de Jair Bolsonaro as instituições como o Congresso Nacional, o Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público vivem intimidadas por práticas autoritárias não convencionais, ou seja, práticas que não necessariamente acionam a violência para legitimar-se, mas ameaçam os princípios republicanos e fragilizam a democracia em seu sentido mais substantivo.

Num país cuja formação social é escravocrata, latifundiária, patrimonialista e adepta do mandonismo (SCHWARCZ, 2019; MARTINS, 2007; 1978), o direito à igualdade e à liberdade jamais se estendeu a todos os cidadãos. A nossa “cidadania

invertida” (CARVALHO, 2015) dificultou o exercício dos direitos civis e a formação de instituições democráticas sólidas, do mesmo modo que a luta por direitos em seu sentido mais amplo acabou sendo aprisionada pela gramática da perda de direitos (TELLES, 1998) e pela lógica da “privatização dos direitos” (CHAUÍ, 2019) típica do neoliberalismo.

A persistente desigualdade social é resultado de todo esse processo histórico, político, social e econômico. O patrimônio dos 42 bilionários brasileiros aumentou US\$ 34 bilhões (cerca de R\$ 177 bilhões) durante a pandemia de coronavírus (OXFAN, 2020); 75,2% da população mais pobre são pessoas negras (IBGE, 2019); pessoas pobres correspondem ao perfil de vítimas mais comuns da Covid-19 (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2020); a dificuldade de acesso à justiça ainda impõe grandes obstáculos para o exercício dos direitos já que os ricos não são punidos e os pobres não são protegidos (CARVALHO, 2015). Esses são apenas alguns exemplos de como a desigualdade social é um elemento determinante da percepção dos sujeitos coletivos sobre a democracia. Portanto, os sujeitos percebem a democracia a partir do lugar que ocupam na sociedade.

A democracia parece ter pouco significado social para os sujeitos coletivos desta tese, os quais compreendem que, mais que uma forma de governo, ela é uma forma de ser na sociedade. A explicação para essa falta de significado social é que esses sujeitos fazem parte dos sem direitos, aqueles que não se sentem pertencentes ao sistema democrático porque vivem em territórios periféricos, sofrem com o racismo cotidianamente, são trabalhadores, negros, jovens, mulheres, LGBTQIA+. Sendo possuidores dessas múltiplas identidades, não enxergam a democracia como uma saída para os seus problemas do cotidiano, logo acabam reduzindo a democracia ao seu sentido liberal de sistema de governo político.

Contraditoriamente, esses mesmos sujeitos percebem que a democracia é um processo em movimento e que esse movimento depende da ação coletiva deles consigo mesmos, deles com outros sujeitos e deles com as instituições e com o Estado.

Assim, esta tese constatou que os sujeitos coletivos se reconhecem como seres eminentemente políticos, que tanto sofrem as consequências da ausência de democracia como são capazes de incidir nesse sistema, disputando o sentido da democracia de forma mais ampla e salvaguardando direitos sociais, num momento da história em que eles já não são condição para acumulação de capital. Desse modo, a

tese defende que os sujeitos coletivos do Rio de Janeiro são instituídos e instituintes dos processos democráticos, sejam eles de ascensão ou de crise democrática.

“Uma democracia plena não existe.”

Desde pelo menos a Queda do Muro de Berlim (1989) e do fim da Guerra Fria (1991), o sistema democrático já não representa a possibilidade de construção de um projeto transformador para a sociedade. A social-democracia que preconizava a igualdade de direitos foi, pouco a pouco, perdendo seu vigor devido à consolidação do neoliberalismo como racionalidade do capitalismo contemporâneo.

A desconfiança para com o sistema democrático liberal se faz presente em toda parte do mundo. Quebra de vínculos entre governantes e governados, rechaço aos partidos políticos, colapso gradual das formas de representação e captura do modelo hegemônico de representação pelos interesses de mercado são algumas das manifestações da crise de legitimidade política na qual estamos imersos e que vem sendo denunciada por levantes populares mundo afora.

Pelo menos desde a revolta social na Tunísia, que abriu o ciclo da Primavera Árabe (2010), passando pelo Occupy Wall Street nos EUA (2011), pelo Movimento dos Indignados da Espanha (2011) e pelo ciclo de protestos de junho no Brasil (2013), percebemos que a democracia liberal está em xeque.

Após dez anos desses grandes protestos, as intensas mobilizações populares ocorridas entre 2019 e 2021 no Chile, na Bolívia, no Equador, no Peru, na Colômbia e nos EUA seguem nos mostrando que, em que pese as particularidades de cada país, as reivindicações sociais convergem no sentido de denunciar o aumento das desigualdades sociais causadas pelo espraiamento do neoliberalismo para dentro dos sistemas políticos. Não é à toa que os protestos se voltam tanto contra representantes de governos e parlamentos como também contra bancos, fundos, lobistas, acionistas, corporações e toda sorte de atores que se beneficiam dessa engrenagem.

Logo, por trás das causas mobilizadoras dos protestos, se denuncia que as necessidades sociais da maioria da população não estão sendo sanadas na democracia liberal. Uma vez percebido que a democracia liberal não assegura o mínimo da dignidade humana, vive-se um momento de busca por outro paradigma societário, diferente do neoliberal e da democracia liberal representativa.

Esta tese defende que o paradigma dos comuns nos ajuda a enfrentar este contexto já que contribui para a ressignificação do sentido da política e da própria democracia. Na medida em que estimula a imaginação coletiva sobre as “práticas instituintes de autogoverno de si e dos outros”, bem como propõe “formas alternativas de governo dos bens comuns” (DARDOT; LAVAL, 2017a), o paradigma dos comuns desconstrói os padrões político-culturais da democracia representativa que delega poder ao outro. Desse modo, enfrenta a alienação política do sujeito neoliberal por meio da aposta política nas “práticas pautadas na cooperação produtiva e no compartilhamento dos cuidados” (FEDERICI, 2020).

***“Foi a partir de 2013 que a gente tirou essa
lição da importância da comunicação.”***

Se o ciclo de protestos de junho de 2013 já sinalizava a centralidade da comunicação para a articulação das lutas sociais, a pandemia evidenciou a importância das redes sociais e do WhatsApp para a organização das ações de solidariedade.

A partir da análise comparativa das redes sociais dos sujeitos desta pesquisa realizada no capítulo 4, concluímos que: i) há diferentes tipos de usos – fomentam a mobilização social territorial, conectam com outras lutas, sejam elas locais ou globais, divulgam campanhas de arrecadação, denunciam violações de direitos, disputam as narrativas hegemônicas e chegam a ser instrumentos de proteção dos sujeitos durante grandes mobilizações populares de rua; ii) o uso da internet e das redes sociais não está separado da ocupação dos espaços públicos (CASTELLS, 2013) – muito embora os meios digitais tenham se tornado espaços de ação política fundamentais, eles por si só não são capazes de determinar os processos de resistência social contemporâneos; iii) a comunicação em tempo real e a possibilidade de interação com a notícia instantaneamente trouxe algo novo para as lutas sociais – a carga de emoção e a rapidez com que interagimos com tais eventos e postamos nas redes sociais dificulta a reflexão mais aprofundada sobre suas causas.

Percebemos ainda que a velocidade das redes sociais, por vezes, atropela os processos políticos coletivos e fomenta o individualismo característico do sujeito neoliberal.

Embora não tenhamos tratado na tese a questão do maior envolvimento político de pessoas/indivíduos (e não de sujeitos coletivos) pelas redes sociais, é inegável que há uma tendência de crescimento da individuação no fazer político (CASTELLS, 2013). Não temos elementos para analisar como as tecnologias da informação vêm modificando as formas de organização política, mas apontamos que são parte da racionalidade neoliberal, que, como racionalidade, é capaz de estabelecer condições epistêmicas, normativas e autorregulatórias e determinar as condutas das pessoas e das relações sociais mais amplas.

***“Nós não queremos fazer política no centro,
nós queremos chegar no centro de bonde.”***

A clássica dinâmica centro-periferia que orienta a dinâmica de produção do espaço também influencia a ação coletiva dos sujeitos. Sem desconsiderar as dificuldades que os sujeitos periféricos e favelados enfrentam para fazer política – seja para dentro dos seus territórios, seja para fora –, esta tese identificou a existência do “orgulho periférico” (D’ANDREA, 2020a; 2013) como um traço do sujeito coletivo contemporâneo. A tese constatou ainda que a percepção desse orgulho é resultado da troca entre sujeitos de gerações distintas.

O “posicionamento político-territorial” (D’ANDREA, 2020a; 2013) do sujeito enquanto periférico e favelado também foi identificado nesta tese como uma alternativa para enfrentar a crise de legitimidade presente nas democracias. Sendo parte dos grupos não hegemônicos da sociedade, os sujeitos periféricos e favelados não se identificam com a maior parte dos representantes eleitos pelo sistema político formal, questionam a velha política do coronelismo e do voto de cabresto que o sustenta e apostam em candidaturas cujo projeto político os inclui.

Ao compreender o território como uma dimensão estratégica da ação coletiva, os sujeitos periféricos e favelados ainda contradizem a leitura hegemônica de que esses são lugares de violência e pobreza e mostram que ali vivem “sujeitos conhecedores/fazedores” (D’ANDREA, 2020a; 2013), cujo perfil é marcado pela pluralidade e heterogeneidade e cuja ação política se organiza com base na denúncia e no anúncio.

Características do “paradigma dos comuns” (DARDOT; LAVAL, 2017a), essa forma de organização ora denuncia a “privatização dos direitos” (CHAUI, 2019) típica

do neoliberalismo totalitário e a violência com que o Estado atua nos seus territórios, ora contribui para o fortalecimento de práticas políticas comunitárias que informam o sentido mais amplo de democracia, sentido este que está em constante disputa na sociedade.

“Nós aprendemos com eles tanto quanto eles aprendem conosco.”

Conforme demonstramos nesta tese, o sujeito jovem possui um protagonismo nos processos contemporâneos de resistência social urbana pelo fato de estarem diretamente afetados pelas políticas neoliberais e pela militarização da cidade como política de Estado.

Também constatamos que esses sujeitos carregam traços da “cultura alterativista” (PLEYERS, 2018), reconhecem e valorizam a experiência do outro e buscam desconstruir as hierarquias entre os sujeitos de gerações diferentes. Assim, constatamos que a partir da troca entre sujeitos de gerações distintas se constrói um tipo de prática política que expressa a necessidade de transformação dos próprios sujeitos e não apenas do sistema político-democrático. Essa transformação se dá no próprio processo de ação coletiva.

Por outro lado, a tese também demonstrou que o processo de ação coletiva é atravessado por conflitos entre sujeitos de gerações diferentes. O modelo de participação social adotado e o uso das novas tecnologias de informação e comunicação apareceram como temas geradores desses conflitos. Por fim, demonstramos que tanto o “posicionamento político-territorial” (D’ANDREA, 2020a; 2013) como a reivindicação da “identidade jovem” (NOVAES, 2014; SPOSITO *et al.*, 2020) são ativos dos sujeitos coletivos contemporâneos.

“A forma de fazer política do Estado e do mercado não é capaz de definir o que a gente é e o que a gente quer fazer.”

Apesar da racionalidade neoliberal ter promovido a demonização da política e do social, de ter desmantelado a sociedade, de ter potencializado o sujeito atomizado, de ter criminalizado o sujeito coletivo, de ter acentuado o individualismo e a competição no tecido associativo, de ter naturalizado a existência de sujeitos sem direitos e de ter desdemocratizado a democracia, os sujeitos coletivos das lutas

urbanas ainda encontram brechas para transformar a cultura política autoritária e salvaguardar direitos.

Considerando que um dos objetivos específicos desta tese foi conhecer a dinâmica dos sujeitos coletivos atuantes no Rio de Janeiro, é possível afirmar que há uma nova cultura política sendo gestada, conforme apresentado no item 4.5.2 do capítulo 4. Analisamos que as práticas políticas adotadas pelo Fórum Grita Baixada, pelas Brigadas Populares e pelo IFHEP durante a pandemia ampliam o exercício da política para além do âmbito institucional e corroboram para germinar “formas instituintes de autogoverno” (DARDOT; LAVAL, 2017a, p. 485-92). Nessas “formas instituintes de autogoverno” a participação é resultado de uma relação de pertencimento e de compromisso coletivo com outros sujeitos.

Es decir, la pertenencia a una trama comunitaria no «concede derechos» sino que «obliga a hacerse cargo» de una parte de las decisiones colectivas; es más, es el cumplimiento de los acuerdos colectivamente deliberados y producidos, lo que garantiza la pertenencia de cada quien a la trama comunitaria. El contraste entre esta forma de lo político y de la política con la llamada “democracia formal” es completo: el único derecho que la democracia formal no concede en tanto se basa en la delegación, es el derecho fundamental de la trama comunitaria, aunque en ella tal derecho se expresa como una obligación. Obligación de asumir las necesidades a satisfacer, a deliberar con los demás acerca de cómo hacerlo, de encargarse colectivamente de su ejecución, etc. Obligación pues, de “acordar colectivamente”, obligación de generar consenso como condición de posibilidad de la reproducción [...]. La politicidad concreta y colectiva que se genera en la trama comunitaria es pues, también, una dimensión específica de la producción de lo común que se basa en una dimensión específica del trabajo comunitario: el “servicio” o trabajo para lo común (AGUILAR; LOHMAN, 2019, 37-8).

Portanto, percebemos que parte dos sujeitos coletivos contemporâneos não estão dispostos a delegar a outrem o poder de decisão coletiva como ocorre na democracia liberal. Esses sujeitos reivindicam o estabelecimento das regras para o uso e compartilhamento do que lhes é comum: são eles que definem coletivamente quanto tempo de trabalho será dado por cada um, são eles que criam mecanismos para autorregulação das desigualdades e disputas de poder internas ao grupo. Todas essas “formas de lo político” (AGUILAR, 2017) são características das formas instituintes de autogoverno (DARDOT; LAVAL, 2017a), que, mesmo sendo de pequena escala, lançam bases para a necessária reinvenção democrática que tratamos no capítulo 2.

Nesse sentido, concluímos afirmando que, a despeito da racionalidade neoliberal tentar, de todas as maneiras, impor o mercado como único princípio estruturador da sociedade e o Estado como único capaz de regular as relações sociais, a sociedade civil, por meio da ação coletiva dos sujeitos e de seus processos políticos contra-hegemônicos, tem contribuído para forjar uma nova cultura política democrática, mesmo que o resultado dessa nova cultura democrática não seja visível.

Concluímos ainda que o exercício de salvaguardar direitos é eminentemente um exercício público e coletivo, daí a importância de defendermos a democracia como forma de ser e de governar a sociedade. Sem ela não é possível que os sujeitos coletivos se constituam como tais, assim como não é possível transformarmos os sujeitos sem direitos em sujeitos de direitos.

Para nós, a democracia é ainda a única que possibilita a criação de formas de governo estatal que não reduzam a esfera política da vida social à esfera econômica, de práticas instituintes de autogoverno e de formas alternativas de governo, seja ele estatal ou não. Por isso, a defesa da democracia que propomos não se reduz à democracia que temos, mas é uma defesa que nos possibilita imaginar instituições novas.

Considerando as ações de solidariedade desenvolvidas por parte dos sujeitos desta tese é possível concluir que estão sendo gestadas formas de fazer política distintas do Estado e do mercado, as quais apontam para uma nova cultura política democrática que se relaciona a projetos políticos de transição social. Esses projetos nos permitem imaginar cidades mais justas e uma vida digna, são projetos que desafiam a distopia neoliberal ao reconhecerem que há potência política nas formas de ação coletiva não hegemônicas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

AGUILAR, R. G. Común, ¿hacia dónde? Metáforas para imaginar la vida colectiva más allá de la amalgama patriarcado-capitalismo y dominio colonial. **Producir lo Común – Entramados Comunitarios y luchas por la vida – El Apantle – Revista de Estudios Comunitarios**, Madrid, 2019, p. 79-93. Disponible: https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TDS-UTIL_Apantle_web.pdf. Consultado el: 10 jul. 2021.

AGUILAR, R. G. **Horizontes comunitario-populares**: producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017. Disponible: <http://bibliotecadocomum.org/files/original/52bcbe142818c84bf5f97db84fa5dabb.pdf>. Consultado el: 10 jul. 2021.

AGUILAR, R. G.; LOHMAN, H. S. Reproducción comunitaria de la vida: pensando la transformación social en el presente. **Producir lo Común – Entramados Comunitarios y luchas por la vida – El Apantle – Revista de Estudios Comunitarios**, Madrid, 2019, p. 21-44. Disponible: https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TDS-UTIL_Apantle_web.pdf. Consultado el: 10 jul. 2021.

AGUILAR, R. G.; TRUJILLO, M. L. N. Producir lo común para sostener y transformar la vida: algunas reflexiones desde la clave de la interdependencia. **Confluências**, v. 21, n. 2, Rio de Janeiro, 2019, p. 298-324. Disponible: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34710>. Consultado el: 10 jul. 2021.

ALCÂNTARA, L.; BRINGEL, B. Dos zapatistas aos indignados: mudanças na geopolítica das solidariedades transnacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e231325, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NgBfgLwPLYXpLtkQRd8gTfy/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ALMEIDA, S. L. Prefácio da edição brasileira. In: ASAD, H. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo, Veneta, 2019. p. 7-19.

ALVES, J. C. S. Baixada Fluminense: a violência na construção de uma periferia. **Encontro anual da ANPOCS**, Anais [...], 1994. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/19-encontro-anual-da-anpocs/gt-18/gt01-10/7551-josealves-violencia/file>. Acesso em: 13 jul. 2021.

ALVES, J. C. S. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH Clio, 2003.

ALVES, J. C. S. Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL (Org.). **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. Disponível em:

http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Relatorio_Milicias.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

ALVES, R. Governo encaminha à Alerj projeto que permite privatizar universidades públicas. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 21 de abril de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/21/governo-do-rj-encaminha-projeto-para-a-alerj-que-autoriza-privatizacao-de-universidades-publicas.ghtml>. Acesso em: 1º nov. 2020.

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha casa... E a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

ANDRADE, D. P.; OTA, N. K. Uma alternativa ao neoliberalismo: entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. **Tempo Social**, v. 27 n. 1, São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702015000100275. Acesso em: 17 maio 2020.

ANDRADE, L. de; BONAÇO, V. A importância de atuar pela própria comunidade, segundo articuladores da Baixada e do Complexo do Alemão. **Página dezenove**, 11 de maio de 2020. Disponível em: <https://medium.com/pagdezenove/entrevista-a-import%C3%A2ncia-de-atuar-pela-pr%C3%B3pria-comunidade-9cf3de7741d8>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.

ARAUJO, K.; MARTUCCELLI, D. Leer los movimientos sociales desde el individualismo: reflexiones a partir de Latinoamérica. **Educación & Sociedade**, Campinas, v. 4, 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/ES.228265>. Consultado em: 12 jul. 2021.

AVRITZER, L. **A cara da democracia no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.institutodademocracia.org/blog/categories/a-cara-da-democracia-no-brasil>. Acesso em: 29 set. 2021.

AVRITZER, L. **Os impasses da democracia no Brasil**. 3. ed. ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AZEVEDO, A. **O cortiço**. Coleção Objetivo. São Paulo: Sol, 1999.

BARBALET, J. M. **A cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BARREIRA, G. Número de abstenções supera votação do prefeito eleito do Rio, Eduardo Paes. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2020/noticia/2020/11/29/numero-de-abstencoes-supera-votacao-do-prefeito-eleito-do-rio-eduardo-paes.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BARRETO, E. Rio é o estado que mais usou a Garantia da Lei e da Ordem na década. **Poder 360**, Brasília, 22 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/rio-de-janeiro-e-estado-com-mais-glos-na-decada/>. Acesso em: 22 out. 2020.

BARROS, R. O. **“Urbanização” e “pacificação” em Manguinhos**: um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo. 2016. 312 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos, um Haussmann tropical**: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1992.

BENSAID, D. Introdução. In: MARX, K. **Os despossuídos**: debate sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.

BIRMAN, P.; LEITE, M. P. Rio e São Paulo: categorias emaranhadas e relativização dos seus sentidos nos estudos sobre (as chamadas) periferias. In: BARROS, J.; COSTA, A. D. da; RIZEK, C. (Orgs.). **Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios**. São Carlos: IAU/USP, 2018, p. 27-39. Disponível em: livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/317/278/1185-1?inline=1. Acesso em: 10 jul. 2021.

BORÓN, A. **América Latina em la geopolítica del imperialismo**. Buenos Aires: Ediciones Luzemburg, 2012.

BORÓN, A. Democracia y movimientos sociales en América Latina. **Em Pauta**, n. 19, 2007. Disponível: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/183/207>. Consultado em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório de comparecimento e abstenção das eleições de 2018** [1º e 2º turnos]. Disponível em: <http://divulga.tse.jus.br/>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRINGEL, B. Como ler junho de 2013 com olhos de 2018, segundo este pesquisador. **Nexo Jornal** – Entrevista à Lílian Venturini, 9 de junho de 2018a. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/06/09/Como-ler-junho-de-2013-com-os-olhos-de-2018-segundo-este-pesquisador>. Acesso em: 26 fev. 2021.

BRINGEL, B. Movimientos sociales y la nueva geopolítica de la indignación global. In: BRINGEL; B.; PLEYERS, G. (Eds.). **Protesta e indignación global**: los movimientos sociales em el nuevo orden mundial. Buenos Aires: CLACSO; Río de Janeiro: Faperj, 2017. p. 29-36. Disponível: https://www.e-http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20171204044413/Protesta_e_indignacion_global.pdf. Consultado em: 10 jul. 2021.

BRINGEL, B. Mudanças no ativismo contemporâneo: controvérsias, diálogos e tendências. *In: A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direitos nas cidades*. Rio de Janeiro: Fase, 2018b. p. 20-29. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/02/PUBLICACAO-FINAL-DIGITAL-PARA-SITE.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRINGEL, B. Muito mais que um panelaço: resistências sociais em tempos de coronavírus. **Open Democracy**, 6 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/muito-mais-que-panelaco-resistencias-sociais-em-tempos-de-covid-19/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRINGEL, B.; SPOSITO, M. P. Apresentação do dossiê: movimentos sociais e transformações do ativismo contemporâneo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e238520, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ZQbDNyM54GgdTbGHxjRChNJ/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BROWN, W. **As ruínas do neoliberalismo**: ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

CAFFENTZIS, G.; FEDERICI, S. Comunes contra y más allá del capitalismo. **Producir lo Común – Entramados Comunitarios y luchas por la vida – El Apantle – Revista de Estudios Comunitarios**, Madrid, 2019, p. 45-58. Disponível em: https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/TDS-UTIL_Apantle_web.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

CANO, I.; DUARTE, T. **No sapatinho**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2012/11/08/no-sapatinho-evolucao-das-milicias-no-rio-de-janeiro-2008-2011>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAÚJO, F. S. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexões sobre a construção do espaço metropolitano. **XIII Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, Anais [...], 2011. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/683>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CARDOSO, A. L.; MELLO, I. Q.; JAENISCH, S. T.; GRAZIA, G. **A retomada das remoções na cidade do Rio de Janeiro e o Programa Minha Casa, Minha Vida**. *In: CARDOSO, A. L.; JAENISCH, S. T.; ARAGÃO, T. A. 22 Anos de Política Habitacional no Brasil: da euforia à crise*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2017, p. 211-26.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. *In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 95-110. São Paulo: Contexto, 2013.

CARRO, R. Rio não terá como pagar dívida à União, diz secretário. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 8 de abril de 2019. Disponível em:

<https://www.valor.com.br/brasil/6201433/rio-nao-tera-como-pagar-divida-com-uniao-diz-secretario>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **Ruptura**: crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO, D. G.; GAFFNEY, C.; NOVAES P. R.; RODRIGUES, J. M.; SANTOS, C. P. dos; ORLANDO, A. dos S. J. O projeto olímpico da cidade do Rio de Janeiro: reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade. *In*: CASTRO, D. G. *et al.* (Orgs.). **Rio de Janeiro**: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CENTRO DE ESTUDOS PERIFÉRICOS. **Agenda propositiva da periferia**. Disponível em: <https://rosalux.org.br/agenda-propositiva-das-periferias/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUI, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUI, M. **Breve história da democracia**. [Apostila do curso: A democracia pode ser assim: histórias, formas e possibilidades.] São Paulo: Boitempo; Sesc, 2020. Disponível em: <https://democraciaemcolapso.wordpress.com/>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CHAUI, M. **Cultura e democracia**: discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHAUI, M. Neoliberalismo: a nova forma de totalitarismo. **A terra é redonda**, 6 de outubro de 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 7 fev. 2021.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. **Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão**. Rio de Janeiro, novembro de 2015. Disponível em: https://www.childrenwin.org/wp-content/uploads/2015/12/Dossie-Comit%C3%AA-Rio2015_low.pdf. Acesso em: 7 jul. 2019.

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal**: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

CRISTÓVAM, J. S. S. Sobre a noção de bem comum no pensamento político ocidental: entre becos e encruzilhadas da dimensão ancestral do moderno conceito de interesse público. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 107-34, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/57508>. Acesso em: 11 jul. 2021.

D'ANDREA, T. P. **A formação dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. 2013. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/en.php>. Acesso em: 11 jul. 2021.

D'ANDREA, T. P. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Revista Novos Estudos**, Dossiê subjetividades periféricas, v. 39, n. 1, jan./abr., p. 19-36, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>. Acesso em: 11 jul. 2021.

D'ANDREA, T. P. Periferias de São Paulo: conjuntura e pós-pandemia. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 1º de dezembro de 2020b. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/periferias-de-sao-paulo-conjuntura-e-pos-pandemia/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia: as transformações dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 61-102.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**: um balanço necessário. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DALLE, I. A resistência às milícias são os coletivos da periferia, diz professor. **Rede Brasil Atual**, 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/02/a-resistencia-as-milicias-sao-os-coletivos-da-periferia-diz-professor/>. Acesso em 15 nov. 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A prova política da pandemia. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 26 de março de 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/26/dardot-e-laval-a-prova-politica-da-pandemia/>. Acesso em: 31 out. 20.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017a.

DARDOT, P.; LAVAL, C. O comum é a revolução, dizem Dardot e Laval. **Revista IHU on-line**, 26 de outubro 2017b. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573045-o-comum-e-a-revolucao-dizem-dardot-e-laval>. Acesso em: 30 jul. 2019.

ELEUTÉRIO, R. Dom Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, é sequestrado e torturado em 76. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1994. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dom-adriano-hypolito-bispo-de-nova-iguacu-sequestrado-torturado-em-76-20160361>. Acesso em: 9 nov. 2020.

ENTENDA ação que levou STF a suspender operações policiais em favelas do RJ. **Conectas**, 29 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/entenda-as-razoes-que-levaram-o-stf-a-regular-operacoes-policiais-em-favelas-do-rio/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

FAMÍLIA de George Floyd chega a acordo para receber 27 milhões de dólares. **Carta Capital**, São Paulo, 12 de março de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/familia-de-george-floyd-chega-a-acordo-para-receber-27-milhoes-de-dolares/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

FARIAS, J. **Governo de mortes**: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. 2014. 265 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/12412103/Governo_de_Mortes_Uma_etnografia_da_gest%C3%A3o_de_popula%C3%A7%C3%B5es_de_favelas_no_Rio_de_Janeiro?fbclid=IwAR0rOaU8qLLjg2lQwymCjlssBfujmayNgxrriXi_mRJwiwPLIxMYf9y3BOE. Acesso em: 11 jul. 2021.

FARRANHA, A. C.; PEREIRA, P. F. S. Quem tem medo de democracia? Quem tem medo da questão racial? *In*: TEIXEIRA, A. C.; ALMEIDA, C.; MORONI, J. A. (Orgs.). **A democracia necessária e desejada**: dilemas e perspectivas. Marília: Lutas Anticapital, 2020. Disponível em: https://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/teixeira_almeida_moroni_completo.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES PARA EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **A luta popular urbana por seus protagonistas**: direito à cidade, direitos nas cidades. Rio de Janeiro: Fase, 2018. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/02/PUBLICACAO-FINAL-DIGITAL-PARA-SITE.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES PARA EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Covid-19 escancara a injustiça da vida nas favelas e periferias**. Rio de Janeiro: Fase, 2020. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/covid-19-escancara-a-injustica-da-vida-nas-favelas-e-periferias/>. Acesso em: 1º nov. 20.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, S. **Reencantar el mundo**: el feminismo y la política de los comunes. Traducción: María Aranzazu Catalán Altuna, Carlos Fernández Guervós y Paula

Martín Ponz. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020. Disponible: https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map60_Reencantar_interior_web.pdf. Consultado el: 11 jul. 2021.

FERREIRA, J. S. W. Minha Casa, Minha Vida: notas sobre a responsabilidade coletiva de um desastre urbano. **XVI ENANPUR**, Anais [...], Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2371>. Acesso em: 11 jul. 2021.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1988.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**. 15. ed. São Paulo: Editora Global, 2004.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Vírus revela a fragilidade do contrato social**. Editorial Financial Times de 3 de abril de 2020. Tradução: Talita Tanscheit. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2020/04/06/virus-revela-a-fragilidade-do-contrato-social/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

GAGO, V. **La razón neoliberal**: economías barrocas y pragmática popular. Madrid: Traficantes de Sueños, 2015.

GOHN, M. G. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-46, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/1987>. Acesso em: 11 jul. 2021.

GOHN, M. G. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

GONÇALVES, J.; OLLIVEIRA, C. 21 Chacinas mataram pelo menos 76 pessoas no rio e você não ficou sabendo. **The Intercept Brasil**, 21 de abril de 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/04/10/21-chacinas-mataram-pelo-menos-76-pessoas-no-rio-e-voce-nao-ficou-sabendo/>. Acesso em 23 fev. 2021.

GRAHAM, S. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRUPO DE ESTUDOS NOVOS ILEGALISMOS; FOGO CRUZADO. **Relatório operações policiais e ocorrências criminais**: por um debate público qualificado. Rio de Janeiro, julho de 2020. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-Geni_ADPF-635-impactos-e-correlacoes_versao_Final.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

GULLINO, D.; VIDON, F. Bolsonaro amplia de quatro para seis o limite de armas para cada cidadão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-amplia-de-quatro-para-seis-limite-de-armas-para-cada-cidadao-24882187>. Acesso em 27 fev. 2021.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Assembly**: a organização multitudinária do comum. São Paulo: Politeia, 2018.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Bem-estar comum**. São Paulo: Record, 2016.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, D. **A produção do espaço capitalista**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Cidade rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de Covid-19. In: DAVIS, M. *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020. p. 13-24. Disponível em: <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

HIRATA, D.; GRILLO, C. C.; DIRK, R. Operações policiais e ocorrências criminais: por um debate público qualificado. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-57>. Acesso em: 29 jun. 2021.

HOBBS, T. **Leviatã**. Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultura, 1979.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil. **Estudos Avançados**: o negro no Brasil, v. 18, n. 50, p. 6-20, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/739>. Acesso em: 12 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 29 dez. 2020.

JIMENEZ, C; ARROYO, P.; RUPP, I. Atos pela democracia elevam tom contra o racismo no Brasil. **El País**, São Paulo, 8 de junho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-08/atos-pela-democracia-elevam-tom-contra-o-racismo-no-brasil.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

KEYNES, J. M. O fim do “laissez-faire”. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **Keynes (Economia)**. São Paulo: Ática, 1983. p. 106-26.

LANDIM, L. H. **A inversão das ONGs**: do serviço invisível à profissão impossível. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/tesesdissertacoes/invencao-das-ongs-do-servico-invisivel-profissao-sem-nome>. Acesso em: 29 set. 2021.

LAURIS, E.; CARVALHO, S.; MARINHO, G. FRIGO, D. (Coord.). **Violência política e eleitoral no Brasil**: panorama das violações de Direitos Humanos de 2016 a 2020. Curitiba: Terra de Direitos; Justiça Global, 2020. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Violencia-Politica_FN.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

LAVAL, C. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Tradução: Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2020.

LEITE, M. S. P. Imagens, escolhas e dilemas de uma cidade “em pé de guerra”. **Proposta**, v. 23, n. 86, Rio de Janeiro, p. 5-15, 1995. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Proposta-Revista-Trimestral-de-Debate-da-Fase-n%C2%BA-66-1995-09.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

LEITE, M. P. **Para além da metáfora da guerra**: percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

LEROY, J. P. **Mercado ou bens comuns?** O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. Rio de Janeiro: Fase, 2016. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/10/FASE_Mercado-ou-Bens-Comuns-JPL-PDF.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção: Os Pensadores.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2009.

MAGALHÃES, F. O passado ameaça o futuro: Tocqueville e a perspectiva da democracia individualista. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, n. 12, v. 1, p. 141-64, maio 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702000000100008>. Acesso em: 11 jul. 2021.

MAGRI, D. Polícia indicia seis pessoas por morte de João Alberto no Carrefour, entre seguranças e funcionários. **El País**, 11 de dezembro de 2020. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-11/policia-indicia-seis-pessoas-por-morte-de-joao-alberto-no-carrefour-entre-seguranças-e-funcionarios.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MALO, M. Prólogo. *In*: TRAFICANTES DE SUEÑOS. **Nociones comunes**: experiencias y ensayos entre investigación y militancia. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. Disponível em: <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Nociones%20comunes-TdS.pdf>. Acesso em: 19. jul. 2021.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. *In*: ARANTES, O. *et al.* (Orgs.) **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! *In*: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MARINHO, G.; AZEVEDO, L.; CARVALHO, S.; JOZINO, J.; SALVADORI, F. **Democracia e crime organizado**: os poderes fáticos das organizações criminosas e sua relação com o Estado. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2019-12/boll_democracia_e_crimes_FINAL.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e nova desigualdade**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARTINS, J. S. **Uma sociologia da vida cotidiana**: ensaio na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2014.

MARX, K. **O capital**: a crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, liv. 1, v. I, 1996a.

MARX, K. **O capital**: a crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, liv. 1. v. II, 1996b.

MATHIAS, M. 'O Estado é uma força que atrapalha as sinergias de mudança'. Entrevista: Raúl Zibechi. **EPSJV/FioCruz**, janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/o-estado-e-uma-forca-que-atrapalha-sinergias-de-mudanca>. Acesso em: 11 jul. 2021.

MAZUI, G. 'No Brasil, não existe racismo', diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado. **Portal G1**, Brasília, 20 de novembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 21.

MEDEIROS, P. Claudio Castro diz que governo pode reconsiderar privatização da Cedae. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/claudio-castro-diz-que-governo-pode-reconsiderar-privatizacao-da-cedae-24718512>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MIGUEL, R. A onda de indignação contra o racismo se espalha por todo o mundo. **El País**, 8 de junho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-06-07/reino-unido-protagoniza-os-protestos-mais-intensos-da-onda-global-contra-o-racismo.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MILÍCIAS controlam mais de 25% dos bairros no Rio, diz pesquisa. **Carta Capital**, São Paulo, 19 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/milicias-controlam-mais-de-25-dos-bairros-no-rio-diz-pesquisa/>. Acesso em: 22 out. 2020.

MILLS W. C. **A imaginação sociológica**, 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S (Org.) *et al.* **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p.10-27.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. *In*: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

NOSSOS mortos têm voz. Direção, argumento e roteiro: **Fernando Sousa e Gabriel Barbosa**. Direção de fotografia: Luis Felipe Romano. Rio de Janeiro: Quiprocó Filmes, 2018 (28 min). Disponível em: <https://www.quiprocofilmes.com.br/pt/filme/nossos-mortos-tem-voz>. Acesso em: 28 jun. 2021.

NOVAES, R.; ALVIM, R. Movimentos, redes e novos coletivos juvenis: um estudo sobre pertencimentos, demandas e políticas públicas de juventude. *In*: LOPES, J. S. L.; HEREDIA, B. M. A. de (Orgs.). **Movimentos sociais e esfera pública**: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados. Rio de Janeiro: CBAE, 2014. Disponível em: http://memov.com.br/site/images/acervo/MSEP/Mov_Sociais_e_Esfera_Publica_WEB_3.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO. **Intervenção federal**: um modelo para não copiar. Rio de Janeiro: Cesec, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1UPulZi6XpsK8DQo6c5oVmwUFUhyPkOpA/view>. Acesso em: 22 out. 2020.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **Mapa social do corona**. 1. ed. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://of.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Mapa-Social-do-Corona-01.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

OLIVEIRA R. L; NERYJ. L. **Ibeu local da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://observatoriodasmetrolopes.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/ibeu_riodejaneiro.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 6, p. 36-54, 1982. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Caderno_de_Debates_2.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

OLIVEIRA, N. G. **O poder dos jogos e os jogos do poder**: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo. 2012. 308 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/445>. Acesso em: 11 jul. 2021.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for the collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OTONI, P. As comunas: estratégia para fortalecer a organização comunitária. **Brigadas Populares**, 8 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/as-comunas-estrategia-para-fortalecer-a-organizacao-comunitaria/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

OXFAM INTERNATIONAL. **Poder, lucros e a pandemia**: da distribuição excessiva de lucros e dividendos de empresas para poucos para uma economia que funcione para todos. Brasil: OXFAM, 2020. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/images/ihu/2020/09/poder_lucro_pandemia_relatorio_oxfam.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

PAPA FRANCISCO. **Carta encíclica *laudato si'* do santo padre Francisco sobre o cuidado da casa comum**. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/NFC-Carta-Enciclica-laudato-si.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.

PINHEIRO JR. J. M. **A formação do PT na Baixada Fluminense**: um estudo a partir de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói,

2007. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_PINHEIRO_Junior_Jefte_da_Mata-S.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

PLEYERS, G. **Movimientos sociales en el siglo XXI**: perspectivas y herramientas analíticas. Colección: Democracias en movimiento. Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181101011041/Movimientos_sociales_siglo_XXI.pdf. Consultado em: 10 jul. 2021.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

QUINTSLR, S. As “duas faces” da crise hídrica: escassez e despolitização do acesso à água na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 88-101, ago. de 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/16724>. Acesso em: 11 jul. 2021.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANCIÈRE, J. Rancière vê a crise da democracia e da razão. **Outras Palavras**, 9 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/ranciere-ve-crise-da-democracia-e-da-razao/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE. **Mandatos coletivos e compartilhados**: desafios e possibilidades para a representação legislativa no século XXI. Organizador: Leonardo Secchi. 2019. Disponível em: https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/11/mandatos_v5.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

REDE FLUMINENSE DE PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS. **Nota técnica**: controle territorial armado no Rio de Janeiro. Out. 2020. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Controle_territorial_armado_no_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 15 nov. 20.

RIBEIRO, N. **Sujeitos e projetos em disputa na origem dos conselhos de políticas públicas**. 2011. 243 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17556>. Acesso em: 11 jul. 2021.

RIO DE JANEIRO (Município). Instituto Pereira Passos. Data Rio. **Rio em Síntese 2020**. Disponível em: <https://www.data.rio/pages/rio-em-sntese-2>. Acesso em: 29 abr. 2021.

ROCHA, L. M. **Uma favela “diferente das outras”?** Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAID, M. V. **Os bens comuns intelectuais e a mercantilização**. 2014. 364 f. Tese (Doutorado em Educação e Filosofia) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01102014-104738/pt-br.php>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SAIDEL, M. La fábrica de la subjetividad neoliberal: del empresario de sí al hombre endeudado. **Revista Pléyade**, n. 17, 2016, p. 131-54. Disponible: https://www.revistapleyade.cl/wp-content/uploads/7.-Matias-Saidel_17.pdf. Consultado el: 11 jul. 2021.

SANTOS, B. S. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar. 1984.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, C. R. **A dinâmica de apropriação do espaço pelo capital**: expropriação da terra pública como chave de interpretação do projeto Porto Maravilha. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/16005>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SILVA, C. R.; CÍCERA, M.; PAZ, R. D. O. Direito à cidade: o fetiche da mercadoria e a luta pelo direito à moradia. In: SILVA, A. A. et al. (Orgs.). **Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise capitalista contemporânea**. São Paulo: Paulinas, 2019.

SILVA, R. S.; RIBEIRO, D. G.; SERAFINE, F.; PINTO, J. R. L. O elo entre a crise do Rioprevidência e a privatização da Cedae. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 21 de fevereiro de 2021. Disponível em: [https://diplomatique.org.br/o-elo-entre-a-crise-do-rioprevidencia-e-a-privatizacao-da-cedae/#:~:text=O%20banco%20franc%C3%AAs%20BNP%20Paribas,Rio%20de%20Janeiro%20\(Cedae\)](https://diplomatique.org.br/o-elo-entre-a-crise-do-rioprevidencia-e-a-privatizacao-da-cedae/#:~:text=O%20banco%20franc%C3%AAs%20BNP%20Paribas,Rio%20de%20Janeiro%20(Cedae)). Acesso em: 19 abr. 21.

SINGER, P. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SOARES, R. Milícia, tráfico e grupos de extermínio são vinculados a 31 candidatos pelo país. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2020. <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2020/milicia-trafico-grupos-de-extermínio-são-vinculados-31-candidatos-pelo-país-1-24743456>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SOUZA, B. **Vamos juntas?** O guia da sororidade para todas. Rio de Janeiro: Galera Record, 2016.

SPOSITO, M. P.; ALMEIDA, E.; CORROCHANO, M. C. Jovens em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e228732, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.228732>. Acesso em 11 jul. 2021.

SUJEITO periférico. Intérprete: Tita Reis. Compositores: Tita Reis, Renato Gama, Luciano Carvalho. *In*: **Sujeito periférico**. Intérprete: Tita Reis. Brasil, 2012. Álbum, faixa 1. Disponível em: https://music.youtube.com/watch?v=ccQn9B-T_QI&list=RDAMVMccQn9B-T_QI. Acesso em: 11 jul. 2021.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Guadalajara: Colección CALAS, 2019. Disponible: http://calas.lat/sites/default/files/svampa_neoextractivismo.pdf. Consultado el: 19 jul. 2021.

TATAGIBA, L. Afinal, a Nação reivindica um corpo negro. **Le Monde Diplomatique**, 21 de março de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/afinal-nacao-reivindica-um-corpo-negro/>. Acesso em 21 jan. 2021.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 1, jan./abr., p. 63-96, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>. Acesso em: 11 jul. 2021.

TEIXEIRA, A. C.; ALMEIDA, C.; MORONI, J. A. (Orgs.). **A democracia necessária e desejada**: dilemas e perspectivas. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

TELLES, V. S. Direitos sociais: afinal do que se trata? **Revista USP**, São Paulo, v. 37, p. 34-45, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i37p34-45>. Acesso em: 11 jul. 2021.

VAINER, C. Os liberais também fazem planejamento urbano? *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **Cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

VIEIRA, W. S. **Núcleo socialista de Campo Grande**: interações entre memórias e história em contexto local. 2015. 137 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese52.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

VIRUS lays bare the frailty of the social contract. **Financial Times**, Editorial, April 3, 2020. Available from: <https://www.ft.com/content/7eff769a-74dd-11ea-95fe-fcd274e920ca>. Accessed on: June 29, 2021.

WERNECK, A.; SOUZA, R. N. Milicianos e traficantes já se uniram em 180 locais no Rio. **Extra**, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/milicianos-traficantes-ja-se-uniram-em-180-locais-no-rio-rv1-1-24007767.html>. Acesso em: 24 out. 2020.

ZIBECHI, R. “Já não há uma forma de governo estável de direita ou de esquerda na América Latina”: entrevista com Raúl Zibechi. **Revista IHU**, 17 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/600023-ja-nao-ha-uma-forma-de-governo-estavel-de-direita-ou-de-esquerda-na-america-latina-entrevista-com-raul-zibechi>. Acesso em: 5 maio 2021.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas da América Latina. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

APRESENTAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Qual seu nome?
- Quantos anos você tem?
- Quando você começou a participar de espaços políticos?
- Qual era sua idade?
- Desde quando participa deste?
- Você atua em algum outro espaço político? Se sim, qual?

EIXO 1 – SUJEITOS POLÍTICOS E DEMOCRACIA

- Nesse último período, principalmente depois de junho de 2013, do golpe de 2016 e do aprofundamento da agenda regressiva de direitos, fala-se muito de democracia no Brasil. Qual o sentido da democracia para o movimento?
- Quais as mudanças que o golpe de 2016 trouxe para o movimento?
- Tendo em vista as mudanças na conjuntura política que acabamos de conversar, gostaria de entender qual a relação do seu movimento com as políticas públicas? E com o Estado?

EIXO 2 – SUJEITOS POLÍTICOS E NEOLIBERALISMO

- Nesse período houve uma ascensão/fortalecimento das lutas marcadas pelas identidades. Você percebe alguma mudança no seu movimento devido a essa ascensão?
- De que forma o movimento contribui para a articulação política das lutas?
- Como é que o movimento percebe a fragmentação política?
- O movimento tem desenvolvido práticas alternativas/solidárias/autogestionadas para enfrentar o contexto de regressão de direitos?

**APÊNDICE B – LISTA DAS FONTES PÚBLICAS CONSULTADAS PARA
PESQUISA DOCUMENTAL**

DESCRIÇÃO		FONTE
1	Jornal O Globo	https://oglobo.globo.com/
2	Jornal Valor Econômico	https://valor.globo.com/
3	Jornal Extra	https://extra.globo.com/
4	Jornal O Dia	https://odia.ig.com.br/
5	The Intercept Brasil	https://theintercept.com/brasil/
6	Revista Carta Capital	https://www.cartacapital.com.br/
7	Portal G1	https://g1.globo.com/
8	Poder 360	https://www.poder360.com.br/

APÊNDICE C – LISTA DE FONTES DOS PRÓPRIOS SUJEITOS DA PESQUISA CONSULTADOS PARA PESQUISA DOCUMENTAL

INSTITUTO DE FORMAÇÃO HUMANA E EDUCAÇÃO POPULAR		
DESCRIÇÃO		FONTE
1	Página do Facebook do IFHEP	https://www.facebook.com/IFHEP
2	Texto autoral do IFHEP produzido durante o “Levantamento Participativo da Fase” (2018)	https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/02/PUBLICACAO-FINAL-DIGITAL-PARA-SITE.pdf
3	Declaração Política do IFHEP sobre a Covid-19 (2020)	https://www.facebook.com/IFHEP/posts/2885983281495471
4	Relatório Anual do IFHEP de 2019	Arquivo do instituto enviado à pesquisadora
5	Tese de William de Souza Vieira, intitulada “Núcleo Socialista de Campo Grande: interações entre memórias e história em contexto local”, indicada pelos entrevistados como fonte da história do IFHEP	http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese52.pdf
6	Site para doações ao IFHEP – Amigos do IFHEP	https://www.padrim.com.br/login
BRIGADAS POPULARES		
DESCRIÇÃO		FONTE
7	Página do Facebook das Brigadas Populares	https://www.facebook.com/brigadasrio
8	Página do site oficial das Brigadas Populares	https://brigadaspopulares.org.br/
9	Manifesto das Brigadas Populares (2011)	https://brigadaspopulares.org.br/objetivos-2/
10	Texto autoral sobre as Comunas, escrito por Pedro Otoni	https://brigadaspopulares.org.br/as-comunas-estrategia-para-fortalecer-a-organizacao-comunitaria/
11	Matéria das Brigadas Populares sobre a Luta pela Merenda Escolar no contexto da Covid-19 no Rio de Janeiro publicada em 21/07/2020	https://brigadaspopulares.org.br/rj-na-luta-de-cada-mae-a-vitoria-de-todas/
FÓRUM GRITA BAIXADA		
DESCRIÇÃO		FONTE
12	Página do Facebook do FGB	https://www.facebook.com/forumgritabaixada
13	Página do site oficial do FGB	https://forumgritabaixada.org.br/

1 4	Documento autoral – Relatório <i>Um Brasil dentro do Brasil pede socorro</i> (2017);	http://www.cddh.org.br/assets/docs/Um%20Brasil%20dentro%20do%20Brasil%20pede%20socorro.pdf
1 4	Documento autoral – <i>Intervenção federal: um modelo para não copiar</i> (2019)	https://drive.google.com/file/d/1Ql8bwWWsGllautm_Dz4f-fcF0QwCcQMY/view
1 6	Documento autoral – <i>Dossiê vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de Direitos Humanos no Brasil</i> (2020)	https://drive.google.com/file/d/1qJFmjN1tmYOhRdEperzmRM y5wso1dwbk/view
1 7	Vídeo do FGB em memória pelo sétimo dia do assassinato do menino João Pedro realizado em 26/5/2020	https://www.facebook.com/forumgritabaixada/posts/279747333635782
1 8	Entrevista com o Coordenador do FGB na Tribuna da Imprensa Livre em 29/5/2020	">https://www.facebook.com/tribunadaimprensaonline/videos/203362677333611/>
1 9	Entrevista realizada pelo comunicador do FGB com Fabbi Silva, ouvidora da Defensoria Pública em 28/5/2020	https://www.facebook.com/forumgritabaixada/videos/255141665797566/
2 0	Vídeo do FGB sobre os 15 anos da Chacina da Baixada divulgado em 31/5/2021, data em que todos os anos se homenageia as 29 vítimas da chacina com a realização de uma Marcha pela Paz	https://www.facebook.com/543670145682790/posts/2670439399672510/
2 1	Entrevista dada pelo coordenador do FGB à Medium sobre a importância de atuar pela própria comunidade em meio à pandemia de Covid-19 realizada em 11/5/2020	https://medium.com/pagdezenove/entrevista-a-import%C3%A2ncia-de-atuar-pela-pr%C3%B3pria-comunidade-9cf3de7741d8
2 2	Entrevista dada pela articuladora de territórios do FGB, Lorene Maia, ao programa Cidadania Ativa, da Rádio FM de Queimados em 10/12/2020	https://www.facebook.com/NovosRumos987FM/videos/220368226145146
SINDÁGUA-RJ		
DESCRIÇÃO		FONTE
2 3	Página do Facebook do Sindágua	https://www.facebook.com/sindaguarj
2 4	Site do Sindágua-RJ	http://www.stipdaenit.org.br/
2 5	Estatuto do Sindágua-RJ	http://sindagua-rj.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ESTATUTO-STIPDAENIT-1.pdf
2 6	Participação do presidente do Sindágua-RJ no Lançamento da Campanha Água Boa Para Todos e Todas em 20/5/2020	https://www.facebook.com/sindaguarj/videos/561552648107822
2 7	Participação do presidente do Sindágua-RJ na audiência pública sobre a modelagem da privatização da Cedae realizada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 4/8/2020	https://www.facebook.com/sindaguarj/videos/2355937434715159

2 8	Live do Sindágua-RJ sobre a privatização da água e do saneamento – impactos econômicos e sociais, realizada em 2/10/2020	https://www.youtube.com/watch?v=aGb4skcmKtk
2 9	Participação do presidente do Sindágua-RJ na audiência pública da Comissão de Saneamento Ambiental da Alerj, realizada em 15/12/2020	https://www.facebook.com/sindaguarj/videos/1153081018455781
3 0	Artigo do presidente do Sindágua-RJ Intitulado <i>A dança irresponsável das cadeiras</i> , publicado no Jornal O Dia em 12/1/2021	https://odia.ig.com.br/opiniao/2021/01/6061309-ary-girota-a-cedae-e-a-danca-irresponsavel-de-cadeiras.html

APÊNDICE D – DOCUMENTO-RESUMO DA PESQUISA ENVIADO AOS ENTREVISTADOS

SUJEITOS COLETIVOS DAS LUTAS URBANAS DO RIO DE JANEIRO

Pesquisadora Caroline Rodrigues – PPGSS/PUC-SP

SUJEITOS COLETIVOS DAS LUTAS URBANAS DO RIO DE JANEIRO

- A pesquisa faz parte de uma trajetória profissional e acadêmica, assim como profunda os estudos urbanos já realizados da graduação (2010) ao mestrado (2013) em Serviço Social.
- Ao longo desse percurso os pontos de investigação sobre a questão urbana mudaram de lugar. À princípio ela era analisada a partir do lugar do "assistente social trabalhador da Política de Habitação de Interesse Social", contudo, no doutorado, busco conhecer "as formas de ação e organização da sociedade civil nas grandes cidades", ou seja, é pela perspectiva das lutas urbanas que propomos investigar a questão urbana.

ESTUDO SOBRE OS SUJEITOS COLETIVOS DEVE-SE À DIVERSOS FATORES

- i) A dinâmica capitalista de produção social do espaço é condição e expressão das relações de produção e reprodução da ordem do capital.
- ii) De modo geral, na cidade do Rio de Janeiro, é possível afirmar que esses sujeitos políticos estão construindo processos de resistência a partir dos territórios periféricos.
- iii) Minha atual inserção profissional na FASE, onde desenvolvo desde 2016 atividades na área da educação popular, com ações voltadas para formação política, mobilização social, articulação de redes e assessoramento aos movimentos populares.

OBJETIVO

- Investigar de que forma os sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro percebem e reagem à crise da democracia liberal e à racionalidade neoliberal dominante.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Buscar elementos teóricos sobre a crise da democracia liberal e sobre o avanço da racionalidade neoliberal;
- Conhecer a dinâmica dos sujeitos coletivos atuantes no Rio de Janeiro, especialmente aqueles que atuam no âmbito do urbano;
- Compreender de que forma a crise democrática vivida no Brasil é percebida pelos sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro;
- Investigar como a racionalidade neoliberal da competição, do individualismo, do empreendedor de si mesmo faz ou não parte das práticas dos sujeitos das lutas urbanas do Rio de Janeiro;
- Relacionar o paradigma dos comuns com o paradigma neoliberal, buscando chaves de análise para questão urbana.

METODOLOGIA

- Pesquisa bibliográfica que trata dos temas democracia, neoliberalismo, movimentos sociais, sujeitos políticos, produção do espaço urbano;
- Pesquisa documental a partir de fontes públicas disponíveis em jornais e redes sociais, referentes ao período entre 2016 e 2020, com ênfase no Rio de Janeiro e nas questões urbanas;
- Pesquisa documental a partir de documentos dos próprios sujeitos políticos envolvidos na pesquisa;
- Pesquisa documental a partir de materiais da FASE, relativos a um "levantamento participativo" sobre/com os sujeitos políticos do Rio de Janeiro realizado em 2018, sistematizado no livro "A luta urbana por seus protagonistas: Direito à Cidade, Direito nas Cidades";
- Pesquisa qualitativa; a partir de "roteiro de entrevista semi-estruturada", com sujeitos escolhidos previamente. A entrevista será realizada pela pesquisadora, de forma presencial ou à distância via internet, a depender da disponibilidade do entrevistado. As entrevistas serão gravadas e transcritas.

PREMISSAS METODOLÓGICAS

- i) os sujeitos políticos das lutas urbanas do Rio de Janeiro demandam uma postura ética e um compromisso político do pesquisador, tanto que é necessário haver uma negociação sobre o que será pesquisado, de que forma, para quê, como será divulgado;
- ii) muitos desses sujeitos também são pesquisadores, vinculados a Universidades ou não; os quais não aceitam o "discurso competente" (CHAUÍ, 2011) e reivindicam o direito de contarem suas próprias narrativas da resistência popular;
- iii) Reconhecer que a produção de conhecimento é complexa, atravessada pelas relações de poder e contradições constitutivas do ser social, além de ser sempre limitada – pela própria perspectiva teórica de análise, pelo espaço e pelo tempo em que é produzida

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

- Nesse sentido, gostaria de convidá-los(as) a participar voluntariamente deste estudo. Sua participação consistirá em responder o roteiro de perguntas.
- Você tem o direito ao sigilo, anonimato e a retirada do consentimento a qualquer tempo, sem ônus ou prejuízo algum. Vale ressaltar que este trabalho é objeto de análise do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP Monte Alegre – SP.

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

- Caso queira sanar alguma dúvida acerca de sua participação neste estudo estes são os meios de contato que disponibilizo: telefone +55 21 98802-6743 e e-mail cora_rs@hotmail.com
- Também, caso queira entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP Monte Alegre poderá fazê-lo por: telefone +55 11 3670-8466; e-mail: cometica@pucsp.br; pessoalmente no endereço sito à rua Ministro Godoy, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello - Perdizes - São Paulo/SP, CEP 05015-001.
- Para contato com o Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social o endereço é Rua Ministro Godói, 969, Perdizes - 05015-000 - São Paulo - SP - sssocial@pucsp.br.

QUANTIDADE DE SUJEITOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA

- Inicialmente pretendíamos entrevistar inicialmente 9 (10%) dos 90 sujeitos coletivos identificados pelo trabalho da FASE (2018).
- Ao final iremos entrevistar **5 sujeitos coletivos** : Brigadas Populares, Fórum Grita Baixada, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Niterói, Instituto de Formação Humana e Educação Popular e a Rede Estadual de Justiça Ambiental.
- A escolha destes 5 sujeitos buscou garantir a diversidade entre os sujeitos e a diversidade territorial, assim como levou em consideração as relações pré-estabelecidas como educadora popular da FASE.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- **APRESENTAÇÃO DO ENTREVISTADO**
- Qual seu nome?
- Quantos anos você tem?
- Quando você começou a participar de espaços políticos?
- Qual era sua idade?
- Desde quando participa deste?
- Você atua em algum outro espaço político? Se sim, qual?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- **EIXO 1 – SUJEITOS COLETIVOS E DEMOCRACIA**
- Nesse último período, principalmente depois de junho de 2013, do golpe de 2016 e do aprofundamento da agenda regressiva de direitos, fala-se muito de democracia no Brasil. Qual o sentido da democracia para o movimento?
- Quais as mudanças que o golpe de 2016 trouxe para o movimento?
- Tendo em vista as mudanças na conjuntura política que acabamos de conversar, gostaria de entender qual a relação do seu movimento com as políticas públicas? E com o Estado?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- **EIXO 2 – SUJEITOS POLÍTICOS E NEOLIBERALISMO**
- Nesse período houve uma ascensão / fortalecimento das lutas marcadas pelas identidades. Você percebe alguma mudança no seu movimento devido essa ascensão?
- De que forma o movimento contribui para a articulação política das lutas?
- Como é que o movimento percebe a fragmentação política?
- O movimento tem desenvolvidos práticas alternativas / solidárias / autogestionadas para enfrentar o contexto de regressão de direitos?

OBRIGADA

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ENVIADO AOS ENTREVISTADOS

Prezados(as) senhores(as),

Eu, Caroline Rodrigues da Silva, pesquisadora na área de Serviço Social e aluna do Doutorado em Serviço Social no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social vinculado à Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, estou desenvolvendo a pesquisa intitulada *Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro* (título provisório), que tem como objetivo investigar de que forma os sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro percebem e reagem à crise da democracia liberal e à racionalidade neoliberal dominante.

Para tanto, utilizarei como metodologia as pesquisas bibliográfica, documental e pesquisa empírica, através da aplicação de roteiro de perguntas para os seguintes sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro: Brigadas Populares; Fórum Grita Baixada; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Niterói e Região; Instituto de Formação Humana e Educação Popular; e Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, gostaria de convidá-los(as) a participar voluntariamente deste estudo. Sua participação consistirá em responder o roteiro de perguntas. Você tem o direito ao sigilo, ao anonimato e à retirada do consentimento a qualquer tempo, sem ônus ou prejuízo algum. Vale ressaltar que este trabalho é objeto de análise do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP Monte Alegre, que consiste em um colegiado interdisciplinar, com autonomia (*munus público*) para verificar e acompanhar se as pesquisas que envolvem seres humanos de forma direta ou indireta e de qualquer área do conhecimento e qualquer nível de formação não são passíveis de colocar os seus participantes (voluntários) em uma situação de risco, desconforto, constrangimento, exposição indevida, conforme as normativas éticas nacionais em vigor, para citar uma delas, a Res. CNS/MS n. 466/2012 complementada pela Res. CNS/MS n. 510/2016.

Caso queira sanar alguma dúvida acerca de sua participação neste estudo, estes são os meios de contato que disponibilizo: telefone: +55 21 98802-6743 e *e-mail*: cora_rs@hotmail.com. Também, caso queira entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP Monte Alegre poderá fazê-lo por telefone: +55 11 3670-8466; *e-mail*: cometica@pucsp.br; pessoalmente no endereço sito à rua Ministro Godoy, 969, sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello, Perdizes, São Paulo – SP, CEP: 05015-001. Para contato com o Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, o endereço é: rua Ministro Godói, 969, Perdizes, São Paulo – SP, CEP: 05015-000; e *e-mail*: sssocial@pucsp.br. Sendo assim, tendo todas as dúvidas sanadas em relação à participação nesta pesquisa:

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada *Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro* (título

provisório), desenvolvida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz e que poderei contatar a pesquisadora a qualquer momento que julgar necessário por meio do telefone: +55 21 98802-6743 e pelo *e-mail* cora_rs@hotmail.com. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é investigar de que forma os sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro percebem e reagem à crise da democracia liberal e à racionalidade neoliberal dominante. Também fui esclarecido(a) de que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada e será gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora. Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar a pesquisadora responsável ou sua orientadora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, situado na Rua Ministro Godoy, 969, Perdizes, São Paulo – SP, CEP: 05015-000.

A pesquisadora principal da pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

ANEXO A – QUESTIONÁRIO DE PERGUNTAS ORIENTADORAS DO LEVANTAMENTO PARTICIPATIVO DA FASE

Primeiramente é preciso esclarecer que o preenchimento deste instrumento é opcional. As questões são apenas uma referência para nosso debate, por isso, a depender do perfil do movimento social, do coletivo ou do grupo, elas podem ser respondidas ou não.

EIXO 1 – ORGANIZAÇÃO

- 1) Qual a dinâmica de funcionamento? (Periodicidade das reuniões, formas de registro, quantas pessoas em média participam, quais dias e horários das reuniões, etc.)
- 2) Quantas pessoas em média participam do movimento, grupo ou coletivo? Dessas, quantas participam das atividades?
- 3) Qual a estrutura organizativa? (Tem coordenação, conselho, assembleia, etc.?)
- 4) Existe algum documento de pactuação de regras de organização e funcionamento?
- 5) Quais os meios de comunicação utilizados internamente?
- 6) Acessa ou já acessou alguma fonte de recursos? Quais? (Editais, vaquinha *on-line*, centrais, sindicatos.)
- 7) Quanto tempo em média os ativistas se dedicam por semana ao movimento, grupo ou coletivo?

EIXO 2 – AÇÃO

- 1) Quais são as ações e formas de luta e enfrentamento/resistência adotadas?
- 2) Quais as propostas alternativas adotadas para a solução das demandas e reivindicações?
- 3) As propostas defendidas pelo grupo são direcionadas para quem? (Executivo, Legislativo, sistema de justiça.)
- 4) Participam ou já participaram de algum espaço institucional de controle de políticas públicas? Se sim, qual a avaliação a respeito dos espaços institucionais de participação e controle social?
- 5) Articula-se com outros sujeitos políticos ou integra-se a redes, fórum?
- 6) Se sim, qual é a abrangência da articulação: local, nacional, internacional?

- 7) Relaciona-se com ONGs, instituições de pesquisa, pesquisadores individuais, especialistas?
Se sim, como?
- 8) Quais são as formas de comunicação com a sociedade?
- 9) A comunicação tem centralidade na ação política? Se não, por quê? Se sim, de que forma e por quê?
- 10) Quais as conquistas já alcançadas pelo movimento, coletivo ou grupo?
- 11) Quais as principais ideias/valores/princípios que orientam o movimento, coletivo ou grupo?
- 12) Qual a concepção de direito à cidade que orienta a ação coletiva do grupo/o que é o direito à cidade?

EIXO 3 – IDENTIFICAÇÃO/IDENTIDADE

- 1) Como se identifica?
- 2) Existe um nome de identificação?
- 3) Qual o local de atuação? (Especificar qual favela, bairro, cidade, praça, Região Metropolitana, estado – apenas para aqueles que consideram a localização um fator importante na sua ação política.) Tem espaço físico próprio?
- 4) Qual o ano de fundação?
- 5) O que motivou a criação?
- 6) Quais são as principais lutas mobilizadoras?
- 7) Na composição, qual a idade predominante?
- 8) Na composição, qual o gênero predominante?
- 9) Na composição, qual a cor de pele predominante?

ANEXO B – LISTA DOS 90 SUJEITOS POLÍTICOS MAPEADOS PELO LEVANTAMENTO PARTICIPATIVO DA FASE

1	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES ORGÂNICOS DE VARGEM GRANDE – AGROVARGEM
2	ASSEMBLEIA PERMANENTE DE ENTIDADES EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO – APEDEMA/RJ
3	ASSEMBLEIA POPULAR DA ÁGUA
4	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MULHERES – AMB
5	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SÃO LUIZ – DUQUE DE CAXIAS
6	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARQUE LIBERDADE – DUQUE DE CAXIAS
7	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO BOSQUE DOS CABOCLOS
8	BRIGADAS POPULARES – RIO DE JANEIRO
9	CASA DA CULTURA DE BELFORD ROXO
10	CASA DAS PRETAS
11	CAXIAS TV
12	CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ
13	CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES – CMP
14	COLETIVO CERRO CORÁ DE MORADORES
15	COLETIVO DE NEGROS E NEGRAS DO SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ – DONA IVONE LARA
16	COLETIVO ELAS EXISTEM
17	COLETIVO EM SILÊNCIO
18	COLETIVO FALA AKARI
19	COLETIVO FEMINICIDADE
20	COLETIVO MADALENAS ANASTÁCIAS
21	COLETIVO MULHERES DE PEDRA
22	COLETIVO NÓS POR NÓS – JARDIM CATARINA DE SÃO GONÇALO
23	COLETIVO NUVEM NEGRA – PUC-RJ
24	COLETIVO PAPO RETO
25	COMITÊ POPULAR DA COPA
26	COMITÊ DE LUTAS DA BAIXADA FLUMINENSE
27	COMITÊ DE LUTAS DO RIO DE JANEIRO
28	COMITÊ PELA LIBERDADE DE RAFAEL BRAGA
29	CONEXÃO G
30	CONSELHO DE ENTIDADES POPULARES CASA DA CULTURA DE SÃO JOÃO DE METITI – ABM
31	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 7ª REGIÃO
32	CONSULTA POPULAR
33	ECO CIDADE
34	ESCOLA DE ATIVISMO
35	FAFERJ – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
36	FAVELA EM FOCO
37	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO RIO DE JANEIRO – FAMRIO
38	FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA – FAMA
39	FÓRUM DE LUTAS

40	FÓRUM DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SOCIAL
	FÓRUM DE OPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA AO SHOPPING DE DUQUE DE CAXIAS – FORAS
42	FÓRUM DOS ATINGIDOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E PETROQUÍMICA DAS CERCANIAS DA BAÍA DE GUANABARA – FAPP-BG
43	FÓRUM GRITA BAIXADA
44	FÓRUM INDEPENDENTE POPULAR – FIP
45	FÓRUM JUVENTUDES DO RIO DE JANEIRO
46	FÓRUM SOCIAL DE MANGUINHOS
47	FRENTE ESTADUAL PELO DESENCARCERAMENTO
48	FRENTE EVANGÉLICA PELO ESTADO DE DIREITO
49	FRENTE FEMINISTA DA ÁGUA – AMALGA
50	GRUPO CARCARÁ – COMUNIDADES ARTICULADAS DO CAJÚ
51	GRUPO CARTA DE BELÉM
52	GRUPO EU SOU EU – EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL
53	GT DE PESQUISA MILITANTE DA FIOCRUZ
54	INSTITUTO DE FORMAÇÃO HUMANA E EDUCAÇÃO POPULAR – IFHEP
55	INSTITUTO RAÍZES EM MOVIMENTO
56	LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE
57	MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES
58	MARÉ 0800
59	MÍDIA INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO
60	MILITIVA – COLETIVA DE MILITÂNCIA INVESTIGATIVA DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO
61	MOVIMENTO BAÍA VIVA
62	MOVIMENTO DE COMUNIDADES POPULARES – MCP
63	MOVIMENTO DE MULHERES DE SÃO GONÇALO – MMSG
64	MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA
65	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO – MTST
66	MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA – MNLM – DUQUE DE CAXIAS
67	MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA – MNLM – RIO DE JANEIRO
68	MOVIMENTO PRÓ-SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE DA REGIÃO DO PARQUE ARARUAMA – SÃO JOÃO DE MERITI – MPS
69	MOVIMENTO UNIDO DE BAIROS – MUB
70	MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELOS – MUCA
71	MOVIMENTOSS – UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
72	MULHERES DO SALGUEIRO – SÃO GONÇALO
73	MUSEU DA MARÉ
74	OCUPAÇÃO DA SKOL – MORRO DO ALEMÃO
75	OLABI – ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO
76	PARA QUE E PARA QUEM SERVEM AS PESQUISAS SOBRE FAVELA?
77	PASTORAL DAS FAVELAS
78	PROJETO BRASIL CIDADES
79	QUILOMBO CAFUNDÁ ASTROGILDA

80	REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – REBEA / REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – REARJ
81	REDE – REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA
82	REDE CARIOCA DE AGROECOLOGIA
83	REDE FEMINISTA ANTIPROIBICIONISTA – RENFA
84	REDE NACIONAL DE ADVOGADOS E ADVOGADAS POPULARES – RENAP
85	REDE NACIONAL DE JUVENTUDE DE TERREIROS – RENAFRO
86	REDES DA MARÉ
87	ROLÉ DOS FAVELADOS
88	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SANEAMENTO DE NITERÓI – STIPDAENIT
89	SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – SEPE
90	UNIVERSIDADE DOS SABERES ÉTNICOS – USEAM